

Sobre os barrancos de beira de rio:

práticas ribeirinhas insurgentes do Baixo Onça





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ana Laura Souza Vargas

SOBRE OS BARRANCOS DE BEIRA DE RIO:
práticas ribeirinhas insurgentes do Baixo Onça

Belo Horizonte
2023

Ana Laura Souza Vargas

SOBRE OS BARRANCOS DE BEIRA DE RIO:
práticas ribeirinhas insurgentes do Baixo Onça

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso.

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

V297s Vargas, Ana Laura Souza.
Sobre os barrancos de beira de rio [manuscrito] : práticas ribeirinhas insurgentes do Baixo Onça / Ana Laura Souza Vargas. - 2023.
269 f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Lucena Velloso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Direito urbanístico - Teses. 2. Periferias urbanas - Teses. 3. Política pública - Teses. 4. Movimentos sociais - Teses. 5. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Velloso, Rita de Cássia Lucena. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.40981




FOLHA DE APROVAÇÃO

Sobre os barrancos de beira de rio: Práticas ribeirinhas insurgentes do Baixo Onça

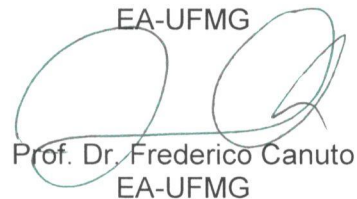
ANA LAURA SOUZA VARGAS

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 22 de setembro de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:



Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso - Orientadora
EA-UFMG



Prof. Dr. Frederico Canuto
EA-UFMG



Prof. Dr. Roberto Rolim Andrés
EA-UFMG

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.



Jabuticabeira, COMUPRA, 11 ago. 2023.
Fonte: Acervo COMUPRA.

"[...] Tentei fugir de você, criar meu próprio destino. [...] Até que, no ano passado, comecei a te reencontrar. Aos poucos foi se esboçando em mim a necessidade de te buscar. Buscar você, buscar o Brasil."

João Cândido Portinari, julho de 1979
Carta póstuma ao pai
Dedico este trabalho ao meu.

AGRADECIMENTOS

Estas pessoas estiveram comigo nas entrelinhas de cada um dos meus pensamentos. Agradecê-las é apenas um pequeno ato de reconhecimento frente a uma significância imensa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer minha orientadora, Rita Velloso, por provocar em mim a inquietude e saciar o desejo constante do saber. Você é uma professora singular dotada de conhecimentos plurais, seus escritos e suas aulas são um respiro. Agradeço por sua dedicação ao meu processo de pesquisa e à minha formação acadêmica e profissional.

À minha mãe, Iara, por ser uma pessoa urgente neste mundo. Meu amor e minha admiração por você transbordam. Hoje me considero uma navegadora, como aquela das canções de Gil, que nós duas tanto amamos: *Ela, ela que me faz um navegador, sobre-TUDO ela!*

Às minhas irmãs. Como em uma dedicatória que li, espero que “saibamos fazer do nosso amor uma alavanca poderosa e serena na luta comum dos que tentam acertar”. Eu adoro como sempre aprendemos a dançar conforme a música (literalmente), assiduamente e indispensavelmente, juntas.

Ao meu padrinho, Rafael, que me ensinou um milhão de coisas. Você desperta aquela vontade genuína de ser exatamente quem a gente é e eu acho isso *tão* bonito.

À minha avó, Inez (*in memoriam*), que além de ter sido minha segunda mãe, foi também quem me ensinou a ler e escrever. Hoje, se busco refúgio na literatura e vou ao encontro de mim mesma durante a escrita, foi por todo carinho e dedicação que a senhora destinou a mim. Me perdoe pelos pés descalços, é que eu sempre gostei muito de ser assim.

À minha avó, Elvira, a pessoa mais extraordinária que há de habitar este planeta. Sua alegria, cantoria, seu carinho de avó e cumplicidade de uma amiga são essenciais na minha vida. A senhora é carnaval purinho e eu sou louca por você.

À minha família, por sermos sempre terrivelmente expansivos, escandalosamente alegres e fervorosamente unidos (e de esquerda).

Às minhas amigas e amigos, por nunca permitirem que a solidão se manifeste. Seus trejeitos inúmeros, nossas histórias ímpares, a passagem do tempo que compartilhamos. Agradeço, em especial, às meninas com quem divido o cotidiano no nosso pedaço de mundo: a casinha que sonhamos e que hoje vivemos como irmãs. Por segurarem a barra, por me incentivarem e por serem, simplesmente, *Iar*.

Ao meu companheiro, André, por tudo de especial que você consegue ser em uma pessoa só, agradeço por ter segurado forte na minha mão nestes últimos anos. O sentir - com você e por você - tem sido um alívio. Também sou eternamente grata por compartilhar comigo seus trabalhos artísticos, traduzidos na capa e nas imagens cuidadosamente selecionadas para compor este trabalho. Seu olhar único para a fotografia traduz o afeto que projetei em minhas palavras.

Aos colegas do percurso do mestrado, agradeço pelas inúmeras trocas ao longo de nossa conjunta formação.

Aos professores com os quais tive o privilégio de estudar, agradeço por todas as aulas, pelas contribuições à minha pesquisa, por compartilharem inúmeras referências e, sobretudo, pela generosidade do educar. Este propósito me encanta.

Aos integrantes do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça beber Água Limpa, cuidadores da terra e das águas, militantes obstinados, seres *sentipensantes* - que pensam com a *cabeça* e com o *coração*. Agradeço por cada história desvelada e cada sonho compartilhado. Talvez o mundo ainda não tenha sido capaz de compreender tamanha experiência insurrecional, mas eu particularmente sinto que vivenciei um pouco, e fico extremamente feliz de poder compartilhar o espaço-tempo de *afetar* e *esperançar* com vocês. Tenho para mim que esta história não é apenas uma história.

Por fim, aos ribeirinhos e ribeirinhas do Baixo Onça e de todos os cantos. Os caminhos aqui traçados, de alguma forma, me levaram ao encontro de fragmentos da sua existência, e isso tem sido extremamente especial para mim. Talvez um dia eu seja capaz de explicar o porquê.

"Ando pelos caminhos das águas,
porque pelos caminhos das águas não existem fronteiras."
Itamar Santos, liderança comunitária do Baixo Onça.

RESUMO

O presente trabalho pretende compreender formas diversas de se abordar o "direito à cidade" ao analisar a dinâmica socioespacial das lutas urbanas, apresentando as práticas realizadas pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. Experimenta-se uma abordagem atualizada pelo pensamento contemporâneo latino-americano, sobretudo a partir da leitura decolonial, ao explorar possibilidades intrínsecas ao conceito e afirmar a pluralidade presente nas urbanidades. Esta pesquisa apresenta o estudo das reivindicações, demandas e conquistas estabelecidas pelos casos mencionados, com a intenção de investigar as experiências destas práticas insurgentes (Velloso, 2022; Mirafteb, 2009) adequadas ao contexto urbano da periferia nordeste de Belo Horizonte, que se expandiu às margens do Ribeirão Onça. Proponho apostar no compromisso político na prática e na escrita a partir da construção do "texto afetado". Há uma atenção especial aferida à contra-neutralidade da autoria para discutir a presença do sensível e da partilha na pesquisa. Este percurso de pesquisa apresenta a tenacidade na escrita de uma "filosofia vivida" (Lefebvre, 1991) a partir do viés da pesquisa militante (Bartholl, 2015). Evidenciam-se as pautas reivindicatórias estabelecidas para a região do Baixo Onça ao discutir a condição periférica dos sujeitos (D'Andrea, 2020) e do movimento social de periferia, mirados na organização da luta cotidiana a partir da microescala e na produção coletiva do espaço. Este trabalho se interessa especificamente pela experiência do projeto CSA Bai Onça (Comunidade Solidária em Agroecologia), suas formulações sobre outras economias e cuidados, uma prática de agroecologia urbana traçada pela população ribeirinha do Baixo Onça.

Palavras-chave: Baixo Onça; movimento; periferia; cotidiano; organização.

ABSTRACT

This research aims to understand the several ways to approach “the right to the city” by analyzing the socio-spatial dynamics of urban struggles, presenting the Ribeiro de Abreu’s Community Council (COMUPRA) and “Deixem o Onça Beber Água Limpa” social movement practices. In this way, this study proposes an updated approach developed by contemporary Latin American decolonial thinking, as it explores the many possibilities inherent to the concept and confirms the pluralism present in urbanism. This research examines the claims, demands, and accomplishments of the mentioned cases with the intention of investigating the experiences of these insurgent practices (Velloso, 2022; Miraftab, 2009) according to the urban context of the northeast peripheral region of Belo Horizonte, that expanded itself following the margins of Ribeirão Onça (Ounce river). I propose a political commitment to practical action and writing by constructing an affected text. There is a special attention in not being a neutral author, as I discuss the presence of sensible shared in the research. This research path presents the tenacity of writing about a living philosophy (Lefebvre, 1991) through militant research (Bartholl, 2015). As it discusses the social agenda established for Baixo Onça’s region, this work underlines the peripheral condition of the subjects (D’andrea, 2022) and of the social movement based on the organization of everyday life according to the micro-scale and the collective production of space. I seek to highlight the experience of CSA Bai Onça project and its formulation about other economies and care, an agroecological urban practice outlined by the riverside population of Baixo Onça’s region.

Palavras-chave: *Baixo Onça*; movement; periphery; everyday life; organization.

LISTA DE FIGURAS

Capa. *Rabiscos periféricos*. Autor: André Massahud.

Contracapa. *Rio*. Autoria própria.

Dedicatória. *Jabuticabeira*. Acervo COMUPRA.

Figura 01. Constelação [vertical]	41
Figura 02. Constelação 01 investigação militante	42
Figura 03. Constelação 02 o cuidado, o relacional e o local	43
Figura 04. Constelação 03 teoria e prática	44
Figura 05. Constelação 04 insurgência e insurreição	45
Figura 06. Constelação 05 horizontalidade e diálogo	46
Figura 07. Constelação [horizontal]	47
Figura 08. Várzea, Ribeiro de Abreu	60
Figura 09. Ribeirão Onça	75
Figura 10. Canalizações no Ribeirão Onça	78
Figura 11. Intervenções degradadas no Ribeirão Onça	78
Mapa 01. Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça: localização e afluentes	80
Figura 12. Sede do COMUPRA	81
Figura 13. Cenários de parcelamento da Fazenda Capitão Eduardo	83
Figura 14. Evento com escolas na Nascente Fundamental	84
Linha do tempo 01. Organizando os fatos no tempo: COMUPRA e Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa	88-89
Figura 15. 5º evento do Movimento: “Vamos à praia?”	91
Figura 16. Carnaval no Ribeiro de Abreu	91
Figura 17. 10º evento do Movimento: “Onça é 10: apresentar e celebrar	92
Figura 18. 5º evento do Movimento: “Vamos à praia?”, encontro do Ribeirão Izidora com Ribeirão Onça	94-95
Figura 19. Apresentação das escolas no 14º evento do Movimento: “Famílias ribeirinhas... ribeirão”	98
Figura 20. Cléria, <i>Clerinha</i>	100
Figura 21. Tecido Projeto Manuelzão UFMG, Ribeirão Onça ao fundo	104
Figura 22.23.24.25.26. Mutirão de plantio da agrofloresta	108
Figura 27. Última casa demolida na Rua Antônio Ribeiro de Abreu	112

Figura 28.29. Mutirões para construção do parquinho e campinho	114
Figura 30.31. Mutirão de plantio na horta do espaço vitrine	115
Figura 32. Ações na nascente fundamental	116
Figura 33. Pia coletiva construída no espaço vitrine para uso comunitário	119
Figura 34. Construção da pista de caminhada do parque ciliar comunitário do Ribeirão Onça, referente ao Prêmio ONU Habitat 2019	120
Figura 35.36. Enchentes no bairro Ribeiro de Abreu anteriormente à ocupação coletiva	125
Figura 37. Colchão, fogão e outros rejeitos levados pelo Ribeirão Onça	125
Figura 38. Reunião com poder público no COMUPRA	131
Figura 39. Senhor Antônio plantando mudas na horta do espaço vitrine	134
Figura 40. Senhor Antônio colhendo cenouras	135
Figura 41. Dona Helena cozinhando mingau de milho no COMUPRA após colheita	137
Figura 42. Entrada da horta do espaço vitrine	139
Figura 43. Cesta CSA Bai Onça	143
Figura 44. Itamar e o sistema de piscicultura criado por ele	144
Figura 45. Roneide	146
Figura 46. Maria José	147
Figura 47. Cecília	148
Figura 48. Helena	149
Figura 49. Itamar	150
Figura 50. Oficina de tratamento de bambu no COMUPRA	168-169
Figura 51. S/ legenda	182-183
Figura 52. Placa “O Onça”	202
Figura 53. Arraiá do Onça	208
Figura 54.55. Oficina de construção de placas educativas e informativas	218
Figura 56. Placa produzida durante oficina, instalada no espaço vitrine	227

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ASP	Assessoria Social e Pesquisa
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEP	Centro de Estudos Periféricos
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
COMUPRA	Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DRENURBS	Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte
EA	Escola de Arquitetura
EHESS	<i>École des hautes études en sciences sociales</i>
EMHP	Escola Municipal Hélio Pellegrino
EMHJS	Escola Municipal Herbert José de Souza
EMSHA	Escola Municipal Secretário Humberto Almeida
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEAD	Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis
IPPUR	Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NPGAU	Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
NUPEGS	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração e Crescimento
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PDDBH	Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROAS	Programa de Reassentamento Monitorado
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

SCBH	Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMOBI	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
SMPU	Secretaria Municipal de Políticas Públicas
SUDECAP	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAM	Universidade Nacional do México
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
URBEL	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
USP	Universidade de São Paulo
ZAR 2	Zona de Adensamento Restrito 2
ZPAM	Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. MÉTODO	21
2.1. Investigação militante	21
2.2. O cuidado, o relacional e o local	27
2.3. Teoria e prática	30
2.4. Horizontalidade e diálogo	34
2.5. Autonomia	36
2.6. Constelação	40
3. MOVIMENTO	48
3.1. Cotidiano	50
3.2. Organização	54
3.3. Escala	56
4. PERIFERIA	61
4.1. Espaço, território e classe	61
4.2. Periferia	64
5. RIBEIRÃO ONÇA	73
5.1. Da nascente à foz	74
5.2. Baixo Onça: histórias de luta a partir de um rio	79
5.3. COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa	85
5.3.1. Eventos anuais do Movimento	87
5.3.2. “Meta 2025: Nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça”	101
5.3.3. Conquistas do COMUPRA e do Movimento	113
6. PARTICIPAÇÃO	123
6.1. Planejamento participativo, processos participativos, participação popular	126
6.2. Introdução às hortas urbanas	132
6.2.1. Projeto CSA Bai Onça: alternativas possíveis	138
6.2.2. Frentes de atuação no projeto CSA Bai Onça	145
6.2.2.1. Colaboradores do projeto	151
6.2.2.2. Organização da equipe	151
6.2.2.3. “Grupos de apoio cotidiano”	153
6.2.2.4. Associados CSA Bai Onça	154
6.2.3. Desafios e potencialidades do projeto CSA Bai Onça	156
6.2.3.1. Agregando mais associados	156
6.2.3.2. Formando o preço das cestas	157
6.3. Economia solidária, agroecologia e política urbana: a experiência do CSA Bai Onça	162

6.4. Considerações sobre as insurgências do Baixo Onça	166
6.4.1. Alcance do COMUPRA e do Movimento	172
6.5. Minha experiência no Baixo Onça	175
7. A TÍTULO DE CONCLUSÃO	177
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
9. APÊNDICES	203
APÊNDICE A - Proposta de diretrizes para a Meta 2025: Nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça	203
APÊNDICE B - Tabela de referência para fornecimento de produtos agroecológicos	209
APÊNDICE C - Tabela de precificação das cestas do CSA Bai Onça por região	219
10. ANEXOS	228
ANEXO 1 - Prêmio ONU-Habitat 2019: “Comunidade no vale: novos usos para as margens do Ribeirão Onça”	228

1. INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras formas de acesso ao *direito à cidade*, este estudo se concentra nas apropriações dos espaços urbanos por parte dos grupos sociais em busca de direitos básicos - como um processo de reivindicação e transformação partindo da insatisfação recorrente de imposições capitalistas - prioritariamente no contexto da periferia da cidade de Belo Horizonte, especificamente na região do Baixo Onça. Compreendo que esta região, inserida nas regionais norte e nordeste de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia, pode ser tratada como um território periférico a partir das classificações apresentadas pelo autor Tiaraju Pablo D'Andrea, especialmente quando traço um diálogo entre este e o teórico decolonial peruano Aníbal Quijano. Segundo Quijano, “o que nos define é o tempo de deslocamento”, argumento confirmado por D'Andrea ao discutir a *distância* e a *pobreza*¹ como fatores definitivos para identificação dos territórios periféricos.

Parto da concepção Lefebvriana para estudar a perspectiva do direito à cidade sobre as lutas urbanas. A preferência por esta visão é devido a sua extensa produção bibliográfica sobre o tema e enquanto autor da terminologia do *direito à cidade*. Me parece muito interessante adaptar a crítica de Lefebvre da ordem capital da sociedade à insurgência crítica do neoliberalismo urbano no contexto das grandes cidades brasileiras, sendo possível traduzir os criticismos do fenômeno urbano do século XVIII ao XX à contemporaneidade. Tendo como base a argumentação Lefebvriana no que diz respeito à utopia urbana e à alienação do espaço, é possível afirmar que “o espaço é político”.²

Ao dedicar seus estudos às obras de Henri Lefebvre postuladas ao final do século XX, David Harvey anuncia o direito à cidade como um direito comum - muito mais do que um direito individual de acesso aos recursos humanos - mas como aquele que diz sobre o exercício coletivo³ de transformação, *o direito de mudar a*

¹ O termo *pobreza* é aqui utilizado não em sentido pejorativo, mas como uma crítica: “Periferia continha e negava violência e pobreza. Continha porque, como denúncia, afirmava o conceito nesses dois fenômenos. Negava porque queria superar tais fenômenos. [...] Aos poucos, o significado de periferia passava a englobar também cultura e potência.” (D'ANDREA, 2020, p. 24-25).

² LEFEBVRE, *Espaço e política: O direito à cidade II*, [1972] 2016, p. 71. Entende-se por política o “[...] projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento.” (MBEMBE, 2018, p. 8-9).

³ Segundo Mesquita, o coletivismo é a base da produção estética, de suas trocas e intercâmbios criativos e, portanto, os coletivos surgem quando são necessários: “um coletivo é uma rede que mapeia muitos pontos, incluindo aqueles que estão em outros planos de tempo.” (DIAMOND apud MESQUITA, 2011, p. 50).

nós mesmos mudando a cidade: “A liberdade para fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos é um dos mais preciosos e por ora mais negligenciados dos nossos direitos humanos”.⁴ Na tentativa de resgatar discussões semânticas presentes no conceito, é possível situá-lo em formulações sobre a gramática das práticas sociais insurgentes, pois, como afirma Silvia Federici, “[...] se o senso comum tem algum significado, deve ser a produção de nós mesmos como um assunto comum.”⁵

É importante contextualizar a obra de Lefebvre (*O direito à cidade*) ao “caldeirão político” experimentado no ano de publicação, marcado pelas revoltas estudantis de maio de 1968 e dos movimentos civis nos Estados Unidos, representando uma lente crítica e um ato por mudança na produção acadêmica. Foi ainda neste cenário, no ano de 1969, que a versão portuguesa e espanhola traduzida foi publicada na América Latina, concomitante às emergências enfrentadas no contexto latino-americano que representavam a clara necessidade da abordagem e discussão da temática.

O direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência. [...] O direito à vida urbana, transformadora, renovada [...] conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. [...] Direito à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais. A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca).⁶

Atualmente é possível adequar a abordagem do direito à cidade à demanda reivindicatória estabelecida pelas lutas urbanas contemporâneas que, em suas vivências, fazem alusão às implicações do debate político e socioespacial proposto pelo autor. Contudo, acredito ser necessário ir para além destas leituras e incorporar a discussão do direito à cidade atualizado por pensadores contemporâneos que desenvolvem suas reflexões sobre o contexto latino-americano de lutas e reivindicações, ao considerar a leitura decolonial e a visão de diversidade sobre tal.

⁴ HARVEY, *The right to the city*, 2008, p. 23.

⁵ FEDERICI, *O feminismo e a política dos comuns*, 2019, p. 404. Apesar de não aprofundar no conceito do *comum*, procuro compreendê-lo a partir das discussões propostas pelos autores Dardot & Laval (2017); Federici (2019); Hardt & Negri (2016); Stavrides (2016); Tonucci Filho (2017).

⁶ LEFEBVRE, *O direito à cidade*, [1969] 2001, p. 117-118-139.

Neste sentido, os escritos dos geógrafos Marcelo Lopes de Souza⁷; Timo Bartholl⁸ e do jornalista e teórico político, Raúl Zibechi⁹, são fundamentais para a estruturação desta pesquisa. A partir disso, analiso o complexo territorial urbano do Baixo Onça, segundo a noção de periferia e dos conceitos derivados da mesma, postulados por Tiaraju Pablo D'Andrea.¹⁰ As discussões sobre periferia e os conceitos para fundamentação do termo estão presentes no Capítulo 4 desta dissertação.

É essencial enaltecer a produção de diversas autoras que contribuem para formulação deste trabalho a partir das reflexões e proposição de conceitos que englobam os temas: *comum; cotidiano; cuidado; afeto; feminismo; ecofeminismo; raça; decolonialidade; diálogo; horizontalizade; prática; agroecologia; natureza; organização; periferia; pesquisa participante; política; planejamento urbano; etc.*,

⁷ Marcelo Lopes de Souza é geógrafo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado na mesma universidade e doutorado na Universidade Tübingen, na Alemanha (1993). Atualmente é professor titular na UFRJ. Os livros "A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades" (2006), "Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas" (2010), "Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial" (2013) e "Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: Escritos de divulgação científica e análise política" (2015) e, sobretudo, o artigo "Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta" são bibliografias que foram profundamente estudadas para o desenvolvimento do trabalho em questão.

⁸ Timo Bartholl é formado em "Geografia dos Países em Desenvolvimento com Foco na América Latina" pela Universidade Eberhard-Karls de Tübingen, na Alemanha (2006), é mestre e doutor em Geografia (Ordenamento Territorial Urbano-Regional) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2015). O geógrafo-militante é uma referência muito cara para esta pesquisa por compartilhar suas experiências de investigação militante na zona norte do Rio de Janeiro, traduzindo na escrita não apenas detalhes de sua atuação em campo, mas seu método para o desenvolvimento de conceitos extremamente pertinentes para análise sobre *territórios de resistência* (ZIBECHI, 2015), sobretudo a partir da vivência de *sujeitos periféricos* (D'ANDREA, 2022). Em sua tese de doutorado - "Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas" - Bartholl apresenta ações desenvolvidas enquanto integrante do Coletivo e espaço comunitário "Roça" na favela do Timbau/Maré, em que começou a atuar anteriormente ao ingresso no curso de doutorado, demonstrando, assim, a relevância de seu papel político enquanto morador, ativista e militante da favela da Maré para além do papel de pesquisador.

⁹ O jornalista, escritor, militante e teórico político Raúl Zibechi, nascido em Montevideu, no Uruguai, desenvolveu sua teoria social crítica em torno do conceito "territórios de resistência" no livro "*Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias latinoamericanas*" (2008), uma referência primordial para o trabalho de Timo Bartholl (2015). As postulações pós-coloniais sobre as experiências latino-americanas engrandecem o projeto de desvencilhamento da produção acadêmica brasileira submetida e forjada em produções advindas do norte global, que sobretudo contribuem para a manutenção de um projeto colonial sobre o saber.

¹⁰ Tiaraju Pablo D'Andrea é morador da zona leste de São Paulo, músico, cientista social, filósofo, mestre em Sociologia Urbana pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Sociologia da Cultura com estágio doutoral na *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS), em Paris, pós-doutor em Filosofia, professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) do Campus Zona Leste/Instituto das Cidades e coordenador do Centro de Estudos Periféricos (CEP). No últimos 3 anos, Tiaraju publicou os livros "A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: Cultura e Política na periferia de São Paulo" (2022), "40 ideias de periferia: História, conjuntura e pós-pandemia" (2020) e organizou o livro "Reflexões periféricas: Propostas em movimento para a reinvenção das quebradas" (2021), fruto de uma pesquisa realizada pelo CEP.

sendo estas: Angela Davis (2007); Chantal Mouffe (2000); Cristiane Borda (2022); Daniela Almeida (2015); Ermínia Maricato (1982); Ester Limonad (2021); Eunice Durham (1986); Evelina Dagnino (1994); Faranak Miraftab (2009); Flávia Galizoni (2013); Hannah Arendt (1989); Heloisa Costa (2015); Jeanne Favret-Saada (2005); Jera Guarani (2020); Judith Butler (2017); Lélia Gonzalez (1988); Luciana Ballestrin (2013); Maria da Glória Gohn (2013); Maria do Livramento Clementino (2021); Margarete Silva (2013); Renata Marquez (2020); Rita Velloso (2022); Rose Compans (2007); Silvia Federici (2019); Vera Telles (1990); Yuderkys Espinosa (2009) e várias outras. Apesar de não serem aqui apresentadas a partir de seus métodos de pesquisa¹¹, são igualmente essenciais para a construção do trabalho, sobretudo para estabelecer uma análise estratégica das lutas urbanas que possuem como principais agentes mulheres negras e periféricas, de modo a desmistificar o essencialismo da luta de classes substituindo pelo pluralismo das lutas antirracistas, feministas, etc.¹²

Se a experiência da luta urbana é a própria “contracondução”¹³ - ao pensar a partir de formas *outras* de se fazer política urbana - abordo nesta perspectiva a insurreição¹⁴ na pluralidade de suas subjetividades, ao tratar de modos da vida cotidiana¹⁵ a partir de experiências coletivas e comunitárias. Nas insurgências aqui levantadas,

põe-se o princípio da comunidade: estabelece-se uma adesão às mesmas práticas, forma-se um vínculo que revela a cada um, sua existência para fora de si. [...] Não são manifestações por representação política, mas para colocar em movimento uma nova gramática para a vida política em comum, que é expressão do direito de resistência: o direito de defender qualquer coisa que seja digna de perdurar.¹⁶

Ao compreender como as diversas formas de disciplinamento da cidade pelo Estado atravessam o debate sobre a configuração socioespacial das lutas urbanas,

¹¹ Com exceção de Velloso (2022).

¹² GOHN, *Sociologia dos movimentos sociais*, 2013, p. 14-15.

¹³ O termo "contra-condução" é aqui aplicado segundo Foucault (2008, p. 266), em que apresenta a contraconduta como uma "luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros", uma forma de resistência às técnicas dominantes de governo.

¹⁴ Rita Velloso (2022, p. 21-44) define como *arquiteturas da insurreição* “[...] um conjunto de acontecimentos na história das cidades [...] acontecimentos esses que são parte componente da constelação do urbano.” Nesse sentido, toda *insurreição urbana* representa “[...] um uso do espaço que é disruptivo da lógica do capital.”

¹⁵ Os modos de vida e imaginários das populações periféricas são marcados por uma série de processos sociais vividos nas periferias urbanas brasileiras nas décadas de 80 e 90 a partir de uma construção cultural. (D’ANDREA, 2022).

¹⁶ VELLOSO; LISITA; ALBUQUERQUE, *Virtualidade como práxis: quando o urbano é reconfigurado por subjetividades em movimento e práticas espaciais dissidentes*, 2021, p. 216.

torna-se possível estabelecer uma discussão sobre a periferia para além da expressão performática, ao captar a dimensão material das lutas, sobretudo a partir da forma como se organizam e se estabelecem no cotidiano. No Capítulo 3, no intuito de elaborar uma caracterização do Movimento, realizei uma leitura histórica dos movimentos sociais no Brasil desde a década de 70 para compreender os conceitos de cotidiano, organização e escala. A discussão sobre movimentos sociais que questionam o espaço urbano subordinado à lógica capitalista - mais especificamente ao neoliberalismo¹⁷ - é, nesta perspectiva, uma discussão epistemológica. Falar sobre outros modos de viver é falar sobre outros modos de pensar, de conhecer, de nomear. É uma discussão, ao mesmo tempo, política e de conhecimento, que seria característica de uma “filosofia vivida”.¹⁸

Partindo do ponto de vista das sociedades urbanas que desenvolvem suas práticas de resistência nas periferias, a investigação militante se torna o método desta pesquisa. Procuo analisar estas manifestações para compreender as diversas possibilidades intrínsecas ao direito à cidade e, assim, confirmar as pluralidades presentes neste conceito e nas urbanidades. É possível assimilar a reivindicação ao direito à cidade como um catalisador da desobediência civil, que atesta todas as formas de resistência ao sistema capitalista neoliberal e defende a produção coletiva do espaço. É nessa maneira particular de apropriação do espaço, nessa contraconduta, que o Movimento¹⁹ Deixem o Onça Beber Água Limpa repercute em

¹⁷ Estabeleço a leitura sobre o neoliberalismo a partir dos escritos de Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 203): “O neoliberalismo, como modelo de política econômica (crença reforçada no livre mercado e no “Estado mínimo”, privatizações, etc.), não surgiu nos anos 1970 e 1980. A eleição de Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica em 1979 e a ascensão do *reaganomics* (política econômica do governo Ronald Reagan) após a eleição de Reagan para a Presidência dos Estados Unidos, no ano seguinte, foram marcos simbólicos e práticos importantes, porém a implementação daquela agenda só se tornou possível na esteira da crise do capitalismo que, agravando-se ao longo da década de 1970 com os dois choques do petróleo, forçou e catalisou transformações tanto econômicas-tecnológicas (“Terceira Revolução Industrial”, aumento de produtividade, novas ondas de desemprego tecnológico, incremento da extração da mais-valia relativa, consolidação da globalização econômico-financeira) quanto políticas-econômicas e econômico-político-sociais (enfraquecimento das políticas econômicas keynesianas e dos sindicatos, postura cada vez mais defensiva e mesmo conservadora dos partidos social-democratas). Desenvolvido como abordagem de política econômica já nos anos 1930 e posteriormente identificado com (e popularizado por) nomes como Friedrich Hayek, o neoliberalismo entrou em relativo ocaso durante os “Trinta Gloriosos”, dominados ideologicamente, no campo burocrático-gestorial, pelo keynesianismo, sendo (re)convocado como ideologia e enfoque básico do capitalismo somente a partir da década de 1980, servindo ao mesmo tempo como expressão das propostas mais reacionárias, antenadas com os interesses de uma boa parcela do empresariado e também da classe média ressentida com o Estado.”

¹⁸ Esta consideração sobre a minha pesquisa foi elaborada por Elisa Porto Marques, pesquisadora integrante do Cosmópolis EA/UFGM e membra da minha banca de mestrado.

¹⁹ Optei por usar a palavra “movimento” com M maiúsculo quando faço referência ao Movimento “Deixem o Onça Beber Água Limpa” e “movimento” com M minúsculo quando não estou fazendo referência direta a um movimento específico.

um pensamento de cidade possível - da periferia para o centro ou que irradia para todos os lados ou, ainda, para o *caminho das águas*. No Capítulo 5, apresento o Ribeirão Onça como ponto de partida e de chegada das histórias e narrativas da população ribeirinha do Baixo Onça.

Este *afetamento do território pela presença humana*, para usar as palavras de Muniz Sodré, se traduz em projetos autogestionados pela própria comunidade e, por outro lado, por ações realizadas em parceria com governos, universidades, escolas e instituições diversas. No capítulo 6, procurei perceber as estratégias de pensar e agir do coletivo organizado, que revela a transescalaridade presente nas ações do Movimento encontrada no conceito da *institucionalidade instituinte*. Apresenta a perspectiva da *participação* por meio da descrição do projeto de agroecologia urbana do COMUPRA, o CSA Bai Onça (Comunidade Solidária em Agroecologia). Os conceitos de espaço, território e classe, bem como as discussões sobre política urbana; participação popular; economia solidária; planejamento participativo; partilha; autogestão e autonomia são trazidos para o visível por meio da reflexão sobre as redes tecidas durante a consolidação do projeto.

Por fim, esta pesquisa é uma forma de situar os coletivos organizados no centro do campo de estudo das Ciências Sociais. Esta é também uma maneira de criticar a subestimação dos estudos urbanísticos em reverência aos estudos arquitetônicos tradicionais, que muitas vezes serão aplicados em realidades que atendem apenas os interesses da pequena camada elitista da população, do mercado e do Estado neoliberal. A relevância deste tema está em evidenciar os interesses de indivíduos que podem encontrar forças nas urbanidades e, acima disso, explicitar as diferentes formas de se reivindicar o direito à cidade como apelo de retorno aos valores de uso, de modo a representar o resgate da cidade pela construção coletiva.²⁰

A metalinguagem faz emergir o método desta pesquisa. Através de uma trajetória traçada anteriormente à pesquisa, estabeleci vínculos com o território, permiti adentrar-me em relações simbólicas de afeto, me posicionei frente a uma causa. A vida cotidiana de um movimento - a qual minha vida cotidiana se aproximou - me ocasionou o pensar e agir *militante*. Desta forma, estabeleci uma relação com o que viria a ser o meu método, apresentado no capítulo a seguir.

²⁰ LEFEBVRE, *Espaço e política: O direito à cidade II*, [1972] 2016, p. 71.

2. MÉTODO

Método, para a pesquisa das insurreições urbanas, é interromper, descontinuar, somar os tempos de sobrevivência, a duração de um edifício, de um lugar, escavar os vestígios de um uso. É ação de reconhecimento e partilhamento do que aconteceu - o que passou não é mudo! Cada passado, se partilhado, está carregado do presente de cada instante.²¹

2.1. Investigação militante

Como método, estabeleço um paralelo entre produções do campo das Ciências Sociais, Antropologia, Filosofia, Geografia, Psicologia e Sociologia para trabalhar com a *investigação militante*. Diversos fenômenos, autores e conceitos são estudados e relacionados para construção desta pesquisa. Nesse sentido, elaborei *constelações* como um guia para a formulação de um pensamento em torno dos aspectos basilares sobre os quais a pesquisa se desenvolve: o *método*, a caracterização do *movimento*, as discussões sobre a *periferia* e as experiências da *participação*.

Para compreender a investigação militante e, sobretudo, o papel do pesquisador militante, busco as derivações deste campo metodológico na pesquisa-ação e em seus desdobramentos a partir da análise histórica apresentada por Timo Bartholl.²² As abordagens da pesquisa-ação estiveram presentes nas entrevistas realizadas por Karl Marx (1818-1883) em 1880, denominadas *enquêtes ouvrières*²³, e no projeto de pesquisa da fábrica de Hawthorne, desenvolvido pela equipe de pesquisadores coordenada por Elton Mayo (1880-1949) entre 1927 e 1932. Contudo, o termo *action research* só é aplicado em 1940 pelo psicólogo social Kurt Lewin (1890-1947) e por John Collier (1850-1934), comissário para assuntos indígenas nos Estados Unidos.²⁴ O sociólogo Michel Jean Marie Thiollent dissemina o termo no Brasil na década de 1980 a partir do trabalho *Metodologia da pesquisa-ação*²⁵, em que aborda as “estratégias de conhecimento, concepção e organização”, bem como as “áreas de aplicação” da pesquisa-ação. Esta é

²¹ VELLOSO, *Narrar por constelações: pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, [2020] 2022, p. 54-55.

²² BARTHOLL, *Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas*, 2015.

²³ MARX, *Enquêtes Ouvrières*, 1880.

²⁴ SEGEBART [2007] apud BARTHOLL, op. cit., p. 81.

²⁵ THIOLLENT, *Metodologia da pesquisa-ação*, 1986.

apresentada como um “[...] compromisso entre os pesquisadores e os elementos ativos da situação pesquisada”.²⁶

Os escritos de Carlos Rodrigues Brandão²⁷ são fundamentais para compreender a *pesquisa participante*. No texto “Pesquisar-participar”, inserido em sua coletânea “Repensando a Pesquisa Participante”²⁸, o autor estabelece um paralelo entre a *observação participante*, proposta por Malinowski (1884-1942)²⁹, e a *participação na pesquisa*, de Marx. Segundo Brandão,

Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história. Antes da relação pessoal da convivência e da relação pessoalmente política do compromisso, era fácil e barato mandar que ‘auxiliares de pesquisa’ aplicassem centenas de questionários apressados entre outros que, escolhidos através de amostragens ao acaso ‘antes’, seriam reduzidos a porcentagens sem sujeitos ‘depois’. Isto é bastante mais difícil quando o pesquisador convive com pessoas reais e, através delas, com culturas, grupos sociais e classes populares. Quando comparte com elas momentos redutores da distância do outro no interior do seu cotidiano. [...] A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. Está inventada a pesquisa participante.³⁰

A psicóloga Patrícia Hill Collins, reconhecida por seus estudos sobre o feminismo negro³¹, propõe a observação participante (*outside within*) como uma alternativa metodológica para pesquisas em que a perspectiva do narrador é uma contribuição importante para o alargamento das perspectivas de injustiça.³² Entende-se que a pesquisa participante é orientada para a educação e para a ação. Segundo Grossi, “[...] a tentativa da pesquisa participante foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração do conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo ‘acadêmico’ e o ‘irreal’,

²⁶ THIOLENT [1986] apud BARTHOLL, op. cit., p. 75.

²⁷ Psicólogo, antropólogo e doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP).

²⁸ BRANDÃO, *Pesquisar-Participar*, 1984, p. 7-14.

²⁹ Bronisław Kasper Malinowski foi um antropólogo polaco considerado um dos fundadores da antropologia social.

³⁰ BRANDÃO, op. cit., p. 11-13.

³¹ COLLINS, *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, 2016, p. 99-127.

³² COLLINS apud CAMPELLO, *Crítica dos afetos*, 2022, p. 64.

entre intelectuais e trabalhadores, entre ciência e a vida”.³³ Para Paulo Freire, a pesquisa participante é

um método alternativo cuja captação da realidade se dá na relação dialética entre objetividade e subjetividade. [...] A pesquisa como ato de conhecimento tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais, de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta.³⁴

A investigação militante se forma não como um resultado destas experiências de pesquisa, mas como um processo desenvolvido ao longo dos anos e em espaços diferentes, aplicada nas experiências dos pesquisadores que buscam uma aproximação com os sujeitos e o território em que estão inseridos. Assim como Bartholl, discute-se a investigação militante como uma interface entre as Ciências Sociais e os movimentos de resistência, em que a pesquisa foca em ações específicas de resistência e/ou militância.³⁵

Militant research não é meramente uma tarefa especializada, um processo que envolve aqueles tradicionalmente pensados como serem os pesquisadores. É uma intensificação e um aprofundamento do político. *Militant research* parte de compreensões, experiências e relações geradas através de organizar [suas lutas], como método da ação política e como forma de conhecimento.³⁶

Como apoio teórico, as discussões propostas pelo Colectivo Situaciones sobre a “*militancia de investigación*”;³⁷ o diálogo de saberes proposto por inúmeros

³³ GROSSI, *Socio-political implications of participatory research*, 1981. Tradução minha.

³⁴ FREIRE apud SANTANA, *Formação do Urbanista para a participação comunitária*, [1986] 2013, p. 60.

³⁵ Martin Luther King afirmava que a “militância” está relacionada com a persistência: “Militância [...] pressupõe um grau de entrega, seriedade e compromisso que geralmente não está presente no ativismo, assim como o desenvolvimento de um trabalho regular que busque envolver na luta revolucionária os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade. Militância também pressupõe um trabalho de longo prazo onde o militante verdadeiramente comprometido vê-se obrigado a reorganizar sua própria vida, abrir mão de muita coisa, enfim, transformar sua própria vida em prática militante.” (COLETIVO ANARQUISTA LUTA LIBERTÁRIA apud BARTHOLL, p. 145). No pensamento de Rosa Luxemburgo, o primeiro dever do militante político é seguir o desenvolvimento dos tempos e considerar as mudanças no mundo moderno e as transformações das estratégias de batalha. (LUXEMBURGO apud NASCIMENTO, *Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: Autonomia e autogestão*, p. 113). A ação de militância na pesquisa é, portanto, “[...] uma ferramenta de reflexão da luta para fortalecê-la [...] pelo fato de ser uma investigação exercida num contexto de militância por alguém envolvido e inserido diretamente nos próprios processos pesquisados. [...] Somente um olhar próximo, de dentro, e uma identificação com movimentos e sujeitos em questão podem levar a reflexões que facilitam de fato a compreensão e podem fortalecer as práticas de resistência.” (BARTHOLL, 2015, p. 75-77).

³⁶ SHUKATIS & GRAEBER apud BARTHOLL, op. cit., p. 107.

³⁷ Colectivo Situaciones, *Sobre el militante investigador*, 2003.

autores das ciências humanas e sociais³⁸; as definições de Fals Borda do “*sentipensamiento*”³⁹ e de Arturo Escobar sobre o “*sentipensar con la tierra*”⁴⁰, serão guias para esta investigação militante sobre movimentos urbanos periféricos-(auto)emancipatórios, sobretudo em prol da causa socioambiental. Iniciando pela *militancia de investigación*, o Colectivo Situaciones, na Argentina, se baseia em experiências de lutas sociais latino-americanas para elaborar uma hipótese sobre a possibilidade e a necessidade da construção de contrapoderes, dando enfoque à importância dos saberes subalternos nessa construção, sendo o próprio militante investigador aquele que se relaciona com estes saberes e, ao mesmo tempo, assume a postura do “não-saber”.⁴¹ Neste sentido, o caráter da *militancia de investigación* se fundamenta na [1] motivação que sustenta a investigação; [2] no caráter prático da investigação; [3] no valor do investigado e [4] no seu procedimento efetivo, no qual o desenvolvimento é parte do resultado (processo). A *militancia de investigación* é uma composição de vontades, fundamentada nos valores do amor e da amizade na tentativa de criar as “paixões alegres” de Spinoza⁴², que partem e aumentam a potência de todas e todos os envolvidos e produzem saberes úteis.⁴³

Em uma prática libertadora⁴⁴, há uma participação real dos cidadãos, partida da reflexão crítica e do intercâmbio de saberes, de modo que todos os envolvidos exercem um papel fundamental no desenho de planos e na consolidação das ideias. Ao criar esse diálogo horizontal, define-se como princípio que todos podem contribuir, seja a partir da técnica ou das experiências. O processo de uma prática libertadora se torna mais complexo e extenso que aquele verticalizado orientado pela técnica, porque considera diferentes fatores, aumentando ainda mais os desafios. Entretanto, estimula o diálogo, pensamento crítico, envolvimento dos indivíduos em causas coletivas e na construção de saberes, e isso é igualmente importante - ou até mais - do que o resultado em si. Segundo Paulo Freire, o diálogo

³⁸ Me interessam, sobretudo, os escritos de Paulo Freire (1980; 1984; 1996; 1992) e as discussões de teóricos decoloniais sobre o tema (Dussel, 1995; Quijano, 2005; Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007; Mignolo, 2007; Porto-Gonçalves, 2007; Escobar, 2014; Cruz, 2017; Haesbaert, 2021).

³⁹ BORDA, *Una sociología sentipensante para América Latina*, 2009.

⁴⁰ ESCOBAR, *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*, 2014.

⁴¹ Colectivo Situaciones apud BARTHOLL, op. cit., p. 110.

⁴² SPINOZA, *Ética segundo a ordem geométrica*, 2009.

⁴³ Colectivo Situaciones apud BARTHOLL, op. cit., p. 313.

⁴⁴ FREIRE, *Educação como prática da liberdade*, 1984.

entre os saberes é extremamente importante para o desenvolvimento do processo democrático.⁴⁵

Bartholl classifica os inúmeros “saberes” como “saberes-fazeres emancipatórios”, “saberes-com emancipatórios” e “saber-sobre de dominação”. Dentre estes, se destacam os “saberes-fazeres emancipatórios” e “saberes-com emancipatórios”. O saber da auto-emancipação e da auto-instituição são aqueles que caminham rumo à libertação da dominação. Os saberes-fazeres são “saberes da prática resistente e insistente”, também compostos por reflexões em busca do (auto)conhecimento. Por outro lado, “[...] saberes-com são saberes emancipatórios que não dão rumo, mas dialogam com saberes-fazeres que encontram rumo nas práticas de resistência em meio às quais surgem e se geram”. O diálogo se consolida, portanto, entre os “saberes-com especializados e saberes-fazeres territorializados”.⁴⁶ Nesta pesquisa, o diálogo de saberes é o principal condutor para compreender as dinâmicas disruptivas e as pautas reivindicatórias ao direito à cidade do movimento social em questão. Portanto, é fundamental elucidar experiências práticas e epistemológicas produzidas pelo sul global. Busca-se estabelecer o diálogo entre uma diversidade de saberes e práticas que ganham sentido ao relacionar “saberes científicos, saberes dos movimentos sociais e saberes dos espaços populares urbanos [...] à dimensão do fazer geográfico, da militância e da convivência nos territórios das classes periféricas.”⁴⁷

Por fim, o “*sentipensamiento*”, conceito expresso pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1925-2008) é caro a esta pesquisa pelo seu significado e, também, por ser inspirado na experiência de populações ribeirinhas.

Fals Borda conheceu e impressionou-se com a cultura ribeirinha, uma cultura marcada pela relação íntima e integrada dos ribeirinhos com a água e a terra de sua região. Assim, os ribeirinhos estariam preparados tecnicamente para um ‘rico modo de vida’, uma vida anfíbia, à beira do rio: *‘[Los ribereños] inventaron por ejemplo el concepto de ‘sentipensante’. Es el ‘sentipensante’ que aparece en mis libros, eso no lo inventé yo, eso fue allí [en los sitios junto a los ribereños en la región caribeña La Grande Magdalena] (...). Un pescador que iba conmigo dijo: ‘mira nosotros de realidad creemos que actuamos con el corazón, pero también empleamos la*

⁴⁵ Idem, *Política e educação*, 2020, p. 90.

⁴⁶ BARTHOLL, op. cit. p. 135.

⁴⁷ Ibidem, p. 116.

cabeza. Y cuando combinamos las dos cosas, así somos sentipensantes. Concepto tan sencillo, cierto, se entiende, es muy bonito,⁴⁸

Segundo o autor, a cultura ribeirinha é a arte de viver ao pé do rio ou de uma serra. Apenas os ribeirinhos são capazes de explicar como se dá a cultura ribeirinha, sendo que a partir dessa vivência é possível presenciar também uma *vida anfíbia*, ou seja, aquela que combina as águas e a terra - *a pesca, a agricultura e a casa*. Essa cultura do rio vem sendo ameaçada pela mentalidade capitalista, levando a perda da essência de uma vida propriamente ribeirinha.⁴⁹

Arturo Escobar, antropólogo e pensador decolonial colombiano, publicou na Biblioteca do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) o livro “*Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*”, em que recupera o pensamento de Fals Borda e o complementa: “*Sentipensar con el territorio implica pensar desde el corazón y desde la mente, o corazonar, como bien lo enuncian colegas de Chiapas inspirados en la experiencia zapatista; es la forma en que las comunidades territorializadas han aprendido el arte de vivir.*”⁵⁰ Em sua obra, Escobar dialoga, a partir da teoria crítica, sobre o desenvolvimento e a modernidade na América Latina ao trabalhar com as noções de colonialidade, comunidade, raça e gênero. Ao delinear o campo da “ontologia política”⁵¹, o autor elucida possíveis futuros diante os efeitos da modernidade e da colonialidade.⁵² Sobre o *sentipensar con la tierra*, nos interessa principalmente uma leitura político-afetiva do termo, ou seja, as formas de interpretá-lo e aplicá-lo no que diz respeito às relações dos seres com a natureza. Convém compreendê-lo da mesma forma proposta pelos movimentos sociais:

⁴⁸ Esta citação é uma transcrição do vídeo “Orlando Fals Borda - Sentipensante” retirada da tese de Timo Bartholl (2015, p. 99). É possível acessar o vídeo pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=LbJWgetRuMo>>.

⁴⁹ As discussões sobre o “*sentipensamiento*” aparecem também nos escritos de Eduardo Galeano (1940-2015), representando a ideia central em sua filosofia literária.

⁵⁰ ESCOBAR, op. cit., p. 16.

⁵¹ “*El concepto de ontología política busca resaltar tanto la dimensión política de la ontología como la dimensión ontológica de la política. Por un lado, toda ontología o visión del mundo crea una forma particular de ver y hacer la política; por el otro, muchos conflictos políticos nos refieren a premisas fundamentales sobre lo que son el mundo, lo real y la vida; es decir, a ontologías. La ontología política busca entender el hecho de que todo conjunto de prácticas enactúa un mundo, aun en los campos de la ciencia y la tecnología; los cuales se presuponen neutrales y libres de valores, además de universales.*” (ESCOBAR, 2014, p. 13).

⁵² Neste ponto da discussão, cabe situar a obra de Quijano (1991) que destaca tal fenômeno: “A modernidade, o capital e a América Latina nasceram todos no mesmo dia.”

[...] *propuestas de algunos movimientos sociales (indígenas, afrodescendientes, ambientalistas, campesinos y de mujeres) sobre las cuestiones de tierra y territorio están a la vanguardia del pensamiento sobre estos temas [jerarquías del conocimiento] (y de algunos otros, tales como la autonomía alimentaria, por ejemplo, y los modelos alternativos de desarrollo), y que no son rezagos del pasado, ni expresiones románticas que la realidad se encargará de desvirtuar.*⁵³

A leitura sobre os movimentos sociais deve ser realizada - na ótica do “*sentipensar*” - a partir da dimensão [1] da terra; [2] dos imaginários de transição e do [3] paradigma da realocação, pois dessa forma é possível expandir para além de um espectro utópico ou romântico sobre os movimentos sociais, torna-se possível analisá-los pelo que representam: “[...] *la defensa de la vida y la esperanza de otros mundos posibles.*”⁵⁴

2.2. O cuidado, o relacional e o local

Para discutir o espaço do investigador-militante frente a sua pesquisa, traça-se um paralelo entre o papel do historiador e a obra narrada: “Uma vez que o historiador está necessariamente implicado no que narra, há que se levar em conta, na narrativa da obra, o papel que ali desempenha o presente em que vive esse mesmo historiador.”⁵⁵ Aquele que pesquisa enquanto milita age como sujeito em movimento, que reflete e contribui com os processos coletivos a partir de suas experiências e ferramentas de compreensão e análise.⁵⁶

Este caráter relacional do pensamento nos leva também a refletir sobre o “pensar com cuidado”, “pensar cuidadoso” ou “pensar aproximado”. Como afirma Bella Casa⁵⁷, o pensar com os “outros” é um movimento na direção de *viver* com eles.⁵⁸ Por intermédio de um objetivo comum, o que se busca com a força estabelecida por um grupo organizado é a aproximação à uma prática do cuidado como política. Segundo a cientista política norte-americana, Joan Tronto, dentre os aspectos fundamentais para imaginar um mundo organizado para o cuidado, é

⁵³ ESCOBAR, op. cit., p. 14.

⁵⁴ Ibidem, p. 14-15-16.

⁵⁵ VELLOSO, *Narrar por constelações: pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, [2020] 2022, p. 55.

⁵⁶ BARTHOLL, op. cit.

⁵⁷ María Puig de la Bella Casa é doutora em Filosofia pela Universidade Livre de Bruxelas (2002) e professora na Universidade de Warwick. Marques (2022) me apresenta à autora ao trabalhar sua obra em sua pesquisa, sobretudo no que diz respeito às concepções feministas desenvolvidas por Bella Casa tendo o cuidado como perspectiva.

⁵⁸ BELLA CASA, *Matters of care: Speculative ethics in more than human worlds*, 2017, p. 16-17.

necessário que nos concentremos na política, ao reconhecer o debate e o diálogo entre as relações de poder dentro e fora das organizações de poder competitivo e dominador em acordo com um propósito comum.⁵⁹ Cabe ao pesquisador das Ciências Sociais, sobretudo àqueles que se situam no campo urbano, questionar-se sobre a perspectiva do cuidado no planejamento. Emma Power e Miriam Williams afirmam que os urbanistas expandiram suas ideias sobre cidades sustentáveis, cidades resilientes, *smart cities*, cidades criativas, cidades justas e cidades compartilhadas, mas por que não sobre as “[...] cidades do cuidado? Seria possível que as cidades pudessem ser julgadas não por quão economicamente competitivas elas são, mas por como elas podem facilitar o cuidado para as pessoas, para os planetas, os animais e as gerações futuras?”⁶⁰

É essencial tratar também sobre a questão do *afeto* nas relações sociais estabelecidas pelo investigador-militante. O livro “Crítica dos afetos”, de autoria do filósofo pernambucano Filipe Campello, apresenta uma discussão sobre as experiências de afeto frente às injustiças, tendo em vista *horizontes comuns da crítica*.⁶¹ Desde teorias da filosofia moderna, passando pela teoria crítica até as teorias decoloniais, Campello defende que

[...] o político define as formas de sermos afetados. [...] Afetos não são propriedades individuais, mas modos de relação social. Eles são a expressão da forma com que sociedades definem suas condições de possibilidade de experiência. [...] No seu fundamento mais profundo, ‘política’ é uma crítica dos afetos.⁶²

Segundo a antropóloga tunisiana Fravet-Saada, o afeto não tem nada a ver com a empatia. Quando o pesquisador compartilha percepções, sensações e pensamentos com o grupo pesquisado, é comum ser bombardeado por intensidades específicas, chamadas de afetos. Geralmente, esses sentimentos são colocados em lugares não significáveis e, neste sentido, a autora defende que “[...] esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los”.⁶³ Uma questão fundamental neste momento é não refutar o afeto na

⁵⁹ TRONTO, *Creating Caring Institutions: Politics, Plurality, and Purpose*, 2010, p. 162. Tradução minha.

⁶⁰ POWER; WILLIAMS, *Cities of Care: a platform for urban geographical care research*, 2019, p. 14. Tradução minha.

⁶¹ CAMPELLO, *Crítica dos Afetos*, 2022.

⁶² *Ibidem*, p. 10.

⁶³ FAVRET-SAADA, *Ser afetado*, 2005, p. 159.

pesquisa. Vê-se, portanto, o *cuidado* e o *afeto* como elementos críticos essenciais de uma política *transformadora*.

Cabe destacar ainda a relevância da *memória* e do *vínculo* para consolidação de uma análise das práticas aqui mencionadas: “Atividades e encontros auto-organizados são formas específicas de práticas espaciais resistentes, que possibilitam cristalizações e confluências de fluxos de resistências gerando também uma memória coletiva. Construimos a emancipação ‘produzindo vínculos’.”⁶⁴ O caráter lúdico da memória remete à história como ato de resistência, e é aqui utilizada para reafirmar uma culturalidade local centrada em eventos característicos de uma coexistência latino-americana de conflitos e conquistas. Em entrevista concedida à Teresa Ferreira em 2009, o antropólogo cultural indiano Arjun Appadurai afirma que “a memória é sempre dúplice: ela é o mecanismo através do qual se processa o dano, mas também a reparação”⁶⁵. Appadurai salienta também que a memória é performativa e tem a intenção de instruir, de significar algo: *Na memória, por um lado temos o fato e, por outro, a nossa representação do fato*. Na Psicologia Social, Ecléa Bosi (1936-2017) discute sobre a memória dos acontecimentos enquanto pontos de amarração da história de uma cidade, que necessita da coletividade para seu suporte:

“Os urbanistas devem escutar os moradores, estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo liga-se estreitamente à morfologia da cidade.”⁶⁶

Sobre o pesquisador e as inúmeras possibilidades de aproximação com o contexto investigado, entende-se que seu papel pode ser desafiador em diversas instâncias. É imprescindível que esteja claro para os sujeitos inseridos no território em que se realiza a investigação militante a presença do pesquisador não apenas como voluntário ou colaborador, mas também como aquele que investiga, que constrói uma narrativa a partir de narrativas *outras*, como aquele que pesquisa. Velloso explica, com base nas construções *benjaminianas* sobre a categoria da *origem*⁶⁷, que o investigador só inicia seu processo de pesquisa quando o que ele

⁶⁴ BARTHOLL, op. cit., p. 398.

⁶⁵ APPADURAI apud FERREIRA, *Entrevista a Arjun Appadurai*, 2009, p. 136.

⁶⁶ BOSI, *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*, 2003, p. 206.

⁶⁷ “O conceito de origem ressurge na análise da forma-vida denominada cidade.” (VELLOSO, 2022, p. 21).

investiga de fato representa um “[...] fenômeno de origem, algo autêntico”. Sua descoberta será aquilo que traz luz ao fenômeno e é capaz de reconhecer que os fenômenos se relacionam em certas investigações.⁶⁸

2.3. Teoria e prática

Em um primeiro momento de pesquisa, desenvolvi a etapa caracterizada por Le Boterf como “análise qualitativa”:

Esta análise qualitativa, do ponto de vista dos indivíduos e grupos que compõem a 'comunidade' ou o 'meio social' a ser estudado é, pois, um momento importante do processo do diagnóstico. Não se trata, pois, de um simples contato com a população pesquisada ou da pura 'ambientação' por parte dos pesquisadores. Um trabalho de pesquisa como este não é fácil, sem dúvida. Ele exige do pesquisador uma postura muito aberta em relação à pesquisa, uma grande capacidade de se 'descentrar' para 'se colocar no lugar do outro', do interlocutor. Nesse estágio, o pesquisador deve 'colocar entre parênteses' o seu próprio quadro de análise para compreender o do pesquisado. Trata-se, portanto, de identificar na população os diferentes grupos sociais que a compõem. Trabalhando ao nível das 'representações', o pesquisador deve aceitar igualmente (o que não significa aprovar ou adotar) a ideologia dominante e seu impacto. Essa 'aceitação' supõe uma atitude positiva de escuta e de empatia, tão longamente descrita pela corrente da psicologia social derivada de Carl Rogers. Ela também implica 'viver junto' com a coletividade estudada, em partilhar o seu cotidiano, a sua utilização do tempo e do espaço: ouvir, em vez de tomar notas ou fazer registros; ver e observar, em vez de filmar; sentir, tocar em vez de estudar; 'viver junto' em vez de visitar. É em geral preferível deixar de lado os cadernos de notas, os gravadores e os questionários. [...] Nessa situação de pesquisa, o pesquisador se 'colocará como um diapasão' dos pesquisados.⁶⁹

Na tentativa de estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, o pesquisador militante se depara constantemente com a necessidade de refletir sobre a forma como as experiências são vistas e como elas são dadas, de fato, em campo. É fundamental compreender que uma atividade puramente teórica é, muitas vezes, negada quando não atinge o lugar de *práxis*. Essa contraposição foi estudada por Vásquez e publicada pela CLACSO com o título “*Filosofia da práxis*”. Segundo o autor, para produzir a mudança, “[...] é preciso atuar praticamente, ou seja, não se trata de pensar um fato em si e sim de revolucioná-lo, os produtos da consciência tem de se materializar para que a transformação ideal penetre no próprio fato”.⁷⁰ Bartholl, conclui:

⁶⁸ VELLOSO, *Pensar por constelações*, [2018] 2022, p. 25.

⁶⁹ LE BOTERF, *Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas*, 1985, p. 58.

⁷⁰ VÁSQUEZ, *Filosofia de la praxis*, 1980, p. 241.

[...] em vez de pressupor que a reflexão (teórica) sobrepõe-se à ação, vemos a ação (autoconstitutiva) de luta como condição do poder vir-a-ser da reflexão e teorização, a relação entre prática (ação) e reflexão (teoria) que devemos defender se baseia em uma noção outra: saberes, como resultado de reflexões contínuas de lutas, são gerados (e não produzidos) ou se geram nos processos destas lutas. Saberes (auto) emancipatórios geram-se na prática da luta, é a luta que gera saber (autoemancipatório).⁷¹

O distanciamento entre a teoria e a prática produz um “saber-sem-fazer”, ou seja, um “saber morto”⁷² e, acima disso, reconforta o espaço da pesquisa no berço de uma elite do conhecimento, que muitas vezes inferioriza o saber popular oriundo de experiências e vivências concretas. Há, na pesquisa-participante,

[...] uma combinação inseparável entre teoria, pesquisa e prática, caracterizadas pelo diálogo entre atores e pesquisadores, iluminando os atores, bem como os pesquisadores acerca do significado da ação pretendida, e resultando eventualmente numa autonomia aumentada dos atores em relação aos pesquisadores e à emancipação de crenças questionáveis e restritivas na inevitabilidade da ordem dada das coisas.⁷³

Neste sentido, é possível afirmar que o método da pesquisa participante e da investigação-militante implicam:

1. Que os trabalhos são concebidos com os setores ou grupos-chave de base e seus órgãos de ação; 2. que a produção das técnicas de pesquisa está primordialmente voltada aos setores da classe popular em seus próprios termos, isto é, escrita juntamente com eles (no caso do cientista, ele se deixa ‘expropriar’ de seus conhecimentos técnicos e seus instrumental pelos setores-chaves com o intuito de dinamizar seu processo histórico); 3. que formas adequadas de comunicação dos resultados são requeridas, estabelecendo-se um novo ‘idioma’, muito mais claro e honesto do que o costumeiramente usado por cientistas tradicionais; 4. finalmente, que os conceitos e hipóteses emergentes encontram sua confirmação ou rejeição através do contato direto e imediato com a realidade e pela utilidade que demonstrem ter nas mãos de setores e grupos-chave, para a formação e desenvolvimento de sua consciência de classe, e de acordo com a força organizativa que sejam capazes de engendrar. Em consequência, não se busca essa confirmação nos esquemas teóricos de ‘grandes pensadores’ da ‘ciência universal’ - a qual, nesse sentido, não pode existir, porque aquela que assim se considera é apenas parte do aparato de dominação imposto sobre nós pelas metrópoles.⁷⁴

⁷¹ BARTHOLL, op. cit., p. 131-132.

⁷² Ibidem, p. 131.

⁷³ HIMMELSTRAND apud DEMO, *Elementos metodológicos da pesquisa participante*, 1985, p. 126.

⁷⁴ BRANDÃO, *Pesquisar-Participar*, 1985. Na publicação no site do Projeto/Coletivo *Passa Palavra*, Paulo Arantes (2010) defende que é necessário extrapolar a discussão teoria-prática para outros universos ainda não explorados: “[...] além da conjugação de teoria e prática, conhecimento e interesse emancipatório, aprofundamento de diagnósticos e fortalecimento de experiências autônomas, o pressentimento de que há muita gente *pensando por fora*, seja lá o que isto queira dizer, por enquanto. Mas onde estão e quem são, socialmente falando? Nos movimentos é claro, mas

Na relação entre o sujeito investigador e o processo que investiga, os interesses políticos devem estar em primeiro plano, à frente dos interesses acadêmicos ou científicos. O pesquisador, então, participa de um processo que requer esforços coletivos por também se entender como parte dele, e não apenas como aquele que investiga:

[...] quem, sobretudo, estuda/teoriza pode cada vez mais participar ativamente de movimentos e mobilizações sociais, e quem, sobretudo, tem atuado em processos de luta cada vez mais também pode estudar e teorizar estes processos. [...] A militância é um fazer baseado em uma formação prática e teórica, alimentada por uma combinação de desejos e necessidades por mudança.⁷⁵

Esta ordem de importância é crucial para a produção da ciência social crítica “[...] comprometida com a transformação social (auto) emancipatória: [...] Milita-se investigando e investiga-se militando (e continua-se militando).”

[...] Se o sujeito pesquisador não é, evidentemente, responsável pelo estado de ser das ciências em si, ele, em sua prática, tampouco é obrigado a simplesmente aceitá-lo e reproduzi-lo. É, neste sentido que entendo que a teorização da prática emancipatória (isto é, fazer ciência radical) de forma (auto)crítica implica, além de fazer compreender melhor esta prática e como melhorá-la através de contínuas revisões das próprias práticas de teorizar, que a reflexão da luta pela transformação seja também uma luta pela transformação da reflexão.⁷⁶

Conclui-se, portanto, que

[...] sem o componente da prática, nossa teoria não fica histórica; produzimos a típica alienação acadêmica de ver o mundo através das salas de aulas. Ao mesmo tempo, recebemos uma formação alienada, porque não nos serve na manipulação da realidade, nem temos noção clara daquilo que é viável, daquilo que é possível, daquilo que é realizável.⁷⁷

Nas *epistemologias emancipatórias*⁷⁸, a teoria é um instrumento aberto e existe pela razão de intensificar as lutas. Inúmeros estudiosos ressaltam a importância de *situar nossos saberes*⁷⁹ e se esforçaram fervorosamente para

não necessariamente. Precisamos mais do que nunca dos avulsos e independentes, como também dos ressabiados e dos respaldados, tanto dos desmobilizados quanto dos que ainda não arriscaram a travessia da fronteira de classe, mas se encontram nas cercanias (num e noutro sentido)”.

⁷⁵ BARTHOLL, op. cit., p. 142-144.

⁷⁶ Ibidem, p. 44.

⁷⁷ DEMO, *Elementos metodológicos da pesquisa participante*, 1985, p. 111.

⁷⁸ MOTTA, *Epistemologies of the Oppressed*, 2008.

⁷⁹ HARAWAY, *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*, 1988.

desenvolver uma “crítica epistemológica ao saber científico dominante”, ou seja, [...] às hierarquias de classe, sexo, gênero, espírito, linguístico, geográfico e racial” moldadas pelo “sistema mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal”.⁸⁰ Esta pesquisa em específico procura se aprofundar nas *epistemologias periféricas*.⁸¹

Por fim, é essencial esclarecer porquê as práticas aqui exploradas são apresentadas como *práticas insurgentes*. As *práxis* se materializam “[...] em um conjunto de forças e processos sociais que atuam sobre um lugar específico, implicando a conexão do microespaço dos corpos ao macroespaço da cidade”.⁸² Nesse sentido, são compreendidas como “[...] ação (ou conjunto estruturado de ações) visando a transformação da realidade, politicamente falando: A *práxis* é, essencialmente, uma ação política, ou seja, orientada para influenciar ou transformar as relações de poder. [...] É uma ação dotada de sentido.”⁸³

As *insurgências*, que dão origem ao conceito de *insurgente*, estão presentes nos trabalhos de diversos autores do campo do planejamento, da antropologia e da sociologia urbana.⁸⁴ Tudo aquilo que se apresenta como uma alternativa - sobretudo de apropriação e autogestão - aos padrões dominantes do modelo neoliberal de cidade pode ser compreendido como uma prática insurgente. A insurgência urbana é uma contestação à ordem vigente e se refere à uma diversidade de ativismos que se realizam por meio da ação coletiva.⁸⁵ Como pontuado por Faranak Miraftab⁸⁶:

Movimentos insurgentes não se restringem aos espaços de participação cidadã sancionados pelas autoridades (*espaços convidativos*); eles inventam novos espaços ou se apropriam dos antigos espaços, onde podem invocar seus direitos de cidadania para então explorar seus interesses contra-hegemônicos. A fluidez é uma característica das práticas insurgentes cidadãs: a partir do movimento de inclusão e resistência ele se deslocam

⁸⁰ É possível citar as abordagens de diversos pesquisadores de assuntos do terceiro mundo, sobretudo a partir da filosofia da libertação (Dussel, 1977), dos pensadores decoloniais (Castro-Gómez, 2007; Cruz & Oliveira, 2017; Escobar, 2005; Grosfoguel, 2007, 2008, 2016; Haesbaert, 2021; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2007; Porto-Gonçalves, 2007; Quijano, 2005) em especial do feminismo decolonial, da filosofia afrodiáspórica e da literatura indígena (Bispo dos Santos, 2015, 2018; Collins, 1990; Espinosa, 2009; González, 1988; Guarani, 2020; Kilomba, 2019; Kopenawa, 2015; Krahô, 2017; Mbembe, 2018; Moraga & Anzaldúa, 1983; Walsh, 2017).

⁸¹ D'ANDREA, *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*, 2020.

⁸² VELLOSO, *O urbano-constelação: uma agenda de pesquisa descrita a partir de movimentos e conflitos na RMBH (1990-2015)*, [2019] 2022, p. 101.

⁸³ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p. 250.

⁸⁴ Faranak Miraftab, 2009; James Holston, 2008; Jeffrey Hou, 2010.

⁸⁵ CLEMENTINO, *Desafios do planejamento urbano e regional em tempos de pandemia*, 2021.

⁸⁶ Faranak Miraftab é professora e pesquisadora na Universidade de Illinois (EUA). Nascida no Irã, a pesquisadora se dedica há muitos anos aos estudos do urbano e da globalização, situando-se principalmente na interseção entre sociologia, geografia, planejamento e questões feministas.

pelos *espaços convidativos* em direção aos *espaços inventados de prática cidadã*.⁸⁷

O conceito de insurgência introduz nesta pesquisa as lutas urbanas designadas por Velloso como *insurrecionais*, “[...] uma espécie de contra-uso dos lugares, [...] objetos da *crítica*⁸⁸ e da historiografia”.⁸⁹ A questão espaço-tempo está intrínseca a este conceito, visto como condicionante (ou parte) das relações sociais na luta pela transformação do espaço. Pensar o processo implica pensar a *temporalidade* em que o objeto está inserido, visto que toda revolução se dá no *cotidiano*. Vê-se, portanto, que toda insurreição é uma “disrupção da lógica do capital”, que não se dá no planejamento, mas na *imaginação*.⁹⁰

2.4. Horizontalidade e diálogo

A articulação entre a prática e a teoria exige que se mantenha uma relação viva entre ambas, em que cabe ao pesquisador se questionar sobre a possibilidade - ou simplesmente como - estabelecer uma relação horizontal de fato. Para Bartholl, o diálogo horizontal só é posto quando torna-se possível discordar e concordar em uma situação de entendimento mútuo.⁹¹ A investigação militante assumiria uma relação multidimensional e multiescalar de ciclos maiores e menores que constantemente relacionam prática e teoria.⁹²

Contudo, é necessário caminhar com tais questionamentos rumo a uma perspectiva que problematize a relação em um ponto mais adiante. Segundo Foucault, “as massas não precisam dos intelectuais”⁹³, ou seja, a luta continua para além da presença externa. É possível fazer um paralelo entre esta argumentação e a colocação de D’Andrea: “Só o povo salva o povo”.⁹⁴ Sob outra perspectiva, Filipe

⁸⁷ MIRAFTAB, *Insurgent planning: situating radical planning in the global south*, 2009, p. 35. Tradução minha.

⁸⁸ A autora explora a questão da *crítica* a partir de uma leitura detalhada das obras de Walter Benjamin (1892-1940). Cf. VELLOSO, *Narrar por constelações: pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, 2022, p. 40-65.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 44; VELLOSO, *O urbano-constelação: uma agenda de pesquisa descrita a partir de movimentos e conflitos na RMBH (1990-2015)*, [2019] 2022, p. 109.

⁹⁰ Elaborei esta pequena síntese sobre o conceito de *insurreição* a partir das minhas anotações da disciplina “Arquiteturas da Insurreição”, ministrada pela professora Dra. Rita Velloso, e pela leitura do livro “Urbano-Constelação”, da mesma autora.

⁹¹ BARTHOLL, *op. cit.*, p. 128.

⁹² *Ibidem*, p. 313.

⁹³ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, 1989, p. 71.

⁹⁴ D’ANDREA, *40 Ideias de Periferia: história, conjuntura e pós-pandemia*, 2021, p. 92.

Campello, ao propor uma discussão sobre a *descentralização das narrativas*, analisa as teorias de Kant e Rousseau sobre *autonomia, razão e consciência* para debater sobre os relatos, narrativas e discursos feitos sobre terceiros, ao procurar compreender os problemas da narrativa baseados em uma argumentação sobre a autenticidade: “*Somente eu posso julgar a mim mesmo*”. Campello argumenta que o foco na autenticidade de se julgar e contar as próprias histórias torna desnecessário que o indivíduo seja capaz de criticar as próprias normas e suas modificações, ou seja, *os padrões sociais de julgamento*.⁹⁵ Marcelo Lopes de Souza, em suas discussões sobre a *Geografia Libertária*, compreende a *teoria revolucionária* como aquela que “[...] não tem (e não deve ter) a função de ‘ter razão’, e sim de ‘pensar junto’, entendendo que a superação da hierarquização de saberes passa por colocar em xeque e em questão a própria ideia da objetivação absoluta do saber científico”.⁹⁶ Para *sulear*⁹⁷ o pensamento em direção à efetiva construção do diálogo não-hierárquico de saberes, Bartholl atenta para a necessidade de “reaprender a dialogar para poder contribuir com um diálogo de saberes”.⁹⁸ Segundo o autor, o primeiro movimento para superar a prerrogativa de um modelo único de se pensar seria o *movimento de desconstrução*⁹⁹, que se configura como um “ato contínuo e não concluído”, baseado no exercício de escuta antes de ser ouvido.

Precisamos nos afastar, com rigor, da ideia de que o saber científico ocidental-eurocêntrico, diante de outros saberes, teria uma importância maior, teria mais autoridade ou levaria a uma maior responsabilidade ao entrar em diálogo com processos de prática. Para ser possível afastarmos-nos desta ideia é necessário um amplo e profundo processo de (auto-)crítica da forma ocidental e dominante de se pensar e de se fazer ciência. Para isso, precisamos entrar numa dimensão histórica e geográfica que abrange séculos e relações geopolíticas desde os primeiros dias da colonização sangrenta.¹⁰⁰

⁹⁵ CAMPELLO, *Crítica dos afetos*, 2022, p. 50.

⁹⁶ SOUZA, *Por uma Geografia Libertária*, 2017, p. 19.

⁹⁷ FREIRE, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, 1992.

⁹⁸ BARTHOLL, op. cit., p. 131.

⁹⁹ O *movimento de desconstrução* está alinhado com as discussões sobre pensamento decolonial proposta pelos autores Enrique Dussel (1995); Nelson Maldonado-Torres & Santiago Castro-Goméz (2007); Walter Dignolo (2007) e Ramón Grosfoguel (2008).

¹⁰⁰ BARTHOLL, op. cit., p. 117-118. Procuro compreender as relações geopolíticas mencionadas por Bartholl a partir do autor Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 227): “O pensamento geopolítico nos remete, em primeiro lugar, ao menos do ponto de vista histórico e no que tange ao uso explícito do termo a partir da segunda década do século passado, às tentativas de refletir e subsidiar a projeção de poder de um Estado-nação sobre seus vizinhos ou, em certos casos, às principais potências imperialistas, sobre continentes ou um mundo inteiro. Mesmo quando os laços entre política externa e política interna não escapam aos estudiosos da geopolítica de um determinado país, tem, em geral, ficado na sombra o fato de que, no que tange a toda uma série de fenômenos dentro das fronteiras nacionais, nas mais diversas escalas, também é de geopolítica que muitas vezes se trata - em outras

Vê-se que a manutenção do sistema de comunicações próprio do mundo colonial permitiu que houvesse uma barreira de diálogo entre os países marginais, o que continua privilegiando as relações entre antigas colônias e metrópoles e dificulta o intercâmbio das antigas colônias entre si.¹⁰¹ Essa situação, vista à escala das relações centro-periferia, repete as mesmas estratégias de dominação adaptadas à perspectiva micro-local. Toda forma de comunicação dada de maneira não dialógica implica o subjugamento de um saber sobre o outro. A crítica neste estágio deve ser “profunda e transformadora”, pois exige que o pesquisador se coloque em uma posição ordinária frente a algo maior, uma *práxis* espontaneamente e *autonomamente* transformadora: “[...] Algo diferente se torna então o ponto de referência para nós, em vez de sermos o ponto de referência para tudo. Esse é um movimento profundamente descolonizador.”¹⁰²

A partir de uma leitura crítica das concepções destes autores e, ao colocá-los em diálogo, é possível supor que - como discutido na seção “O cuidado, o relacional e o local” deste capítulo - o pesquisador na investigação-militante pode auxiliar na identificação dos problemas (caso a população já não tenha conhecimento sobre) ou a buscar soluções plausíveis, seja por meio da interlocução com o Estado ou pela inserção em processos/projetos de autogestão. Como afirma Bourdieu¹⁰³, *todo mundo tem uma proto-teoria de como o mundo social deve ser e, por isso, é essencial que o pesquisador saiba como, quando, porquê e para quê as suas proto-teorias devem ser colocadas.*

2.5. Autonomia

A experiência Zapatista protagonizada por povos tradicionais de Chiapas (México), apresentou uma configuração governamental político-popular que produziu uma série de ações coletivas e autônomas bem-sucedidas, materializando possibilidades de transformação no contexto latino-americano a partir de um

palavras, da instrumentalização do espaço geográfico, lido enquanto território (e com todos os recursos que este encerra), com a finalidade de exercício do poder. Assim, a muitos seguramente ainda parecerá estranho falarmos em ‘geopolítica urbana’, por exemplo, mas, pensando bem, por que deveria parecer?”

¹⁰¹ WAISMAN, *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*, 2013, 89.

¹⁰² RAMNATH, *Decolonizing anarchism*, 2001, p. 15.

¹⁰³ BOURDIEU, *A distinção: crítica social do julgamento*, [1979] 2007.

processo histórico de lutas e resistências. Jérôme Baschet¹⁰⁴ distingue a autonomia Zapatista em três dimensões, sendo estas a comunidade (modo de organização dos povos indígenas a partir da dimensão coletiva do viver); o território (partes habitadas, cultivadas e não-habitadas como o lugar da consistência e singularidade da comunidade); e a terra (“potência de vida englobante”, ou seja, “sua vida, sua tradição, sua cultura, sua visão do mundo, sua coesão e sua identidade”).¹⁰⁵ Na *insurgência Zapatista*, é possível identificar um

[...] processo histórico de lutas e resistências frente à imposição do poder (o que caracteriza a violência) de cima para baixo. [...] A autonomia surge, destarte, não como um sonho ou devaneio dos indígenas de Chiapas, mas como uma arma de resistência, como um refúgio para a proteção de suas vidas, como uma resposta ao Estado moderno heterônimo capitalista que, incessantemente, mantém seu processo construtivo ativo, diante das necessidades de adaptação e autotransformação, a partir dos novos desafios propostos pela experiência vivida.¹⁰⁶

Sendo a autonomia uma ação coletiva, torna-se incoerente pensar sobre a mesma a partir de uma perspectiva individualista. Além de ser intuitiva, a autonomia funciona quase como um desejo, “[...] que protela qualquer tentativa de triturar a vontade de liberdade.”¹⁰⁷ Nas palavras de Cornelius Castoriadis (1922-1997)¹⁰⁸,

Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei - uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ‘ela é boa pra mim’), o que, evidentemente, nenhuma ‘demonstração’ pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo com as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (...).¹⁰⁹

¹⁰⁴ BASCHET, *Podemos governarnos nosotros mismos: La autonomía, una política sin el Estado*, 2017.

¹⁰⁵ BASCHET apud GUERRA, *Autonomia, espacialidades e novas sociabilidades no Tempo Presente: a experiência zapatista*, 2019, p. 536.

¹⁰⁶ GUERRA, op. cit.

¹⁰⁷ MESQUITA, *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*, 2011, p. 38. Nos versos de Cecília Meireles: “Liberdade, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

¹⁰⁸ Cornelius Castoriadis é filósofo, economista e psicanalista francês de origem grega responsável por cunhar o termo “autonomia política”.

¹⁰⁹ CASTORIADIS apud SOUZA, *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, [1990] 2003, p. 82-83.

Vê-se que, para o autor, o importante é que a luta mantenha o foco em uma sociedade sem dominação - ou seja, sem assimetrias estruturais e hierarquias instituídas por um aparelho de Estado - e não em uma sociedade sem leis e normas, que para ele constituiria uma “ficção incoerente”.¹¹⁰

Autonomia: *auto-nomos* (dar-se) a si mesmo as suas leis. (...) Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? (...) A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões dos seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo.¹¹¹

Raúl Zibechi, por outra via, explica que o “não saber”¹¹² dos saberes dominantes, quando em contato com realidades periféricas de luta, questiona elaborações do *pensamento libertário*, como o próprio conceito de autonomia de Castoriadis. Para Zibechi,

A ‘lógica’ dos territórios vai se desdobrando ao caminhar. Longe de percorrer uma fenda já traçada, trilha o caminho ao andar; e ao andar vai permitindo que brote a reflexão sobre os caminhos que transitam os coletivos que povoam e constroem esses territórios, e que são modelados por eles. A estratégia territorial se desdobra de dentro para fora, numa relação de imanência, surgindo aqui e ali nos interstícios e nas brechas da dominação do capital. [...] Para proteger a diferença, necessitam construir autonomia.¹¹³

A autonomia, enquanto demanda e enquanto perda, foi expressa por inúmeros autores e ativistas para abordar uma diversidade de horizontes e lutas. Especialmente nos territórios periféricos, ela se constrói “através de relações emancipatórias, horizontais, que não nascem da noite para o dia, mas que se encontram como potencialidade e como possibilidade nas formas de convivência.”¹¹⁴

Conclui-se que:

¹¹⁰ CASTORIADIS, *A instituição imaginária da sociedade*, 1982, p. 13.

¹¹¹ CASTORIADIS apud SOUZA, op. cit.

¹¹² “Poderíamos dizer que uma pergunta para a proposta de um diálogo de saberes é se é possível levar saberes da zona-do-ser ao encontro de saberes da zona-do-não-ser sem que haja uma reprodução de relações coloniais de dominação, e se e como os saberes e fazeres da zona-do-não-ser poderiam fortalecer-se com esse diálogo. Saberes da zona-do-ser, que tratam das zonas-do-não-ser são saberes-sobre, que conectando-se com a realidade de vida e luta nas zonas-do-não-ser, acabam tornando-se ‘não-saberes’.” (ZIBECHI apud BARTHOLL, 2015, p. 126).

¹¹³ ZIBECHI, *Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina*, 2015, p. 157.

¹¹⁴ MARCOS apud BARTHOLL, op. cit., p. 275.

[...] a autonomia só existe enquanto ela não é. [...] Portanto, a busca pela autonomia consiste na elevação do espírito inquieto, na permanente insatisfação, na constante vigilância frente aos erros e incansáveis esforços para retificá-los. Trata-se de uma experimentação que busca seu caminho, caminhando.¹¹⁵

A partir da definição do conceito de autonomia, proponho uma aproximação com os conceitos de autogestão e autodeterminação para apresentar ações e repercussões das práticas do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa.¹¹⁶

Ao se ocupar das lutas operárias, o sociólogo e filósofo brasileiro, Nildo Vianna, caracteriza a luta operária como uma luta cotidiana contra a burguesia, mas que é também uma luta limitada pela falta da consciência revolucionária e da auto-organização. Esta fase da luta operária se qualifica como “espontânea” e condiz apenas ao primeiro estágio das lutas contra o capital, que é historicamente “[...] substituída pelas lutas autônomas e, posteriormente, pelas lutas autogestionárias.”¹¹⁷

[...] Os que autogestionam devem controlar tanto a tecnologia com a qual trabalham como o processo de seu desenvolvimento e transformação [...]. Não é possível ter modelos prescritos de autogestão porque os processos de transição devem ser forjados e modelados juntamente com os envolvidos, o que importa é uma estratégia para incorporar-se no processo participativo de definição das formas de transição. O fundamental é a prática coletiva emergente do verdadeiro diálogo de algum modo descentralizado. Isto também requer novas formas de diálogo, educação freiriana.¹¹⁸

Nesse sentido, a autogestão é compreendida como um novo tipo de sociedade democrática a partir da *consciência de base*¹¹⁹, que tem como pilares a organização autônoma e a formação permanente.¹²⁰ Compõe uma prática de administração da sociedade por si mesma, em que expressa uma tendência ao

¹¹⁵ GUERRA, op. cit., p. 539.

¹¹⁶ É importante ressaltar que não considero que os estudos de caso aqui abordados já atingiram a totalidade das lutas autônomas e autogestionárias. Serão apresentadas práticas cotidianas - baseadas no diálogo, na organização e na construção comunitária - que se aproximam a uma possível vivência de experiências autônomas e autogestionárias. Assim como afirma Kapp (2021, p. 395), “certos graus de autonomia podem ser alcançados, ainda que permaneçam limitados e insuficientes e tendam a ocorrer em margens, nichos, periferias”.

¹¹⁷ JENSEN apud VIANNA, *Manifesto Autogestionário*, [2001] 2008, p. 28.

¹¹⁸ VANEK apud NASCIMENTO, *Ensaio sobre autogestão e educação popular*, [1980] 2020, p. 356.

¹¹⁹ A ideia de consciência é aqui apresentada a partir do conceito de “conscientização”, de Paulo Freire. Para o autor (1979, p.13), “O estado e as palavras são igualmente expressões da prática dos homens, e conscientizar é assumir a consciência deste fato.” Para mais sobre a *conscientização* na teoria da libertação de Freire, ver: NASCIMENTO, *A autogestão reinventando Paulo Freire!*, 2020.

¹²⁰ ULBURGHES apud NASCIMENTO, op. cit., p. 361.

caráter democrático e de supressão de formas alienadas da representação política.¹²¹ Em par com a autonomia, a autogestão está presente em projetos coletivos de sociedades organizadas e, na América Latina, são encontradas principalmente nos territórios periféricos. Proponho esta articulação entre as noções de *autogestão*, *autonomia* e *educação popular* em busca da compreensão dos pluralismos das lutas interrogadas, bem como nas práticas que tem como princípio a formação de sociedades alternativas de economia solidária e comunitária.

2.6. Constelação

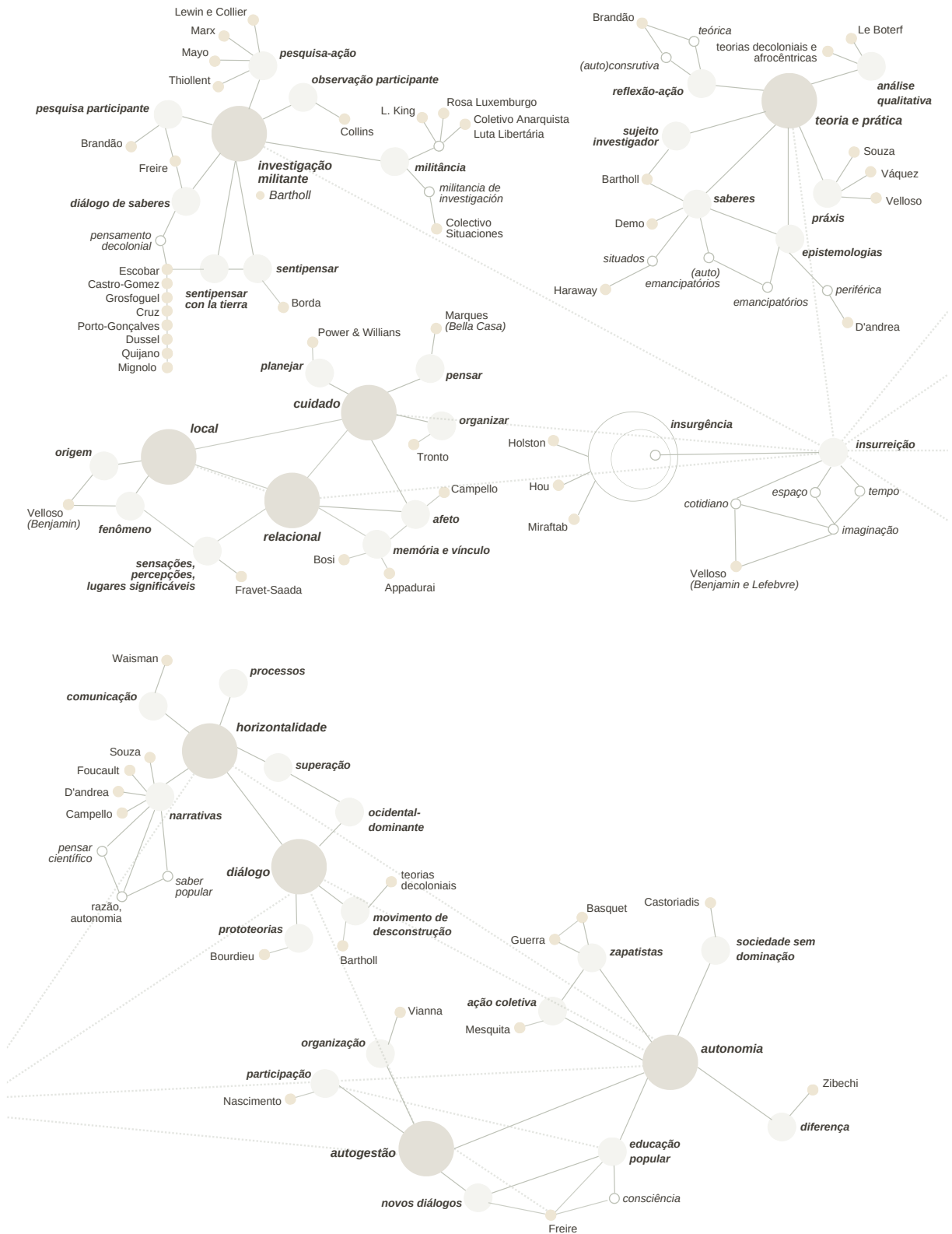
A *constelação* representa uma ferramenta estratégica de organização do método e foi formulada a partir do movimento de tráfego entre o pensamento de diversos autores, colocando-os em diálogo para descobrir uma forma de desenvolvimento e aplicação de conceitos fundamentais para compreensão da prática (e teoria) do *investigar militante*. É aqui elaborada a partir dos escritos de Rita Velloso, em que anuncia a *constelação* como uma *estratégia de pensamento* para se pensar as cidades:

Por constelação Benjamin designava a relação entre os componentes (as estrelas) de um conjunto (as linhas imaginárias que desenham um agrupamento constelar), relação essa que se define não apenas pela proximidade entre as estrelas, mas também pela possibilidade de significado que o conjunto adquire - o sentido que lhes pode ser atribuído. A constelação é uma *imagem* na qual cada estrela, um singular, marca um extremo de linha que a liga a outra estrela, outro extremo singular. Neste traçado de linhas imaginárias que delimita uma *forma*, uma *configuração*, não há um centro - com o que tem-se, no centro da constelação sempre está o vazio.¹²²

¹²¹ A perspectiva autogestionária presente nesta argumentação e ao longo desta seção se alinha com os pensamentos de diversos autores, em especial de Cláudio Nascimento e Nildo Vianna, presente nos livros “As lutas operárias autônomas e autogestionárias” (1986, p. 11), “Ensaio sobre autogestão e Educação Popular” (2020) e, do segundo autor, “Manifesto autogestionário” (2008).

¹²² VELLOSO, *Pensar por constelações*, [2018] 2022, p. 19.

Figura 01. Constelação [vertical]



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 02. Constelação 01 - investigação militante

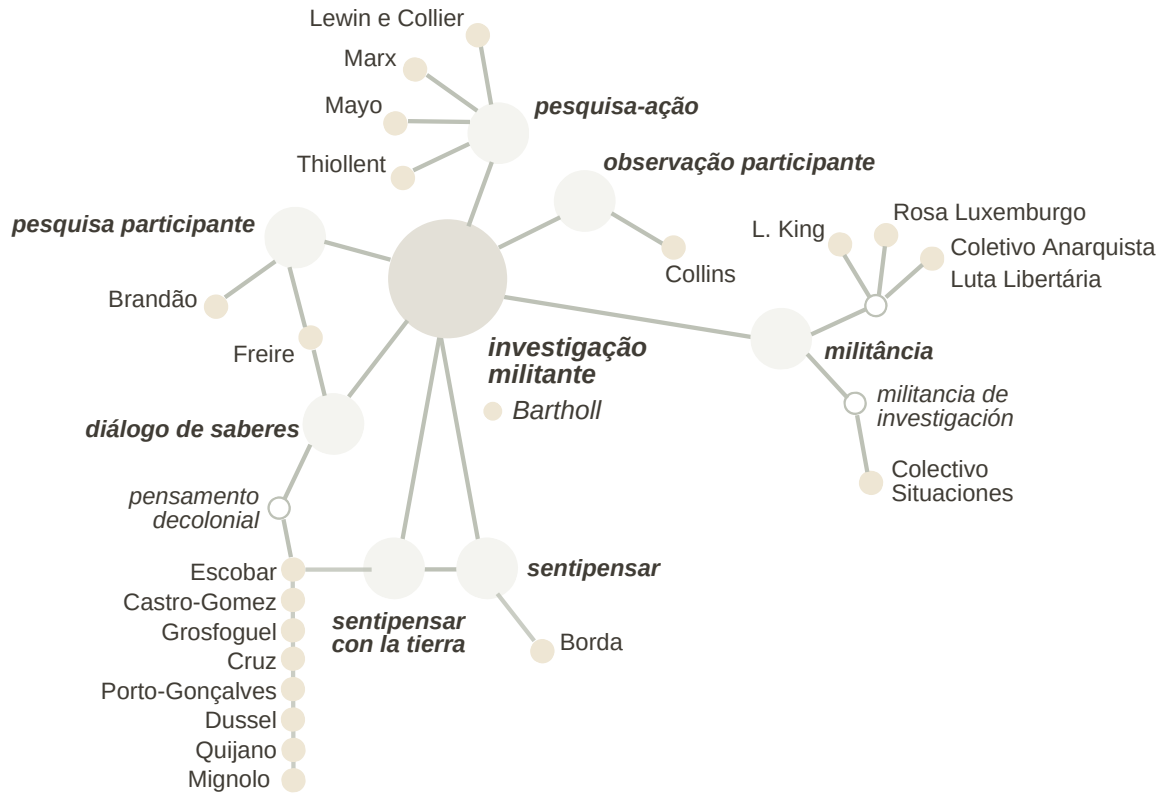
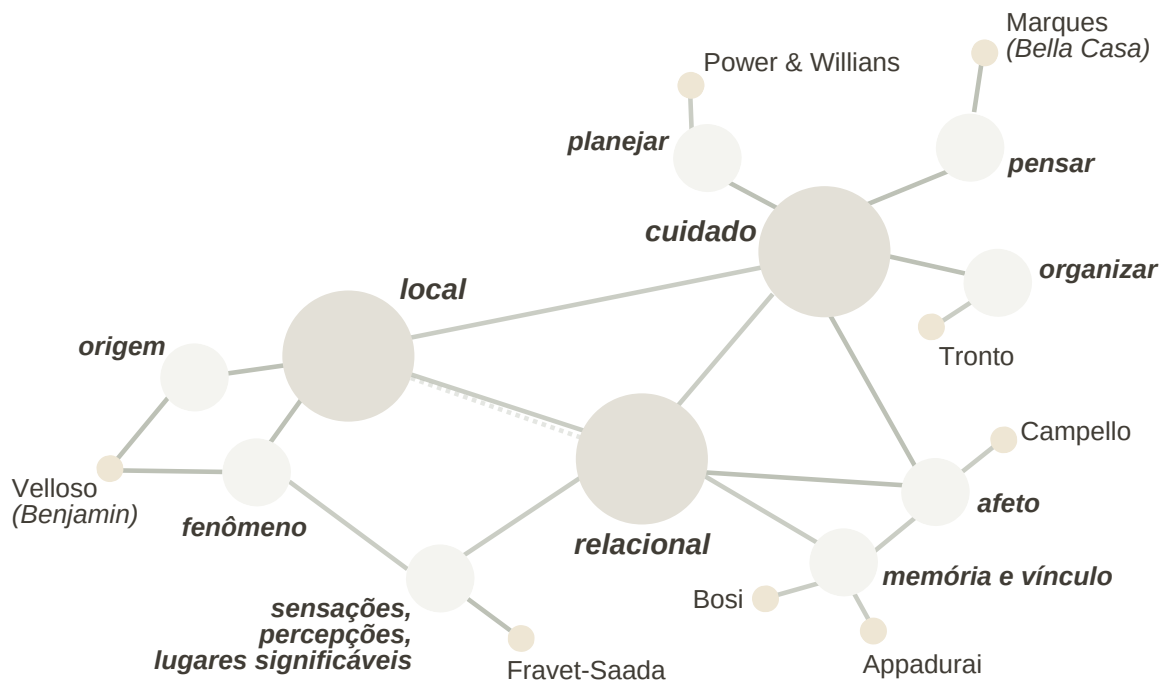


Figura 03. Constelação 02 - o cuidado, o relacional e o local



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 04. Constelação 03 - teoria e prática

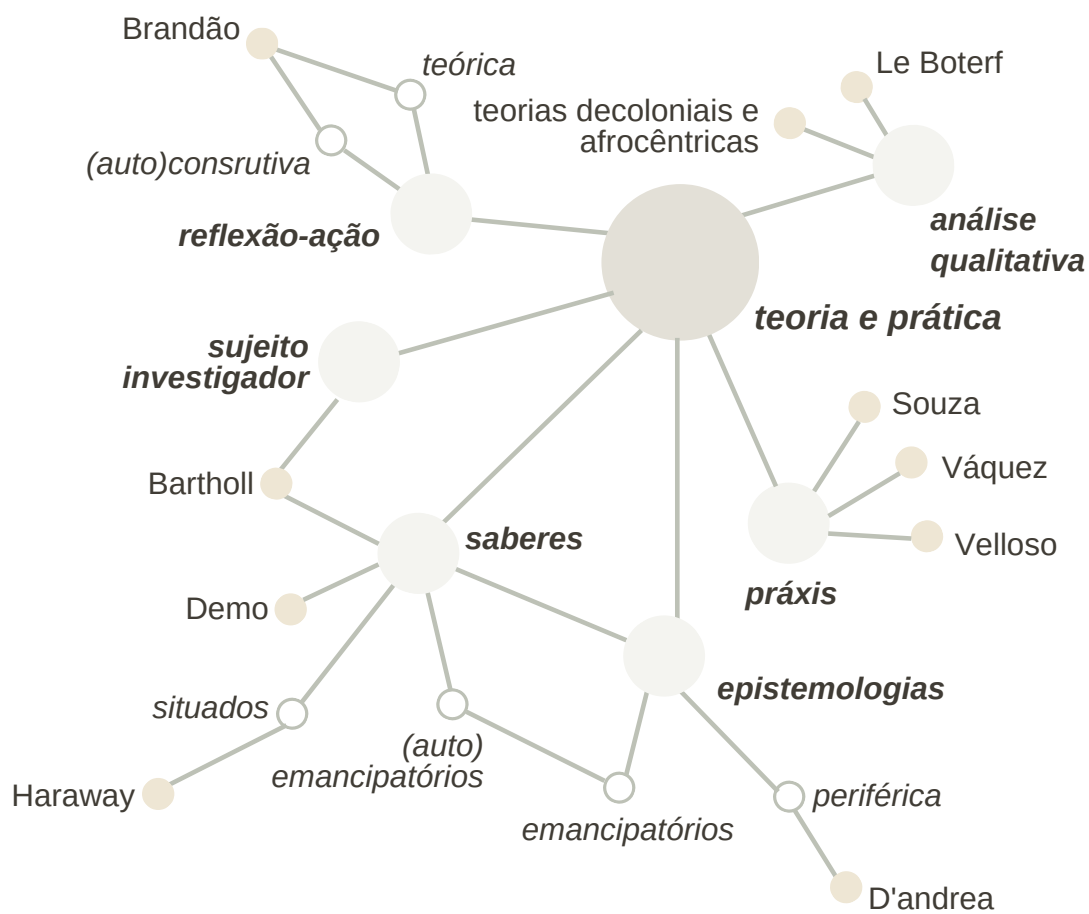


Figura 05. Constelação 04 - insurgência e insurreição

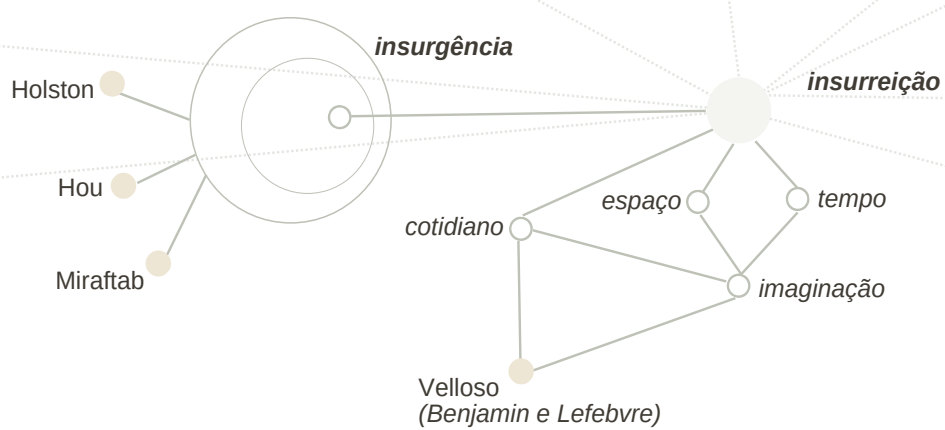
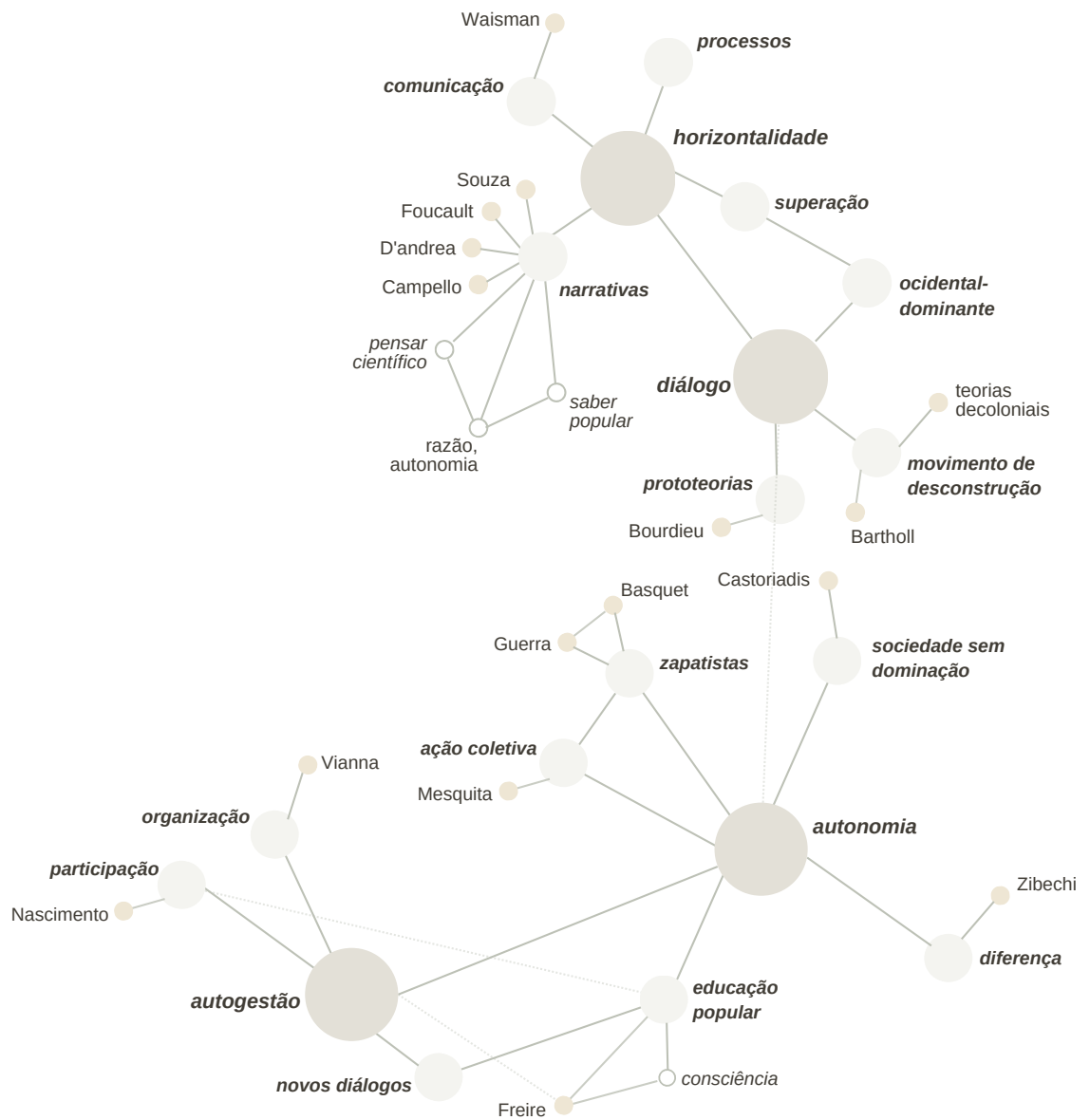


Figura 06. Constelação 05 - horizontalidade e diálogo



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A imagem que conforma esta constelação, bem como a linguagem em que são traduzidas, são construídas sob a mesma ótica definida por Palhares:

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é dialética na imobilidade. Pois enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. Somente as imagens dialéticas são autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde a encontramos é a linguagem. Despertar. [N 2a, 4] (Benjamin, 2009: 504). Grosso modo, pode-se apontar então que a imagem dialética perpassa de forma fugaz e sua ambiguidade, que nunca se completa na síntese explicativa, nasce do encontro entre o agora do historiador com o ocorrido, que é mais do que um passado, morto e acabado, mas está sempre aberto a novas leituras e reconfigurações. Desta maneira, o conhecimento não produz uma história linear, mas uma constelação de imagens que são produzidas pela leitura do filósofo-historiador e fixadas em um conjunto heterogêneo e em movimento por meio da linguagem.¹²³

3. MOVIMENTO

“O espaço é produto das lutas sociais. Mas ele não pôde ver que os de baixo são capazes de criar seus próprios espaços e convertê-los em territórios. Pelo menos na América Latina.”¹²⁴

Se o objeto aplica o método sobre nós e não o contrário, apresento neste capítulo delineamentos para os objetos de pesquisa que *me olham de volta*.¹²⁵ Proponho uma leitura histórica da categorização dos movimentos sociais no Brasil desde a década de 1970 a partir de uma extensa revisão bibliográfica para, então, analisar os estudos de caso da pesquisa, tendo em vista os conceitos de *cotidiano*, *organização* e *escala*.

Como pólos de concentração dos marginalizados, as periferias do dito terceiro mundo são vistas como “cenários geopolíticos decisivos”¹²⁶ por serem os espaços onde as lutas dos subalternos encontram solo fértil para confrontar as esferas dominantes, o que Zibechi denominou como formação dos “contrapoderes

¹²³ PALHARES, *Organizar o pessimismo: a exposição “Levantes” de Georges Didi-Huberman*, 2018, p. 226.

¹²⁴ ZIBECCHI, op. cit., p. 29.

¹²⁵ Ao apresentar a perspectiva benjaminiana no *método*, Rita Velloso (2023) explica que este se configura como um *desvio*, em que o *objeto aplica o método sobre nós, e não o contrário*. Ele *te olha de volta*, formando assim um *diálogo entre você e o que você investiga*. Este raciocínio foi apresentado pela professora na aula do dia 17 de março de 2023 da disciplina “Pensar por Constelações”.

¹²⁶ DAVIS, *Planeta favela*, 2006.

populares de baixo”.¹²⁷ Para o autor uruguaio, o debate sobre as teorias dos movimentos sociais é de primeira importância na árdua tarefa de descolonização do pensamento crítico.¹²⁸ Apresento, em um movimento de resgate histórico, uma breve análise cronológica da categorização de movimentos sociais urbanos, no intuito de compreender a *marginalidade* “[...] daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social.”¹²⁹

Quijano define a marginalidade como uma *nova estratificação no corpo social*. A partir da teoria da *situação social marginal*, o conceito de marginalidade se configura a partir de grupos sociais, e não de indivíduos, e está referida àqueles que “ocupam posições precárias e instáveis no mercado de trabalho, que não têm significado para a acumulação capitalista”, ou seja, os *marginalizados urbanos*.¹³⁰ Bourdieu, Wacquant e Castells defendem que a marginalidade é construída e fundamentada a partir de processos de integralização social e mobilização política - que, se me permitem, colocaria como processo de des-integralização ou des-mobilização - protagonizados pelo Estado, pois criam-se relações de trocas e serviços que apenas este pode proporcionar, de forma a manter uma perspectiva de controle sobre tais populações marginalizadas.¹³¹ A situação material e social dos marginalizados os impede de superar a dependência do sistema político¹³², sendo que esta dependência é reforçada pelos diversos sistemas intrínsecos ao sistema capitalista (meritocrata, racista, etc.). Se os sistemas políticos criam os contextos propícios para manutenção da condição dos marginalizados, é necessário compreender como a produção do espaço é dada - bem como as relações humanas intrínsecas a ele - a partir das relações adensadas que conformam o sistema neoliberal¹³³, especialmente as relações que, cunhadas por um sentimento de resistência, estabelecem outras formas de produção do espaço. Enquanto uma *adjeção*, a vivência dos movimentos sociais - imaginada em práticas espaciais

¹²⁷ ZIBECHI, op. cit., p. 26.

¹²⁸ Ibidem, p. 35.

¹²⁹ PORTO-GONÇALVES apud ZIBECHI, op. cit., p. 39.

¹³⁰ QUIJANO apud VELLOSO, *De/Descolonizar o urbano, insurreições nas periferias: notas de pesquisa*, [2020] 2022, p. 128.

¹³¹ BOURDIEU [1999], WACQUANT [2007] e CASTELLS [1986] apud ZIBECHI, op. cit., p. 39.

¹³² CASTELLS apud ZIBECHI, op. cit., p. 32.

¹³³ TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, *A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço*, 2017.

emancipatórias - configura uma possível experiência de *distopia* ou um conjunto próprio de transformações que se implicam em uma *insurreição*.

3.1. Cotidiano

O *cotidiano* é aqui revisitado a partir das concepções de Henri Lefebvre¹³⁴, bem como da revisão de suas obras durante a disciplina “Arquiteturas da insurreição”, ministrada pela professora Dra. Rita Velloso, as quais cursei no primeiro semestre de 2021 e de 2022. Henri Lefebvre analisa e apresenta sensivelmente a questão do cotidiano em sua obra *Critique de la vie quotidienne* [Crítica da Vida Cotidiana], datada do ano de 1947. O filósofo francês parte do pensamento marxista para argumentar que não há crítica da economia política e da alienação sem a *crítica do cotidiano*. O cotidiano se cunha como “a única realidade diante da qual se constrói uma irrealidade produzida pela alienação”.¹³⁵ Compreende-se, a partir dos escritos sobre a produção do espaço cotidiano do mesmo autor, que toda revolução se dá no cotidiano, de modo a experimentar *revoluções no momento*¹³⁶: “A categoria específica do cotidiano é o âmbito do vivido, que é marcado por uma transescalaridade singular”.¹³⁷ Este conceito permite analisar movimentos que desvelam novas formas sociais, novas experiências, novos modos de circulação e de territorialização, movimentos estes que possuem o cotidiano como eixo transversal.

Traça-se um paralelo entre o cotidiano e a *práxis* política no momento em que Lefebvre afirma que é preciso não apenas conhecer a vida cotidiana, mas os meios de transformação da mesma. Para Michael Hardt e Antonio Negri, teóricos e filósofos políticos, o primeiro espaço que reivindicamos é o espaço do cotidiano.¹³⁸ *Se a revolta começa no cotidiano*, como a luta pode passar a transformá-lo se ele próprio é o ponto de partida? Nesse sentido, torna-se fundamental compreender

¹³⁴ LEFEBVRE, *Critique de la vie quotidienne*, 1947.

¹³⁵ JAPPE, *Guy Debord*, 1999, p. 103.

¹³⁶ A teoria dos momentos está relacionada à ideia de repetição, sendo as conexões entre o momento e a linguagem o que configura a *constelação dos momentos*, a analítica do momento e sua correlação com o cotidiano: “[...] a condição de possibilidade do momento, que é a repetição, a rotina e a duração colocados no cotidiano.” Sobre a *teoria do momento*, ver capítulos 3 e 6 na obra “Crítica da Vida Cotidiana”, volume 2.

¹³⁷ VELLOSO, *Narrar por constelações: pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, [2020] 2022, p. 54.

¹³⁸ HARDT & NEGRI, *Assembly*, 2017.

qual a reverberação da política no cotidiano, exercício que pode ser testemunhado nas ações cunhadas pelos movimentos sociais.

Maria Mies, renomada socióloga alemã reconhecida por seus trabalhos sobre o *ecofeminismo*, aponta que a produção de bens comuns exige, em primeiro lugar, uma profunda transformação em nossa vida cotidiana, a fim de recombinar o que a divisão social do trabalho no capitalismo separou.¹³⁹ A perspectiva feminista nos ensina a pensar nessa reconstrução dos bens comuns e, para isso, é essencial enxergar que “nenhum comum é possível a menos que nos recusemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento dos outros [...]”.¹⁴⁰ A coletivização do trabalho cotidiano de reprodução, bem como a conquista da comunidade¹⁴¹, são aspectos essenciais para o reconhecimento da transformação da história como um projeto coletivo. A revisão histórica elaborada abaixo procura compreender a repercussão dos movimentos sociais no Brasil após a expansão do regime neoliberal na América Latina, que inaugura a análise de estudos de casos específicos sobre movimentos sociais e lutas populares, sob a necessidade de *relatar/teorizar/reagir* à neoliberalização dos espaços urbanos.

Os movimentos sociais repercutidos durante a década de 1970 são denominados como “movimentos antissistêmicos” pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930-2019) que, ao propor uma discussão sobre a “*vieja izquierda*” e “*new left*”, diferencia os movimentos sociais conforme seu alcance em nível local, regional, nacional e transnacional.¹⁴² O conceito abrange uma ampla camada de movimentos no intuito de “[...] reunir todos os tipos preexistentes de movimentos antissistêmicos”, incluindo formas “autoritárias e não-autoritárias, nacionalistas e anti-nacionalistas, partidárias e autônomas”.¹⁴³ Ao apresentar as definições de Wallerstein sobre os movimentos antissistêmicos, Bartholl critica a amplitude da categorização ao considerar que partidos políticos ou formas de

¹³⁹ MIES apud FEDERICI, *O feminismo e a política dos comuns*, [1999] 2019, p. 404.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ A ideia de comunidade pode ser entendida como “[...] um agrupamento de pessoas unidas, não por interesses exclusivos separando-as dos demais, [...] mas sim como uma qualidade de relações, um princípio de cooperação e de responsabilidade para com o outro e para a terra, as florestas, os mares, os animais.” (FEDERICI, 2019, p. 404). Apesar de Federici não fazer referência direta aos termos “sentipensar” e “sentipensar con la tierra”, é possível estabelecer um paralelo entre seus pensamentos sobre comunidade com as concepções formuladas por Borda (2009) e Escobar (2014), de modo a colocar em diálogo pensadores contemporâneos que discutem sobre formas de sociabilidade relacionadas ao bens da terra.

¹⁴² WALLERSTEIN, *Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico?*, 2003.

¹⁴³ BARTHOLL, *op. cit.*, p. 279.

organização que apostam nas vias pelo poder estatal, assim como os movimentos nacionalistas, não devem ser agrupados em uma mesma concepção daqueles que se empenham de fato em questões “antissistêmicas”. Zibechi, por outro lado, denominou como “movimentos antissistêmicos” aqueles que designam “[...] formas de organização para a reivindicação, que não se diferenciam da vida cotidiana. São resistências construídas em processos mensuráveis por corpos, subjetividades, por suas espacialidades e temporalidades.”¹⁴⁴

O período de 1930 a 1980 no Brasil foi marcado por uma centralidade econômica nas indústrias e, conseqüentemente, por um período de acúmulo de capital. Devido à crise econômica instaurada no final da década, seguida pela desestruturação do regime de acumulação, cria-se um contexto favorável para reestruturação neoliberal em cima da estabelecida pobreza urbana. Em contrapartida ao que poderia ser considerado o “sufocamento do comum”¹⁴⁵, os movimentos sociais buscam alternativas às vantagens operacionais a partir das quais o neoliberalismo se estabelece, seja por meio do Estado, da macroeconomia, das políticas econômicas, ou das relações entre estes. Castells, no trabalho “*The City and the Grassroots*”, aponta para a importância dos movimentos assumirem suas singularidades, sendo as experiências e contextos específicos da época fundamentais para compreender e pensar a luta de classes.¹⁴⁶

O objetivo de qualquer movimento social seria, então, compensar desigualdades em volta de serviços sociais, moradia, emprego, identidade cultural, autoridade política e assim adiante. Desde que a mobilização é orientada por um fim, políticas eficazes podem ser formadas em torno de qualquer eixo de poder.¹⁴⁷

Os movimentos sociais que surgiram na primeira década do século 21 são classificados pelos autores aqui trabalhados como a “nova geração dos movimentos sociais urbanos”.¹⁴⁸ Neste momento, os movimentos não apenas assumem sua singularidade como forma de estabelecer uma identidade frente aos demais

¹⁴⁴ ZIBECHI apud VELLOSO, *Narrar por constelações: pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, [2020] 2022, p. 52.

¹⁴⁵ TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, *A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço*, 2017.

¹⁴⁶ CASTELLS, *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*, 1983.

¹⁴⁷ CASTELLS [1983] apud BARTHOLL, op. cit., p. 251.

¹⁴⁸ SOUZA, *A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – E a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto*, 2010.

movimentos, mas faziam a necessidade de pensá-las a partir de um "ponto comum":

Reconhecer a particularidade de lutas urbanas não significa ter que abandonar a luta de classes, tanto como categoria de análise como experiência vivida e percepção do real. A violência bruta que caracteriza a realidade nas periferias urbanas, a violência de Estado contra as classes periféricas, evidencia uma luta que em muitos momentos ganha traços de uma "guerra" de classe.¹⁴⁹

Movimentos sociais da virada do século - sobretudo no contexto brasileiro - abordaram, entre tantas outras pautas, as mobilizações em torno da questão das águas (preservação dos cursos d'água, desperdícios de água, sustentabilidade e problemas relacionados às chuvas, enchentes e alagamentos). Podemos identificá-las atualmente como mobilizações que introduzem os conflitos socioambientais, originando os "novíssimos movimentos sociais".¹⁵⁰ Estes movimentos pautam diversos temas: extrativismo mineral; inundações e enchentes; depredação do meio ambiente; defesa da vida animal; tamponamento dos rios urbanos; segurança alimentar; saneamento básico; dentre tantas outras. Marcelo Lopes de Souza apresenta as três principais características que marcam os "novíssimos movimentos sociais", sendo estas:

1) a intensidade das maneiras como a espacialidade é salientada; 2) ao mesmo tempo, destaca-se o amplo uso de novas tecnologias de comunicação (Internet de um modo geral, redes sociais e twitter) para formar redes de ativistas e solidariedade e convocar para manifestações presenciais em espaços públicos; 3) por fim, a presença de uma forte dimensão libertária (comparável àquela de fins dos anos 1960, mas com mais capilaridade social), a qual, sem embargo, em geral não se apresenta

¹⁴⁹ PILE [1997] apud BARTOLL, op. cit., p. 251. Silvia Federici (2023) reforça, ainda, uma ideia de guerra contra as mulheres como uma parte fundamental para o desenvolvimento da sociedade capitalista: "Eu acredito que as mulheres têm uma posição privilegiada para falar sobre isso, pois temos uma vasta experiência na guerra contra nós. Nós, mulheres, falamos na perspectiva da reprodução da vida cotidiana, da vida social, aquela reprodução que a guerra quer destruir. Assim, apesar de os homens serem súditos dos exércitos, são as mulheres que experimentam em seus corpos, em suas vidas, em suas comunidades, os efeitos mais devastadores da guerra. [...] Essa guerra continuou fundando subjetividades, práticas, condições sociais. Continuou a repetir-se com a instituição da pena de morte, com a pena de morte contra o adultério, com as mulheres queimadas na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, com a proibição do aborto. Vimos nos anos 1950 a lobotomia contra as mulheres que recusavam o trabalho doméstico, a esterilização de mulheres negras, a grande campanha de controle populacional nas décadas de 1970, 1980 e 1990, onde as mulheres foram acusadas de criar pobreza no mundo. Existe toda uma ideologia, uma orquestração prática também, com milhões de médicos e enfermeiras forçando as mulheres a tomar anticoncepcionais em nome de reduzir o crescimento populacional em nível global. Por tudo isso podemos falar de uma guerra contra as mulheres."

¹⁵⁰ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013.

em 'estado puro', mas sim mesclada com elementos de outras tradições teórico-discursivas e práticas políticas, notadamente a marxista.¹⁵¹

Bartholl sugere uma caracterização mais estrita para os movimentos sociais que se relacionam mais diretamente com objetivos políticos concretos e com o território em que estão inseridos, de forma a expressar tais características na forma como se organizam e no meio em que se organizam. O termo atribuído pelo autor para diferenciar e tornar menos amplo o conceito de movimentos sociais é o de “movimentos sociais de base”.¹⁵² O termo se refere a uma das formas possíveis de ser um movimento social, “uma forma de auto-organizar-se com a pretensão de movimentar-se para ‘transformar transformando-se’.”¹⁵³ O ponto de partida (e o de chegada) se tornam, nesse sentido, a forma como as sociedades, sobretudo aquelas que vivenciam as experiências das periferias urbanas na América Latina, se (auto)organizam.

3.2. Organização

O conceito de *organização* está contido neste trabalho nas discussões sobre a investigação militante e na categorização dos movimentos sociais. Os escritos de Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992) - filósofos e revolucionários franceses que inauguram os termos *infinitude* e *multiplicidade*¹⁵⁴ - apresentam um complexo de experiências e analogias para situar a organização como fator dominante na disposição dos diversos modos de vida de grupos humanos e não-humanos.

Estar atento a tudo ao mesmo tempo: à maneira pela qual uma máquina social ou uma massa organizada tem um inconsciente molecular que não marca unicamente sua tendência à decomposição, mas componentes atuais de seu próprio exercício e de sua própria organização; à maneira pela qual um indivíduo tal ou qual, tomado numa massa, tem ele mesmo um inconsciente de matilha [...].¹⁵⁵

¹⁵¹ Ibidem, p. 212.

¹⁵² “Base” não é entendida como um nível inferior em uma relação hierárquica. Em um trabalho que é “da base, pela base e para a base”, as bases (ou núcleos) são o fundamento das estruturas articuladas. (D’ANDREA, 2020, p. 87).

¹⁵³ ZIBECHI apud BARTHOLL, op. cit., p. 282. O conceito “movimentos sociais de base” se articula a noção de “sociedades em movimento”, construída por Raúl Zibechi (2003) sobre os territórios habitados e construídos segundo uma lógica de trabalho de base territorial(izado): “Várias sociedades na sociedade, [...] conceber estes movimentos como ‘sociedades em movimento’”.

¹⁵⁴ DELEUZE & GUATTARI, *O que é a filosofia?*, [1991] 1997.

¹⁵⁵ Idem, *Mil platôs*, 1995, p. 47.

O espaço público ocupado, vivido e apropriado como local de manifestação dos mais diversos grupos organizados se apresenta como *território dissidente*, ao possibilitar a produção de *territorializações efêmeras*, ou seja, territorializações que perturbam e atraem atenção, “[...] são às vezes ações de protesto [...] às vezes uma combinação de protesto político com ações destinadas a ser um estorvo para a produção capitalista ou a circulação de mercadorias [...] às vezes, por fim, trata-se simplesmente de um protesto com evidente caráter lúdico.”¹⁵⁶ Segundo Hannah Arendt, a dissolução do espaço público representa, para além da perda de um espaço comum entre os homens, a privação de um mundo compartilhado de significações, de um espaço reconhecido de ação e opinião, de constituições de igualdade que apenas a liberdade pública pode constituir, liberdade que exige, para sua efetivação, um espaço politicamente organizado.¹⁵⁷

Vê-se que a questão da organização está presente na *inconsciência*¹⁵⁸ e na *formação de consciência*¹⁵⁹ do coletivo que insurge, que busca o *uso disruptivo do espaço*¹⁶⁰ rumo à uma nova construção política e social. Assim como colocado por integrantes do COMUPRA e do Movimento: “Demonstramos que uma comunidade unida, consciente e disposta a um trabalho comunitário legítimo, torna-se completamente possível e que um povo organizado tem mais possibilidade de garantir seus direitos.”¹⁶¹ Dentre as principais dificuldades enfrentadas por movimentos, destaca-se a relação nomeada por Zibechi como “*intensificação-expansão*”, isto é, a forma de coordenar e articular as ações por meio da organização e da formulação de demandas comuns:

Parece-me necessário que os movimentos expandam sua ação para mudar a correlação de forças, mas a realidade indica que o que realmente produz mudanças é a intensificação das experiências, seu aprofundamento. [...] *Organizar a rebeldia é uma contradição*. [...] não negá-lo é o básico; o segundo é ampliar o conceito de organização, de tal modo a considerar como tal não somente o ordenado, disciplinado e instituído. Hoje sabemos que o caos também é uma forma de organização.¹⁶²

¹⁵⁶ SOUZA, *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*, 2010, p. 37.

¹⁵⁷ ARENDT apud TELLES, *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*, [1989] 1990.

¹⁵⁸ DELEUZE & GUATARRI, *Mil platôs*, 1995.

¹⁵⁹ FREIRE, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 1996.

¹⁶⁰ VELLOSO, *O urbano-constelação: uma agenda de pesquisa descrita a partir de movimentos e conflitos na RMBH (1990-2015)*, [2019] 2022, p. 103.

¹⁶¹ Frase retirada do folder do 8º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa), realizado em 2016.

¹⁶² ZIBECHI, op. cit., p. 169-170.

A questão da articulação/centralização também é um problema na vivência de diversos movimentos sociais:

*A não existência de articulação é também um problema. [...] O debate sobre articulação deveria se concentrar em: como evitar a centralização e a unificação/como evitar converter as articulações ou coordenações ou redes difusas ou informais em aparelhos com vida própria; como potencializar o mundo novo que nasce em meio aos movimentos. [...] podem ser criadas relações sociais verdadeiramente alternativas [...] criar espaços temporais e horizontais de intercâmbio e interconhecimento das experiências alternativas.*¹⁶³

Pensar o processo - e não necessariamente projetá-lo - é também pensar a temporalidade e a espacialidade em que o processo está inserido. Essa união entre a *organização* e a *imaginação*¹⁶⁴ compõem uma questão de método.¹⁶⁵

3.3. Escala

O espaço configura, na análise dos movimentos contemporâneos, o local de consolidação das demandas, dos trabalhos de mobilização e, sobretudo, da organização do movimento.¹⁶⁶ Compreender a microescala é, para Zibechi, fundamental para assimilar como estão tecidas as novas governabilidades.¹⁶⁷ Diante a uma possível “geografia dos movimentos”, o diálogo entre Carlos Walter Porto-Gonçalves e Milton Santos apresentado por Bartholl reflete uma análise possível da relação entre o espaço-tempo em que o movimento se repercute:

[...] Os movimentos sociais adquirem, no contexto teórico que abraçamos, um lugar de altíssima relevância por trazerem à luz, com sua própria existência, não só as contradições inscritas no espaço-tempo, como os possíveis inscritos nessa própria realidade. (...) todo movimento social é

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Isabelle Stengers (2015, p. 169), filósofa e historiadora belga, autora do livro “No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima”, argumenta: “Precisamos desesperadamente de outras histórias, não dos contos de fadas, em que tudo é possível para os corações puros, para as almas corajosas ou para as pessoas de boa vontade reunidas, mas das histórias que contam como situações podem ser transformadas quando aqueles que as sofrem conseguem pensá-las juntos. Não histórias morais, mas histórias ‘técnicas’ a propósito desse tipo de êxito, das ciladas de que cada uma precisou escapar, das imposições cuja importância elas reconheceram. E precisamos que essas histórias afirmem sua pluralidade, pois não se trata de construir um modelo, e sim uma experiência prática. Não se trata de nos convertermos, mas de repovoar o deserto devastado de nossa imaginação.”

¹⁶⁵ VELLOSO, *O urbano-constelação*, 2022.

¹⁶⁶ SOUZA, *O desafio metropolitano*, 2012.

¹⁶⁷ ZIBECHI, op. cit., p. 144.

portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares. (...) Afinal, movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível.¹⁶⁸

Sob esta ótica, o movimento social passa a ser visto não como *categoria do pensamento*, mas o próprio “[...]instrumento analítico que desvenda novas espacialidades e territorialidades [...] que, por meio da sua ação, [...] se torna patente na espacialização da sociedade”.¹⁶⁹ Neste caso, o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa podem ser definidos, em microescala, como um movimento socioambiental periférico e local da capital belo-horizontina e, em macroescala, uma experiência de resistência latino-americana, construídos a partir de relações sociais e coletivas consolidadas e traduzidas em *território: territórios das águas, territórios autoconstruídos, territórios de luta*.

“[...] O que é um movimento se não isso, mover-se? ‘Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia social e se movem, isto é, mudam de lugar, rechaçam o lugar que historicamente estavam designados no âmbito de uma determinada organização social, e buscam ampliar os espaços de expressão.’”¹⁷⁰

‘Movimento social é a capacidade humana, individual e coletiva, de modificar o lugar designado e herdado numa organização social e de procurar ampliar seus espaços de expressão’. Esse *movimento-deslocamento* é (enquanto existir o movimento) um processo permanente de caráter auto-educativo. Trata-se de que seja feito de forma consciente, para que seja potenciado e intensificado. Também podemos entender como o movimento *transforma-se transformando*. Se a luta social não conseguir modificar os lugares que ocupamos antes, estará destinada ao fracasso por reproduzir os papéis opressivos que deram vida ao movimento.¹⁷¹

Movimento social pode ser caracterizado por uma ação coletiva de um grupo de pessoas, mais ou menos organizadas para enfrentar, opor-se e superar uma diversidade de problemas sentidos coletivamente, ao mesmo tempo criando e construindo algo novo no lugar do que falta ou do que busca superar. O movimento social ao reagir, age; e ao agir, reage. [...] Sujeitos em movimento *transformam-se transformando*, e acrescentaria, *transformam transformando-se*, dando lugar ao que, genericamente, poderíamos chamar de “movimento social” no seu sentido emancipatório. Aqui, movimento social é relacionado a uma ação e uma postura com um horizonte de busca por autonomia.¹⁷²

¹⁶⁸ PORTO-GONÇALVES, SANTOS [2003] apud BARTHOLL, op. cit., p. 64-65.

¹⁶⁹ SANTOS apud BARTHOLL, op. cit., p. 64-65.

¹⁷⁰ PORTO-GONÇALVES apud ZIBECHI, op. cit., p. 164-165.

¹⁷¹ PORTO-GONÇALVES [2001]; ZIBECHI [2015] apud BARTHOLL, op. cit., p. 278.

¹⁷² BARTHOLL, op. cit., p. 278.

A geógrafa, diretora de Projetos do Instituto GUAICUY e integrante do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, Carla Wstane, discute sobre formas de se avançar nas discussões sobre os territórios a partir das águas:

Cursos d'água são limites naturais responsáveis pela delimitação de diferentes fronteiras territoriais, sendo que comumente a divisa entre diferentes municípios é limitada por cursos d'água, serras, montanhas e outros grandes marcos naturais da paisagem. Contudo, seria possível que a partir das águas possamos entender nosso território atual e construir outros territórios?¹⁷³

Para introduzir o assunto das águas como foco do movimento social aqui apresentado, são exploradas diversas experiências do contexto latinoamericano, sobretudo, dos povos campesinos, indígenas e quilombolas. Segundo os métodos etnográficos de pesquisa, sobretudo na *etnografia colaborativa*, o pesquisador nunca pesquisa sozinho, está sempre em companhia, sendo a própria etnografia um método não-estático (transformável) da antropologia. Apesar desta pesquisa não ser estritamente etnográfica, resgato parâmetros desta ciência focada em uma *descolonização permanente do pensamento*, que muito contribui para escuta, percepção e sensibilidade do espaço vivido.

Nas narrativas de lugares de encontro, retrata-se objetivamente uma realidade social. Inúmeras pesquisas fundamentadas na criação de diálogos entre os saberes são elaboradas neste campo, sobretudo aquelas que enunciam os afetos dos grupos frente às suas relações humanas com a natureza. Me interessam principalmente os escritos de Antônio Bispo dos Santos (2018); Creuza Krahô (2017); Davi Kopenawa (2015); Eduardo Viveiros de Castro (1996); Flávia Maria Galizoni (2013); Grada Kilomba (2019); Jeanne Favret-Saada (2005); Renata Marquez (2020; 2021¹⁷⁴). Seguem alguns saberes sobre os rios compartilhados por tais autores que me ocasionaram ao afeto no projeto - sobretudo pelos cursos d'água remanescentes - bem como a estabelecer uma pesquisa sobre os mesmos:

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia,

¹⁷³ WSTANE; LEMOS, *Em defesa de um território*, 2017, p. 4.

¹⁷⁴ Com relação ao ano de 2021, me refiro às anotações realizadas durante a disciplina "Discussões metodológicas: Etnografias" do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EA-UFMG, ministrada pela professora Dra. Renata Moreira Marquez, a qual cursei no segundo semestre deste mesmo ano.

que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível.¹⁷⁵

Uma das coisas que digo para os mais velhos e para vocês, Juruá, em momentos de encontro, é que seria importante fazer antropologia na cultura de vocês. Tirar o Guarani da aldeia para ele ficar na casa de vocês e observar vocês todos os dias. Sentir, refletir, tentar entender, fazer relatórios e, finalmente, produzir uma tese de capa dura, bem bonita, com muitas páginas, fotografias, gráficos e referências a outros estudos, para concluir e dizer aos Juruá para se *tornarem selvagens*, para que se tornem pessoas não civilizadas – pois todas as coisas ruins que estão acontecendo no planeta Terra vêm de pessoas civilizadas, pessoas que não são, teoricamente, selvagens.¹⁷⁶

Confluência foi um conceito muito fácil de elaborar porque foi só observar o movimento das águas pelos rios, pela terra. Transfluência demorou um pouco mais porque tive que observar o movimento das águas pelo céu. Para entender como um rio que está no Brasil conflui com um rio que está na África eu demorei muito tempo. E percebi que ele faz isso pela chuva, pelas nuvens. Pelos rios do céu. Então, se é possível que as águas doces que estão no Brasil cheguem à África pelo céu, também pelo céu a sabedoria do nosso povo pode chegar até nós no Brasil.¹⁷⁷

Nas sociedades camponesas, as fontes de água são percebidas como recursos que ultrapassam o domínio de uma família; são entendidas como recursos comuns de uma coletividade circunscrita, sujeita a códigos específicos de apropriação e uso. Este aspecto, certamente, diferencia o campesinato da sociedade inclusiva: num mundo em que a água é cada vez mais tratada como “mercadoria escassa” e componente do complexo “água-negócios” o uso comum estimula a reflexão sobre regulação, partilha e normas de acesso aos recursos hídricos.¹⁷⁸

É fundamental o reconhecimento dos “rios invisíveis” da cidade de Belo Horizonte¹⁷⁹ para compreender as adversidades que as populações que vivem nas margens restantes dos ribeirões, rios e nascentes não canalizados e tampados enfrentam, para constatação da (re)existência de tais lutas. O esforço para alcançar a concretização de suas reivindicações está presente, sobretudo, na luta pelo seu reconhecimento, sendo esta constante luta pelo impossível o que fundamenta a produção de novas possibilidades de transformação social.¹⁸⁰

¹⁷⁵ FAVRET-SAADA, *Ser afetado*, 2005, p. 160.

¹⁷⁶ GUARANI, *Tornar-se selvagem*, 2020, p. 13.

¹⁷⁷ BISPO DOS SANTOS, *Somos da terra*, 2018, p. 48.

¹⁷⁸ GALIZONI, *Água, Terra e Família: Uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira*, 2013, p. 70.

¹⁷⁹ BORSAGLI, *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira*, 2016.

¹⁸⁰ BUTLER apud LIMONAD, *Planejar por quê?*, 2021, p. 24.

Figura 08. Várzea, Ribeiro de Abreu, s/ data.



Fonte: Acervo COMUPRA.

4. PERIFERIA

“Antes da consciência, do sujeito ou da identidade, periferia é uma condição”.¹⁸¹

O urbano, enquanto reflexo das relações sociais veiculadas pelo sistema neoliberal, contém espaços físicos e simbólicos de dominação. Este caráter opressor das relações é traduzido na cidade em ineficiências nos quesitos da moradia; segurança; mobilidade; lazer; encontro; nas possibilidades de acesso a condições adequadas de saneamento; saúde; educação e nos fenômenos da gentrificação e especulação. Em meio a este contexto, tornam-se visíveis as opressões sobre os moradores e moradoras das zonas periféricas. O urbano determina as relações de produção e designa como os demais operam, assim, as periferias tiveram que se remodelar para produzir o que o centro queria consumir. Em um dado momento da história *das sujeitas e sujeitos periféricos*, a periferia protestou e recusou qualquer imposição que dizia que esta não tem cultura, tecnologia ou economia.¹⁸² Esta seção tem como objetivo apresentar os conceitos de *espaço*, *território* e *classe* como introdução à análise do conceito de *periferia*.

4.1. Espaço, território e classe

Do ponto de vista do urbanismo físico, Lefebvre afirma que o *espaço urbano comum* é aquele que se encontra na cidade e é voltado para o uso público e de posse coletiva. Do ponto de vista político, o espaço urbano comum se difere da esfera privada e está referido aos espaços de interesse público, constituído por identidades e ações coletivas que promovem representatividade social, espaços para liberdade política e de avanço nas condições de igualdade e de reflexão sobre a formação da democracia¹⁸³ e opinião pública.¹⁸⁴ Neste debate, o autor defende que

¹⁸¹ D'ANDREA, *40 Ideias de Periferia: história, conjuntura e pós-pandemia*, p. 69.

¹⁸² VIANNA, *Paradas do sucesso periférico*, 2006, p. 27.

¹⁸³ Faz-se extremamente necessário conjugar a luta espacial com a luta social como método de efetivação da democracia concreta. O princípio da “ação direta”, discutido na teoria democrática de Chantal Mouffe (2000), é aqui referenciado para postular sobre uma possível democracia concreta. Na ação direta, os sujeitos usam e subvertem o espaço e buscam negociar, a partir desse, formas de representação que se vinculam a uma ideia de democracia. Para uma análise aprofundada sobre a teoria democrática, ver: MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. New York: Verso, 2000.

¹⁸⁴ LEFEBVRE apud SANTOS JUNIOR, *Urban common space, heterotopia and the right to the city: reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey*, [1991] 2014, p. 153-154. Tradução minha.

o problema das lutas de classes está inscrito no espaço.¹⁸⁵ É possível, então, pensar o território a partir da luta de classes e da ação coletiva. A questão de classe não deve ser discutida sem que a sua luta seja pensada junto.

Roberto Lobato Corrêa¹⁸⁶ apresenta uma classificação das práticas espaciais ao diferenciá-las em modalidades, sendo estas: “seletividade espacial”; “fragmentação-remembramento espacial”; “antecipação espacial”; “marginalização espacial” e “reprodução da região reprodutora”.¹⁸⁷ A “seletividade espacial” consiste na atribuição de valor ao lugar segundo particularidades julgadas de interesse do homem de acordo com os projetos estabelecidos para tal¹⁸⁸, ou seja, “[...] corresponde à seleção de localizações de acordo com prioridades estabelecidas, sendo parte indissociável do processo de organização do espaço”.¹⁸⁹ A “fragmentação-remembramento espacial” se refere à dimensão política dos processos de produção do espaço que permitem a atuação de diversas formas de controle sobre o mesmo.¹⁹⁰ A “antecipação espacial” diz respeito a uma “[...] prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas.”¹⁹¹ Bartholl apresenta a atuação nas e a partir das periferias como uma prática de “antecipação espacial”, por serem nos “territórios periféricos onde encontramos algumas das condições mais desfavoráveis, [mas] também, sob outro olhar, algumas das condições mais favoráveis para a superação do sistema de dominação.”¹⁹² A “marginalização espacial” denota lugares em que há perda de sua importância em decorrência de transformações econômicas, tecnológicas ou políticas. Nesse caso, Bartholl estabelece um paralelo entre o conceito de “marginalização espacial” e a relação de dominação centro-periferia, sendo esta relação o que permite a “periferização” dos espaços urbanos.¹⁹³

O espaço se configura, portanto, como anterior ao território, sendo o território o espaço *vivido*: “O espaço [...] é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as

¹⁸⁵ LEFEBVRE, *The production of the space*, 1991, p. 55. Tradução minha.

¹⁸⁶ Roberto Lobato Corrêa é geógrafo, professor no Departamento de Geografia da UFRJ e um dos destaques na análise teórica das práticas espaciais na produção acadêmica brasileira.

¹⁸⁷ CORRÊA, *Espaço: um conceito-chave da Geografia*, [1995] 2000.

¹⁸⁸ BARTHOLL, op. cit., p. 386.

¹⁸⁹ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p. 249.

¹⁹⁰ BARTHOLL, 2015; SOUZA, 2013.

¹⁹¹ CORRÊA apud BARTHOLL, op. cit., p. 387-388.

¹⁹² BARTHOLL, op. cit., p. 387.

¹⁹³ Por fim, a “reprodução da região produtora” seria a própria “reprodução das condições de produção” devido a aspectos de inovação. (SOUZA, 2013).

relações sociais.”¹⁹⁴ Para Zibechi, “o território é, então, o espaço onde se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, aqueles lugares onde os coletivos podem praticar modos de vida diferenciados.”¹⁹⁵ Nas palavras de Porto-Gonçalves, “há uma batalha de descolonização do pensamento com a qual a recuperação do conceito de território talvez possa contribuir.”¹⁹⁶

[...] os territórios estão vinculados a sujeitos que os instituem, os marcam, os definem sobre a base das relações sociais das quais são portadores. [...] O conceito de território introduz, por um lado, uma nova forma de ver o conflito social, pois os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, desse modo, sempre dizem a respeito dos sujeitos sociais que por meio deles se realizam. [...] Como vêm demonstrando vários autores (Haesbaert, Sack, Raffestin, Lopes de Souza, Lefebvre, Coronil, Soja, Porto-Gonçalves, entre outros), o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele.¹⁹⁷

Como colocado anteriormente, a questão de *classe* está diretamente ligada às lutas sociais, que se conectam ao *território*. Segundo Thompson, “as classes não são coisas, mas relações humanas”, o que nos permite debater sobre a construção de tais relações em contexto de disputa social: “As classes sociais se constituem nas e através das lutas que os protagonistas travam em situações concretas e que conformam os lugares que, desse modo, não apenas ocupam, mas também constituem”.¹⁹⁸

A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes.¹⁹⁹

A ação coletiva é a principal expressão de uma classe social.²⁰⁰ Seja ela explícita e visível ou não, é o fenômeno que compõe os processos de uma luta. Nesta mesma linha, é possível definir a ação política como aquela que se projeta

¹⁹⁴ SANTOS, *Por uma geografia nova*, [1978] 2002, p. 171.

¹⁹⁵ ZIBECCHI, op. cit., p. 39.

¹⁹⁶ PORTO-GONÇALVES, *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*, 2006, p. 161.

¹⁹⁷ Idem, *De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*, [2001] 2006, p. 46.

¹⁹⁸ THOMPSON apud ZIBECCHI, op. cit., p. 38.

¹⁹⁹ THOMPSON, *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*, [1977] 2001, p. 273-274.

²⁰⁰ DIÉGUEZ, *O que é classe social?*, 2008.

para além do agora, diferente da forma como “as relações sociais estão desenhadas no momento”. Se a reprodução é “a repetição dos princípios de organização da sociedade”, como colocado pela socióloga brasileira Ana Clara Torres Ribeiro²⁰¹, é possível afirmar, assim como Bartholl, que a ação política e a ação social “podem ser e são formas de ação transformadora”.²⁰² Se, para Hannah Arendt²⁰³, a ação e o discurso ganham sentido na construção de um mundo comum pela mediação do espaço público, pode-se concluir que “[...] as relações sociais se realizam, concretamente, na forma das relações espaciais, denotando o que se deve nomear por política do espaço.”²⁰⁴

Conclui-se, portanto, que a ideia de classe pode ser definida pela forma como as pessoas vivem suas próprias *espacialidades e territorialidades*²⁰⁵: “[...] produzindo espaço, territorializando-se e, neste sentido, classe tem território e território tem classe, as lutas das classes periféricas instituindo territórios periféricos.”²⁰⁶ Em meio às opressões de classe, de raça e de gênero postas, sobretudo, contra as populações periféricas, “existe também a opressão territorial”.²⁰⁷

4.2. Periferia

A América Latina nasceu para obedecer o mercado mundial antes que o mesmo existisse.²⁰⁸ A ideia de que a periferia está ligada ao centro parte da suposição de que o centro é o lugar incluído e aquilo que falta está na periferia, ou seja, lugar a ser incluído. O antropólogo brasileiro Hermano Vianna afirma que essa é uma perspectiva que pressupõem que na periferia não há “[...] cultura, tecnologia ou economia. É como se a periferia fosse um dia ter (ou como se a periferia almejasse ter, ou seria melhor que tivesse) aquilo que o centro já tem (e por isso

²⁰¹ RIBEIRO, *Teorias da ação*, 2014, p. 43.

²⁰² BARTHOLL, op. cit., p. 63.

²⁰³ ARENDT, *A condição humana*, 1989.

²⁰⁴ VELLOSO, *Pensar por constelações*, [2018] 2022, p. 22.

²⁰⁵ As territorialidades se configuram como espaços de resistência construídos por meio da coletividade: “Assim, há, sempre, território e territorialidade por meio de processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. [...] A territorialidade está configurada por um conjunto de relações materiais e simbólicas que emprestam sentido à constituição/construção/produção/invenção/criação de um determinado espaço. Assim, não há território/territorialidade que não tenha sido obra da sociedade fazendo história por meio do espaço, se geografizando.” (PORTO-GONÇALVES & SILVA apud BARTHOLL, [2011] 2015, p. 141).

²⁰⁶ BARTHOLL, op. cit., p. 239-240.

²⁰⁷ D'ANDREA, *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*, 2020, p. 11.

²⁰⁸ GALEANO, *As veias abertas da América Latina*, 1978.

pode ensinar a periferia como chegar até lá, para o bem da periferia).²⁰⁹ As periferias urbanas são os locais que continuam crescendo e que formalizam esse crescimento de maneiras diferentes. Os modos de vida que se conformam nesses espaços, sobretudo a partir da cultura, remetem à sobrevivência de valores não mercantis, não colonizados pelo capital.²¹⁰

Na dimensão geográfica, a periferia é aquela que se encontra distante do centro. Esta noção de distância para referir à periferia não abrange as dimensões culturais e a própria ideia de resistência que o termo carrega. Milton Santos afirma que é preciso optar pela noção de periferia que envolva sua socioeconomia, ou seja, que leva em conta os lugares tomados como marginais aos processos de desenvolvimento, composta por pessoas rejeitadas nas etapas de crescimento nesses mesmos processos e que, por isso, formam uma periferia social dentro do polo econômico, tornando-se sujeitos a encontrar seus locais de residência nestes polos marginalizados como única alternativa possível se o modelo de crescimento se manter da forma como é.²¹¹

“Eu nasci lá no Primeiro de Maio e quando eu fiz 20 e poucos anos, fui me casar. Aí, você não consegue mais comprar uma casa naquele lugar em que você nasceu, aí você vai comprar em outro lugar periférico e longe e vai ter os mesmos problemas que você teve lá de onde veio.”²¹²

Nesse sentido, cabe analisar tais dinâmicas a partir do *movimento de inclusão-explosão*²¹³ apresentado por Lefebvre: “[...] esse movimento que orbita do centro para a periferia, das centralidades para as margens”. Estas relações políticas e econômicas de dependência estão detalhadamente expressas na *teoria da dependência*, sobretudo nas elaborações de Aníbal Quijano na década de 1970. É fundamental resgatar a discussão sobre a dicotomia entre o centro e periferia essencialmente a partir das teorias decoloniais, que evidenciam a experiência social do sul global como aquela que ainda testemunha relações de dominação/exploração tanto no âmbito planetário quanto no regional. Ao adentrar nos debates decoloniais para estabelecer um embasamento teórico e compreender a repercussão de tais

²⁰⁹ VIANNA, *Paradas do sucesso periférico*, 2006, p. 27.

²¹⁰ ZIBECCHI, op. cit., p. 156.

²¹¹ SANTOS, *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*, 2003, p. 82.

²¹² Fala proferida por Itamar Santos em entrevista publicada no livro “Histórias do nordeste de BH: Rede de memória dos agentes culturais comunitários”, 2018, p. 212.

²¹³ LEFEBVRE apud BRENNER, *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*, 2013. Tradução minha.

relações, é possível prescrever um salto do ponto de vista da consciência sobre a colonialidade. Suponho que seja necessário estabelecer uma relação a partir da implicação socioespacial sobre o centro e a periferia, tendo como foco os escritos de Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez e Nelson Maldonado-Torres.²¹⁴ Ao introduzir os conceitos intrínsecos à discussão sobre colonialidade, Quijano inaugurou um debate em torno dos termos que seria expressamente significativa para compreender as relações de dominação na América Latina, não apenas epistêmicas, mas também nas relações sociais, econômicas, políticas e territoriais.²¹⁵ Nesse sentido, Maldonado-Torres propõe o *giro decolonial* como um rompimento com a epistemologia ocidental/imperialista. Há, claramente, um interesse político, econômico e social na manutenção de tais relações de poder, pois possibilitam que o domínio sobre o *poder*, o *saber* e o *ser* se mantenham independente do fim das relações imperiais. Portanto, é enaltecida, neste momento, a construção de um novo imaginário sobre o saber, o ser e, por fim, sobre a pós-modernidade, ao favorecer as epistemologias e as práticas desenvolvidas nas margens da cidade e do pensamento.²¹⁶

Apesar de Waisman sugerir uma situação de “descentramento” nas últimas décadas²¹⁷, sabe-se que o sistema-mundo carece de atravessar uma série de patologias estruturais para que as margens não se mantenham apenas como

²¹⁴ QUIJANO, *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, 1973; CASTRO-GÓMEZ, *La poscolonialidad explicada a los niños*, 2005; MALDONADO-TORRES, *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*, 2007.

²¹⁵ A relação de combate às formas de dominação epistêmica que também se materializam nas relações sociais, econômicas e políticas, demonstram a importância de localizar o pensamento decolonial neste debate: “[...] O terceiro desafio é ultrapassar o debate epistêmico e teórico abstrato e fecundar essas ferramentas teóricas e epistemológicas que o pensamento descolonial vem produzindo (como, por exemplo, os conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do saber, colonialidade do ser, colonialidade da natureza) com experiências, casos, situações concretas que permitam superar os excessos de uma leitura teórica abstrata que essa perspectiva tanto critica. Precisamos de estudos capazes de oferecer um diagnóstico de nossa realidade, uma ontologia política descolonial do presente. Estudos que possam ajudar a compreender quem somos nós e o que estamos fazendo de nós mesmos como sociedade, construir genealogias de nossa experiência moderna-colonial concretamente. As teorias, os conceitos e as interpretações do pensamento descolonial precisam dialogar com a diversidade de experiências de lutas sociais concretas. Bem como os conhecimentos e as epistemologias construídas nas lutas sociais concretas podem oferecer novos horizontes de sentidos para construção de um pensamento descolonial. Esse vínculo entre teoria e prática é algo imprescindível para a construção de uma geografia descolonial.” (CRUZ, 2017). Este debate apresenta também uma possível relação com as argumentações de Lefebvre datadas de 1947: “Ferramentas práticas, não simples conceitos, são os meios pelos quais o homem social configurou o mundo perceptível.” (LEFEBVRE, [1947] 2014, p. 183).

²¹⁶ BALLESTRIN, *A América Latina e o giro decolonial*, 2013.

²¹⁷ WAISMAN, *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*, 2013.

*espaço destinado aos destituídos*²¹⁸ e que seus saberes não sejam tratados como tal.

Como cantam os Racionais Mcs, periferia é periferia, em qualquer lugar. Essa letra é mais verdadeira do que nunca. Cada vez mais, a periferia toma conta de tudo. Não é mais o centro que inclui a periferia. A periferia agora inclui o centro. E o centro, excluído da festa, se transforma na periferia da periferia.²¹⁹

Nos anos 70, autores do campo urbano - ao longo de suas trajetórias junto aos movimentos sociais urbanos - discutiam se a produção da cidade era uma reflexão da produção econômica²²⁰ ou se ela possuía uma lógica própria.²²¹ Já nos anos 80, os antropólogos passaram a olhar para a periferia com o intuito de analisar seus modos de vida e os imaginários das populações.²²² Porém, nos anos 1990, a ideia de periferia é discutida em três espaços diferentes: na academia, na indústria do entretenimento e nas próprias periferias, em que passa a ser reproduzida pelos moradores que ressignificam o termo para se tornarem porta-vozes da própria realidade.²²³

Na cena cultural, a realidade das periferias urbanas é elucidada e denunciada nas letras de artistas do *rap* brasileiro - influenciado pelo *hip-hop* norte americano e por diversas vertentes da *black music* - escritas por grandes agentes como Sabotage (1973-2003), Racionais MC's, Fação Central, Negra Li, GOG, dentre tantos outros. O grupo de rap Racionais MC's, formado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, denuncia o genocídio da população negra periférica, as péssimas condições do sistema carcerário brasileiro, a má conduta policial, o racismo e as desigualdades. A representatividade que a popularidade do grupo gera para os jovens de periferia foi - e ainda é - fundamental para atribuir novos significados ao termo *periferia*, afirmando quem são os reais protagonistas da luta, bem como os principais alvos, no contexto urbano brasileiro.

²¹⁸ SILVA, *Aos destituídos, as cabeceiras*, 2013.

²¹⁹ VIANNA, op. cit., p. 29.

²²⁰ KOWARICK, *Espoliação urbana*, 1979.

²²¹ MARICATO, *Autoconstrução: uma arquitetura possível*, 1976.

²²² DURHAM, *A sociedade vista da periferia*, 1986.

²²³ D'ANDREA, *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*, 2020.

Capítulo 4, Versículo 3

(Racionais MC's, 1997)

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais
 Já sofreram violência policial
 A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras
 Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
 A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo
 Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente

Vê-se que a *violência*, a *pobreza*, a *cultura* e a *potência* são conceitos fundamentais para trabalhar a ideia de periferia. D'Andrea apresenta uma análise completa sobre a denúncia praticada pelas *sujeitas e periféricos* e a importância de se compreender periferia enquanto um “conceito crítico”, que discute as problemáticas da desigualdade socioeconômica não apenas pela luta de classes, mas pelas adversidades intrínsecas ao urbano:

A disseminação e o fortalecimento da periferia ocorreram por meio de uma dupla ruptura: por um lado, a nomeação das desigualdades não se deu por contradições no mundo do trabalho, como era de se esperar, mas por contradições urbanas. Por outro lado, a afirmação de periferia denunciava o discurso do fim da história e do fim das classes, apontando as contradições sociais que a realidade apresentava, mas que o discurso hegemônico ocultava. Afirmer periferia nos anos 1990 era denunciar a sociedade por meio de um conceito crítico: periferia. Era apresentar o conflito, quando o pensamento hegemônico só apresentava consenso. [...] Periferia foi a maneira mais adequada que a classe encontrou para se representar em determinado momento histórico, a definição está engendrada por meio de relações sociais internas e por meio de embates e relações com outras classes sociais. Essa definição não se construiu necessariamente pelo reconhecimento de uma posição comum na produção econômica, mas pelo compartilhamento de costumes, modos de vida e condições sociais em determinados territórios. Nesse momento em que a classe passa a ser representada também por periferia, o componente racial e o componente urbano da situação da classe ganharam relevo.²²⁴

O viés do cotidiano apresentado nesta pesquisa está relacionado à dimensão do periférico. Em complementação à abordagem de D'Andrea, trago a noção de periferia postulada por Velloso a partir do componente social, racial e urbano, a começar pelo compartilhamento de costumes, de modos de vida e de condições sociais que configuram, sobretudo, uma *periferia insurgente*.²²⁵

A periferia que protesta é um devir-centro. A periferia que protesta recusa a imposição de que não tem cultura, tecnologia ou economia. Exige sua centralidade recusando o que o centro antigo da cidade diz que deveria ser. É como se a periferia fosse um dia ter – ou como se a periferia almejasse

²²⁴ D'ANDREA, op. cit., p. 24.

²²⁵ Cf. nota de rodapé 18.

ter, ou fosse melhor para a periferia ter – aquilo que o centro antigo já tem, e por isso se autoriza a ensinar à periferia aquilo que ela quer, como chegar lá, no que é bom para ela mesma, periferia. O lugar que o centro desejaria que a periferia ocupasse para sempre é o lugar daquele que espera para ser incluído, aquele que acha para sempre que é do centro que virá sua libertação. O desejo da multidão que habita a periferia é muito outro. A vigência desta expectativa do centro em relação a um lugar subalterno já terminou; e isso é o que principalmente fica explicitado numa estrada fechada por uma barricada de gravetos.²²⁶

Já nos anos 2000, os termos *periferia*, *periférica* e *periférico* passam a ser usados como adjetivos por agentes sociais que não estão ligados necessariamente à produção cultural, mas que assumem a perspectiva periférica como política e como estilo de vida. O conceito de *periferia* se refere tanto ao elemento social denominado pobreza quanto ao elemento geográfico denominado distância:

[...] Periferia expressa fundamentalmente uma desigualdade na distribuição da riqueza no espaço. No momento em que se aplicarem as diferenças sociais entre centralidade e periferia, essa dicotomia terá um sentido apenas geográfico, esvaziando, assim, a necessidade de uma afirmação política, social e subjetiva por meio do conceito periferia. Enquanto isso não ocorrer, o conceito periferia segue vigente.²²⁷

Se você tomar, por exemplo, duas pessoas igualmente pobres com características sociais similares, de escolaridade, renda, etc, que moram em famílias similares, tem igual cor da pele, mas moram em lugares diferentes da cidade, o futuro dessas pessoas tende a ser diferente. Entre as muitas dimensões que a pobreza tem, o território está incluído. O território é uma dimensão das condições sociais e da pobreza de maneira mais específica.²²⁸

De acordo com Milton Santos, a noção de periferia está carregada da noção de distância e isto constitui grande parte das teorias espaciais e locacionais, contudo, o autor sugere que é necessário pensar na perspectiva da *periferia socioeconômica*, que leva em consideração os lugares marginalizados pelos processos de desenvolvimento e aqueles rejeitados diante a tal crescimento [sujeitas e sujeitos]: “Estes homens formam a periferia social dentro do polo econômico.”²²⁹

Para auxiliar no debate, proponho a conceituação dos termos “sujeitas e sujeitos periféricos”, “consciência periférica”; “identidade periférica” e “epistemologia

²²⁶ VELLOSO, *Nota da autora*, 2022, p. 8.

²²⁷ D'ANDREA, *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*, 2020, p. 35.

²²⁸ Citação de Eduardo Marques, professor do departamento de Ciência Política da USP, proferida pela professora Rita Velloso na aula 03 da disciplina “Crítica da Vida Cotidiana”, ministrada no 1º semestre de 2021.

²²⁹ SANTOS, *Economia espacial: críticas e alternativas*, [1979] 2003, p. 82.

periférica” apresentada pelo autor Tiaraju Pablo D’Andrea no livro “A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo”.²³⁰ Para evitar uma especificidade de gênero, Tiaraju opta por utilizar tanto o termo sujeita quanto sujeito, de modo a focar em 4 eixos diferentes em sua exposição: brancos e pretos; mulheres e homens. Nesta pesquisa, o autor não abre um eixo específico para faixas etárias.²³¹ Compreende-se as sujeitas e sujeitos periféricos como *sujeitos históricos*, a partir de *características próprias* que embasam sua *ação política*. Para construção dos termos, D’Andrea apresenta as pormenoridades históricas nos quesitos espaço-tempo-classe que compõem a formação das sujeitas e sujeitos periféricos, sendo estas: 1. Utilização de periferia como classe; 2. Periferia, periférica, periférico e favela como posicionamento político-territorial; 3. Organização em coletivos; 4. Arte e cultura política; 5. De objeto de estudo a sujeito do conhecimento; 6. Sistematização da própria história; 7. Fim da necessidade de mediadores; 8. Do estigma ao orgulho; 9. Relevância dos debates sobre opressões raciais e de gênero; 10. Consciência ecológica e por direitos de LGBT’s; 11. Diferença como bandeira; 12. Era digital; 13. Agentes e processos sociais distintos.²³²

Nos tópicos supracitados, o autor explica que o termo periferia se refere a uma “totalidade abarcadora de distintas localidades com situações sociais próximas, sendo uma expressão de classe trabalhadora em um momento histórico em que se necessitava de uma categoria unificadora”.²³³ Neste momento, para a sujeita e sujeito periférico, identificar-se como trabalhador era fragilizado enquanto categoria de representação. Em seguida, Tiaraju ressalta a politização dos termos *periferia*, *periférica*, *periférico* e *favela* nos anos 1990 e 2000, sobretudo nos meios artísticos e culturais de atuação política. A forma de organização política em coletivos se disseminou nesta época nos territórios periféricos. Quando estas sujeitas e sujeitos acessam às universidades, torna-se um questionamento comum o papel do objeto de estudo a eles antes relegado, passando então a produzir conhecimento também

²³⁰ D’ANDREA, *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*, 2022.

²³¹ A pesquisa “Agenda Propositiva das Periferias” foi desenvolvida e coordenada por Tiaraju Pablo D’Andrea no CEP - Centro de Estudos Periféricos na Unifesp/Campus Zona Leste. A pesquisa resultou no livro “Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas”, publicado em 2021 pela Editora Dandara.

²³² Idem, *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*, 2020, p. 31-32.

²³³ Ibidem.

no meio acadêmico. Este cenário propicia a sistematização das *próprias histórias*. A perspectiva dos mediadores já não é tão necessária, fortalecendo também um “processo social de combate a preconceitos e vergonhas com relação ao local de moradia”. Os debates sobre opressões raciais e gênero são neste momento melhor sistematizados, de modo a colocar tais discussões em outro patamar. Outras pautas são também vinculadas ao discurso periférico, como as causas socioambientais e a luta protagonizada pela população LGBTQIAPN+ por direitos e visibilidade: “O direito à diferença [...] ganha relevância, em contraposição à luta por igualdade, preponderante na geração anterior.” Por fim, a era digital constitui um importante fator para disseminação de uma *epistemologia periférica* e de formação de agentes sociais advindos de tais territórios. Estes conviveram com distintos processos sociais, que vão desde o *neoliberalismo* e o *conservadorismo* ao *lulismo*.²³⁴

A *formação de sujeitas e sujeitos periféricos* se dá, excepcionalmente, por um *assujeitamento às condições periféricas*; pela *formação de subjetividades*, dadas a partir de “relações sociais produzidas por condições geográficas, sociais e históricas, [...] calcadas em experiências basilares de socialização na família, no bairro e na escola”; por *códigos culturais compartilhados*, sendo estes cunhados por experiências e modos de vida comuns que produzem uma linguagem compartilhada, diferente de linguagens típicas e características de outros territórios; pela *consciência de pertencimento* que, apesar de não abarcar a totalidade da população, advém da compreensão de uma posição urbana compartilhada; e, por fim, pelo *agir político*, que também não inclui todos os moradores/as das periferias, mas que está relacionado ao apoderamento das próprias histórias, tornando-se sujeito político por suas ações em prol do território.²³⁵

Quem, afinal, são esses sujeitos políticos construídos desde a periferia? Uma confluência de muitos, que re-determina a unidade que tradicionalmente definiu o povo, e cujo fundamento está na linguagem e no saber de uma rede de indivíduos; rede essa que é a forma da existência política e social dos muitos enquanto muitos. Em outras palavras, é o modo

²³⁴ Idem, *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*, 2022, p. 84. Nas palavras do autor (2020, p. 19): “[...] Se a década de 1980 foi caracterizada por um ascenso do movimento de massa e da mobilização popular (Secco, 2011), a década de 1990 foi marcada pela implantação do neoliberalismo e pelo aumento da pobreza e da violência (Telles, 2012). É possível caracterizar os anos 2000 como aqueles em que o denominado ‘lulismo’ (Singer, 2012) prevaleceu como projeto político, mas foi aos poucos perdendo espaço para o pensamento conservador.”

²³⁵ Idem, *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*, 2020, p. 30-31.

de ser de numerosas singularidades que percebem o poder genérico de falar que lhes cabe.²³⁶

A *consciência periférica* se dá, excepcionalmente, por uma percepção territorial que perpassa todas as experiências, mesmo que distintas. Nas palavras de D'Andrea, a *consciência periférica* é

“[...] engendrada e induzida por um processo social e histórico que colocou em relevo o debate sobre o território e produziu sujeitas e sujeitos periféricos capazes de entendimento de sua condição urbana e de uma prática política em prol do território, mesmo que as categorias de representação mobilizadas por essas sujeitas e por esses sujeitos não sejam necessariamente as mesmas.”²³⁷

Todo o processo de construir significados para a periferia se reflete na criação de uma *consciência periférica*, ou seja, essa ação de ocupação, de percepção e pertencimento à uma *posição urbana*. Para D'Andrea, a movimentação cultural é uma das principais manifestações de *consciência periférica*. As identidades periféricas, seguindo esta via, são múltiplas. Não é possível falar em apenas uma identidade periférica, pois esta leva em conta experiências individuais e coletivas:

“[...] Os elementos capazes de produzir práticas políticas comuns no seio da população periférica derivam do reconhecimento de condições e de experiências com certo grau de proximidade, ainda que não sejam exatamente as mesmas. Metodológica e politicamente, a busca continua sendo saber o que une e o que separa.”²³⁸

A convivência entre as múltiplas identidades presentes no espaço urbano periférico, oriundos da mesma *classe social* e que se relacionam em meio a “*códigos compartilháveis*”, é denominada pelo autor como *epistemologia periférica*. Esse modo de pensar que produz a identificação dos sujeitos e das sujeitas, que enuncia formulações diferentes - e não menos importantes - daquelas advindas do centro, configura essa *epistemologia* fundamentada nas vivências cotidianas das periferias urbanas brasileiras.²³⁹

²³⁶ VELLOSO, *Narrar por constelações: Pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, [2020] 2022, p. 58.

²³⁷ D'ANDREA, op. cit., p. 26.

²³⁸ Ibidem, p. 26.

²³⁹ Ibidem, p. 34.

O momento de afirmação da *periferia enquanto periferia* é também fruto de um pensar estratégico, contra as naturalizações dos poderes de dominação continuamente afirmados pelos centros:

É crucial a periferia afirmar-se como periferia, já que a estratégia do centro sempre tenderá a ser de tentar mostrar que não há antagonismo, que 'todos, afinal, querem a mesma coisa' (desenvolvimento e crescimento econômico, por exemplo). Ou tenta-se naturalizar a relação, no sentido que é tido como 'natural' que há centros e periferias, dominadores e dominados para ofuscar o fato disso ser fruto da atuação humana, onde há poucos que muito ganham e muitos que muito perdem com a manutenção das relações centro-periferia. Por isso, distinguir claramente as periferias dos centros, tem uma dimensão política ao mesmo tempo que didática importante para compreender onde encontram-se forças relevantes para possíveis avanços na luta revolucionária e também para decifrar tentativas de cooptação vindo dos centros e não confundi-las com processos de (auto-)emancipação genuína.²⁴⁰

Cabe aos pesquisadores - ou aos sujeitos não-periféricos - compreender e contestar o peso negativo atribuído ao conceito de periferia que, ao mesmo tempo, permitimos que seja atribuído a ele, inclusive quando optamos por não utilizá-lo. Para o sujeito que se entende como sujeito periférico, há uma necessidade imprescindível de identificação para o fortalecimento do próprio discurso e o encontro com a representatividade. O termo margens se alinha ao discurso, principalmente na perspectiva deste trabalho, que propõe o debate a partir das margens da cidade e dos rios. Contudo, isso não impossibilita que o termo periferia seja central neste debate, de modo a trabalhar com este a partir dos significados que os próprios sujeitos periféricos atribuem a ele.

5. RIBEIRÃO ONÇA

Facilmente conseguimos perceber muitas coisas ruins e entender que não estamos nada bem. Eu sei um pouco sobre São Paulo por meio dos estudos dos próprios Juruá e de alguns relatos dos mais velhos da aldeia. Sei que aqui existiam braços de água. Mas o Juruá veio e colocou cimento em cima deles. Canalizou os rios lindos que poderiam estar aí, hoje, para os Juruá beberem, tomarem banho, nadarem. Mas os Juruá querem cimentar tudo, cobrir tudo com cimento, e agora não têm água. A água foi destruída. E tenho a impressão de que ainda vamos enfrentar situações piores daqui em diante.²⁴¹

Para as famílias de lavradores da Serra da Mantiqueira, os períodos de seca rememoram que “a natureza da água está acima do poder humano: como dom, a

²⁴⁰ BARTHOLL, op. cit., p. 232-233.

²⁴¹ GUARANI, *Tornar-se selvagem*, 2020, p. 13.

água precisa ser respeitada.”²⁴² Entende-se que, ao trabalhar com a memória coletiva das populações ribeirinhas e aproximá-la à realidade presente, seria possível a maior compreensão de métodos de ressignificação da cidade que almejamos. Por isso, apresento neste capítulo o Ribeirão Onça como ponto de partida e de chegada das histórias, pautas e narrativas daqueles que integram o movimento social aqui trabalhado. Enquanto *imagem* de uma constelação do movimento, o ribeirão faz parte de uma hidrografia invisível que pretende ser recuperada em uma “luta pela descolonização dos seus territórios de vida.”²⁴³ Cabe-nos fazer a pergunta que os Krenak buscam desvencilhar em seus contos ancestrais sobre a vinda das águas ao mundo: “Quem separou as águas dos rios?”²⁴⁴

5.1. Da nascente à foz

Nas redondezas imediatas da capital mineira, na cidade de Contagem, a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça dá início aos seus mais de 36,8km de extensão, a partir de suas nascentes. Seus cursos d’água adotam diversos nomes desde sua origem na Região Metropolitana de Belo Horizonte (córrego São João, Bom Jesus, Sarandi), passando pela regional norte e nordeste da capital (Ribeirão Pampulha), margeando a Via 240, recebendo os córregos Nossa Senhora da Piedade, Gorduras, Saramenha e outros. Ao longo da rodovia MG-020, preservado em seu leito natural, recebe o córrego Lajinha, Santinha e encontra com o Ribeirão Izidora. Seguindo seu rumo, vai então ao encontro do Rio das Velhas no município de Santa Luzia e, em sequência, do Rio São Francisco. Nas confluências do córrego Cachoeirinha, córrego Primeiro de Maio e do Ribeirão Pampulha, na altura da Estação São Gabriel, o curso d’água adota o nome de *Ribeirão Onça*.

*Ninguém sabe ao certo porque o Ribeirão tem o nome de Onça. Uns dizem que foi por causa de um ‘senhor bravo que nem uma onça’ que vivia às margens do rio. Outros dizem que foi por causa das onças pintadas que habitavam os arredores. Há até quem diga que foi por causa da antiga unidade de medida, que pesava o ouro extraído no ribeirão.*²⁴⁵

²⁴² GALIZONI, op. cit., p. 85.

²⁴³ CRUZ; OLIVEIRA, *Geografia e giro descolonial: Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*, 2017, p. 11.

²⁴⁴ MUNDURUKU, *Voices ancestrais: Dez contos indígenas*, 2016, p. 38-41.

²⁴⁵ PADILHA, *Um rio para chamar de meu*, 2020, p. 47.

Figura 09. Ribeirão Onça, 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

O Ribeirão Onça possui um total de 9 praias, sendo 4 localizadas na sua margem direita e 5 à margem esquerda; 21 corredeiras, que variam entre 15 a 207 metros de extensão; 3 ilhas e 4 cachoeiras, sendo estas a cachoeira Novo Aarão Reis, no bairro Ouro Minas, com extensão de 72 metros e queda de 9 metros; a cachoeira Ribeiro de Abreu, no bairro Novo Aarão Reis, com extensão de 190 metros e 31 metros de queda; e a cachoeira Ribeiro de Abreu, localizada no Conjunto Ribeiro de Abreu, que possui 106 metros de extensão e 11 metros de queda. A sua mancha de inundação abrange 75,15 hectares, com aproximadamente 6km de comprimento e uma população estimada em 4.400 habitantes.²⁴⁶

Dentre os 11,59 km de extensão, aproximadamente 30% do curso d'água é canalizado (3,36km canalizados e 8,22km em leito natural). Além disso, o Ribeirão Onça é considerado, junto ao Ribeirão Arrudas, o afluente mais poluído do Rio das Velhas.²⁴⁷ O investimento nas cidades rodoviárias tornou cada vez mais comum a expansão da malha urbana sobre os rios, de modo a desconsiderá-los como parte integrante e fundamental para vida urbana. Segundo Cristiane Borda Pinheiro, autora do livro “Crônicas da drenagem urbana em Belo Horizonte: novos caminhos em meio a velhas práticas”, da coleção NPGAU 2021,

O sentido de urbanização da foz para as cabeceiras é verificado na maioria das cidades brasileiras, segundo Aluísio Canholi (2014), onde a crescente impermeabilização das áreas de contribuição aos trechos canalizados agrava as inundações urbanas. À medida que a urbanização se consolida nos fundos de vale, a ampliação dos sistemas de drenagem ali existentes torna-se progressivamente inviável, devido aos altos custos sociais envolvidos (que normalmente incluem desapropriações e/ou remoções e reassentamentos consideráveis) para implantar obras hidráulicas de grande porte. A solução costuma ser, então, o aprofundamento e o aumento da declividade do canal fluvial nos trechos mais críticos, para evacuar as águas mais rapidamente, transferindo o problema para jusante.²⁴⁸

Nesse sentido, a canalização dos rios funciona como uma operação estatal fundamentada na lógica do mercado que permite vincular as cidades à ideia de produto, à medida que o Estado se instrumentaliza por meio dos grandes projetos urbanos. Para o presidente do CBH Rio das Velhas, Marcus Vinícius Polignano,

²⁴⁶ Os dados quantitativos citados foram retirados dos folders dos eventos do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa elaborados por integrantes do Movimento.

²⁴⁷ BAGGIO, *Porque o Onça é poluído*, 2020.

²⁴⁸ PINHEIRO, *Crônicas da drenagem urbana em Belo Horizonte: novos caminhos em meio a velhas práticas*, 2021, p. 81.

canalizações deveriam ser proibidas na capital mineira. Polignano argumenta que a canalização de ribeirões e dos córregos urbanos tem sido utilizada recorrentemente para solucionar os problemas das chuvas na capital e o que constatamos atualmente é que essa alternativa é um erro: “Estamos na contramão da maioria dos países desenvolvidos, que estão recuperando o leito de seus rios e aprendendo a conviver com eles. Com a canalização a cidade perde a oportunidade de incorporar em sua paisagem urbana os cursos naturais.”²⁴⁹

As primeiras canalizações em Belo Horizonte se iniciaram na década de 1920, o que já havia levado a transbordamentos em diversos pontos da cidade.²⁵⁰ Na década de 1960, o *slogan* pela reforma urbana que abriria novas vias aumentaria as obras de canalização dos rios urbanos da capital mineira, dizia: “Venham sentir o cheiro do asfalto.” Segundo Pinheiro, as inundações ocorridas na capital entre 1932 e 2000 evoluíram (em número e nível) em paralelo com o crescimento populacional,²⁵¹ sendo que se agravaram ao longo das calhas do ribeirão Arrudas e Onça, sobretudo, a partir da década de 90. Em 1997, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) elaborou um termo para licitação de um novo plano de drenagem urbana municipal, que já tinha sua necessidade colocada pelo Plano Diretor Municipal (Lei nº 7165/1996). Definiu-se, portanto, que o Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte (PDDBH) orientaria ao *planejamento sustentável* do sistema municipal de manejo de águas pluviais por vinte anos, tendo em vista uma “concepção integrada aos sistemas urbanos que interagem com a drenagem” e “novas técnicas e soluções para o controle das enchentes”. Deste plano originou-se o Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS), que em 2004 passou a financiar ações de “fortalecimento institucional da prefeitura para o tratamento das questões relacionadas ao manejo das águas pluviais urbanas.”²⁵² O Programa DRENURBS foi criado na proposta de “despoluir os cursos d'água, reduzir o risco de inundação e integrar os recursos hídricos naturais ao cenário urbano de Belo Horizonte.”²⁵³

²⁴⁹ Entrevista realizada com Marcus Vinícius Polignano por Luiza Baggio para a Revista Rio das Velhas, 2019, p. 25.

²⁵⁰ BORSAGLI, *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira*, 2016.

²⁵¹ CHAMPS apud PINHEIRO, op. cit.

²⁵² PINHEIRO, op. cit., p. 83-85.

²⁵³ BAGGIO, *Triste filme que se repete: Após mais um período chuvoso com mortes e destruições em BH, Comitê cobra mudanças*, 2019, p. 25.

Figura 10. Canalizações no Ribeirão Onça, s/ data.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Figura 11. Intervenções degradadas no Ribeirão Onça, s/ data.



Fotografia e edição: André Massahud.

Sabe-se que o modelo de *canalização extensiva* é replicado até os dias de hoje na capital mineira, de modo a levar a transbordamentos frequentes e mais violentos. Nesse sentido, torna-se um compromisso político e social - e, essencialmente, ambiental - voltar o olhar para experiências comunitárias que criticam a falta de investimento na infraestrutura - *alternativa* - urbana (por parte de núcleos estatais que consideram que níveis de urbanização já consolidados impedem a realização de intervenções mais sustentáveis e humanas) e, por outra via, propõem a restauração fluvial, sobretudo, a partir da descanalização dos córregos.

[...] Observar a maneira como grupos sociais que lidam diretamente com os mananciais refletem sobre suas normas de gestão pode ser um aprendizado para a sociedade envolvente. Aprende-se sobre ênfases, lacunas e dificuldades nos diversos saberes e culturas das águas, e isso pode criar inovações na governança, pode também criar novas formas de incluir populações marginalizadas nas decisões sobre os cuidados e partilhas das águas.²⁵⁴

5.2. Baixo Onça: histórias de luta a partir de um rio

Na definição geográfica, a região do Baixo Onça está inserida na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Onça que se encontra em leito natural, a partir da cachoeira entre os bairros Novo Aarão Reis e Ouro Minas, até a sua foz no Rio das Velhas. Está situada na regional norte e nordeste de Belo Horizonte e é formada pelos bairros Ribeiro de Abreu, Novo Aarão Reis, Ouro Minas, Paulo VI, Belmonte, São Gabriel, Nazaré, Novo Tupi, Lajedo, Granja Werneck, Maria Teresa e Quilombo Mangueiras, e possui aproximadamente 268.035 mil habitantes.²⁵⁵

O Baixo Onça corresponde à parte da região da Fazenda Capitão Eduardo, essa antiga propriedade que se estendia desde o povoado dos Borges, na margem oeste do Rio das Velhas, até a foz do Ribeirão Onça.²⁵⁶ Francisco Leite da Costa Belém, vice-presidente da Província de Minas em 1871, autorizou, no dia 25 de setembro deste mesmo ano, o desmembramento da Fazenda do município de

²⁵⁴ GALIZONI, op. cit., p. 70.

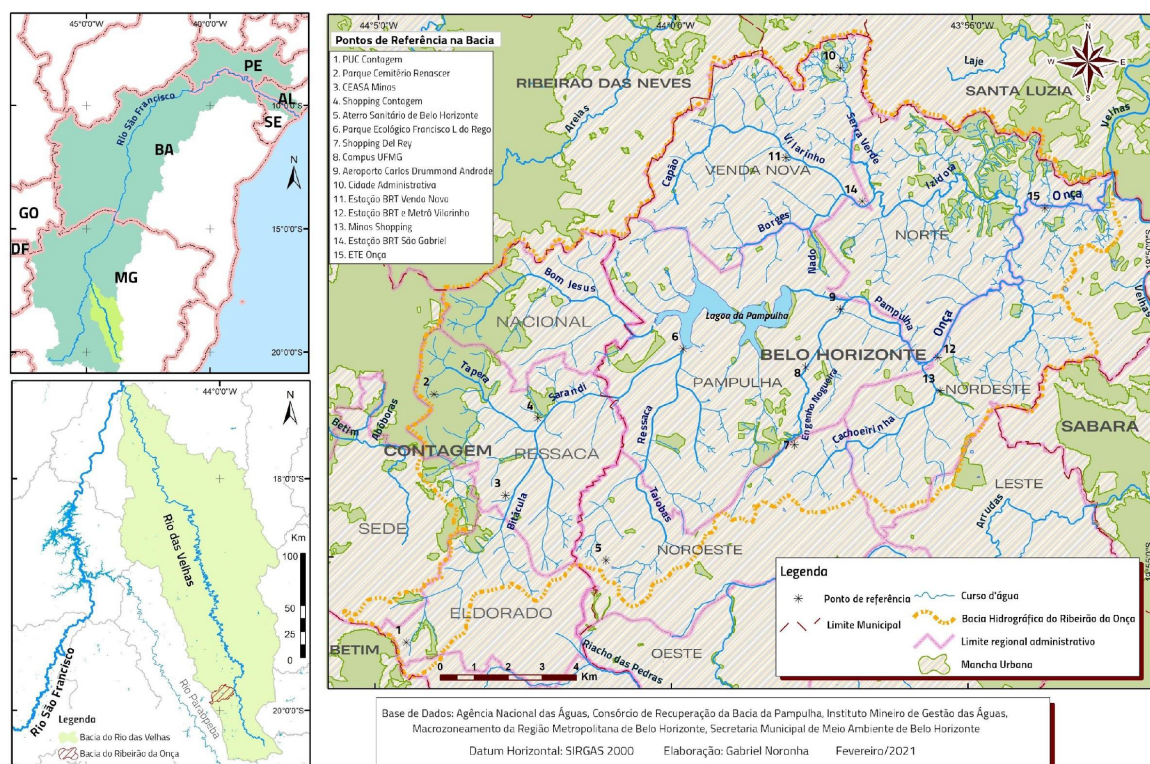
²⁵⁵ De acordo com o censo IBGE 2010.

²⁵⁶ Não se sabe ao certo a data de construção da Fazenda. A casa foi construída ou adquirida pelo Capitão Eduardo Aristides Augusto de Lima (1828-1889), irmão de Justiniano Augusto de Lima e filho do Tenente Coronel Serafim Timóteo de Lima, de Santa Luzia. O coronel, nascido em 1792, era negociante e fazendeiro na Vila de Santa Luzia e possuía terras também na região de Abre Campo. Cf. BORSAGLI, *Arraial de Belo Horizonte: A ruralidade da nova capital de Minas*, 2019, p. 50.

Sabará, de modo a transferir suas terras para freguesia de Santa Luzia, onde o capitão ocupava o posto de comandante da 6ª Companhia aquartelada em Santa Luzia. Em 1893, a linha-tronco da Central do Brasil foi implementada atravessando a fazenda, em direção ao Vale do Rio São Francisco. Após a barra do Ribeirão Arrudas, a linha seguia em direção à Fazenda, próximo a sede do casarão, e retornava ao rio das Velhas depois de atravessar o Ribeirão Onça. Quarenta anos depois, a linha da ferrovia foi desviada para as margens do Rio das Velhas, sendo que o trecho suprimido correspondente à área da fazenda se tornou, anos depois, uma das principais vias do bairro Ribeiro de Abreu.²⁵⁷

Mapa 01.

Bacia hidrográfica do ribeirão Onça: localização e afluentes



Fonte: WSTANE (2021).

²⁵⁷ O relato histórico sobre a região foi detalhadamente descrito e publicado pelo geógrafo Alessandro Borsagli (2019).

Figura 12. Sede do COMUPRA, s/ data.



Fonte: Acervo COMUPRA.

No início do século XX, a fazenda foi vendida para Antônio Ribeiro de Abreu, filho do Coronel Mariano de Abreu - construtor do atual Arquivo Público Mineiro²⁵⁸ - e, após seu falecimento, as terras foram passadas para sua esposa, Ambrosina de Castro Abreu, que as repartiu entre os filhos. Estes terrenos correspondem ao que viria a ser o bairro Ribeiro de Abreu. A fazenda possuía em média 470 alqueires, sendo que parte do terreno correspondia ao Baixo Onça e suas planícies de inundação. A partir do registro de partilha, datado de 1943, as terras seriam parceladas pelos herdeiros e desapropriadas para cumprir finalidades, como aterro sanitário, linha férrea e construção de moradias populares.²⁵⁹ Em 1970, devido aos processos de expulsão das populações de menor poder aquisitivo para as periferias urbanas²⁶⁰, os terrenos começam a ser ocupados por diversas famílias, que viriam a morar em barracos de lona e, posteriormente, em casas de alvenaria, às margens do Ribeirão Onça.

O Ribeiro de Abreu é um complexo composto por 3 bairros, sendo estes o Conjunto Ribeiro de Abreu e o Ribeiro de Abreu, na margem direita do Ribeirão Onça (sentido Santa Luzia) e o bairro Ribeiro de Abreu - Casas Populares, na margem esquerda do Ribeirão Onça, paralelo à MG-20. A Práxis, grupo de pesquisa do CNPq sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EA/UFMG), foi criado na década de 80 como uma empresa de consultoria em planejamento urbano e ambiental. No ano 2000, a Práxis desenvolveu um estudo para avaliar as possibilidades de ocupação por habitação popular de três glebas pertencentes à antiga Fazenda Capitão Eduardo. Os terrenos foram adquiridos por cooperativas habitacionais para assentar aproximadamente 2400 famílias. Pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo em vigor²⁶¹, a área correspondia a zonas de proteção ambiental e de grandes equipamentos que, pelo Plano Diretor, deveria abrigar a instalação de um aterro sanitário e de uma Estação de Tratamento de Esgotos. Mesmo assim, as cooperativas contrataram projetos de parcelamento para as glebas em desacordo com a legislação ambiental e urbanística municipal. Em 1999 as obras de parcelamento foram iniciadas e

²⁵⁸ O Arquivo Público Mineiro foi construído em 1897 para ser a sede da municipalidade. Está localizado na Avenida João Pinheiro, no bairro Lourdes, em Belo Horizonte.

²⁵⁹ BORSAGLI, *Arraial de Belo Horizonte: A ruralidade da nova capital de Minas*, 2019, p. 50.

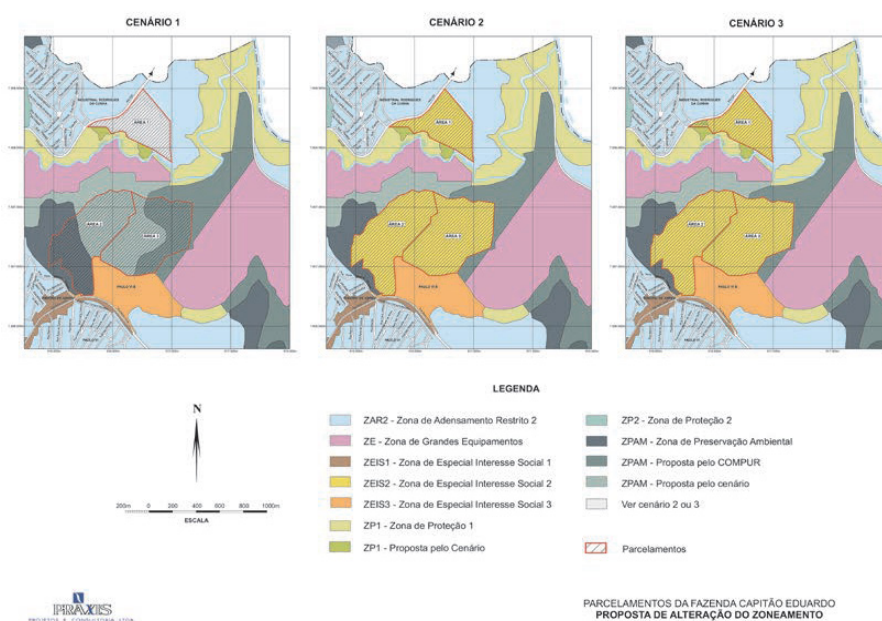
²⁶⁰ Lúcio Kowarick possui um arsenal de trabalhos publicados sobre o assunto. Cf. KOWARICK, *A espoliação urbana*, 1979.

²⁶¹ Lei n° 7.166/1996.

embargadas pelo poder público municipal. Em um acordo entre as cooperativas e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a empresa de consultoria Práxis foi contratada para elaboração do Plano Diretor da Fazenda Capitão Eduardo, que tinha como objetivo “[...] estudar alternativas de ocupação e uso da área segundo critérios de sustentabilidade urbanística e ambiental.” Devido às adversidades apresentadas durante os processos de implantação, as limitações e os condicionantes à ocupação das glebas, os técnicos da Práxis optaram por desenvolver não apenas uma, mas três opções de ocupações.²⁶²

O cenário 1 contemplava a reversão de grande parte da ocupação já realizada, de modo a retornar à situação anterior ao parcelamento elaborado pelas cooperativas.²⁶³ O cenário 2 e 3 “[...] buscaram a manutenção, sob condições, das famílias no local, subsidiando o processo de decisão da municipalidade que acabou decidindo pela permanência da população.”²⁶⁴

Figura 13. Cenários de parcelamento da Fazenda Capitão Eduardo



Fonte: Práxis, URBEL (2020).

²⁶² BEDÊ; ARAÚJO e FERNANDES Jr., *Plano Diretor da Fazenda Capitão Eduardo*, 2015, p. 290-291.

²⁶³ Como é possível notar na imagem correspondente ao cenário 1, sugeriu-se que grande parte da área 2 e 3 fossem Zonas de Preservação Ambiental (ZPAM) e a área 1 fosse Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR 2). As Zonas de Adensamento Restrito 2 são áreas onde as condições de infra-estrutura, topográficas ou de articulação viária exigem restrição de ocupação. (Lei nº 7.166/1996).

²⁶⁴ BEDÊ; ARAÚJO e FERNANDES Jr., op. cit., p. 291.

Figura 14. Evento com escolas na Nascente Fundamental, dez. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa realiza um “recorte” da região ao usar o termo Baixo Onça como referência aos bairros Ribeiro de Abreu, Novo Aarão Reis, Ouro Minas, Paulo VI e ao território do Quilombo Mangueiras por serem aqueles em que o Movimento atua.²⁶⁵ Essa é uma estratégia política e de mobilização para trabalhar em torno das principais questões levantadas pela comunidade. Segundo Lefebvre, “a estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível as instituições, as ideologias”.²⁶⁶ Uma vez que *o princípio da moção se torna o impulso para a transformação*, o Baixo Onça representa um lugar em que, como afirma Sodré, perdura o *afetamento do território pela presença humana*.²⁶⁷

5.3. COMUPRA e Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa

O COMUPRA, entidade comunitária sem fins lucrativos, criado em 2001 por moradores e moradoras do Baixo Onça, tem como missão contribuir para melhoria da qualidade de vida da comunidade por meio de ações coletivas nas áreas de educação, saúde, trabalho, lazer, renda, ecologia e cidadania. O COMUPRA propõe reuniões, cursos de formação, mutirões de recuperação ambiental, plantio de árvores e proteção de nascentes, além de eventos periódicos de cunho cultural, social e comunitário. A sede do COMUPRA está atualmente localizada na Rua Serra dos Órgãos, no bairro Ribeiro de Abreu, no antigo casarão da Fazenda Capitão Eduardo. O terreno pertence atualmente à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e possui aproximadamente 25.000m². Parte da área foi cedida pela COPASA em 2016 para abrigar a sede do COMUPRA²⁶⁸ por um período de 10 anos. Além do casarão, o terreno possui uma cisterna, curral, pomares, hortas e galinheiro.

O COMUPRA se origina nas discussões de um movimento surgido na década de 80 no bairro Ribeiro de Abreu chamado grupo GARRA, que tinha o objetivo de

²⁶⁵ Segundo Marcelo Lopes de Souza (2013), existem diversas escalas territoriais possíveis: escala geográfica, escala ao nível da pesquisa, escala de ação, etc. A escala de ação está diretamente ligada à atuação de movimentos sociais, associações de bairros ou qualquer outro tipo de organização, sendo esta uma escala transversal, que se sobressai às demais.

²⁶⁶ LEFEBVRE, *O direito à cidade*, 2008, p. 66.

²⁶⁷ SODRÉ, *Por um conceito de minoria*, 2005. p. 11-14.

²⁶⁸ Parte do terreno corresponde à área da Estação de Tratamento de Esgoto do Onça (ETE Onça) e a outra parte ao COMUPRA.

contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. O movimento se formaliza enquanto COMUPRA em 2001, quando passam a alugar uma casa no bairro Ribeiro de Abreu, na rua Remi Pereira Lopes. O grupo buscava potencializar as suas ações junto com a comunidade, tendo em vista o desenvolvimento social, econômico e ambiental do bairro e adjacências. Sendo a bacia do Ribeirão Onça a casa comum da comunidade local, o grupo forma um coletivo chamado Coletivo de Ações Socioambientais do Ribeirão Onça - Casa Comum, com a proposta de ocupar e promover ações que sensibilizassem a comunidade para as pautas ambientais. Nesse momento, o coletivo propunha a requalificação socioeconômica, ambiental e participativa de toda a bacia hidrográfica.²⁶⁹ Alguns anos depois, o lema do COMUPRA abrange e amplia as perspectivas de requalificação, de modo a abordar a “Requalificação socioeconômica, ambiental, participativa e étnico-racial do Baixo Onça”.²⁷⁰

O COMUPRA é o idealizador e principal articulador do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, que atua de forma itinerante na região do Baixo Onça desde 2008. Estes coletivos são formados por moradores/as da região, referências comunitárias, estudantes, ativistas, representantes do poder público e simpatizantes da luta. Dentre os principais parceiros do COMUPRA e integrantes do Movimento, cita-se: Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL-PBH); COPASA; Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)²⁷¹; Instituto GUAICUY/Projeto Manuelzão UFMG²⁷²; Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas); Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça (SCBH Ribeirão Onça); Escola Municipal Hélio Pellegrino (EMHP), Escola Municipal Herbert José de Souza (EMHJS), Escola Municipal Secretário Humberto Almeida (EMSHA); Escola Municipal Professor Paulo Freire; Escola Municipal

²⁶⁹ Informações retiradas do folder do 9º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Água limpa nos rios: Direito Humano).

²⁷⁰ É essencial enaltecer o trabalho realizado pela Escola Municipal Secretário Humberto Almeida (EMSHA), em nome da professora Sônia França, para consolidação e inserção do termo étnico-racial no lema, por meio de ações articuladas e fortalecidas pela mesma com o Quilombo Mangueiras.

²⁷¹ A REDE é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1986 com o intuito de contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e para a melhoria da qualidade de vida de comunidades do campo e da cidade por meio do fortalecimento da agroecologia e da agricultura urbana.

²⁷² O Instituto Guaicuy foi criado no ano 2000 pelo projeto Manuelzão - projeto de pesquisa, ensino e mobilização social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - e tem como objetivo a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e a melhoria da qualidade de vida das populações inseridas neste território.

Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu; Escola Estadual Bolivar Tinoco Mineiro; entre outros.

As práticas sociais cotidianas do COMUPRA e do Movimento se consolidam por meio de projetos autogestionados, mas também por meio de parcerias com entidades de governo, com universidades, escolas e instituições. É um movimento social decorrente de uma luta sociopolítica, econômica e cultural²⁷³ que traduz em sua prática uma crítica, uma denúncia e, na mesma via, um *desvio*, ao desenhar caminhos para outros futuros possíveis. Nas próximas seções, apresento formas de organização do Movimento em que trabalham suas demandas, conquistas e reivindicações.

5.3.1. Eventos anuais do Movimento

O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa promove um evento anual nos meses de junho, em que realiza encontros entre o poder público, parceiros do COMUPRA e a comunidade, no intuito de elaborar planos em torno das pautas reivindicadas e apresentar as conquistas à população. Nos encontros da organização dos eventos, um tema é sugerido, debatido e consolidado entre os integrantes. Discute-se sobre as reivindicações que a comunidade julga como prioritárias e que devem ser abordadas durante o evento. O grupo organiza o espaço e planeja atividades para o dia, realizando oficinas de educação ambiental, apresentações artísticas e momentos de lazer. Como afirma Maria Luisa Lelis,

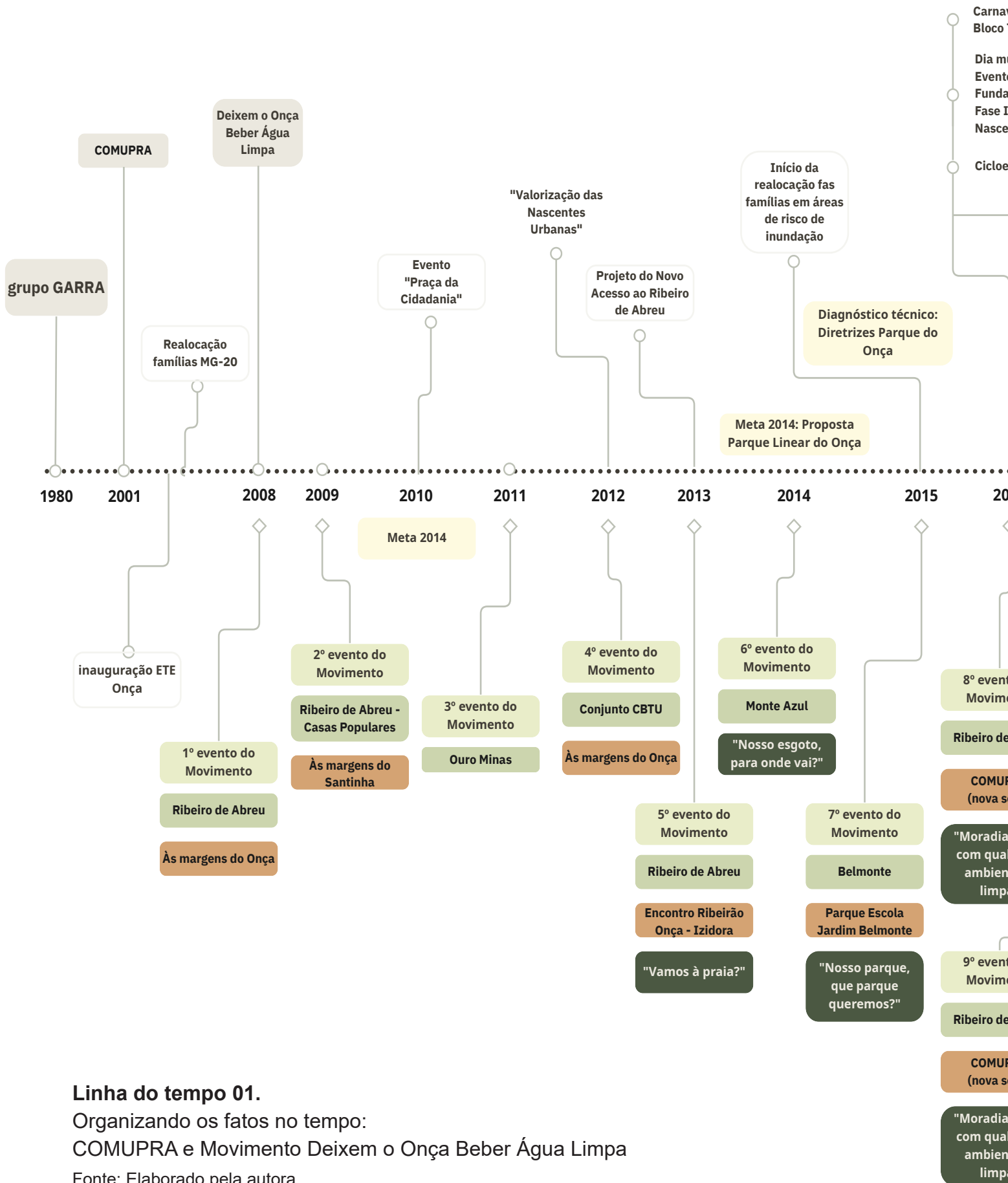
“O evento é desenvolvido o ano inteiro. A gente se reúne todo mês para discutir e desenvolver as ações comunitárias. Hoje é o dia em que a gente se encontra para celebrar tudo o que realizamos durante o ano, assim como para cobrar do poder público ações concretas para a região do Baixo Onça e sua população”.²⁷⁴

A seguir, apresento uma linha do tempo de resgate dos eventos do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, no intuito de localizá-los no espaço-tempo da insurreição.²⁷⁵

²⁷³ GOHN, *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*, 2008.

²⁷⁴ Fala da integrante em entrevista realizada ao CBH Velhas (2002).

²⁷⁵ O resgate da linha do tempo dos eventos do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa foi elaborado a partir do folder de 11º evento (30 anos do bairro Novo Aarão Reis: Viver com o rio Vivendo), das entrevistas realizadas e da tese de doutorado da geógrafa Carla Wstane.



Linha do tempo 01.

Organizando os fatos no tempo:

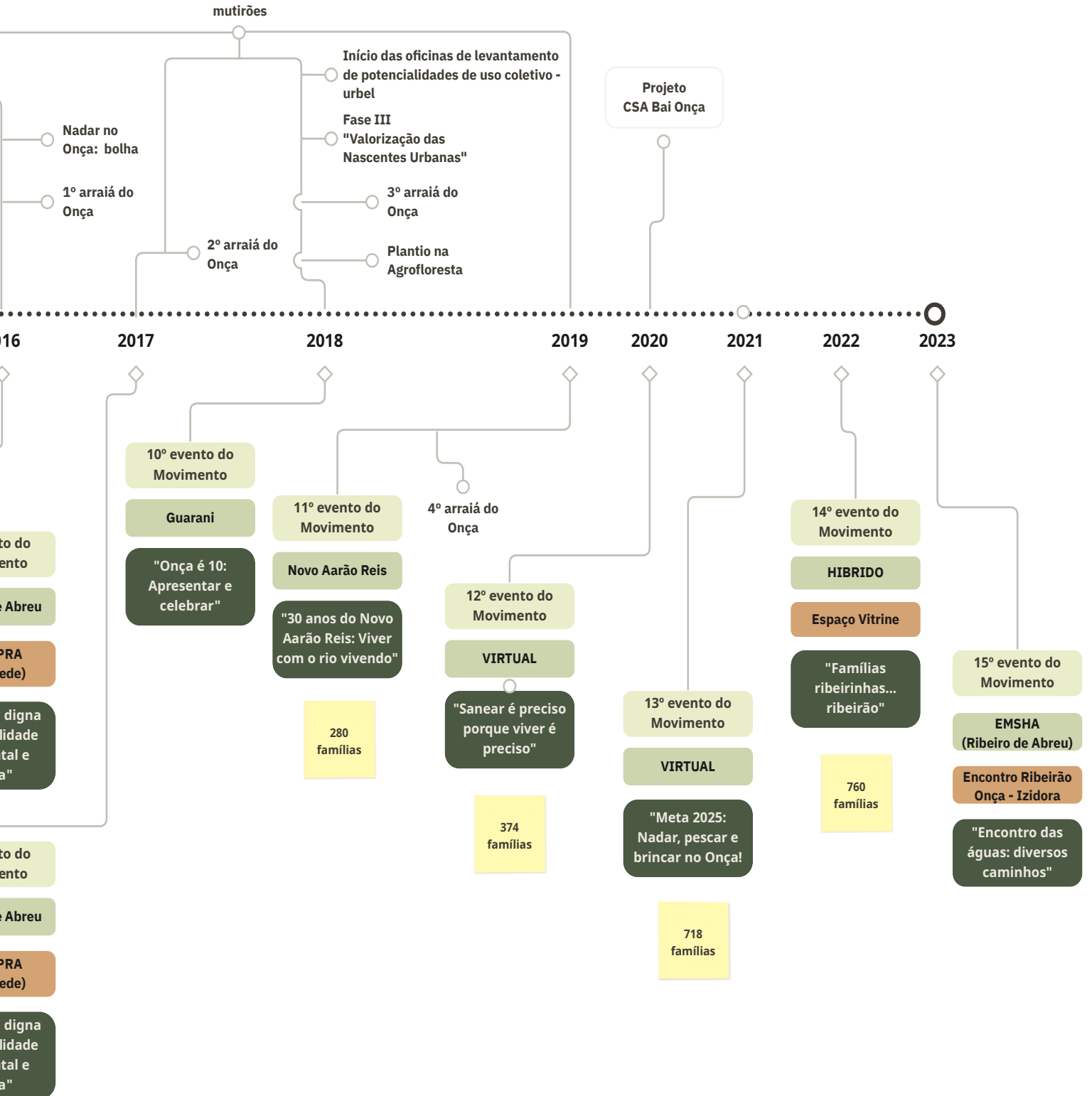
COMUPRA e Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa

Fonte: Elaborado pela autora.

...val
Tico Tico Serra Copo

...undial da água
...o na Nascente
...mental
...I "Valorização das
...ntes Urbanas"

...pedição do Onça



O 1º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, em 2008, foi realizado no bairro Ribeiro de Abreu, entre as ruas Etilândia e Juazeiro do Norte, às margens do Ribeirão Onça. O 2º evento, em 2009, foi realizado no bairro Ribeiro de Abreu - Casas Populares, na rua Monte Gilgal, às margens do córrego Santinha. Devido a uma parceria entre o Movimento e a empresa Coca-Cola FEMSA Brasil em 2010, foram idealizados 4 eventos na região referentes ao projeto “Praça da Cidadania” e, por isso, neste ano não houve evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. O 3º evento, em 2011, foi realizado no bairro Ouro Minas/Vila Fazendinha, no encontro da avenida Estrela de Belém com a rua Santa Leopoldina. O 4º evento do Movimento, realizado em 2012, foi o primeiro ano em que adotaram um tema específico, sendo este “Valorização das Nascentes Urbanas”. O evento foi realizado no Conjunto CBTU, na rua Dois, às margens do Ribeirão Onça. Neste momento, consolidava-se uma parceria entre o COMUPRA e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, em que houve a construção do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça. Foi lançado o “Projeto Hidroambiental - Valorização de Nascentes Urbanas”, que propôs 3 fases de atuação para cadastramento e caracterização de nascentes, bem como ações com os cuidadores e a comunidade.²⁷⁶ Percebe-se que, de 2008 a 2012, os eventos focaram em discussões sobre agricultura urbana, mutirões de limpeza do rio, nascentes urbanas e seus respectivos cuidadores.

Em 2013, o evento “Vamos à praia?” aconteceu na rua Serra da Mantiqueira, em frente ao encontro do Ribeirão Izidora com o Ribeirão Onça, e foi o 5º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. O tema tinha como intuito despertar a atenção para os potenciais da região com relação ao lazer e turismo. O 6º evento do Movimento, realizado em 2014, teve como tema “Nosso esgoto, para onde vai?” e aconteceu no bairro Monte Azul, na marginal da Rodovia MG-20, entre as ruas Cibipuruna e Izabel Glasman. As discussões abordaram a necessidade da interceptação de 100% do esgoto lançado no Ribeirão Onça para recuperar seu potencial turístico, econômico, ambiental e patrimonial para a melhoria da qualidade de vida. O evento de 2015, chamado “Nosso parque: Que parque queremos?”, foi

²⁷⁶ Foi realizado o cadastramento e caracterização de mais de 160 nascentes que abastecem o Ribeirão Onça. É possível encontrar mais informações sobre o projeto no site do CBH Velhas. Cf. <<https://cbhvelhas.org.br/valorizacao-de-nascentes-urbanas-onca-2a-fase/>>.

Figura 15. 5º evento do Movimento: "Vamos à praia?", jun. 2013.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Figura 16. Carnaval no Ribeiro de Abreu, 2016.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Figura 17. 10º evento do Movimento: "Onça é 10: Apresentar e celebrar", jun. 2018.



Fonte: Acervo COMUPRA.

realizado no bairro Belmonte, no Parque Escola Jardim Belmonte, e debateu sobre a implementação de um parque que traduzisse as demandas da população.

O 8º evento, realizado em 2016, levantou a pauta da moradia, com o tema “Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa” e foi realizado na sede do COMUPRA. Devido à grande mudança paisagística na região, em razão do processo de negociação e realocação das famílias residentes nas manchas de inundação, o grupo optou por focar em discussões sobre os rumos a serem tomados pelas famílias que ainda vivem em condição de risco às margens do Onça, no intuito de promover o maior envolvimento da população e dos equipamentos públicos da região na elaboração do projeto do Parque do Onça, como era chamado na época. O evento resgatou e celebrou as diversas atividades realizadas na região em 2016, como o Carnaval de Belo Horizonte com o desfile do Bloco Tico Tico Serra Copo pelo bairro Conjunto Ribeiro de Abreu, evidenciando as belezas da região por meio de uma grande festa em uma das praias do Ribeirão Onça. Além disso, a Arquidiocese de Belo Horizonte lançou a Campanha Ecumênica da Fraternidade 2016 com o tema “Casa Comum, nossa responsabilidade” e o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, cujo objetivo central era chamar atenção para a questão do saneamento. No Dia Mundial da Água (22 de março), o Movimento fez um evento na Nascente Fundamental com atividades de proteção da nascente (plantio de mudas e árvores) e uma homenagem à sua principal cuidadora, Dona Julia. Em maio, foi realizado um mutirão de manejo da área da nascente, com instalação de caixa d’água para regar as mudas, tutoramento e plantio de novas mudas e práticas de controle de pragas e doenças. No mesmo dia, foi realizado um piquenique coletivo no espaço e a atividade “bola flutuante #NadandoOnça”. Em junho do mesmo ano, aconteceu a cicloexpedição do Onça, um passeio ciclístico pela bacia do Ribeirão Onça, em que os participantes visitaram as quedas d’água, corredeiras e praias do Onça.

O 9º evento aconteceu em 2017 e teve como tema “Água limpa nos rios: Direito Humano”. Foi realizado na Rua Antônio Ribeiro de Abreu, no campinho e no parquinho às margens do Ribeirão Onça. No folder do evento, o grupo caracterizou a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça como aquela em que há “áreas pastoris ou de vegetação nativa, com cursos d’água, nascentes, cachoeiras, praias, ilhas; espaços de criação de animais e plantios; bota-foras clandestinos, ocupações irregulares e informais, lançamento irregulares de esgoto, desmatamento, impermeabilização de

Figura 18. 5º evento do Movimento: "Vamos à praia?", encontro do Ribeirão Izidora com Ribeirão Onça, jun. 2013.





áreas de recarga; foco de doenças e miséria e margens de altíssimo risco, com enchentes e inundações recorrentes”. Algumas das ações realizadas até o momento e apresentadas no evento foram: 1) Acompanhamento do processo de construção do Novo Acesso do bairro Ribeiro de Abreu; 2) Reforma da passarela e da ponte de acesso ao Ribeiro de Abreu já existente; 3) Realização de cursos de agroecologia urbana (produção de alimentos e uso consciente da água e oficinas de bambu idealizadas pelo COMUPRA e projeto BECUS²⁷⁷); 4) Ação de mobilização social na EMSHA e no Centro de Saúde MG-20, no Ribeiro de Abreu, promovido pela Rede Mobilizadora em parceria com o COMUPRA; 5) Mutirão às margens do Ribeirão Onça no dia 22 de março de 2017 (Dia Mundial da Água), realizado pelo COMUPRA, REDE Intercâmbio, SCBH Onça, URBEL, COPASA e grupo Oásis²⁷⁸, com o intuito de sensibilizar a população sobre a importância das águas limpas; 6) Reunião para discutir a segurança pública e a ocupação consciente das áreas do Ribeiro de Abreu e adjacências.

Quando o evento completa 10 anos, em 2018, o tema fez alusão à data: “Onça é 10: Apresentar e Celebrar”. Foi realizado no bairro Guarani, na rua Anna Maria de Jesus, ao lado do Conjunto Residencial Maria Stella.²⁷⁹ Em 2019, a temática do 11º evento do Movimento foi “30 anos do bairro Novo Aarão Reis - Viver com o rio vivendo”. Foi a partir deste evento que o COMUPRA e o Movimento se aproximam de forma mais consolidada à moradora Elenilza Reis, do bairro Novo Aarão Reis, estabelecendo uma relação fundamental para o espraiamento das ações do Movimento e uma maior interlocução entre os bairros:

[...] Foi quando fiz a festa aqui, que por sinal eu fiz essas bolsas! Essa foi a primeira bolsa! [Elenilza mostra a bolsa do 11º evento]. Eles não tinham ainda a ideia de fazer bolsa. E aí eu falei com o Itamar e ele falou que não

²⁷⁷ BECUS é um coletivo de arte, arquitetura, design e engenharia que realiza práticas construtivas sustentáveis no intuito de estimular “vivências socioambientais”.

²⁷⁸ O jogo Oasis é uma ferramenta de mobilização cidadã e foi desenvolvido como parte da pesquisa de mestrado de Lucas Alves (2017), na Escola de Arquitetura da UFMG. Foi criado pelo Instituto Elos e já foi aplicado em diversos contextos no Brasil e no mundo como metodologia para engajar comunidades em torno da realização de sonhos coletivos que se materializam como praças, parques, centros comunitários e hortas, além de estimular a maior participação na vida comunitária. (WSTANE, 2021, p. 177). Nas margens do Ribeirão Onça, esse tipo de ação evitou que as áreas fossem novamente ocupadas pelas populações que, sob as consequências dos processos de gentrificação e especulação imobiliária decorridos na cidade, acabam sendo expulsas e condicionadas a viver em áreas de risco.

²⁷⁹ Para mais informações sobre o evento: Cf. Manuelzão UFMG, *Deixem o Onça Beber Água Limpa levou conhecimento, lazer e cultura a cerca de 1000 moradores do Baixo Onça*, 12 jun. 2018. <<https://manuelzao.ufmg.br/deixem-o-onca-beber-agua-limpa-levou-conhecimento-lazer-e-cultura-a-cerca-de-1000-moradores-do-baixo-onca/>>.

estavam pensando ainda, não programaram isso... Aí eu falei: “Ô Itamar, eu fui em uma reunião e a moça me deu um papel com isso aí: ‘Ajude a melhorar o mundo, comece pelo Onça’. Aí eu falei: “Eu vou usar isso aqui!”. [...] E aí eu falei com minha amiga: “Vão bora criar umas bolsas para vender lá?” - “Como é que a gente faz isso?” - “Ah põe aí umas pata de Onça, põe um preto aí porque é a cor que está nosso rio!”²⁸⁰

Em 2020, o 12º evento do Movimento aconteceu de forma remota e teve como tema “Sanear é preciso porque viver é preciso: 100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto no Ribeirão Onça já!”. Nas palavras da integrante Maria Luisa Lelis realizar o evento virtual foi um grande desafio para a equipe:

Em 2019 a gente fez na rua e 2020 online, onde foi um super aprendizado, um desafio, porque nós tínhamos que aprender a lidar com as ferramentas. Ninguém sabia no nosso grupo, ninguém nunca tinha feito uma reunião online. Então, foi super desafiador. Mas eles aprenderam e quem sabia mais, eu também, se dispôs a ensinar e explicar. [...] Foi uma surpresa, porque esses momentos online foram um sucesso no sentido de participação. Teve dia do evento que participaram mais de 100 pessoas. Conseguiu atingir um público, furar a nossa bolha. Então a gente teve uma participação de outras pessoas que não necessariamente eram do Baixo Onça e de outras pessoas que nunca tinham participado de um evento presencial e que foram momentos ricos como esse, por exemplo, que a Copasa chega a apresentar aquele tanto de proposta de intervenção que estava prevista. Então, foi aí que talvez a gente deu conta de administrar o nosso ideal político muito bem.²⁸¹

Em 2021 o evento também foi realizado de forma remota e teve como tema a “Meta 2025: Nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça”. No intuito de rememorar as conquistas e traçar as ações, o 13º evento promoveu um encontro entre os atores envolvidos para reafirmar o compromisso com as diretrizes da Meta e dar continuidade à implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. A proposta consistia, portanto, em reconhecer os avanços, pactuar novas ações e garantir a continuidade de esforços que vêm sendo empreendidos ao longo desses anos. Em 2022, o 14º evento foi realizado de forma híbrida (o evento presencial aconteceu no *Espaço Vitrine*²⁸²) com o tema “Famílias Ribeirinhas... Ribeirão”. O

²⁸⁰ Fala proferida pela integrante durante entrevista realizada no dia 13 de junho de 2023 em sua casa, no bairro Novo Aarão Reis.

²⁸¹ Fala proferida pela integrante Maria Luisa Lelis durante entrevista realizada no dia 14 de julho de 2023.

²⁸² Em 2021, os integrantes do COMUPRA e do Movimento optaram por nomear o espaço público na rua Antônio Ribeiro de Abreu - onde antes havia moradias em áreas de risco e, após mutirões realizados pela comunidade e parceiros, construiu-se um parquinho, campinho, uma agrofloresta e uma horta comunitária - de *espaço vitrine*. Identificar o espaço com este nome foi uma estratégia para estabelecer uma articulação e um compromisso com o poder público de investimento em obras e ações de melhoria para área, no intuito de que este seja uma *vitrine* para o resto da cidade.

Figura 19. Apresentação dos alunos das escolas no 14º evento do Movimento: "Famílias ribeirinhas... ribeirão", jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

propósito estava em, mais uma vez, provocar o olhar do poder público e da cidade como um todo para as famílias ribeirinhas urbanas. Por fim, o 15º evento foi realizado na Escola Municipal Secretário Humberto Almeida, no Ribeiro de Abreu, com o tema: “Encontro das águas... diversos caminhos.”²⁸³ Normalmente, após cada um dos eventos, a equipe da organização se reúne para fazer avaliações, ponderações e levantar os encaminhamentos. É fundamental reconhecer os esforços dos integrantes para a realização do evento, bem como a relevância da participação das escolas e de seus alunos neste momento. Por outro lado, faz-se também necessário avaliar se as expectativas foram cumpridas, tendo em vista o caráter político da ação social e a importância de estabelecer estratégias frente à relação com o poder público:

*Eu acho que a gente acaba ficando tão ocupado com fazer o evento acontecer em si, que nós não pensamos tanto no lado político este ano, de como a gente queria apresentar, e não pensamos porque a gente estava pirando para o evento acontecer.*²⁸⁴

Na tentativa de formular hipóteses sobre estes momentos históricos basilares de reivindicação e, também, de celebração, é possível testemunhar processos de estruturação do Movimento que esboçam *espaços coletivos de sociabilidade*²⁸⁵, por meio da *feira* - trocas afetivas e memoráveis - da *contestação* e das *possibilidades de renovação* - identificação de novos atores políticos, novas demandas, bem como da reformulação das anteriores. Esta investigação permite compreender formas de agenciamento popular que procuram “recuperar o sentido do que perdeu o sentido, para compreender o todo, as contradições e sobretudo o possível e as possibilidades”.²⁸⁶ Estas práticas sociais têm como ponto de partida a mudança projetada *de baixo para cima*, o que, para Zibechi, é um ponto de referência essencial.²⁸⁷

²⁸³ Para mais informações sobre o evento, veja publicações do Projeto Manuelzão UFMG e do CBH Velhas. Cf. Manuelzão UFMG, Famílias ribeirinhas... ribeirão: 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa é realizado nesta semana, 07 jun. 2022; CBH Rio das Velhas, Evento “Deixem o Onça beber água limpa” celebra mais um ano de conquistas, 14 jun. 2022.

<<https://manuelzao.ufmg.br/familias-ribeirinhas-ribeirao-14o-deixem-o-onca-beber-agua-limpa-e-realizado-nesta-semana/>>.

<<https://cbhvelhas.org.br/noticias/evento-deixem-o-onca-beber-agua-limpa-celebra-mais-um-ano-de-conquistas/>>.

²⁸⁴ Fala proferida pela integrante Maria Luisa Lelis durante entrevista realizada no dia 14 de julho de 2023.

²⁸⁵ VELLOSO, De/descolonizar o urbano, *insurreição nas periferias: notas de pesquisa*, [2020] 2022.

²⁸⁶ MARTINS apud VELLOSO, op. cit., p. 133-134.

²⁸⁷ ZIBECHI, op. cit, p. 172.

Figura 20. Cléria (integrante do COMUPRA e do Movimento), afetivamente chamada de *Clerinha*, mediadora do 14º evento, jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

5.3.2. “Meta 2025: Nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça”

As ações do COMUPRA e do Movimento se embasam atualmente na consolidação da “Meta 2025: Nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça”. Itamar de Paula Santos, liderança comunitária do Baixo Onça, defende que “ao falar da meta estamos falando de vida, de esperança! Se há uma meta é porque queremos estar vivos para ver cumprir e desfrutar do mesmo!”²⁸⁸. A meta está descrita nos principais pontos de reivindicação das comunidades do Baixo Onça, sendo estes: 1. Retirada das famílias inseridas nas áreas de risco do Ribeirão Onça; 2. Implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça; 3. 100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto do Ribeirão Onça; 4. Municipalização da rodovia MG-20 e 5. Novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu e adjacências. O intuito da meta é provocar compromissos, fazer com que os órgãos públicos, as entidades privadas e a sociedade civil se articulem em torno da sua realização.

Em fevereiro de 2021, os integrantes do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, em conjunto com moradores e moradoras da região do Baixo Onça, elaboraram um documento com as diretrizes a serem consideradas para o alcance da “Meta 2025: Nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça”. O 1º ponto da Meta 2025, que dispõe sobre a retirada das famílias que vivem nas áreas de risco às margens do Ribeirão Onça, possui como diretrizes:

As famílias que serão removidas de suas casas, deverão ser realocadas nas proximidades da área, respeitando o limite máximo de 5 km de distância do local de origem, conforme previsto na política de reassentamento da prefeitura de Belo Horizonte. Este processo deverá ser transparente e as famílias devem estar conscientes do local de relocação. As famílias que ainda se encontram nas áreas de risco de inundação, prevendo já as próximas chuvas e a demora até terminar o processo de desapropriação/relocação, a prefeitura deve retirá-las imediatamente, ou apresentar outras possibilidades, como a bolsa aluguel, já que pode demorar para iniciar este processo.

Subitem: Criar mecanismos de inibição, monitoramento e controle das crescentes ocupações de área verde nas proximidades do Parque Ciliar de Ribeirão Onça. Este fenômeno descontrolado de crescimento urbano tem degradado a fauna e flora da região, alterando o microclima local. Tem também impermeabilizado o solo, impedindo que a área de recarga de pequenos córregos que alimentam o Ribeirão Onça possa cumprir com o seu papel. Além disso, o descarte irregular do esgoto destas moradias

²⁸⁸ Fala proferida na mesa “DESEXTINÇÃO: Como renascem os rios?”, no Festival Fluvial seres-rios, 2021, promovido pelo BDMG Cultural.

*normalmente tem estes córregos como destino, poluindo assim indiretamente o Ribeirão Onça.*²⁸⁹

Nos primeiros anos de atuação do COMUPRA, quando realizavam uma de suas rotineiras reuniões para discutir questões sobre a saúde e sobrevivência do ribeirão, meio ambiente e questões afins, um morador se levanta e reivindica: *Vocês ficam aí falando da vida do rio... e a minha vida? Que moro na beira do rio? Quem vai pensar nela?*²⁹⁰ Nesse momento, os integrantes assimilaram que era necessário atualizar o foco de suas reivindicações e trazer a questão das famílias para o debate central. A implementação do *Plano de Relocalização de Famílias e Negócios inseridos nas manchas de inundação do Ribeirão Onça*, no trecho entre a cachoeira do Novo Aarão Reis e a ETE Onça, se tornou a principal pauta do COMUPRA e do Movimento e tinha como objetivo promover a moradia digna às populações ribeirinhas do Baixo Onça, principalmente àquelas diretamente atingidas pelas enchentes e inundações ocorridas na região.

Foi necessário²⁹¹ que o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa se unissem às entidades da sociedade civil organizada para dialogar com o poder público sobre soluções de moradia para cerca de 1300 famílias que viviam/vivem em áreas de risco às margens do Ribeirão Onça.²⁹² Danilo Leal, morador do Ribeiro de Abreu e integrante do COMUPRA e do Movimento afirma que, anteriormente à reivindicação do COMUPRA e da comunidade pela realocação das famílias nas áreas de risco, a negligência com a região era tamanha que, inclusive, não era classificada como uma área emergencial pelo poder público:

Esse trabalho do COMUPRA foi quem puxou, quem fez com que essa proposta nascesse, acho que até antes, provocou para que ela nascesse, porque quando a gente foi ver, a gente já passava por esse processo durante décadas, de risco na margem de rio. E essa área nem declarada

²⁸⁹ Conferir esta e as demais diretrizes apresentadas neste subcapítulo no documento “Proposta de diretrizes para a Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça”. (Apêndice A).

²⁹⁰ Memória resgatada pela integrante Maria Luisa Lelis durante entrevista realizada no dia 14 de julho de 2023.

²⁹¹ O direito à moradia digna foi reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e reafirmado na Constituição Federal de 1988. Como colocado por Baldez (2003, p. 87), “[...] Conceitos gerais do direito permitem construir o direito à moradia como direito público subjetivo, portanto exigível. [...] Negar o direito de morar como um direito do homem e da mulher significaria negar o direito fundamental à própria vida. Muito difícil, porém, seria convencer o Poder Judiciário, historicamente comprometido com teorias jurídicas impregnadas de conceitos fundiários fechados em normas positivadas. Trata-se, em suma, de um direito a ser conquistado e construído na luta política.” No caso das populações ribeirinhas do Baixo Onça, a situação não foi diferente.

²⁹² Cf. Projeto de Trabalho Social – PTS: Intervenções para redução do risco de inundações nas bacias dos córregos Cachoeirinhas, Pampulha e Onça, URBEL-PBH, 2015, p. 49.

*como área de emergência na prefeitura era. A prefeitura tinha uma carta. Na verdade, tinham um levantamento de áreas da cidade onde era considerada área de risco, onde tinham famílias morando em área de risco, e quando a gente foi pra esse processo, para dentro dele de fato, a gente viu que aqui nem fazia parte dessa área, sabe? Nem era uma área declarada como área de emergência, mesmo com tudo que a gente vivia.*²⁹³

Danilo morou durante 20 anos nas margens do Ribeirão Onça e faz parte de uma das primeiras famílias do bairro a ser realocada:

*Sou morador do Ribeiro de Abreu há 25 anos. Nesses 25, 20 deles foram morando na margem do Onça. Essa área que a gente tanto fala, tanto trabalha e vem mudando e vem construindo, durante 20 anos foi o meu local de moradia. Então, a relação com a Onça, ela era literalmente próxima, quase dentro. E aí, durante esse processo, esses 20 anos de dificuldade, passando pelos problemas de inundação fora de hora... é de dia, de madrugada, toda aquela preocupação e perdas, mas que é o de menos né? Os riscos que a gente corria era o principal, mas a gente sempre estava atento a essa realidade. Mas graças a Deus não tivemos perdas maiores. Mas vive essa questão da insalubridade, da falta de segurança. Problemas de saúde são consequência dessa vivência também.*²⁹⁴

No bairro Novo Aarão Reis, na parte baixa da Cachoeira, a moradora e integrante do Movimento, Elenilza Reis, relata como era viver em uma área de alto risco:

*Moro aqui no Novo Aarão Reis já há 31 anos, quase 32 anos, e vim parar aqui numa situação de enfermidade [...] Eu não sabia desse espaço, e minha sogra já estava nas barracas. Eu morava na Bahia e aí o meu sogro me ligou e falou: "Nilza, você vem para cá porque você precisa de um outro tratamento". Aí eu vim para cá, vim ficar com a minha sogra, já numa barraca de lona, e aí depois meu esposo veio. [...] Depois nós alugamos um barracão lá no Ribeiro de Abreu e fomos morar lá. Aí as coisas começaram a ficar difíceis [...] Aí foi quando eu vim procurar a minha sogra e ela falou: "Tem um pessoal que eu acho que vai organizar um novo grupo de pessoas aqui". Aí eu falei: "Eu tenho que procurar esse pessoal, porque eu não estou dando conta de pagar aluguel, luz, trabalhando sozinha para cuidar dos meninos". Seis filhos não é pouco, né? Aí foi quando eu vim e a pessoa foi e fez a inscrição para mim e eu fiz um barraco três por três, um quadrado. O meu marido não queria vim porque ele tinha medo de vir para aqui, porque antes essa parte aqui era uma fazenda e tinha um morador que tomava conta dessa usina e aí era muito mato. Tinha algumas barraquinhas por aqui também. [...] Aí nós fizemos essa barraca, trouxemos os meninos, as pessoas que quando vieram para cá não conseguiram trazer as coisas de casa, cada um doou para nós. Aí um dormia numa mesinha, outro em um carrinho de mão... porque eram três para um quadradinho desse tamanho.*²⁹⁵

²⁹³ Fala proferida pelo integrante durante entrevista realizada no dia 20 de julho de 2023, na sede do COMUPRA.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Fala proferida pela integrante durante entrevista realizada no dia 13 de junho de 2023 em sua casa, no bairro Novo Aarão Reis.

Figura 21. Tecido do Projeto Manuelzão UFMG, Ribeirão Onça ao fundo, jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

O Plano de realocação de Famílias e Negócios na mancha de inundação do Ribeirão Onça foi elaborado em 2011 através do financiamento do Programa PAC 3 Bacias e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que diagnosticou e previu: 1) A área da mancha de inundação de 75,15 hectares; 2) Uma população de 4400 habitantes inserida na mancha; 3) Um talvegue de 6km; 4) A remoção das famílias das áreas de risco; 5) A demolição das construções; 6) O cercamento das áreas remanescentes e a implantação de áreas de uso social ao longo das APPs (Área de Preservação Permanente).

Até o ano de 2015, aproximadamente 120 famílias haviam sido retiradas das áreas de risco muito alto.²⁹⁶ No ano de 2016, para o 8º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, a URBEL apresentou o número dos processos de remoção e reassentamento das famílias do Ribeiro de Abreu e Novo Aarão Reis, que continha os seguintes dados: 541 famílias no trecho Novo Aarão Reis haviam sido encaminhadas para abordagem, 655 imóveis haviam sido selados, 470 cadastros haviam sido realizados, 86 imóveis avaliados, 1 demolido e 58 avaliações já estavam no escritório. No trecho Ponte São Judas Tadeu-Ribeiro de Abreu, 122 famílias haviam sido encaminhadas para abordagem, 121 imóveis selados, 121 cadastros realizados, 121 imóveis avaliados, 16 demolidos, 16 avaliações já no escritório, 75 solicitações de cheque/indenização, 30 adesões às unidades habitacionais e 02 ao Programa de Reassentamento Monitorado (PROAS). A nova carta de inundação da SUDECAP, de 2017, com a atualização dos números, constou que 547 remoções já haviam sido realizadas e 1018 ainda estavam pendentes.²⁹⁷

Danilo explica que, após cadastramento e levantamento das moradias localizadas às margens do rio, os moradores deveriam dialogar com a prefeitura para receber a indenização do valor da benfeitoria ou ser redirecionado para o programa de habitação em que o morador recebe a propriedade de um imóvel nas unidades habitacionais de moradia popular.²⁹⁸ Contudo, como não haviam imóveis

²⁹⁶ Informação retirada do folder do 8º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa).

²⁹⁷ Este número inclui as famílias localizadas nas áreas de risco baixo, médio, alto e muito alto.

²⁹⁸ Como colocado no “Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias”, orientado pela Portaria nº 317/2013 do Ministério das Cidades, redigido e publicado pela URBEL-PBH, em setembro de 2015: “Estas famílias deverão optar, respeitando-se as diretrizes determinadas no marco legal do Município, por três modalidades de remoção adotadas pela Prefeitura de Belo Horizonte: a) 576 deverão ser reassentadas em unidades habitacionais a serem construídas através do Programa Minha Casa, Minha Vida; b) outras serão atendidas com unidades habitacionais adquiridas através do Programa de Reassentamento Monitorado em função de obras Públicas – PROAS e c) serão indenizadas pelas benfeitorias e terreno, no caso de desapropriação.”

disponíveis na época nem previsão para construção, quem optasse por essa via poderia receber auxílio para o aluguel pelo Programa Bolsa Moradia, até que estas estivessem disponíveis.²⁹⁹

Era conversa de dois anos pra frente. Quem escolhesse pela unidade habitacional poderia aguardar recebendo bolsa moradia da prefeitura, na época eu acho que era R\$500 ainda. Pouco tempo depois passou para R\$600, mas é uma coisa muito fora da realidade do que realmente é o valor. O processo de valorização de imóveis de aluguel é um, e o processo da prefeitura de atender a condição dessa família aderir a esses imóveis é completamente defasada. Hoje eu não sei como que está. Com certeza continua defasada. [...] Como ficou uma coisa a escolha de cada família, cada uma passou por um processo diferente. Tinha gente que achou que a avaliação que foi feita do imóvel dela proporcionaria a ela ter condição de comprar um outro imóvel e fez essa mudança: 'Ah, esse dinheiro foi feita a avaliação do meu imóvel e o dinheiro que eu vou receber me permite comprar uma outra casa aqui no Ribeiro de Abreu, porque eu quero ficar por aqui. É aqui que eu moro há muito tempo. A gente tem uma relação no bairro, então eu vou fazer isso. Eu consigo comprar, receber aqui, comprar no lugar tal.' A grande maioria das pessoas com certeza não conseguiu comprar outro imóvel com o dinheiro que ela recebeu. Aí depende muito da condição que cada um tinha de adicionar um valor que porventura ela tinha de reserva, sabe? Por esse motivo foi muito pessoal de cada um.³⁰⁰

Segundo relatório disponibilizado ao Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e ao COMUPRA pela URBEL-PBH, até o ano de 2022, 1.597 famílias foram cadastradas e 768 removidas, sendo que 667 receberam indenizações, 66 foram reassentadas em moradias existentes e 21 estão no Programa Bolsa Moradia, aguardando as unidades habitacionais.³⁰¹

O 2º ponto da Meta 2025 diz respeito à implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, um projeto idealizado pela comunidade para ser um parque terapêutico, com espaço para agricultura urbana, com áreas de convivência e manifestação cultural, áreas de preservação e conservação ambiental, áreas para prática de esportes e lazer, com um centro de educação ambiental, espaços para equestres, trilhas e mirantes e uma área destinada ao memorial da história de luta do COMUPRA e da comunidade pela implantação do parque. Além disso, desejam

²⁹⁹ As informações foram trazidas por Danilo Leal, sendo possível consultá-las na seção 4 (Plano de reassentamento e medidas compensatórias) do “Projeto de Trabalho Social – PTS: Intervenções para redução do risco de inundações nas bacias dos córregos Cachoeirinhas, Pampulha e Onça”, disponível no site da Prefeitura de Belo Horizonte.

³⁰⁰ Fala proferida pelo integrante durante entrevista realizada no dia 20 de julho de 2023, na sede do COMUPRA.

³⁰¹ Informações trazidas pela URBEL-PBH no seminário online de abertura do 14º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa com o tema: “Famílias ribeirinhas... Ribeirão”, realizado no dia 08 de junho de 2022. É possível acessar o vídeo pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xfz7F3nnv2I>>.

uma gestão compartilhada do parque entre a comunidade organizada, a prefeitura e a iniciativa privada.³⁰² As diretrizes para este ponto são as seguintes:

2. *Permitir a interação da comunidade com o Parque o respeitando e conscientizando, e por parte da Prefeitura de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais a responsabilidade da preservação e manutenção dele, o enquadrando na categoria de área de conservação;*

3. *Inserir as regionais Nordeste e Norte nas discussões sobre o Parque, tornando-as co-responsáveis por ele;*

4. *Implementar estruturas de lazer, esportes e convivência, como quadras, ciclovia, pista de caminhada, iluminação sustentável (fotovoltaica), parquinho, academia aberta, campo de futebol e área para apresentações culturais que contenham a infra-estrutura e iluminação adequada, com a participação direta da comunidade, escolas e demais órgãos públicos que estão próximos e fazem parte da área do Parque Ciliar do Ribeirão Onça, na elaboração e execução de todos os projetos relativos a ele, junto aos órgãos competentes da PBH;*

[...]

8. *Incorporar o conceito de Parque Equestre, reservando áreas destinadas à instalação de baias, tratamento dos animais e hípica. Tal demanda foi identificada em virtude do grande número de animais existentes na região;*

Subitem: Criar estratégias de treinamento para os carroceiros, cuidando e equipando os animais para servirem de transporte para os turistas nas margens do Ribeirão Onça, gerando mais uma fonte de renda para os carroceiros através de um trabalho mais saudável;

9. *Incorporar o conceito do “Parque Ciliar”, com trilhas suspensas para a contemplação da natureza, com o objetivo de aproximar a população e o meio ambiente, promovendo o ecoturismo e a educação ambiental;*

9.1 *Valorizar e conservar as belezas naturais da região, composta de corredeiras, praias, ilhas e cachoeiras;*

10. *Implantar edificações que “abracem” o conceito do Bairro Parque, tal qual o Conjunto Ribeiro de Abreu, que está implantado em meio a uma área de grande arborização;*

13. *Criar corredores ecológicos, conectando o parque do Ribeirão Onça a outros fragmentos vegetais e parques da região, como a Comunidade Quilombola de Mangueiras, a Mata do BG, o Parque Escola Jardim Belmonte, Parque Guilherme Lage, Parque Nossa Senhora da Piedade, Mata dos Werneck;*

14. *Potencializar as matas ciliares do Ribeirão Onça, de forma diversificada, sob os princípios da agroecologia existente na região; Utilizar sistemas agroflorestais no projeto paisagístico do Parque Ciliar;*

15. *Manutenção, limpeza, capina e monitoramento da Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Ribeirão Onça;*

15.1 *Mapear, proteger e monitorar as nascentes existentes na área de abrangência e redondezas do Parque, pelo poder público;*

15.2 *Criar projeto de Adoção de Nascentes e cursos d’água por parte das Escolas e Comunidade.*

A primeira consulta popular tendo em vista a construção coletiva do parque foi realizada pela PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) no final do ano de 2014, após a realização de um ciclo de oficinas durante o ano idealizadas pelo COMUPRA e pela comunidade. O poder público e a sociedade civil acordam, portanto, a destinação do

³⁰² Estas informações estão organizadas no folder do 7º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Nosso parque: que parque queremos?).



Figura 22,
23, 24, 25 e
26. Mutirão
de plantio da
agrofloresta,
2018.



Fonte: Acervo
COMUPRA.

espaço, bem como os equipamentos e as suas funcionalidades para construção do parque. Foi realizado um processo de licitação³⁰³ para elaboração do projeto executivo pela prefeitura, sendo que a Engesolo (empresa selecionada) deveria cumprir com o prazo de início das obras até 2015.³⁰⁴

O 3º ponto da meta reivindica 100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto do Ribeirão Onça, bem como a recuperação das margens e a proteção das nascentes da região.

7. Implantar interceptores em toda a área de intervenção e garantir a interligação de todo o sistema de redes não só na área do parque, mas também nos bairros do entorno e toda a Bacia Hidrográfica do Ribeirão. Tal medida visa a qualidade das águas e da vida dos ribeirinhos. A Meta 2025 tem como objetivo despoluir o Ribeirão Onça, garantindo melhor saúde para todos e todas, criando a oportunidade de atrair turistas do Brasil e de outros países, gerando renda, possibilitando a criação de novas empresas voltadas para o turismo e novas oportunidades de negócios para a região;

[...]

16. Utilizar tecnologias ecológicas tais como: captação de água de chuva e permeabilização do solo e de tratamento da água do Ribeirão Onça dentro do território do Parque.³⁰⁵

O 4º ponto da meta dispõe sobre a municipalização da rodovia MG-20. Até o momento, o COMUPRA e o Movimento, por meio da articulação com o poder público, conquistaram a duplicação e a iluminação da Rodovia MG-20.³⁰⁶ Contudo, o processo ainda não foi concluído:

5. Municipalizar a rodovia MG-20: concluir o processo de municipalização, de acordo com o DOM, edição 3260, Lei 9.689 de 14/01/2009, que autoriza o poder executivo a municipalizar a Rodovia MG-20 (classificar a via como avenida). Para que isso seja possível é necessário o término da obra de duplicação e iluminação da rodovia.

Por fim, o 5º ponto da meta propõe a construção do novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu e adjacências. A diretriz nº 6, pontua: “Construção do novo acesso para o bairro Ribeiro de Abreu e adjacências de acordo com projeto já apresentado, podendo em conjunto revê-lo e melhorá-lo sempre visando ao bem estar da

³⁰³ Os recursos previstos para a obra foram publicados no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2015.

³⁰⁴ Estas informações estão organizadas no folder do 7º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Nosso parque: que parque queremos?).

³⁰⁵ A comunidade sugere, ainda, a construção de diques para controle das enchentes. Esta informação se encontra no folder do 6º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Vamos à praia).

³⁰⁶ Processo de municipalização publicado no Diário Oficial do Município, edição 3260, Lei 9.689, de 14 de janeiro de 2009.

comunidade.” As discussões sobre a necessidade de construção do novo acesso se iniciaram anos atrás, devido a uma demanda já apresentada pela comunidade - anteriormente à formação do COMUPRA e do Movimento - para possibilitar o trânsito entre os bairros que margeiam o ribeirão.³⁰⁷ Em 2010, o COMUPRA e o Movimento realizaram duas audiências públicas para falar sobre o tema, sendo a primeira na Escola Bolívar Tinoco Mineiro, com a presença de aproximadamente 500 pessoas, e a segunda na Câmara Municipal de Belo Horizonte, com a presença em massa da comunidade. Ao fim do ano, foi realizada uma manifestação em comemoração aos 60 anos das pontes do Ribeiro de Abreu. Em 2011, a partir de tais mobilizações comunitárias, foi realizada a construção do Projeto Básico do Novo Acesso. Em 2013, o Projeto Executivo é apresentado à comunidade pelo então prefeito Márcio Lacerda. Foi assinado um termo de compromisso entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo do Estado, em que foram definidas responsabilidades para as respectivas entidades: a PBH realizaria a realocação das famílias residentes nos locais previstos para implantação do novo acesso e faria o projeto, enquanto o Governo do Estado financiaria e executaria a obra.

Em 2014, uma nova gestão assume o Governo do Estado e é aprovado o financiamento da obra pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de 35 milhões de reais.³⁰⁸ Em 2015, as obras do Estado foram paralisadas pela nova gestão, incluindo a obra de execução do novo acesso. Além disso, o escritório social da URBEL fechou as portas por tempo indeterminado. O cancelamento do recurso para a construção do novo acesso foi aprovado por Helvécio Magalhães, secretário de estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) da época, para ser utilizado em outras obras (estudo de implantação de aeroportos regionais e ampliação de penitenciárias). Devido a esta situação, houve uma paralisação no trabalho de realocação das famílias. No ano de 2016 e 2017, com a quebra nos investimentos voltados para o bairro, a comunidade se organizou em prol da realização de mutirões autogestionários na área destinada ao Parque Ciliar

³⁰⁷ As informações sobre a luta pelo Novo Acesso do bairro Ribeiro de Abreu foram retiradas de uma linha do tempo elaborada por integrantes do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e da entrevista com o integrante Itamar Santos, realizada no dia 20 de julho de 2023 na sede do COMUPRA.

³⁰⁸ O valor do recurso previsto para a obra foi publicado no Diário Oficial do Município em 20 de março de 2013, edição 4274, para implantação de uma ponte sobre o Ribeirão Onça, na Rua São Judas Tadeu.

Comunitário do Ribeirão Onça, com a construção do parquinho e do campinho.³⁰⁹ O trabalho de realocação das famílias foi retomado, portanto, através do Projeto do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. A comunidade realizou a ocupação provisória dos espaços com praça, pista de caminhada e ciclovia que, assim como a ponte, não tiveram suas obras concretizadas. O COMUPRA e o Movimento (representados pelo coletivo Casa Comum) realizaram, então, diversas reuniões com o Ministério Público de Minas Gerais, de modo a estabelecer um novo diálogo e um novo acordo com o Governo do Estado em busca da implantação da obra do Novo Acesso. Contudo, a omissão do Estado levou ao encaminhamento do processo à justiça.³¹⁰ Foi realizada uma manifestação em 2018 em comemoração ao aniversário de 68 anos da ponte do Ribeiro de Abreu e uma exposição para a comunidade de todas as etapas construídas durante os últimos 8 anos de luta em torno da pauta. Atualmente, o processo de construção de um novo acesso ao Ribeiro de Abreu segue pendente, e a comunidade reivindica essa demanda enquanto uma pauta da Meta 2025.

Há um descompasso com relação às crenças sobre a viabilidade da meta quando colocada em pauta por pontos de vista dessemelhantes, sobretudo, oriundos de lugares dessemelhantes. Genericamente, a meta é vista por não-integrantes do COMUPRA e do Movimento como uma *utopia*. Nas palavras de Roneide Dutra, liderança comunitária do COMUPRA e do Movimento:

[...] As pessoas às vezes acham que é uma utopia, que a gente tá meio fora da realidade... mas não. [...] Ela [meta] tem por objetivo fazer com que o rio volte a ser o que ele era antes, um rio saudável, um rio onde as pessoas possam brincar, elas possam pescar, elas possam conviver... ir para lá, para beira do rio, bater um papo, fazer um piquenique, nadar mesmo... Então, é uma utopia? É difícil? É. Não é impossível, né?³¹¹

Me parece que há uma credibilidade particular a ser aferida ao protesto lúdico, sensível e, sobretudo, político. Convoca-se, portanto, para um olhar sobre a

³⁰⁹ Os primeiros mutirões de ocupação coletiva das margens do Ribeirão Onça foram realizados por moradores de diversas regiões de Belo Horizonte em ações conjuntas idealizadas pelo COMUPRA, pelo professor Roberto Andrés e pelo grupo Oásis (na figura do estudante Lucas Alves), ambos da Escola de Arquitetura da UFMG. Os espaços contaram com a construção de uma praça de convivência, recuperação da academia a céu aberto, construção de brinquedos com pneus reciclados retirados do ribeirão, cercas de proteção e campo de futebol.

³¹⁰ Transformação do processo de Inquérito Civil em Ação Civil Pública.

³¹¹ Fala proferida pela integrante durante entrevista realizada no dia 29 de março de 2023, na sede do COMUPRA.

Figura 27. Última casa demolida na Rua Antônio Ribeiro de Abreu, 2022.



Fonte: Acervo COMUPRA.

expressão utópica como um caminho para o *esperançar*³¹², *conquistando o cotidiano*³¹³ rumo à concretiza(ção) de uma *distopia*³¹⁴ próxima (ou distante?).

*Quando se colocou a Meta 2025 estipulou um prazo. Eu acho que tudo na vida da gente tem que ter uma meta, a gente tem que ter um objetivo. Se você fala: "Ah, daqui a tanto tempo eu pretendo comprar um carro", mas para isso você tem que estar se organizando, economizando, se organizando financeiramente para que isso aconteça, ou qualquer outra situação! Uma viagem você tem que planejar, fazer o roteiro, fazer a economia, pensar no financeiro... Então, quando foi pensada a Meta 2025, foi pensado esse prazo, justamente para que todas essas articulações fossem feitas, para que pudesse se atingir. [...] E a gente, agora para frente, para que a gente consiga atingir, se não for em 2025, em 2028, em 2030, 2035... Mas uma hora a gente vai sim conseguir que esse rio volte a ser o que ele era, volte a ser um rio saudável, vivendo... E a gente vivendo junto com ele.*³¹⁵

5.3.3. Conquistas do COMUPRA e do Movimento

Em período de fortes chuvas na cidade de Belo Horizonte, é quase inegável que os bairros que margeiam o Ribeirão Onça estarão no foco dos noticiários. As manchetes são, em sua maioria, igualmente trágicas: *Nível do Ribeirão do Onça atinge ponte na Região Nordeste de BH durante a chuva*³¹⁶; *Ribeirão do Onça transborda e água invade casas no bairro Ribeiro de Abreu, em BH*³¹⁷; *Ribeirão do Onça invade casas em Belo Horizonte: 'As coisas da gente viram lixo'*.³¹⁸ As causas estão ligadas ao mesmo facilitador: A porção do ribeirão que corre em leito aberto não possui espaço suficiente para sua vazão e, por isso, o transbordamento causa enchentes e alagamentos desastrosos. Os curtos versos de Falci sobre a obra "Três Momentos de um Rio", de Bárbara Lissa e Maria Vaz, resumem os átimos de rebeldia do Ribeirão Onça:

³¹² FREIRE, *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, 1992.

³¹³ LEFEBVRE, *Crítica da Vida Cotidiana*, 1947.

³¹⁴ VELLOSO, *Já não existe agora: Sobre a crítica situacionista à expropriação da comunicação como crítica da arquitetura*, [2021] 2022, p. 439.

³¹⁵ Fala proferida pela integrante Roneide Dutra durante entrevista realizada no dia 29 de março de 2023, na sede do COMUPRA.

³¹⁶ Cf. VALE, João Henrique do, *Nível do Ribeirão do Onça atinge ponte na Região Nordeste de BH durante a chuva*, *Estado de Minas*, 2016. <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/12/05/interna_gerais.830019/nivel-do-ribeirao-do-onca-atinge-ponte-na-regiao-nordeste-de-bh-durant.shtml>.

³¹⁷ Cf. Bom dia Minas, *Ribeirão do Onça transborda e água invade casas no bairro Ribeiro de Abreu, em BH*, *Globoplay*, 2021. <https://globoplay.globo.com/v/9248643/>.

³¹⁸ Cf. MG1, *Ribeirão do Onça invade casas em Belo Horizonte: 'As coisas da gente viram lixo'*, *Globoplay*, 2021. <<https://globoplay.globo.com/v/9249271/>>.

Figura 28 e 29. Mutirões para construção do campinho e parquinho, 2016.



Figura 30 e 31. Mutirão de plantio na horta do espaço vitrine, 2023.



Fotografia e edição: André Massahud.

Figura 32. Ações na Nascente Fundamental, 2016.



“Um rio transborda. Se faz enchente, mas é apenas lamento. É o choro de não poder correr livre, de se ver confinado a atravessar veloz e invisível os caminhos da cidade, de uma qualquer cidade. Como se essas águas não pudessem habitar a terra, e tivessem que passar rapidamente por entre todas as gentes, todos os bichos, todas as árvores. Um rio, assim, não existe.”³¹⁹

Ainda assim, foi possível notar que, nos últimos anos, as inúmeras reivindica-(ações) pela realocação das famílias inseridas nas áreas de risco e pela implementação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, bem como os processos de ocupação de suas margens - por meio das ações idealizadas pela comunidade e parceiros - possibilitaram avanços rumo a um horizonte mais próspero para a população ribeirinha, contribuindo, inclusive, para ampliação da área de escoamento do ribeirão.³²⁰

Sabe-se que o Baixo Onça é uma das regiões mais vulneráveis de Belo Horizonte.³²¹ Nesse sentido, as ações comunitárias e coletivas realizadas na região pela implantação de espaços públicos³²² - visto que a região possui uma enorme carência nesse quesito - impactaram positivamente na diminuição do índice de violência no bairro. Como afirma o integrante Itamar Santos:

“De 2005 pra 2006, a violência na região foi assustadora, 57 homicídios em um ano. Com a realocação dessas famílias, que na realidade estão todas aqui então não foram realocadas pra lugar nenhum, caiu de 57 para 12. Elas precisavam de polícia ou de moradia? Elas estavam em paz.”³²³

A aquisição do recurso para construção da ponte do Novo Acesso ao Ribeiro de Abreu também significou para a comunidade uma importante conquista da luta.

³¹⁹ FALCI, *Um rio transborda*, 2021.

³²⁰ Cf. Prefeitura de Belo Horizonte, *Inundações dão lugar à agrofloresta e à academia em espaço revitalizado de BH*, 2022.

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/inundacoes-dao-lugar-agrofloresta-e-academia-em-espaco-revit-alizado-de-bh>>.

³²¹ Em 2004, o Programa “FicaVivo!”, oriundo da política de prevenção de conflitos, passou a atender os bairros Ribeiro de Abreu, Conjunto Ribeiro de Abreu, Paulo VI, Conjunto Paulo VI, CBTU e Novo Aarão Reis. O Programa tem como objetivo atuar na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno, articulando os eixos de atuação da Proteção Social e Intervenção Estratégica. (SEJUSP, 2013).

³²² Para mais discussões sobre a relação entre espaços públicos e segurança urbana, ver: ARENDT, *A Condição Humana*, 1989; VERÍSSIMO, *Espaço público e segurança pública: duas abordagens teóricas de prevenção do crime e da violência*, 2012.

³²³ Fala proferida pelo integrante em entrevista publicada no livro “Histórias do nordeste de BH: Rede de memória dos agentes culturais comunitários”, 2018, p. 216.

Conseguimos um investimento de mais de 35 milhões de reais para a construção do que se chama Novo Acesso do Ribeiro de Abreu. Essa construção é um anseio dessa comunidade, uma luta de trinta anos. Era uma luta feita de forma político-partidária. Na realidade, a gente também faz política, mas outro tipo de política. É uma política comunitária, não é esse tipo de política de dentro de quatro paredes decidindo a vida dos outros.³²⁴

No intuito de sintetizar brevemente realizações do COMUPRA e do Movimento na região do Baixo Onça nos seus últimos 20 anos de atuação, apresento a seguir algumas de suas conquistas elencadas:³²⁵

1. O primeiro Centro de Saúde do Ribeiro de Abreu construído pela comunidade e entregue à prefeitura;
2. A duplicação e iluminação da Rodovia MG-20, em 2009;
3. A realocação de 768 famílias inseridas nas manchas de inundação do Ribeirão Onça no trecho entre a Cachoeira do Novo Aarão Reis e a Estação de tratamento de esgoto (ETE Onça);
4. A revitalização³²⁶ da Nascente Fundamental Cuidadora Dona Júlia;³²⁷
5. A interceptação de 200 litros de esgoto por segundo no Córrego Gorduras;³²⁸
6. A ocupação coletiva das margens do Ribeirão Onça com áreas de lazer e convivência, como campinho, parquinho, horta comunitária e agrofloresta;
7. Construção da pia coletiva no Espaço Vitrine para uso comunitário.

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ Infelizmente não foi possível fazer o levantamento detalhado de todas as conquistas, reconhecimentos e prêmios recebidos pelo COMUPRA e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, por isso apenas alguns deles foram mencionados neste trabalho.

³²⁶ A partir do projeto “Valorização das Nascentes Urbanas”, uma iniciativa do CBH Rio das Velhas, foram realizadas intervenções de melhoria em 9 nascentes da Bacia do Ribeirão Onça, dentre elas a Nascente Fundamental Cuidadora Dona Julia. Foi realizado o plantio de mudas, poda do mato, contenção de barrancos, construção de deck em madeira, escada e corrimões para melhoria do acesso e preservação. Além disso, em parceria com o COMUPRA, o projeto BECUS e a comunidade, foram construídos bancos de bambu para a pracinha da rotatória da rua Serra da Mantiqueira, que dá acesso à nascente, além de um pórtico informativo na entrada.

³²⁷ Alguns moradores e integrantes do COMUPRA e do Movimento atribuíram uma nova nomenclatura para a nascente, denominada “Nascente Fundamental do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça”. Contudo, parte dos integrantes apresentou (e ainda apresenta) uma forte resistência à mudança, alegando que esta alteração é uma ação de desvalorização e machismo contra a cuidadora da nascente, Dona Julia.

³²⁸ Informação retirada do folder do 9º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (Água limpa nos rios: Direito Humano), realizado em 2017.

Figura 33. Pia com
construída no espaço vitri
pelo COMUPRA para uso
comunitário, jun. 2022.



Figura 34. Construção da pista de caminhada do parque ciliar comunitário do Ribeirão Onça, referente ao Prêmio ONU-Habitat 2019, ago. 2023.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Além disso, o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e seus parceiros receberam nomeações e prêmios notáveis. Dentre eles, é possível citar:

1. Nomeação da Escola Herbert de Souza como “escola referência em sustentabilidade”;
2. Menção honrosa pelo projeto urbanístico do Parque Linear do Ribeirão Onça, no IV Concurso Internacional de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Banco de Desenvolvimento da América Latina, em 2015;³²⁹
3. Indicação à categoria Cidadania do Prêmio Bom Exemplo 2016, em reconhecimento ao cuidado e compromisso da Dona Júlia com a preservação e manutenção da nascente;
4. Prêmio ONU-Habitat 2019: “Comunidade no vale: novos usos para as margens do Ribeirão do Onça”.³³⁰

Falar sobre tais conquistas é uma forma de enaltecer os processos que culminam em uma aproximação da realidade atual à instituição do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. Contudo, frente às demandas e sonhos coletivos dos ribeirinhos e ribeirinhas do Baixo Onça, entende-se que ainda há muito pelo que lutar. Nas palavras dos integrantes do Movimento:

*Meu sonho para o Movimento é uma independência de fato, para que a gente volte a conquistar nossos objetivos com mais fluidez, mais tranquilidade.*³³¹

Ah, nossa... Tem tantos sonhos! Acho que não tem coisa melhor, você ver a dignidade das pessoas e a dignidade das pessoas que abraçam a cidade, a questão ambiental de alguma forma. Não ter mais essa violência da história

³²⁹ “É destacada a capacidade do projeto em enfrentar um problema complexo de desafios ambientais e urbanos. Oferece uma abordagem em múltiplas escalas: o curso d’água e a habitação, a combinação do social com o ambiental e a confluência de uma agenda pública com uma comunitária.” (PBH, 2015). Para mais informações sobre o projeto do parque e reconhecimentos, Cf. WSTANE, Carla. *Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG*, 2021.

³³⁰ No ano de 2019, o projeto “Comunidade no vale: novos usos para as margens do Ribeirão do Onça” foi aprovado para ser realizado dentro do Programa Global de Espaço Público da ONU-Habitat. O projeto foi desenvolvido pela parceria entre o COMUPRA, a Comunidade do bairro Novo Aarão Reis, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas (SMPU) e a Empresa de Urbanização e Habitação de Belo Horizonte (URBEL). Para ter acesso ao programa do projeto, Cf. anexo 1. O acordo de cooperação firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) para execução do projeto está disponível no link: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/01.07.2022_%20ACORDO%20DE%20COOP_ON%C3%87A.pdf.

³³¹ Maria Luisa Lelis, afetivamente chamada de *Malu*, psicóloga social e integrante do Movimento, entrevistada em 14 jul. 2023.

*do capitalismo gigante que a gente vê no dia a dia, tem mais pessoas solidárias, com mais e mais igualdade e equidade. Esse é o maior sonho.*³³²

*Meu sonho mesmo é eu comprar um lote, ter minha cozinha, ter minha horta e conseguir ajudar os outros. Esse é meu sonho.*³³³

*Eu acho que o que nos move é o grande objetivo - e a grande vontade - de ver um rio voltar a ser o que ele era, sem essa questão de engessamento, de canalizar e nada não. Os rios têm que seguir o curso deles, natural.*³³⁴

*Hoje eu estava falando com as crianças da escola isso: “Olha, cada espaço que nós estamos aqui hoje ocupando, vai ser mais tarde um benefício para todos. Essas plantas que estão aqui, estão trazendo pássaros para o nosso espaço, que antes não tinha. Está trazendo alegria esse verde, né?” Então eu até brinquei com ele, falei assim: “A mãe natureza, ela é muito rica, mas ela também precisa de cuidado. Se você matar, jogar lixo, você tirar a terra, deixar ela totalmente descoberta, ela vai enfraquecer em vez de produzir. E nós precisamos do que ela produz. Nós precisamos da nossa alimentação, de uma certa leveza.” Eles amaram! E eu falei: “Pois é, isso aqui é da nossa alimentação, serve para todos nós e a gente precisa desses espaços”. Essa coisa de criança é muito bom. E o meu sonho é esse, é ver que essas crianças entenderem que é de vocês, que vocês precisam cuidar da natureza. Então você vai crescer mais tarde, quando ficar homem, vocês vão saber que você não pode degradar a natureza. Você tem que cuidar dela, porque é dela que nós dependemos. É muito bom isso. Eu sonho um dia ver essas crianças todas felizes, dando continuidade, porque a gente vai, um dia a gente vai... E que possa a sementinha ter ficado, crescer, florescer e dar muitos frutos.*³³⁵

Eu sou muito assim também, de não ficar idealizando muitas coisas, sabe? A gente vai trabalhando e às vezes vai atrás daquilo ali, vai virando fruto, igual hoje, a gente tem colhido coisas que lá atrás talvez a gente nem conseguia enxergar. Algumas pessoas conseguem, porque é a característica dela, às vezes ela conseguir enxergar é o que faz com que ela trabalhe por aquilo. Eu já sou mais do “vai dando” um passo aqui, constrói isso aqui e tal. E agora, por exemplo, eu estive caminhando nessa área onde as famílias foram desapropriadas, nesses quarteirões ali, na São Judas Tadeu, Juazeiro do Norte, que é mais aquelas ruas de dentro. Não é uma área tanto de passagem, mas eu ainda trânsito pelo bairro, eu conheço e tal, então eu sei o que é. Mas depois que desapropriaram as famílias, foi um processo muito rápido pra mim. Quando eu cheguei, eu fui fazer uma caminhada lá dentro e eu até me assustei com a rapidez do que foi feito, porque normalmente isso é um trabalho um pouco mais burocrático e... com o tamanho do espaço livre que estava ali, sabe? E aí foi quando eu entrei lá pra dentro que eu falei: Caramba, esse espaço aqui é maior do que o Parque Belmonte! Com as casas antes, a gente não consegue visualizar. Eu, particularmente, não consigo muito idealizar. Você conseguir enxergar que naquele lugar onde tem centenas, milhares de famílias, um dia nós vamos tirar todo mundo dali - tirar no bom sentido - essas famílias vão estar num lugar que vai ser melhor para elas, em uma área que não seja de risco. E ali a gente vai trabalhar e vai construir um parque, vai ter isso, vai ter aquilo. Eu não consigo muito colocar essa coisa. Não é isso que me faz

³³² Sônia França, professora na EMSHA e integrante do Movimento, entrevistada em 14 jul. 2023.

³³³ Helena Martins, afetivamente chamada de *Dona Helena*, cozinheira e integrante do Movimento, entrevistada em 12 jun. 2023.

³³⁴ Roneide Dutra, afetivamente chamada de *Neide*, educadora e integrante do Movimento, entrevistada em 29 mar. 2023.

³³⁵ Elenilza, afetivamente chamada de *Nilza*, costureira e integrante do Movimento, entrevistada em 13 jun. 2023.

talvez trabalhar pra eu ver as coisas acontecendo. Então, quando eu entrei pra lá, que eu vi o tamanho do lugar, eu falei “aqui dá pra gente planejar tanta coisa, num lugar onde já tem algumas árvores, que eram dos quintais das casas... Não tá difícil fazer um negócio aqui!” Que é um negócio que eu não conseguia enxergar aqui dentro do bairro... E aí às vezes é uma caminhada que me traz uma outra possibilidade, um outro pensamento e ali te traz... aí você começa... talvez o sonho vem um pouco depois, a vida no meio do caminho.³³⁶

Aí tem história.³³⁷

Às margens do Ribeirão Onça emerge uma pluralidade de *insurreições ribeirinhas* por parte de uma população que acredita nas possibilidades de convivência entre os seres e os rios. Estes costumam repudiar³³⁸ toda e qualquer tentativa de canalização e tamponamento dos rios urbanos e lutam cotidianamente pelo direito à cidade àqueles que foram destituídos às margens. Resta, portanto, a vontade coletiva de insurgir: *As melhores coisas que você acha que já aconteceram até agora, também há de acontecer amanhã.*³³⁹

6. PARTICIPAÇÃO

“Lamento da Onça”³⁴⁰
Joaquim G. Silva (Kim)³⁴¹

Da janela vejo o rio caudaloso,
Furioso, descendo seu curso em embalada.
No seu trajeto apressado,
Tudo em frente é devastado, arrasado.
O rio passa nervoso como querendo reclamar,
Tanta sujeira, muito lixo e ninguém para
ajudar.
E assim, correndo, rugindo, devastando e
causando dor,
Lá vai o rio, que não é rio.
Na época das chuvas, se transformo,
Cresce o rio, fortifica e tudo em seu curso
modifica.

³³⁶ Danilo Leal, morador realocado das margens do Onça e integrante do Movimento, entrevistado em 20 jul. 2023.

³³⁷ Itamar Santos, afetivamente chamado de *Oreia Seca* ou *Sereia do Onça*, integrante do Movimento, entrevistado em 20 de jul. 2023.

³³⁸ Ressalta-se neste momento as sujeitas e sujeitos que se colocam de forma contrária aos processos de canalização e tamponamento dos rios urbanos, contudo, no intuito de não pecar por afirmações generalistas, sabe-se que existem moradores/as que aprovam as canalizações.

³³⁹ Fala proferida pela integrante Maria José Costa em entrevista realizada no dia 08 de maio de 2023, na sede do COMUPRA.

³⁴⁰ Poema elaborado em 16 de dezembro de 2011 e transcrito do original com correções em 29 de dezembro de 2014 e digitado com correções em 16 de maio de 2015 pelo integrante Itamar Santos.

³⁴¹ Ex-morador de uma das casas localizadas às margens do Ribeirão Onça, no bairro Ribeiro de Abreu.

Ouço todo dia seu marulhar,
 Pois bem a seu lado vim morar.
 Mas ele não me causa problemas.
 Pois o estou sempre a respeitar.
 Vejo seu sofrimento, ouço seu lamento, como
 se quisesse falar;
 Pois também como o Onça furioso,
 A vida segue a nos levar, embalando,
 devastando.
 Nunca param para meditar.
 O que têm feito por isso?
 Em seu curso, extenso, longo,
 só lamento e destruição.
 Fruto do desprezo, do descaso e da ambição.
 Às vezes o vejo lento, espumante,
 Se arrastando, triste, quase morto.
 E de repente, toma força, se esgueira
 velozmente;
 Lá vai ele finalmente,
 Sempre, sempre a esperar,
 Que os povos ouçam seu lamento,
 E venham seu curso limpar.

Resgato os conceitos trabalhados na seção 4 - *espaço, território e classe* - para apresentar *práticas espaciais críticas* do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa a partir do potencial participativo da população do Baixo Onça. Traça-se, neste momento, um paralelo entre a noção de *práxis e espaço* para, então, fomentar uma discussão sobre a participação. Optei por selecionar o Projeto CSA Bai Onça para elaborar uma leitura histórica-espacial crítica, narrando-a e adequando-a aos conceitos trabalhados ao longo deste trabalho.

A ação transformadora, que é um encontro entre a ação política e social, nasce de uma *consciência revolucionária* combinada a um *corpo teórico*, ou seja, uma “ideologia, [...] que se compõe como a práxis”.³⁴² Milton Santos afirma que “em uma sociedade organizada, supõe-se a procedência de práxis coletivas, impostas pela estrutura da sociedade e às quais se subordinam as práxis individuais.” Nesse sentido, o espaço “é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais”.³⁴³ Para Lefebvre, a produção do espaço é a produção do espaço diferencial, portanto, quem é capaz de “produzir espaço encarna relações sociais diferenciadas que necessitam se arraigar em territórios, os quais serão forçosamente diferentes.”³⁴⁴

³⁴² SAMIS et al. apud BARTHOLL, op. cit., p. 63.

³⁴³ SANTOS, *Por uma geografia nova*, [1978] 2002, p. 95-96.

³⁴⁴ LEFEBVRE [1974] apud ZIBECCHI, op. cit., p. 37-38.

Figura 35 e 36. Enchentes no bairro Ribeiro de Abreu anteriormente à ocupação coletiva, 2011-2012.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Figura 37. Colchão, fogão e outros rejeitos levados pelo Ribeirão Onça, jul. 2022.

Fotografia e edição: André Massahud.



Fotografia e edição: André Massahud.

Em respeito ao caminho das águas, o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa tem como principal pauta a sobrevivência de um rio na expectativa de co-vivência das multiespécies (humanos, animais e natureza). Indissociados de uma visão antropocêntrica sobre as águas, um grupo de moradores do Baixo Onça pensa em novos modelos de convívio da população ribeirinha urbana com um rio que, anteriormente aos processos de urbanização, era limpo e provia alimento e atividades de lazer para os que viviam em suas margens.

As particularidades do território do Baixo Onça, ao se expressarem de maneira evidente, permitem abordar o COMUPRA e o Movimento como movimentos insurrecionais que se realizam através de práticas espaciais críticas. Com a finalidade de apresentar o Projeto de uma CSA (Comunidade Solidária em Agroecologia) como uma das práticas desempenhadas no Baixo Onça, realizo uma breve análise sobre a noção de *planejamento participativo* no intuito de compreender as experiências de *participação popular* adequadas ao contexto desta periferia urbana que venho investigando-pesquisando-militando.

6.1. Planejamento Participativo, processos participativos, participação popular

Marcelo Lopes de Souza propõe uma discussão sobre práticas espaciais a partir da relação dos movimentos urbanos com o Estado capitalista, sejam elas *com, apesar ou contra*.³⁴⁵ O autor alerta para a incompreensão da natureza do *planejamento* e da *gestão*, ao afirmar que o *planejamento* é aquele que simula os desdobramentos de um processo e, por isso, faz referência a algo que está no futuro, e a *gestão* como aquela em que ocorre a administração de uma situação de necessidade imediata, ou seja, relacionada ao tempo presente.³⁴⁶ No livro “A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades”, Souza dissecou o conceito de planejamento, de modo a defini-lo como “[...] um campo multidisciplinar, que congrega diferentes profissionais, e não apenas arquitetos, mas sobretudo aqueles que atuam na área das Ciências Sociais.”³⁴⁷ Nesse sentido, Antônio Heliodório Sampaio, defende que o *planejamento*

³⁴⁵ SOUZA, *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*, 2010.

³⁴⁶ Idem, *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, 2002.

³⁴⁷ Idem, *A Prisão e a Ágora. Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*, 2006, p. 55.

participativo, esta forma de planejamento que tem suas origens nas teorias do planejamento moderno, tem como preceito a participação das pessoas, sendo o sujeito participativo aquele capaz de intervir na realidade que vive, enquanto *usuário reativo* dos processos sociais, históricos e políticos.³⁴⁸ Segundo Korda,

o planejamento urbano [*Stadtplanung*] se ocupa, acima de tudo, com o direcionamento da evolução espacial e com o uso das superfícies de uma cidade, ao passo que a missão do Urbanismo [*Stiidtebau*] é, antes, a aplicação do planejamento e a modelagem formal do espaço urbano por intermédio da atividade construtiva.³⁴⁹

A partir do pressuposto de que o próprio espaço urbano configura as lutas e os movimentos sociais, é necessário compreender como diferentes grupos se apropriam do espaço público como meio de reivindicação. Tal como afirma Jessé Souza, distintas classes sociais são diferencialmente produzidas devido aos capitais culturais ou econômicos que constituem a hierarquia social e permitem a reprodução da sociedade moderna.³⁵⁰ Na definição do autor,

[...] O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos. É essa circunstância que torna as "classes médias", que se constituem historicamente precisamente pela apropriação diferencial do capital cultural, uma das classes dominantes desse tipo de sociedade. A classe alta se caracteriza pela apropriação, em grande parte pela herança de sangue, de capital econômico, ainda que alguma porção de capital cultural esteja sempre presente. O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das pré-condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação.³⁵¹

Enquanto a classe média recorre a uma forma de empoderamento político e econômico, as *ralés estruturais* buscam o fim do abandono nestas mesmas esferas, pois estes precisam ainda arcar com a busca pelo empoderamento participativo e representativo nas camadas políticas, econômicas e conseqüentemente, espaciais. A banalização destes corpos frente às possibilidades de mobilidade na cidade, de

³⁴⁸ SAMPAIO apud SANTANA, *Formação do Urbanista para a participação comunitária*, 2013, p. 70.

³⁴⁹ KORDA [1999] apud SOUZA, *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*, 2010, p. 47-51-58. Cabe ressaltar que, frente a este cenário, “[...] o profissional urbanista tem a função de captar os propósitos da sociedade e catalisar o potencial de participação do grupo para o alcance dos objetivos determinados”. (SAMPAIO apud SANTANA, 2013, p. 70).

³⁵⁰ SOUZA, *A ralé eternizada*, 2008.

³⁵¹ *Ibidem*.

moradia e acesso a serviços básicos, são pautas quiçá irrelevantes para a classe média que já desfruta destes bens, por ocuparem as áreas centrais das cidades e pelas próprias facilidades que a posse de capital permite cumprir. Cabe aqui a crítica de Milton Santos sobre a geografia que “tornou-se ideológica, de tal forma que as classes dominantes utilizam-se da ciência para difundir sua ideologia e defender sua posição de dominação”.³⁵² Em complementação, resgato a argumentação de Velloso:

Como acolher a *centralidade periférica* no planejamento? Superando uma dada lógica de política urbana que sempre esteve no Brasil associada à mútua intervenção entre os poderes político e econômico, favorecedora dos estratos sociais mais ricos, e que resultou num ambiente construído fortemente influenciado pela localização dos diversos grupos sociais, o que reforçou historicamente a segregação sócio espacial em favor das elites.³⁵³

Ao se ocupar com as experiências do Planejamento Metropolitano na região de Belo Horizonte, a autora elabora o conceito de “institucionalidade instituinte”, que diz sobre a participação popular em processos de tomadas de decisão.

[...] Demos início a uma reflexão sobre o que chamamos *institucionalidade instituinte*, referindo-se aos processos participativos em que os grupos de moradores construíram uma esfera de produção de conhecimento acerca dos territórios e de prospecção de problemas e questões urbanas em conjunto com a equipe de técnicos. Ressaltava-se, ali, na questão da institucionalidade, uma dimensão que a situa para além do aparato de governo, uma vez que se trata de compreender como grupos sociais se expressam no território em termos de suas reivindicações e formas de lutas afetas à política urbana. Quando se diz instituinte o foco está em compreender de que modo os habitantes estão articulados coletivamente para além das instituições do Estado que atuam em sua região, atravessando a institucionalidade vigente nos instrumentos e processos administrativos para, além desta, alcançar ganhos em sua agenda de enfrentamento de desigualdades, ou mesmo transformar contextos sócio-espaciais. Trata-se de processos inerentes à vida política da sociedade que dão conta das articulações autônomas de grupos em busca de estabelecer formas de participação política, bem como consolidar sua representação nas esferas de tomada de decisão.³⁵⁴

Guilherme Simões, cientista social, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e atual secretário da Secretaria Nacional de Políticas para Territórios

³⁵² SANTOS [2002] apud BARTHOLL, op. cit., p. 78.

³⁵³ VELLOSO, *O urbano-constelação, uma agenda de pesquisa descrita a partir de movimentos e conflitos na RMBH (1990-2015)*, [2019] 2022, p. 111.

³⁵⁴ Ibidem, p.69.

Periféricos - uma das cinco secretarias que compõem o Ministério das Cidades - afirmou, em entrevista à Agência Brasil, que

[...] Há uma relação de muita convergência entre aqueles que formulam a política urbana no nosso país. Felizmente existe um grupo muito diverso, mais progressista, que pensa política urbana. Esse grupo constituiu o Ministério das Cidades 20 anos atrás. É com esse grupo que os movimentos sociais vêm dialogando nesses últimos anos. Se você pensar no Estatuto das Cidades, na criação de vários desses movimentos urbanos, nós estamos falando de três ou quatro décadas de diálogo permanente.³⁵⁵

Nessa perspectiva, o secretário apresenta uma retomada na relação estabelecida entre os espaços de governabilidade e os movimentos sociais, tendo em vista a contribuição na formulação de políticas públicas por parte daqueles que vivenciam os problemas nos territórios.

Essa *institucionalidade instituinte* se estabelece no Baixo Onça através da relação consolidada entre o COMUPRA e o poder público, em uma parceria firmada com a URBEL. Em 2008, a administração do governo Lula criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alocando um montante significativo de recursos para a infraestrutura social e urbana. Em Belo Horizonte, o escopo do empreendimento PAC 3 Bacias foi promovido pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI) da Prefeitura de Belo Horizonte para ser executado pela URBEL, órgão municipal responsável pela melhoria da estrutura urbana em favelas e ocupações. O escopo abrange um

[...] conjunto de intervenções destinadas ao tratamento integrado dos problemas sanitários e ambientais, envolvendo ações destinadas ao aumento da vazão dos cursos d'água, implantação de um túnel no Ribeirão Pampulha para esgotar as vazões excedentes à vazão de restrição relativa ao trecho canalizado do córrego; implantação de um túnel no Córrego Cachoeirinha, para esgotar o referido córrego, começando na Avenida Bernardo Vasconcelos e terminando na cachoeira do Ribeirão do Onça; implantação de parque linear às margens do Ribeirão do Onça, com diversos equipamentos de lazer e esportes.³⁵⁶

Em parceria com o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, o Programa realizou diagnósticos coletivos de problemas; compartilhamento de imaginário político; ações conjuntas para solução e proposição de alternativas, no

³⁵⁵ Entrevista com Guilherme Simões realizada por Daniel Mello, publicada no site da Agência Brasil em 06 de fevereiro de 2023.

³⁵⁶ Cf. Projeto de Trabalho Social – PTS: Intervenções para redução do risco de inundações nas bacias dos córregos Cachoeirinhas, Pampulha e Onça, URBEL-PBH, 2015, p. 51.

intuito de formular um Plano de Realocação das Famílias Inseridas nas Áreas de Risco.³⁵⁷ Danilo Leal fala sobre a construção da participação da comunidade nas reuniões e atividades do COMUPRA no período anterior à implementação do Plano:

Mesmo eu participando, a gente sempre ficava naquela batalha de tentar trazer os moradores pra poder participar, para construir, porque era um processo que dizia respeito - no meu caso sim, que eu estava diretamente envolvido - mas no caso de outras pessoas que vinham trabalhando nessa construção, não dizia muito respeito diretamente a vida deles, era muito mais em relação a quem realmente morava lá, né? Então a gente sempre tentando trazer o pessoal pra essa discussão, mas fica naquela né? Quando você vive 10 anos, 15 anos, 20, 30... Porque tinham pessoas, lógico, que já moravam lá muito antes de mim, você sempre escutando uma coisa e nunca vendo nada daquilo que era falado saindo do papel, você tem uma descrença sim, você não acredita. É mais uma história que está sendo contada, que um monte de doido que vai ficar transmitindo um monte de viagem de mentira e que não vai sair do papel. Então as pessoas de certa forma não se atentaram muito pra essa realidade e pra essa coisa que realmente iria acontecer. [...] Uns quatro anos antes [do início do processo de realocação em 2017] as primeiras famílias saíram, nem isso provocou as pessoas acreditarem que esse processo ia ser tão amplo assim e que iria atingir elas. A participação deles se deu quando começou a desapropriar as primeiras famílias e aí eles viram que era uma coisa um pouco concreta, que aquilo ali ia se estender e iria atingir elas.³⁵⁸

Frente à situação enfrentada pelas famílias, a relação entre o COMUPRA e o poder público foi fundamental para incluir aqueles que viviam nas áreas de risco nos processos de tomada de consciência ao compreender que aquilo as envolvia diretamente:

[O processo] já fugiu de: 'Ah, a turma do COMUPRA está convidando para uma reunião que vai tratar do processo de indenização que vai acontecer com essas famílias que moram na margem do rio'. Aí já tem a prefeitura batendo na porta das pessoas para fazer cadastro, para contar, aí a coisa já começou a tomar corpo e ficar um pouco mais sério. Aí as famílias participavam, começaram a participar de todas as reuniões que tinha pra poder entender o que ia ser esse processo na vida delas. Cada um assimilando de uma forma diferente, cada um com a condição de passar por esse processo de forma diferente, né? Mas a gente sempre ali tentando ajudar, fazendo essa ponte entre os moradores, a vontade dos moradores e a prefeitura.³⁵⁹

³⁵⁷ Como colocado por Castells & Borjas (1996, p. 159): “As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social, e não de controle político ou burocrático.”

³⁵⁸ Fala proferida pelo integrante durante entrevista realizada no dia 20 de julho de 2023, na sede do COMUPRA.

³⁵⁹ Idem.

Figura 38. Reunião com poder público no COMUPRA, 20 jul. 2023.



Fonte: De autoria própria.

Para Velloso, “[...] ainda que a microescala da vida cotidiana predomine principalmente em termos de organizar a resistência e a sobrevivência, um viés de transescalaridade precisa se estabelecer no momento em que se torna necessário negociar demandas e reivindicações com governos e Estado”.³⁶⁰ Este seria um dos aspectos decisivos para Zibechi na configuração dos “territórios em resistência”. Tomando como base a ideia de poder expressa por Foucault, os movimentos sociais, quanto mais se utilizam de seus conhecimentos locais - ou seja, sobre o espaço, as necessidades e a linguística humana - em combinação com o conhecimento técnico produzido pelo Estado e pelas universidades (a partir de análises críticas), mais estratégicos eles podem ser na forma de pensar e agir.³⁶¹ Segundo o autor, até mesmo os grupos mais oprimidos na sociedade contemporânea podem exercer certo tipo de poder, tendo como base seus conhecimentos, “[...] o que mais importa é que o conhecimento técnico se coloque à serviço do que de fato está ali.”³⁶²

Entende-se que as possibilidades transformadoras podem se suceder dentro do planejamento a partir da crítica³⁶³, tendo como exemplo a participação do COMUPRA e do Movimento em práticas sociais que se sustentam fora do Estado, porém em diálogo com este: “Se planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for.”³⁶⁴

6.2. Introdução às hortas urbanas

Na América Latina, a agricultura é um dos modos de subsistência do cultivo familiar da terra desde os primórdios da história. Tal forma de produtividade se expandiu para a economia monetária e para o mercado, apesar dos processos de

³⁶⁰ VELLOSO, *Narrar por constelações: Pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, [2020] 2022, p. 54.

³⁶¹ FOUCAULT apud SOUZA, *A Prisão e a Agora. Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*, [1975] 2006.

³⁶² KAPP, *O paradoxo da participação*, [2013] 2016, p. 379.

³⁶³ YIFTACHEL, *O lado sombrio do planejamento*, 2021. Nas palavras de Paulo Freire: “[...] Fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à *participação* por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao fazer educativo.” (FREIRE, 2020, p. 77).

³⁶⁴ MATUS, *Estratégias políticas*, 1996, p. 14.

urbanização terem levado ao sucateamento de tais práticas devido à modernização e ao desenvolvimentismo. Contudo, existem grupos que resgatam e reinventam os modos de produção agrícola nas grandes cidades, de modo a se apropriarem dos espaços urbanos subvertendo a lógica do capital e do consumo. A criatividade investida nas hortas urbanas em grandes metrópoles da América Latina se concretizam por meio de iniciativas protagonizadas principalmente por comunidades periféricas, povos originários e quilombolas, que há anos cultivam uma relação harmônica entre as multiespécies.

As hortas urbanas abriram o caminho para o processo de “rurbanização” que é indispensável se quisermos recuperar o controle sobre a produção de alimentos, regenerar o meio ambiente e prover a subsistência. As hortas são muito mais do que uma fonte de segurança alimentar. São centros de sociabilidade, produção de conhecimento e intercâmbio cultural e intergeracional.³⁶⁵

Possuem como principal pressuposto o investimento na economia de base solidária, comunitária e local, ou seja, não estão focadas no jogo do sistema neoliberal, mas na auto-produção para o consumo em uma escala reduzida, de modo a aproximar aquele que consome do produto cultivado.³⁶⁶ Diferente das relações de produção do sistema capitalista, baseadas no lucro e na mais valia, as hortas são uma alternativa para o consumo consciente, visando à produção de *bens comuns* por meio da ocupação de espaços públicos e da aproximação entre aquele que consome do que é consumido.

“O distanciamento da produção, da reprodução e do consumo nos leva a ignorar as condições sob as quais o que comemos, vestimos ou trabalhamos têm sido produzidos, seu custo social e ambiental e o destino da população na qual o lixo que produzimos é descarregado”.³⁶⁷

³⁶⁵ FEDERICI, *O feminismo e a política dos comuns*, 2019, p. 398. Zibechi (2015, p. 108), em seus escritos sobre os territórios em resistência, também faz referência aos processos de *rurbanização*: “[...] os povos organizados em movimentos vêm criando seus próprios territórios em todo o continente. Primeiro foram territórios rurais; em seguida, urbanos também. Agora presenciamos territórios *rururbanos*, onde se verifica uma grande intensidade dos fluxos entre cidade e campo.” .

³⁶⁶ Sobre as “ilhas não-capitalistas” de Raúl Zibechi (2015, p. 164-165): “Na produção, busca-se o autoabastecimento e a diversificação para depender menos do mercado; busca-se produzir sem agrotóxicos ou produtos contaminantes; procuram comercializar fora das garras do mercado monopolizado; tentam fazer com que todos os produtores dominem o conjunto dos saberes da produção; a divisão técnica do trabalho não gera hierarquias sociais, de gênero ou etárias e se trabalha para desfazer a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e entre aqueles que dão ordens e os que as obedecem. Na saúde, busca-se alternativas à medicalização da saúde através da recuperação de saberes perdidos pelo domínio dos monopólios farmacêuticos, recorre-se a plantas medicinais e plantas alternativas.”

³⁶⁷ MIES apud FEDERICI, op. cit., p. 404.

Figura 39. Sr. Antônio plantando mudas na horta do espaço vitrine, s/ data.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Figura 40. Sr. Antônio colhendo cenouras, s/ data.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Ao construir o conceito de *territórios em resistência*, Zibechi apresenta experiências latino-americanas de hortas comunitárias, dentre elas a “Amanhecer”, no bairro popular de Sayago (Uruguai), em que uma das colaboradoras relata a possibilidade de produzir “de forma autônoma, ao estabelecer redes de vida paralelas às do mercado”:

No começo nós tínhamos uma ficha onde cada um anotava as horas trabalhadas. Ao chegar à colheita, recebia segundo o que se trabalhou. Para a nossa surpresa, em uma reunião foi proposto não mais anotar as horas. Isto nos deixou muito contentes, pois o grupo começava a ter uma consciência comunitária. Assim fazemos até hoje. Ao terminar as horas de trabalho, cada integrante retira o necessário para alimentar a sua família.³⁶⁸

Como uma iniciativa espontânea e autogestionada, as hortas urbanas são, em sua maioria, conduzidas por mulheres. No contexto brasileiro, especialmente na capital mineira, as lideranças comunitárias de ocupações, favelas e movimentos sociais são, também, mulheres - em grande parte delas. A reconstrução dos bens comuns é uma pauta fundamental da luta feminista e encontra terreno fértil no contexto das hortas urbanas: *As mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo*.³⁶⁹ A partir da ideia de *comunidade*, os espaços comuns podem ser consolidados quando princípios de cooperação e responsabilidade são estabelecidos, seja na relação de um para com o outro, seja com a terra, com os córregos, rios ou ribeirões. A criação de projetos coletivos por parte de comunidades subalternizadas podem ser vistos como práticas de resistência e resiliência urbana: Práticas espaciais consolidadas em territórios de resistência se aproximam do senso coletivo sobre o humano e a terra. É preciso acreditar que formas alternativas de organização política, por mais que ainda se configurem como tentativas, possam representar uma parte essencial para a transformação da vida cotidiana contra os processos de privatização e exploração dos bens naturais.

As experiências de um movimento pautado na participação comunitária revolucionam a luta periférica por meio da construção coletiva de planos, a partir da articulação das redes envolvidas, sobretudo com as esferas dos órgãos públicos municipais. Contudo, a *práxis* cotidiana do COMUPRA e do Movimento se baseia principalmente nas ações protagonizadas pelos próprios moradores da região, que

³⁶⁸ OHOLEGUY apud ZIBECHI, op. cit., p. 82.

³⁶⁹ FEDERICI, op. cit., p. 401.

Figura 41. Dona Helena cozinhando mingau de milho no COMUPRA após colheita, fev. 2021.



Fonte: De autoria própria.

apresentam planos e projetos de melhoria tanto para sede do Conselho Comunitário quanto para região do Baixo Onça, a partir dos conhecimentos advindos do saber popular. Dentre elas, discutiremos sobre a formação de uma CSA na sede do COMUPRA, atividade iniciada em dezembro de 2020 pelos moradores do Baixo Onça, integrantes e colaboradores do COMUPRA, que reflete as possibilidades da emancipação periférica por meio do incentivo ao consumo consciente de produtos agroecológicos colhidos, plantados e comercializados pela própria comunidade.

6.2.1. Projeto CSA Bai Onça: alternativas possíveis

O termo CSA se origina na expressão em inglês *Community Supported Agriculture*, traduzido como “Comunidades que Sustentam a Agricultura”.³⁷⁰ Em seu plano original, uma CSA é um modelo de trabalho conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e co-produtores: um grupo fixo de associados que se comprometem por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida, os co-produtores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma, o produtor, sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção e os associados recebem produtos de qualidade, tendo conhecimento sobre quem os produz e onde são produzidos. Nessa perspectiva, não há uma relação de “vendedor” e “consumidor”, como previsto na maioria das relações de consumo na produção capitalista. Uma CSA se sustenta a partir de uma relação de parceria entre quem recebe o produto e quem o produz, de modo a atuarem como produtores e co-produtores, ambos representando partes essenciais do processo.

A mercadoria [...] portadora do valor de uso e do valor de troca, tem sido - ou melhor, está sendo - desconstruída a favor do valor de uso, isto é, de produtos que não são mercadorias. [...] O que significa produzir? Neste caso, trata-se de produzir relações sociais não capitalistas, ou seja, não capitalismo.³⁷¹

³⁷⁰ A sigla do projeto foi alterada de CSA como “Comunidades que Sustentam a Agricultura” para “Comunidade Solidária em Agroecologia” por sugestão do integrante Itamar, no intuito de alinhar as perspectivas do projeto com os conceitos de solidariedade, comunidade e construção coletiva por meio da agroecologia urbana.

³⁷¹ ZIBECHI, op. cit., p. 86.

Figura 42. Entrada da horta do espaço vitrine,
jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

O projeto CSA Bai Onça³⁷² foi inicialmente proposto por moradores do Baixo Onça e colaboradores do COMUPRA no ano de 2020, período em que nos encontrávamos há alguns meses na pandemia do coronavírus. Devido ao isolamento social e ao fechamento de comércios, empresas e instituições como escolas, serviços de assistência e demais equipamentos públicos e privados, populações que já se encontravam em situação de vulnerabilidade estavam muito mais expostas a todas as consequências geradas pela pandemia. O cenário pandêmico evidenciou as desigualdades sociais presentes no país, que afetam majoritariamente os grupos sociais que ocupam territórios marginalizados. Diante tal contexto, emergiu a necessidade de criar soluções alternativas por parte das populações mais prejudicadas para enfrentamento de tais adversidades.

Em outubro de 2020, o COMUPRA elaborou o projeto “Cidades Saudáveis: Agroecologia e Segurança Alimentar” para o edital de iniciativas da Rede ELOS chamado “Fundo ELAS”, no intuito de apresentar a ideia de uma CSA para a sede do conselho e arrecadar fundos para execução do mesmo. O projeto consistia na criação, apoio e incentivo de hortas comunitárias para consumo e comercialização dos próprios moradores dos bairros localizados no Baixo Onça e, também, como fonte de produção de alimentos para doação às entidades assistenciais, que realizaram a distribuição para famílias mais afetadas pelo contexto da pandemia. Contudo, o projeto não foi selecionado.

Na expectativa de dar início ao CSA Bai Onça, independente da participação do poder público ou de qualquer órgão ou instituição financiadora, o COMUPRA optou por autogestionar³⁷³ o projeto, por meio da contribuição voluntária de moradores/as, colaboradores, estudantes e simpatizantes da luta. Sob esta lógica, há um fluxo do aprendizado social³⁷⁴, ou seja, uma apresentação de soluções que

³⁷² A terminologia “Bai Onça” foi criada por um grupo de estudantes de comunicação do Centro Universitário UNA-BH, no intuito de desenvolver uma marca para todos os produtos produzidos pelo COMUPRA. Neste sentido, o CSA adota também o nome “Bai Onça”, de modo a utilizar a identidade visual para identificação do projeto com o conselho comunitário e suas demais produções.

³⁷³ É possível afirmar que o processo, neste momento, estimulou uma *autogestão da pedagogia*, ou seja, “ter a experiência da autogestão como referência de processos pedagógicos e formativos sobre a economia solidária que possuem a educação popular como base.” (MENDONÇA e ADAMS apud NASCIMENTO, [2013] 2020, p. 352).

³⁷⁴ COSTA, *Regulação ambiental no espaço urbano*, 2015. Paulo Freire e Ivan Illich (1975, p. 84), em um diálogo sobre a educação e experiências de autogestão, discutem sobre “[...] comunidades [que] começaram a construir por conta própria um sistema de aprendizagem, de intercâmbio de conhecimento ou de intercâmbio de novas concepções de trabalho” (NASCIMENTO, 2020, p. 354), experiências estas que podem ser também percebidas na construção do CSA Bai Onça.

advêm de saberes diferentes e que possibilita a concretização de espaços e ações independentes da formação técnica e do auxílio de órgãos públicos.

Iniciamos, em dezembro de 2020, as primeiras reuniões entre voluntários para planejar e organizar a implementação do projeto. Optou-se por estabelecer um período de teste, em que teríamos poucos associados e que estes seriam moradores do bairro. Optamos também por realizar as entregas dos produtos agroecológicos em “cestas sustentáveis”³⁷⁵ com regularidade semanal. Por meio da divulgação “boca-a-boca”, naquele mesmo mês alguns moradores já demonstraram interesse em se associar e serem co-produtores do CSA Bai Onça, tornando possível a entrega inicial para 2 associados. Atualmente, contamos com 11 associados. No total, já tivemos 23 associados em diferentes momentos entre dezembro de 2020 e agosto de 2023.

Diferente dos demais projetos de CSA, o CSA Bai Onça possui:

1. Agricultor único e próprio, morador do Baixo Onça: responsável pelo plantio, manutenção da horta e colheita;
2. Horta no local de montagem das cestas: em sua concepção tradicional, uma CSA possui um grupo gestor que entra em contato com produtores e media a entrega para os co-produtores. Neste caso, a horta que sustenta o CSA Bai Onça está localizada na sede do COMUPRA e é a única fornecedora dos alimentos;
3. Montagem das cestas e entrega realizada pelos próprios colaboradores e voluntários.

Além disso, é possível que o associado opte por dois tipos de cesta, a depender de sua preferência e da quantidade de pessoas com quem dividirá os produtos. As *cestas família* são entregues com aproximadamente 8 itens, sendo estes folhas³⁷⁶, raízes³⁷⁷, legumes³⁷⁸, frutas³⁷⁹, temperos³⁸⁰ e PANCs (Plantas alimentícias não convencionais)³⁸¹. As *cestas individuais* são menores e costumam ter em torno de 6

³⁷⁵ Os balaios de bambu foram comercializados pelo morador do Baixo Onça “João do balaio”, em conformidade com os ideários sustentáveis e comunitários do projeto.

³⁷⁶ Alface lisa, alface-americana, cebolinha, coentro, couve comum, mostarda, salsinha, almeirão roxo, almeirão, chicória, acelga e/ou rúcula.

³⁷⁷ Cana-de-açúcar, cenoura, mandioca, beterraba, batata doce e/ou milho.

³⁷⁸ Abóbora, abóbora-moranga, alho-poró, chuchu, jiló, quiabo e/ou berinjela.

³⁷⁹ Abacate, acerola, banana caturra, banana prata, cacau, cajá-manga, goiaba branca, goiaba, jabuticaba, limão galego, limão taiti, manga coquinho, manga espada, manga ubá, maracujá azedo, maracujá doce, mexerica, pitanga, pitaya e/ou tomate.

³⁸⁰ Hortelã, hortelã-pimenta, salsinha, cebolinha e manjericão.

³⁸¹ Taioba, ora-pro-nobis, tansagem, beldroega, serralha, dente de leão e capuchinha.

itens. É comum que as colaboradoras responsáveis pela montagem das cestas enviem "brindes", que é como elas costumam chamar os itens que enviam a mais por estarem em época de alta produção ou para "fazer um agrado".³⁸² Além disso, costumamos enviar receitas junto aos produtos, principalmente sobre como utilizar os alimentos menos convencionais. Atualmente, o COMUPRA investiu na criação de peixes, tornando possível que o associado receba junto com a cesta quando de sua escolha. Os peixes são criados em um sistema de piscicultura no espaço do COMUPRA, construído pelo integrante Itamar. O COMUPRA realiza também a criação de galinhas livres no espaço da sede, o que permite que os ovos também sejam uma variedade enviada nas cestas.

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia.³⁸³

A partir deste cenário é possível afirmar que a autogestão está presente em todas as etapas do CSA Bai Onça. Em sua maioria, os participantes envolvidos no projeto são moradores e produtores locais do Baixo Onça, desde o produtor das cestas, o agricultor, os participantes responsáveis pela montagem e entrega das cestas, até os consumidores finais, no caso, os associados. Atualmente, o projeto CSA Bai Onça consiste em uma das ações idealizadas pelo COMUPRA, que representa o saber popular e a educação presentes em práticas de agroecologia urbana, discute o acesso à segurança alimentar para moradoras/es da periferia e a participação popular nos processos de produção alternativos.³⁸⁴

Segundo Zibechi, a formação de espaços não capitalistas é hoje possível pela ação de movimentos sociais que abrangem, em meio às suas formas alternativas de reprodução, a educação como pilar.

³⁸² As colaboradoras Maria José, Dona Helena e Cecília costumam doar produtos naturais e caseiros produzidos pelas mesmas para incrementar e diversificar os produtos entregues nas cestas.

³⁸³ BISPO DOS SANTOS, *Colonização, quilombos: modos e significações*, 2015, p. 85.

³⁸⁴ Foi publicado nos anais do evento XX ENANPUR 2023 (Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo) o artigo "Educação e Participação Popular: experiências do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa", de minha autoria e da urbanista Laura Diniz Rena, em que apresentamos brevemente as ações do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa a partir das concepções de participação popular, desenvolvida por Marcelo Lopes de Souza, e de educação popular, de Paulo Freire.

Figura 43. Cesta CSA Bai Onça, COMUPRA, 2021.



Fonte: De autoria própria.

Figura 44. Itamar e o sistema de piscicultura criado por ele, COMUPRA, 2022.



Fonte: Acervo COMUPRA.

A educação tende a ser autoeducação; o espaço educativo não é somente a sala de aula, mas toda a comunidade; os que ensinam não são apenas os mestres, mas todos os integrantes da comunidade, e as próprias crianças mostram sua capacidade de aprender-ensinar; o movimento todo é um espaço educativo.³⁸⁵

O projeto reflete desdobramentos da *epistemologia* e da *conscientização periférica* ao formular alternativas para uma *economia periférica*, por meio do incentivo e da formação de espaços propícios para o cultivo e consumo consciente de produtos agroecológicos colhidos, plantados e comercializados pela própria comunidade. Enquanto grupo gestor, acreditamos que o CSA Bai Onça tem o potencial de se tornar uma rede de economia solidária do Ribeiro de Abreu e adjacências. Além disso, tem o potencial de incluir a comunidade no processo produtivo de alimentos agroecológicos e na formação de uma consciência cidadã de participação e engajamento nos movimentos e lutas comunitárias e nas alternativas de consumo, em busca de uma alimentação mais saudável e consciente alinhada com princípios de proteção ambiental.

6.2.2. Frentes de atuação no projeto CSA Bai Onça

“Observar participando” e “ser afetado”³⁸⁶ me parecem situações corriqueiras na rotina do trabalho voluntário, principalmente porque o envolvimento acaba se tornando uma parte do processo tão quanto o resultado do trabalho em si. Por isso, faz-se necessário apresentar os colaboradores do projeto CSA Bai Onça, sua realidade, porque se aproximaram do COMUPRA e como hoje fazem parte de uma rede coletiva comprometida com a luta pela requalificação socioeconômica, ambiental, participativa e étnico-racial do Baixo Onça. A implementação do projeto CSA Bai Onça agregou um maior número de colaboradores ao COMUPRA no último ano, chamando a atenção não apenas de moradores da região, mas também de jovens universitários e/ou militantes e simpatizantes da luta dispostos a somar com o Movimento. Com o número de colaboradores agregados, foi possível estabelecer frentes de trabalho que se responsabilizam por partes específicas do processo e, assim, proporcionar uma maior funcionalidade e uso produtivo do tempo de dedicação ao mesmo.

³⁸⁵ ZIBECHI, op. cit., p. 164-165.

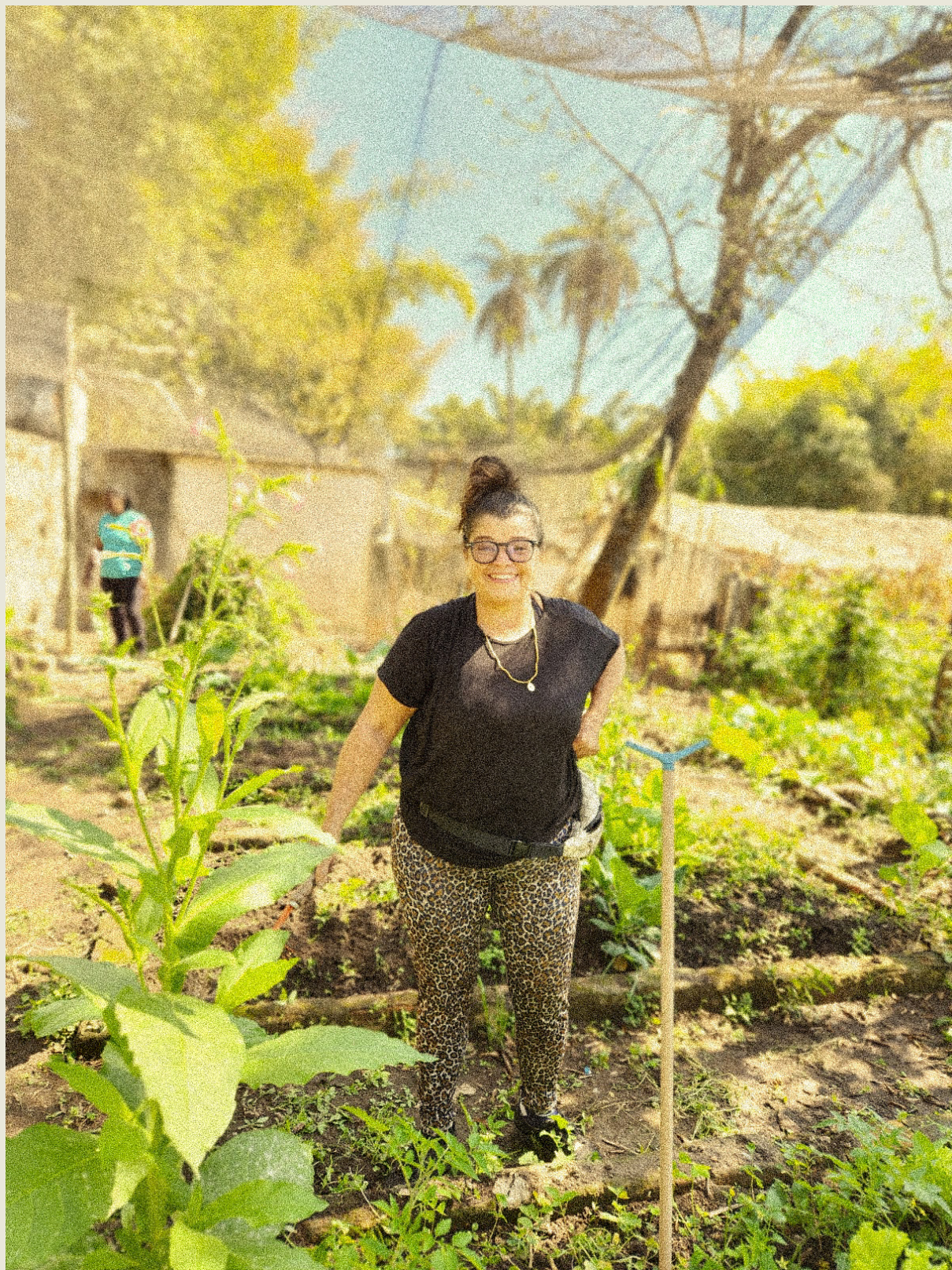
³⁸⁶ FAVRET-SAADA, *Ser afetado*, 2005.

Figura 45. Roneide, COMUPRA, 05 ago. 2023.



Fotografia e edição: André Massahud.

Figura 46. Maria José, COMUPRA, 05 ago. 2023.



Fotografia e edição: André Massahud.

Figura 47. Cecília, espaço vitrine, 2023.



Fonte: Acervo COMUPRA.

Figura 48. Dona Helena, COMUPRA, 05 ago. 2023.



Fotografia e edição: André Massahud.

Figura 49. Itamar, espaço vitrine, jun. 2022.



Fotografia e edição:
André Massahud.

6.2.2.1. Colaboradores do projeto

Atualmente o COMUPRA conta com aproximadamente 14 voluntários atuantes no projeto CSA Bai Onça, 2 agricultores e 1 auxiliar.³⁸⁷ O número de voluntários costuma variar, pois alguns colaboradores do COMUPRA auxiliam em atividades pontuais do projeto CSA Bai Onça quando possível, mas não participam especificamente das frentes de trabalho. Os colaboradores (fixos) do projeto CSA Bai Onça são, em sua maioria, moradores do Ribeiro de Abreu. Os demais participantes que não residem na região do Baixo Onça, mas colaboram com o projeto, atuam como "grupos de apoio cotidiano". Nas palavras de Marcelo Lopes de Souza, esses grupos são formados por pessoas que, mesmo tendo uma formação universitária e dispor de conhecimentos variados de tipo científico acadêmico-erudito, podem ser muito úteis para incrementar a força e a eficácia do movimento social, que não se fazem presentes por conta de um acervo de conhecimento nem se encontram em primeiro lugar por causa disso. Estes participam, em geral, intensamente, de inúmeras atividades que fazem parte do cotidiano dos sujeitos e espaços do movimento.³⁸⁸ As frentes de trabalho foram especificadas durante uma reunião realizada entre os colaboradores do projeto CSA Bai Onça no início de 2022, visto que havia uma necessidade de organizar melhor as ações do projeto e otimizar o tempo de dedicação dos colaboradores.³⁸⁹

6.2.2.2. Organização da equipe

As frentes de trabalho estabelecidas foram:

1. Manutenção e produção;
2. Montagem das cestas;

³⁸⁷ O colaborador Roberto auxilia os agricultores na manutenção dos espaços do COMUPRA e da horta comunitária. Sua contratação temporária foi realizada pela empresa Florescer, que realiza o plantio das árvores no Espaço Vitrine por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte (SMMA). Esta articulação foi firmada pelo integrante Itamar.

³⁸⁸ SOUZA, *Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: seu papel, seus desafios*, 2015.

³⁸⁹ É possível perceber uma situação comum na execução de projetos sociais, que é a de alguns voluntários se sobrecarregarem mais que outros. Esta realidade pode ser consequência de uma má gestão do trabalho coletivo ou mesmo de uma realidade interna dos movimentos sociais, de possuírem muitas demandas para lidar e acabarem por não se organizarem da melhor forma possível. Por isso, o diálogo constante se faz tão necessário.

3. Logística de entrega;
4. Organização financeira;
5. Comunicação.

A equipe 1 é responsável pela atuação direta na horta, em que costumam realizar visitas diárias/semanais ao COMUPRA para plantio de mudas, regar as plantas, testar outras formas de plantio, realizar o pedido de mudas, dentre outras atividades. Os agricultores Fabiano e Júnior são as referências dessa equipe, composta pelos colaboradores José, Victor, Raquel, Itamar, Heitor, Roberto e Cecília. Contudo, alguns dos colaboradores acima precisaram se afastar das atividades nos últimos meses. O grupo é atualmente composto por Cecília, Fabiano, Helena, Itamar, Júnior, Maria José, Roberto, Roneide e Rosângela.

No ano de 2022, a parceria com o Grupo AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pelas professoras Heloisa Soares de Moura Costa e Daniela Adil Oliveira de Almeida, fortalecida na figura do bolsista de extensão Victor Gabriel Alencar, possibilitou o desenvolvimento e aplicação de diversas tecnologias nas hortas do COMUPRA, o que contribuiu para melhorias na produção. Além disso, a parceria com a REDE, coordenada por Anadélia Ioná Oliveira de Souza, Lorena Anahi Fernandes da Paixão e Marcos Luiz de Cunha Jota, foi fortalecida pela moradora do Ribeiro de Abreu, integrante do COMUPRA, do Movimento e do Projeto CSA Bai Onça, Dona Helena. No ano de 2022 e 2023, Helena participou de inúmeros projetos e oficinas promovidos pela REDE, como o Ciclo de Oficinas “Memória Alimentar”, referentes ao projeto “Água, Agroecologia e Comida”, celebrado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Ciclo de Oficinas de Agroecologia e Construção Social de Mercados, realizado pela REDE e pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN), que acontece no âmbito do Projeto “Formação em Agricultura Urbana, Agroecologia e Construção Social de Mercados”, celebrado com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte (SMASAC). Sua participação possibilitou o intercâmbio de saberes entre a Dona Helena, cuidadora das hortas, cozinheira e agroecologista urbana (como ela mesma

se identifica) e outras diversas mulheres promotoras da agricultura e agroecologia urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte.³⁹⁰

A equipe 2 é encarregada da montagem das cestas. Estas estão presentes todas as segundas de manhã no COMUPRA para colher os produtos, lavá-los e organizar as cestas a serem entregues, consultando os itens enviados anteriormente para não repeti-los toda semana. Essa equipe é formada pela Cecília, Helena, Maria José, Roneide e Rosângela. A equipe 3 é formada pelas pessoas que realizam as entregas nas casas dos associados. Geralmente são responsáveis por controlar as trocas de cestas (quando uma é entregue, a cesta da semana anterior deve ser devolvida para que possa ser usada na próxima semana, e assim por diante) e por estabelecer uma relação mais próxima com os associados, já que se encontram presencialmente com os mesmos toda semana. Essa equipe é composta pelo André, Luiza, Roneide, Thaís, Thales e por mim.³⁹¹ A equipe 4 realiza o controle dos recursos financeiros do CSA, ao receber o pagamento dos associados, realizar o repasse para os agricultores, destinar os recursos necessários para demais gastos (compra de milho, ração para os peixes, mudas, gasolina para roçadeira, etc.) e apresentar o fechamento mensal para o grupo de organizadores. Esta equipe é composta pelo Itamar, Roneide, Thaís e por mim. Por fim, a equipe de comunicação é formada pela Luiza, Thaís e por mim e é responsável por manter conversas no grupo com os associados, por produzir panfletos e artes de divulgação do projeto, de mutirões de plantio e de receitas. É importante ressaltar que sempre que necessário, essas equipes passam por adaptações.

6.2.2.3. "Grupo de apoio cotidiano"

Ao longo dos anos, o COMUPRA agregou voluntários e colaboradores de diversos bairros da região do Baixo Onça, mas também moradores/as de outras partes da cidade. Estes voluntários se aproximaram por inúmeras causas que se convergem em um ponto comum: conhecer e colaborar com um movimento socioambiental. Os "grupos de apoio cotidiano" são engajados em atividades variadas: participam de reuniões e encontros do movimento; auxiliam na elaboração

³⁹⁰ Dentre estas, destaco a figura de Ione Maria de Oliveira, moradora do Quilombo Mangueiras e presidente da Associação Quilombola de Mangueiras.

³⁹¹ Exceto Roneide, estes integrantes fazem parte do "grupo de apoio cotidiano", que será apresentado na próxima seção.

de documentos; na constituição e ampliação de redes de solidariedade; na preparação de materiais de divulgação; na formação de ativistas e na preparação de atividades e eventos culturais e educativos. É um grupo presente e ao mesmo tempo "não-invasivo".

O grupo de apoio cotidiano ao qual faço referência é composto por aproximadamente 7 pessoas que se integraram ao COMUPRA e ao Movimento por diversos motivos: alguns para conhecer e participar do projeto CSA Bai Onça em específico; outros para atuar nas diversas frentes do COMUPRA e do Movimento; outros devido a projetos de pesquisa. Os integrantes desses grupos variam em nível de contribuição, pois podem atuar em ações semelhantes ou específicas e por períodos de tempo distintos. É notório que os integrantes desses grupos possuem faixa etária semelhante (entre 25 e 35 anos), que diverge da faixa etária da maioria dos integrantes residentes no Baixo Onça. Uma razão debatida entre os integrantes para essa causa é o fato de a pauta principal da luta ser baseada na revitalização e requalificação do Ribeirão Onça. Grande parte dos integrantes são pessoas que em sua infância puderam nadar e pescar no ribeirão sendo, portanto, um espaço de memória e identidade afetiva para os mais velhos. Seja qual for o motivo, os integrantes do Movimento acessam os grupos de apoio de diversas formas. Estes atuam coletivamente com base no diálogo de saberes e nas trocas entre o conhecimento prático e teórico, sendo notável a priorização do saber popular.

6.2.2.4. Associados CSA Bai Onça

Desde o início do projeto já contamos com os seguintes associados: Adriana, Ana Maria, Bárbara, Batista, Cândida, Christiane, Diego, Dimas, Dona Conceição, Edson, Emerson, Fábio, Gabriel, Harley, Helvécio, Juliana, Laura, Marcos, Maria Luisa, Sara, Seu Edu e Dona Zélia, Solange, Sônia e Sônia França. A participação e colaboração dos associados do projeto CSA Bai Onça varia muito de uma pessoa para outra por diversos motivos. Alguns associados se interessam por conhecer e participar das etapas, auxiliando na horta ou buscando a cesta no local, no intuito de criar uma relação mais próxima com o COMUPRA. Outros preferem apenas receber a cesta e não participar tanto do processo. Devido ao cenário pandêmico no período inicial do projeto, muitos associados acompanharam as etapas de produção e

colheita apenas via grupo de *whatsapp*, exceto quando havia mutirões³⁹² organizados de plantio e colheita na horta da sede do COMUPRA. Em outro cenário, seria esperado que os associados estivessem mais envolvidos nas etapas do projeto desde o início, visando à superação do padrão de consumo e venda em que o consumidor não se relaciona com os processos de produção.

*Eu acho o projeto do CSA muito bonito, e a minha grande vontade é que ele realmente fosse um projeto que atingisse a comunidade, mas não só ofertando produtos agroecológicos, produtos naturais, produtos que vem agregar a saúde das pessoas, mas de uma participação mesmo da comunidade, no sentido do plantio, da execução mesmo.*³⁹³

Procuramos cada vez mais articular com os associados, de modo a manter conversas semanais com os mesmos para fortalecer os vínculos, compartilhar e trocar receitas, convidar para mutirões de plantio nas hortas ou apenas procurar saber sobre suas percepções e ideias para o projeto. Cada associado é fundamental para o fortalecimento do desenvolvimento agroecológico sustentável na periferia e para a difusão de produtos orgânicos para a população periférica, sendo o processo realizado de uma forma sensível e afetiva tendo em vista os princípios da *partilha*.

*Eu só tenho a agradecer pelo carinho e o cuidado no cultivo, na colheita dos itens da cesta! É visível o carinho, a gentileza na organização dos itens na cesta! Vocês estão de parabéns e eu me sinto muito orgulhosa de fazer parte desse processo!*³⁹⁴

*O projeto é muito bom. A cesta família poderia ser calculada para uma família de 5 pessoas. Sugiro acrescentar mais frutas na cesta, conforme disponibilidade.*³⁹⁵

*Acho um luxo participar desse evento! Me sinto privilegiada! Me emociono todas as vezes que recebo minha cesta! Consigo sentir todo o carinho, cuidado e gentileza presente nos detalhes! Gratidão infinita.*³⁹⁶

³⁹² Os mutirões foram realizados em momentos de maior abertura da circulação de pessoas, de acordo com as normas estabelecidas pela Prefeitura de Belo Horizonte e seguindo todos os protocolos de segurança contra Covid-19. No ano de 2023, começamos a realizar mutirões todo primeiro sábado do mês, no intuito de aumentar a produção.

³⁹³ Fala proferida pela integrante Roneide Dutra durante entrevista realizada no dia 29 de março de 2023, na sede do COMUPRA.

³⁹⁴ Avaliação enviada pela associada Solange no *formulário de avaliação CSA Bai Onça* [virtual], 19 jul. 2023.

³⁹⁵ Avaliação enviada pelo associado Harley no *formulário de avaliação CSA Bai Onça* [virtual], 18 jul. 2023.

³⁹⁶ Avaliação realizada no *formulário de avaliação CSA Bai Onça* [virtual], 14 fev. 2023. O associado não se identificou.

6.2.3. Desafios e potencialidades do projeto CSA Bai Onça

A forma como o CSA Bai Onça funciona hoje condiz com um cenário de experimentação, em que testamos as possibilidades do que é possível e o que não é possível, de acordo com as limitações do projeto e de seus integrantes. Contudo, cabe discutir neste contexto os questionamentos propostos por Zibechi: “Quais dificuldades e constrangimentos enfrentam? Como tornar sustentáveis estes processos que partem da autonomia, mas que também devem ir para além disso?”³⁹⁷

Após 2 ano e 8 meses³⁹⁸ de implementação do projeto, é possível vislumbrar inúmeras conquistas do CSA Bai Onça e, por outro lado, diversos aspectos que ainda precisam ser trabalhados. Apresento em seguida algumas considerações sobre o CSA a partir das minhas percepções, vivências e contribuições, enquanto colaboradora voluntária do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e como uma das co-gestoras do projeto CSA Bai Onça.

6.2.3.1. Agregando mais associados

Quanto ao número de associados, houve um baixo crescimento. Por ser um projeto que visa ao consumo consciente de alimentos agroecológicos sem o uso de agrotóxicos, a variedade de produtos das cestas, bem como a quantidade depende excepcionalmente da sazonalidade. Sendo a produção farta em alguns meses e, em outros, baixa, o número de associados deve sempre estar alinhado com a possibilidade da produção. Além disso, como todas as etapas do projeto são realizadas por voluntários/as, os integrantes do projeto possuem outras atividades as quais também precisam se dedicar e, por esse motivo, estabelecem um período de dedicação limitado ao projeto, que exige não apenas a presença na horta, na montagem e entrega das cestas, mas também em reuniões de organização e planejamento do projeto, controle financeiro e administrativo, dentre outras demandas.

³⁹⁷ ZIBECHI, op. cit., p. 84.

³⁹⁸ Referente ao mês de agosto de 2023.

6.2.3.2. Formando o preço das cestas

Quanto à formação do preço das cestas, foi estabelecido um preço inicial de 50 reais mensais para cestas individuais, compostas por 5 itens, e 80 reais mensais para cestas família, compostas por 8 itens. Além disso, era cobrado um valor de 15 reais extra no primeiro mês de associação para pagar a cesta (objeto). Após 1 ano de projeto, foi necessário reavaliar o valor das cestas porque o preço anterior foi estabelecido sem o planejamento financeiro adequado. O COMUPRA, por atuar como uma instituição comunitária sem fins lucrativos, não possui fontes de renda, além de doações e das arrecadações do CSA Bai Onça. A arrecadação é direcionada para o pagamento do agricultor e, por isso, não conta com valores excedentes. Além disso, o valor das cestas não era suficiente para cobrir o pagamento total do agricultor, única pessoa do processo que recebe um salário mensal (como uma possibilidade do projeto de empregar um morador do bairro). O valor também não cobria as entregas, sendo estas realizadas pelas próprias contribuidoras do COMUPRA. Todos os integrantes - exceto os agricultores - participam do projeto de modo voluntário, visando à não-capitalização ou financeirização do projeto social autogestionado, solidário e comunitário. Contudo, o projeto não se configurava como autossustentável, já que o valor das cestas não cobria o pagamento do agricultor.

Para reavaliar o preço da cesta, consultamos uma representante do CSA Fundação AJURI chamada Fernanda³⁹⁹, que se voluntariou para elaborar uma tabela de preços para os produtos do COMUPRA com base em um estudo comparativo entre os preços dos sacolões da região. Com a criação da tabela⁴⁰⁰, foi possível precificar a cesta com valores mais plausíveis e fundamentados. É importante ressaltar que o preço das cestas não visa ao lucro e sim ao pagamento do agricultor, bem como à valorização da entrega de produtos agroecológicos aos moradores de uma região periférica, que são, em sua maioria, limitados a acessar espaços e serviços que visam à saúde e ao bem estar. O valor das cestas passou, então, para 80 reais mensais para 6 itens e 110 reais mensais para 8 itens, além do valor de 30 reais de inscrição no primeiro mês de associação para pagar duas cestas (objeto).

³⁹⁹ Peço licença para fazer um agradecimento especial à Fernanda pela sua disponibilidade e contribuição ao projeto.

⁴⁰⁰ Cf. apêndice B.

Apesar de possibilitar uma arrecadação maior para o projeto, este ainda não se configura como autossustentável. As entregas continuam a ser feitas voluntariamente pelas contribuidoras e o valor não cobre o salário total dos agricultores.⁴⁰¹ A necessidade de agregar novos agricultores ao processo fez com que o valor direcionado aos pagamentos aumentasse. Para contribuir na arrecadação, são realizadas vendas de cestas comemorativas ao longo do ano (Cesta Dia das Mães, Cesta Dia dos Pais, Cesta Junina); rifas comunitárias; venda de camisetas do Movimento; vendas de quitutes, produzidos pela colaboradora Dona Helena; venda de produtos medicinais naturais⁴⁰², produzidos pela colaboradora Maria José; e venda de ecobolsas, produzidas pela colaboradora Elenilza.

A formação do preço das cestas é um dos maiores desafios do projeto, pois há uma preocupação em manter uma ideologia e atingir o público periférico. Contudo, o projeto passa por dificuldades para se sustentar e pagar os agricultores, que são fundamentais para consolidação de todas as etapas, assim como para manutenção da sede do COMUPRA. Uma alternativa experimentada recentemente é a expansão do projeto para outras regiões da cidade que possuem moradores com maior poder aquisitivo - dispostos a pagar preços mais elevados pelas cestas - associados estes que se interessam em contribuir para sua consolidação em prol do alcance e do envolvimento de sujeitas e sujeitos periféricos e, em contrapartida, recebem produtos agroecológicos nas suas casas. No início de 2023, avaliamos, portanto, a possibilidade de realização dos serviços de entrega para outras áreas da cidade por parte de um morador do Ribeiro de Abreu, que também receberia pelos serviços. A ideia é que o projeto se sustente por meio de uma relação mais justa de cobrança sobre os serviços a partir da realidade financeira dos associados de diferentes regiões, que se dispõem a contribuir com a construção deste projeto social.

É importante colocar que os outros projetos de CSA existentes em Belo Horizonte - CSA Nossa Horta, CSA Fundação AJURI, CSA MINAS Agroecologia,

⁴⁰¹ No momento são duas pessoas, Fabiano e Júnior, moradores do Ribeiro de Abreu e filhos do agricultor anterior, Seu Zé.

⁴⁰² Plantas medicinais ou “remédios do mato”, como são conhecidas no vocabulário popular, são aquelas que contêm um ou mais princípios ativos que lhes conferem propriedades terapêuticas. São utilizadas na medicina popular por aqueles que detêm o conhecimento tradicional das plantas, prática desenvolvida já há milhares de anos no saber tradicional. Grande parte da população brasileira encontra nos produtos de origem natural seus recursos terapêuticos, sendo que a diversidade de espécies botânicas da vegetação local permitiram a criação de inúmeras receitas para tratamento, cura e prevenção de doenças. (Grupo AUÉ! UFMG, 2016).

dentre outros - possuem como principais consumidores moradores da zona centro-sul de Belo Horizonte e, por este e por diversos outros motivos, apresentam preços mais elevados sobre seus produtos.⁴⁰³ Contudo, o CSA Bai Onça tem a intenção de que a maioria dos associados sejam moradores do Baixo Onça, no intuito de aumentar o acesso deste público ao consumo consciente; a outras formas de se relacionar com a alimentação e com o meio ambiente.

Desde o segundo semestre de 2022, realizamos orçamentos com diversas pessoas que trabalham com sistemas de entrega e carretos. Porém, devido a falta de poder aquisitivo constante do projeto, não foi possível contratar este serviço. Portanto, expandimos a entrega apenas para 2 bairros⁴⁰⁴ inicialmente, aos quais as colaboradoras se alternam para fazer as entregas. Realizamos, portanto, reuniões entre os colaboradores do COMUPRA e integrantes do projeto para estudarmos possibilidades de reformulações financeiras do CSA Bai Onça. Iniciamos a cobrança de frete no valor de 15 reais para associados do Ribeiro de Abreu e região e 45 reais para associados de outras regiões. Oferecemos a possibilidade para os associados do bairro de retirada das cestas no COMUPRA, de forma também a estimulá-los a frequentar o espaço da sede e auxiliar no processo de cultivo e montagem das cestas.⁴⁰⁵ A cobrança do frete e a retirada no local foram bem aceitas pelos associados, de modo que cada um deles fez sua opção, de acordo com o que lhes seria mais favorável.

Após dois anos, encaramos a árdua tarefa de atualizar o preço das cestas. Com base no estudo de precificação elaborado pela Fernanda, aplicamos novos valores para comercialização dos produtos agroecológicos, agora mais adequados e factíveis com a realidade. Além disso, a partir do estudo de classificação dos bairros de Belo Horizonte da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) da Faculdade de Ciências Econômicas

⁴⁰³ Neste momento, não pretendo julgar o público ou a maneira como os outros sistemas de CSA existentes funcionam, inclusive estes serviram como uma inspiração fundamental para formulação do nosso projeto. Por trás da ideologia da contra-difusão de princípios capitalistas de consumo e venda de produtos, é importante refletir também sobre os preceitos de competição intrínsecos ao sistema de produção capitalista. Ao contrário, as trocas formais e informais realizadas com gestoras/es de outros CSA em Belo Horizonte foram extremamente importantes para o fortalecimento de um princípio *comum*: a segurança alimentar, os saberes populares e a difusão de alimentos saudáveis.

⁴⁰⁴ Bairro Floresta e Centro.

⁴⁰⁵ A proximidade dos associados ao processo de produção é um dos princípios do CSA Bai Onça e, por isso, o estímulo à retirada se torna também uma estratégia de mobilização.

(FACE-UFMG)⁴⁰⁶, desenvolvemos uma tabela de preços das cestas por região.⁴⁰⁷ Tendo em vista que as famílias dos bairros classificados como “populares” possuem poder aquisitivo mais baixo com relação àquelas que residem nos bairros “médios”, que sucessivamente são menores que os grupos “alto” e “luxo”, as cestas possuem valores de 20 reais de diferença por grupo, ou seja, as cestas individuais e familiares custam, respectivamente, 80 e 110 reais para região 1, R\$100 e R\$130 para região 2, R\$120 e R\$150 para região 3 e R\$140 e R\$170 para região 4. Assim, buscamos alcançar mais pessoas e regiões e manter também aquelas mais próximas, de modo que o projeto se sustente também por meio da contribuição daqueles interessados em somar e viabilizar sua construção social. É importante manter no horizonte a possibilidade do projeto se manter por alternativas que não impossibilitem que os moradores da região participem, e sim que sejam incentivados e possibilitados a participar. A adesão dos associados às mudanças foi em sua maioria bem sucedida. Com relação às pessoas interessada em se associar externas à região 1, foi necessário que as colaboradoras explicassem detalhadamente o porquê dos distintos valores, pois é fundamental para o projeto que aqueles que se associam sejam co-produtores (e não clientes), tendo a consciência de que o projeto tem o intuito claro de atingir as populações periféricas e viabilizar a segurança alimentar de um público específico.⁴⁰⁸

Apesar da atualização dos preços das cestas e das taxas de entrega terem viabilizado novas associações e estabelecido um valor mais justo pela comercialização dos produtos agroecológicos, o projeto ainda não atingiu uma sustentabilidade financeira por completo. No momento⁴⁰⁹, os integrantes do COMUPRA estão se dedicando à regularização do CNPJ da instituição que, ao ser concluída, tornará possível a inscrição em editais que possam gerar a sustentabilidade financeira para o CSA Bai Onça e para o conselho comunitário de um modo geral. Cabe resgatar a importância da colocação de ativistas de esquerda colombianos - o jornalista/antropólogo Víctor Daniel Bonilla, os sociólogos Gonzalo

⁴⁰⁶ Cf. Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (UFMG), Classificação dos bairros de Belo Horizonte, 2000. https://ipead.face.ufmg.br/site/wp-content/uploads/2018/11/Classes_Bairros_BH_com_mapa.pdf.

⁴⁰⁷ Cf. apêndice C.

⁴⁰⁸ A diferenciação do preço das cestas por região é uma forma de promover a sustentabilidade financeira do projeto e garantir valores adequados à realidade socioeconômica e territorial das famílias, tendo como propósito a viabilização da participação dos que possuem menor condição por aqueles que possuem maior poder aquisitivo.

⁴⁰⁹ Análise referente à situação do projeto em agosto de 2023.

Castillo e Orlando Fals Borda e o economista Augusto Libreros - no livro “Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação” que, interessados em promover a pesquisa militante, o ativismo e a “história enterrada de lutas populares”⁴¹⁰ pontuam sobre a relação dos movimentos populares com a busca pelo auxílio financeiro:

A decisão de aceitar ou não a ajuda externa não deverá ser tomada com base em um falso puritanismo financeiro que rejeita todo auxílio econômico proveniente de instituições, pessoas e entidades pela única razão de não estarem abertamente comprometidas com a causa popular. Tal rejeição pode resultar simplesmente em deixar o campo de investigação científica entregue apenas aos inimigos da causa. O investigador militante e as organizações populares interessadas no conhecimento científico farão bem em recordar que mesmo movimentos de caráter indubitavelmente popular e antiimperialista, [...] toda organização popular e toda instituição que leva a cabo a investigação militante deverá impor condições a ajuda externa, com respeito não a sua origem, mas a sua absoluta *incondicionalidade*.⁴¹¹

Para arrecadar recursos para regularização do CNPJ do COMUPRA⁴¹², optamos por realizar uma campanha de financiamento coletivo⁴¹³ entre março e junho de 2023, que rendeu uma arrecadação do valor de 10 mil reais para o COMUPRA, o que tornará possível que o conselho arque com demandas emergenciais. A equipe do COMUPRA realizou, no mês de julho, reuniões para organização dos gastos (produzindo planilhas de controle financeiro e estudos de viabilidade) e notificou que, com a arrecadação realizada, será possível efetuar o pagamento dos agricultores do projeto CSA Bai Onça até janeiro de 2024. Para o próximo ano, o COMUPRA pretende finalizar os processos de regularização no cartório e, então, buscar formas mais efetivas de rentabilidade contínua para o projeto e para as demandas e atividades do conselho como um todo.

⁴¹⁰ LOMELI; RAPPAPORT, *Imaginando ciências sociais latino-americanas do sul global: Orlando Fals Borda e a pesquisa-ação participativa*, 2020, p. 145.

⁴¹¹ BONILLA et al., *Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação*, [1972] 1985, p. 131-157.

⁴¹² Questão que envolve gastos com cartório, impressões, etc.

⁴¹³ A campanha foi realizada pela plataforma evoé (evoe.cc/comupra) e divulgada nas redes sociais do Movimento. Contou com diversas ações de divulgação e mobilização por parte dos integrantes do COMUPRA e parceiros, como o Coletivo É e a empresa Híbrido.CC (Festival Sensacional 2023).

6.3. Economia solidária, Agroecologia e Política Urbana: a experiência do CSA Bai Onça

O CSA se apresenta como uma prática alternativa para o desenvolvimento agroecológico sustentável e o escoamento de produtos orgânicos de uma forma direta ao co-produtor, ao criar uma relação próxima entre quem produz e quem consome os produtos. Para Paul Singer, a economia solidária é aquela que

[...] nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção (basilar ao capitalismo), caracterizando-se pela autogestão e pela solidariedade. Na medida em que o capital não é remunerado, a economia solidária não visa ao lucro, e os eventuais excedentes são repartidos entre os associados-trabalhadores. Tendo como objetivo o atendimento das necessidades sociais, seus empreendimentos tendem a privilegiar práticas ecológicas que não comprometam a saúde dos produtores ou dos consumidores nem os equilíbrios da natureza.⁴¹⁴

“Singer define a ‘Economia Solidária como um ato pedagógico’ (2005, p. 13), ou seja, a pedagogia do trabalho associado, das experimentações autogestionárias. Sendo estes um novo campo da educação popular e, portanto, possibilitando a reinvenção das múltiplas pedagogias de Freire.”⁴¹⁵

É possível alinhar esta discussão à temática da *agroecologia urbana* proposta por Daniela Almeida, que parte da definição dos autores Alain Santandreu e Ivana Lovo, para classificar a agricultura urbana e periurbana (AUP) como aquela que

[...] envolve a produção, a transformação e a prestação de serviços ligados aos produtos agrícolas e pecuários, que são gerados de forma vinculada às dinâmicas urbanas, podendo ter como destino o autoconsumo, a doação, as trocas e o comércio. Conforme os autores, essa produção é baseada nos recursos locais e pautada pelo respeito aos saberes e conhecimentos autóctones, pela promoção da equidade de gênero e pelo uso de tecnologias apropriadas e processos participativos.⁴¹⁶

Resumidamente, denomina-se por agricultura urbana as práticas de cultivo ou criação que ocorrem em áreas urbanas e periurbanas em prol do desenvolvimento local. O projeto de uma CSA como *Comunidade Solidária em Agroecologia* atua em conformação com a proposta de uma economia solidária em torno das potencialidades da agroecologia urbana. Além disso, permite contribuir para diversas discussões e ações do COMUPRA por meio da noção de partilha aplicada no

⁴¹⁴ SINGER apud EUCLYDES, *Trama Verde e Azul e Agroecologia Urbana: Aproximações a partir da experiência de planejamento participativo na RMBH*, [2004] 2018, p. 4.

⁴¹⁵ NASCIMENTO, *Ensaio sobre autogestão e educação popular*, 2020, p. 351.

⁴¹⁶ ALMEIDA apud EUCLYDES, op. cit., p. 6.

contexto das hortas comunitárias. Jacques Rancière, autor do livro “A partilha do sensível: estética e política”,⁴¹⁷ elaborou este conceito para referenciar uma estética que compartilha uma experiência sensível comum. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação com a noção de política apresentada por Walter Benjamin em 1936. A estética da vida cotidiana se faz por meio dos ativismos na cidade (engajamento social), ou seja, a criação política tem suas derivações em uma experiência sensível e comum. Para Velloso, “as relações sociais se realizam, concretamente, na forma das relações espaciais, denotando o que se deve nomear por política do espaço”.⁴¹⁸

Na política, existe uma estética que compartilha uma experiência sensível comum, o que Jacques Rancière chama de ‘partilha do sensível’. Uma estética que não equivale à ‘estetização da política pelo fascismo’, apontada por Walter Benjamin no ensaio ‘A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica’ (1936), mas ‘*um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto.*’⁴¹⁹

Na experiência de famílias lavradoras da Serra da Mantiqueira, também referenciada nas seções anteriores, há um outro tipo possível de relação com o uso das águas, em que não se nega, não se vende e não se torna proprietário da mesma.⁴²⁰ Esse princípio consolida a importância do “direito à partilha” para as comunidades que desenvolvem outras formas de se ter acesso a este bem comum, buscando a diferenciação de pressupostos capitalistas e individualistas que se apropriam das fontes de água como recurso. Para a professora Daniela Viegas, integrante do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social da PUC Minas, uma horta é um local de partilha, por ser um espaço de conhecimento, troca de saberes, sentimentos, afetos, motivações e ideias de mundo. Nesse sentido, é importante entender a partilha como um novo modo de vida na cidade, à medida que agrega perspectivas de troca de forma sustentável e próspera, criando pilares para a construção coletiva do espaço.⁴²¹ Essa prática se aproxima, portanto, à uma possível

⁴¹⁷ RANCIÈRE, *A Partilha do Sensível: Estética e Política*, 2005.

⁴¹⁸ BENJAMIN [1936] apud VELLOSO, *Pensar por constelações*, [2018] 2022, p. 22.

⁴¹⁹ BENJAMIN [1936] apud MESQUITA, *Insurgência poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*, 2008, p. 45.

⁴²⁰ GALIZONI, op. cit.

⁴²¹ Fala proferida pela professora Daniela Viegas durante o Workshop “Agricultura urbana, partilha e sustentabilidade: Análises Contemporâneas”, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS), 05 nov. 2020.

ideia de transformação urbana rumo à construção democrática das cidades e ao direito à cidade:

[...] Proponho interpretar a agroecologia urbana preconizada por Almeida como parte de uma *práxis* urbana – que é tanto luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução social quanto luta pela comunalização da natureza. Partindo das insignificâncias do cotidiano, essa *práxis* conecta, física e virtualmente, experiências emancipatórias, ecológicas e solidárias, transformando os espaços em que se realiza. Ao promover conexões, ela tende à expansão, implicando tanto o domínio edificado das centralidades urbanas quanto os espaços regionais/nacionais longínquos, tradicionalmente associados à agricultura e à natureza, alcançando escalas cada vez mais amplas.⁴²²

É importante ressaltar que, um Movimento socioambiental que se alinha com as políticas de conscientização ambiental, de envolvimento da comunidade com as questões do meio ambiente, contra canalização e tamponamento de rios e favorável à ocupação dos espaços urbanos com hortas comunitárias e agroflorestas, apresenta uma contrapartida à argumentação higienista e preconceituosa de que as regiões periféricas em torno de áreas de preservação são um risco ambiental para coletividade.⁴²³ Este tipo de ação comunitária, que denuncia os descasos com o meio ambiente e investe na agricultura urbana e na preservação ambiental - como fatores essenciais para convivência harmônica dos seres vivos com a cidade e o meio ambiente - apresenta um discurso alinhado com as noções de potencialidade da transformação coletiva e de exposição da cidade como “sócio-natureza”.⁴²⁴

Vê-se que o CSA Bai Onça promove a conscientização do consumo por meio do investimento na agroecologia urbana e na economia solidária. O conceito *Comunidade Solidária em Agroecologia* se apresenta como uma alternativa de fortalecimento de agricultoras/es, de produção e acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, assim como de estreitamento dos laços entre produtores e co-produtores. Como toda iniciativa comunitária, o projeto enfrenta constantemente as adversidades do trabalho autogestionado e independente, contudo, o propósito da construção coletiva em prol da emancipação da comunidade e da preservação do ambiente natural no urbano se tornam catalisadores para o investimento e

⁴²² EUCLYDES, op. cit., p. 8.

⁴²³ Para mais sobre o assunto, ver: COMPANS, *A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental*, 2007.

⁴²⁴ Expressão proferida pelo professor Rogério Palhares durante a primeira aula da Disciplina Regulação Ambiental no Ambiente Urbano, referente ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU-UFMG), 18 nov. 2021.

concretização dos sonhos da comunidade. O CSA Bai Onça, enquanto uma iniciativa alinhada com o conceito de *agroecologia urbana*, proposto por Almeida, e com a ideia de uma *economia solidária*, a que se refere Singer, apresenta forte potencial de transformação socioespacial, estimulando a autogestão, a produção de base ecológica e a solidariedade.⁴²⁵

O avanço das políticas sociais e dos programas de governo na primeira década dos anos 2000 - como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação de restaurantes populares - fez com que o Brasil avançasse para viabilizar a segurança alimentar da população, sendo que em 2014 conquistou uma de suas grandes vitórias históricas: a saída do país do mapa da fome.⁴²⁶ Nos últimos anos, os elevados cortes orçamentários dos programas sociais, as Medidas Provisórias de desmonte de instituições públicas⁴²⁷ e a crise sanitária da pandemia do Covid-19 potencializaram a insegurança alimentar da população brasileira. Trabalhadores do campo sofreram com as restrições de transportes e logística; a dificuldade de manter a produção e de realizar a comercialização dos produtos; sofreram com as pressões dos atravessadores (negociadores com quem os agricultores familiares acordam sobre as produções) e, sobretudo, com a falta de políticas públicas para garantir a produção, acesso e abastecimento, o que levou também a inúmeras demissões e sujeição de diversas famílias a viver sob condições subalternizadas.⁴²⁸

A proposta de Lei Assis Carvalho⁴²⁹, que dispõe sobre medidas emergenciais para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia, foi estimulada por organizações populares e surgiu como uma alternativa para enfrentamento dos impactos gerados. Como pontuado por Aguiar, é necessário clamar pela defesa de que “comer é um ato político” e, diferente do que se diz na instância dos grandes negócios, o que alimenta o povo brasileiro é a agricultura familiar, e não as grandes *commodities*.⁴³⁰

Nesta seção, procurei me aproximar de um senso coletivo sobre o humano e a terra inspirado nas práticas cotidianas de agroecologia urbana do Movimento

⁴²⁵ ALMEIDA; SINGER apud EUCLYDES, op. cit., [2006], [2004], 2018.

⁴²⁶ AGUIAR, *Insegurança alimentar: situação atual, retrocessos e enfrentamentos*, 2021, p. 18-19.

⁴²⁷ Travamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019.

⁴²⁸ AGUIAR, op. cit.

⁴²⁹ Lei nº 14.048 de 24/08/2020, PL 735/2020.

⁴³⁰ AGUIAR, op. cit.

socioambiental, periférico e ribeirinho. Estes propõem outras formas de se relacionar com o ambiente, de modo a exaltar que os bens naturais não existem para servir o humano. Tratar os rios, córregos e nascentes como apenas "recursos hídricos" voltados para servir a necessidade do homem é o resultado de um processo de capitalização dos meios, em que as águas e a terra são tratadas como mercadoria. É necessário reinventar os modos de se relacionar com o ambiente e observar, aprender e absorver a maneira como outras culturas lidam com o meio ambiente, sem o intermédio de regulações e ordem normativas, mas baseadas na perspectiva do *comum*, do *afeto* e da *partilha*.

6.4. Considerações sobre as insurgências do Baixo Onça

Em um sistema tecnocrata, as teorias, métodos e técnicas de implementação de planos são desenvolvidas por especialistas, muitas vezes pouco engajados nas realidades sócio-culturais de comunidades vulneráveis. A idealização de modelos rígidos e simplistas permite que o poder se concentre nas mãos dos técnicos, evitando o uso do diálogo para o estabelecimento de parâmetros mais inclusivos e condizentes com a realidade dos territórios vulneráveis. A valorização da técnica em detrimento do saber popular aprofunda a desigualdade e o elitismo intelectual, resultando em soluções descoladas da realidade da maioria, ao privilegiar pequenas camadas da população.

A partir da experiência do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa⁴³¹, é possível identificar processos participativos que revelam o exercício da cidadania dos indivíduos envolvidos com a causa e que buscam, de maneira coletiva, pressionar o poder público em prol da garantia de direitos básicos, como habitação, áreas públicas de qualidade e preservação das águas. Sobre a violência do opressor e a rebeldia do oprimido, relembramos as palavras de Freire:

Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica. [...] Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da justa raiva dos

⁴³¹ O artigo "Educação e Participação Popular: experiências do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa", de minha autoria e da arquiteta urbanista Laura Diniz Rena (mencionado anteriormente neste trabalho) contém as argumentações que proponho nesta seção.

traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas. [...] Que é mesmo minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.⁴³²

O planejamento, enquanto parte do Estado-Nação, pode ser estruturalmente concebido para exercer controle e opressão.⁴³³ O modelo de democracia representativa que vivemos possui falhas graves. Muitas vezes, seu exercício pleno se torna inviável devido às práticas de corrupção e a influência de grupos que detêm poder sobre a política. Essa lógica é alimentada e incentivada pelo discurso "anti-política".⁴³⁴

A cidadania é exercida quando o cidadão se insere na sociedade por meio da autonomia, sendo este capaz de intervir nos negócios da sociedade e do Estado.⁴³⁵ O cidadão pleno é capaz de saber escolher e poder efetivar suas escolhas, sendo que o pleno gozo da cidadania é mediado pelo espaço público, tendo em vista o alcance de direitos econômicos e sociais e a participação ativa na sociedade. No que diz respeito ao acesso à cidade, a cidadania deriva e está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais, em especial ao urbano.⁴³⁶ Nesse sentido, a autonomia está bem mais próxima do direito à cidade do que a heteronomia.

Olhando para práticas de resistência densas de espacialidade, dialogando com o conceito "práticas espaciais" elaborado por Henri Lefebvre, Marcelo Lopes de Souza (2010, p. 23) argumenta: As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (ou seja, do nómos, ou do nómo) - em uma palavra, à heteronomia -, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente - em uma palavra, à autonomia.⁴³⁷

O exercício da cidadania pressupõe participação popular na política e demanda, principalmente, mobilização e engajamento dos participantes. Por isso a educação libertadora de Freire se faz tão necessária. Paulo Freire considera "[...] a educação popular das massas como algo fundamental, [...] educação que,

⁴³² FREIRE, *Educação como prática da liberdade*, 1984, p. 89; FREIRE, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 1996, p. 113-118.

⁴³³ YIFTACHEL, *O lado sombrio do planejamento*, 2021.

⁴³⁴ SOUZA, *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, 1995.

⁴³⁵ Fala de Francisco de Oliveira em entrevista concedida à Silvio Caccia Bava, *O que é formação para a cidadania?*, 1999.

⁴³⁶ DAGNINO, *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, 1994.

⁴³⁷ SOUZA apud BARTHOLL, op. cit., p. 258.

Figura 50. Oficina de tratamento de bambu, COMUPRA, 06 mai. 2023.





Fotografia e edição: André Massahud.

desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação.”⁴³⁸ Esta busca consiste em criar as condições para que o indivíduo se liberte da lógica alienante do sistema através do pensamento crítico, do diálogo entre saberes, do empoderamento e valorização do sujeito, ativando a consciência política e incentivando por sua vez a cidadania e a participação.⁴³⁹

Ao se inserir nos processos de decisão, o cidadão se sente mais responsável pelo resultado e, portanto, mais próximo de seus representantes, assumindo assim deveres e cobrando seus direitos.⁴⁴⁰ A complexidade dos processos participativos inviabiliza muitas vezes sua ampliação. Contudo, é preciso reconhecer “[...] também as pequenas conquistas, desde que estas possuam um potencial político-pedagógico de pavimentação do caminho para experiências ulteriores mais arrojadas.”⁴⁴¹ A relevância da participação comunitária em menor escala é reforçada por Bordenave, que considera “[...] a participação das pessoas em nível de sua comunidade a melhor forma de preparação para a sua participação como cidadão em nível da sociedade global.”⁴⁴²

O exercício de participação tem por base a conscientização, a organização e a capacitação como etapas fundamentais do processo.⁴⁴³ Uma consciência crítica da realidade contribui para que o sujeito possa se reconhecer capaz de “[...] transformar e ser transformado; de formular estratégias para enfrentar os problemas que o afeta; de se organizar, pois é na organização que os sujeitos podem intervir na realidade.”⁴⁴⁴ Como afirma Maria Luisa Lelis, integrante do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa desde 2009, “Você precisa entender que se você enfraquece o movimento, se você desacredita no movimento, ele não vai existir”.⁴⁴⁵

Nesse sentido, se considerarmos o urbanista como aquele que capta os propósitos da comunidade e catalisa o potencial participativo da comunidade, é essencial pensar no planejamento urbano participativo - ou simplesmente no planejamento participativo - como aquele em que o sujeito é capaz de intervir na realidade em que vive, presente nos processos participativos a partir da sua

⁴³⁸ FREIRE, *Educação como prática da liberdade*, 1984, p. 36.

⁴³⁹ FREIRE apud ALVES, *Paradoxos em torno da educação urbana: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte*, 2021.

⁴⁴⁰ SOUZA, *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, 2002.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 333.

⁴⁴² BORDENAVE, *O que é a participação*, 2007, p. 58.

⁴⁴³ SANTANA, *Formação do Urbanista para a participação comunitária*, 2013.

⁴⁴⁴ DEMO [2001] apud SANTANA, *op. cit.*, p. 50.

⁴⁴⁵ Fala proferida pela integrante durante entrevista realizada no dia 14 de julho de 2023.

inserção no contexto sócio-político. Sendo a autonomia ponto inflexível na comunidade participativa: “Participar, no sentido essencial de exercer a autonomia, é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático(a).”⁴⁴⁶

A cultura da participação como produto humano e social, possibilita a ativação das potencialidades e da criatividade da sociedade, de modo a elucidar perspectivas de desenvolvimento sobre si mesma e sobre o ambiente.⁴⁴⁷ É preciso, portanto, pensar em uma prática de liberdade a partir da educação e da participação popular, exercida em coletividade e pensada em sua espacialidade. Nas palavras de Alves:

"Se a educação emancipadora depende da coletividade para se efetivar, o que faz com que essa condição também seja um princípio para uma educação urbana, ao se olhar para a cidade, é o espaço público que possui características mais condizentes para a construção dessa educação."⁴⁴⁸

O COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa são *insurreições urbanas* de exercício da prática cidadã, consolidadas pela participação popular da comunidade ribeirinha do Baixo Onça em práticas cotidianas baseadas na conscientização e na educação libertadora. A cidadania é uma experiência de construção da democracia em extensão e aprofundamento. Ela organiza a transformação social e legitima a transformação cultural, etapas essenciais no processo de construção democrática.⁴⁴⁹ Os movimentos sociais urbanos, anunciam, portanto, o conceito de cidadania - como apresentado anteriormente - e atuam como redes. Pensar em redes⁴⁵⁰ implica na visualização da dimensão espacial da sociedade, sendo um dos principais efeitos da forma de organização em redes a restrição da expansão de processos espaciais centrípetos.⁴⁵¹

A cidadania se configura como uma estratégia política para a formação da noção de direitos, de sujeitos sociais ativos e de uma nova proposta de sociabilidade. Instrumentos e planos urbanos são recursos convertidos em riquezas apenas quando há uma condição econômica, política, social e cultural para

⁴⁴⁶ SOUZA, op. cit., 2002, p. 335.

⁴⁴⁷ SANTANA, op. cit.

⁴⁴⁸ ALVES, *Paradoxos em torno da educação urbana: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte*, 2021, p. 67.

⁴⁴⁹ DAGNINO, *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, 1994.

⁴⁵⁰ Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza trabalham ainda com o conceito de “território-rede”. Sobre o assunto, ver: HAESBAERT, 2004 e SOUZA, 2006.

⁴⁵¹ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013.

aplicação dos mesmos.⁴⁵² Por isso, é fundamental que haja uma “fiscalização” por parte da sociedade civil como forma de pressão popular em busca do cumprimento de planos e leis. O COMUPRA e o Movimento, como relatado nas seções anteriores, realizam reuniões públicas constantes com o poder público, em especial com a URBEL, com o intuito não apenas de acompanhar a aplicação dos planos voltados para o território, mas - acima disso - participar de seus processos de implementação, como é possível observar nas reuniões sobre a realocação dos moradores. Contudo, na perspectiva de Maria Luisa Lelis, é essencial que o grupo trabalhe cada vez mais para manter um caráter comunitário e, para isso, sugere que haja reuniões constantes internas e com as instituições, para reforçar e delimitar esse caráter.⁴⁵³

Os integrantes e colaboradores do COMUPRA e do Movimento representam um potencial político-pedagógico de pequenas e grandes conquistas por possuírem interesse na vida política coletiva em busca de seus direitos inalienáveis, exigindo não apenas uma posição de consulta nos processos participativos mas a perspectiva de deliberação sobre estes. Como colocado por Itamar Santos: “Nada foi conseguido através de nenhum político, foi uma luta de outra forma. É um direito nosso de fazer e procuramos o caminho da não agressão.”⁴⁵⁴ O Movimento e o COMUPRA propõem a construção da cidade como obra coletiva, considerando as múltiplas possibilidades de uso e ocupação do espaço pelas pessoas e pelo ambiente, abordando assim o direito à cidade em seu sentido desmistificado, a partir da *práxis* política e da ação social. Em seu cotidiano, este movimento revela aproximações com as concepções de educação e participação popular à medida que se configuram como alternativas de apropriação e autogestão dos espaços contra os modelos convencionais de planejamento urbano, marcados pelo diálogo de saberes e pelo enaltecimento dos conhecimentos advindos da prática.

6.4.1. Alcance do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa

“O movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa é uma loucura.”⁴⁵⁵

⁴⁵² Idem, *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*, 2002.

⁴⁵³ Fala proferida pela integrante durante entrevista realizada no dia 14 de julho de 2023.

⁴⁵⁴ Fala proferida em entrevista publicada no livro “Histórias do nordeste de BH: Rede de memória dos agentes culturais comunitários”, 2018, p. 218.

⁴⁵⁵ Idem.

Como apresentado anteriormente, o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa se estabeleceu a partir do processo de articulação entre o COMUPRA e diversos parceiros, dentre estes escolas municipais, universidades, institutos, comitês de bacias hidrográficas e poder público. Visto isso, o Movimento demonstra um alcance significativo no sentido de realizar parcerias com instituições interessadas em atuar coletivamente na promoção de alternativas para produção do espaço, sobretudo a partir de uma visão contrária ao tamponamento dos rios e aos processos convencionais - em sua maioria, violentos - de despejo de famílias que vivem em áreas de risco. Como exemplo, é possível citar o trabalho de retirada das famílias realizado nos últimos anos, que resultou na realocação de mais de 768 famílias de áreas de risco e, como forma de destinar o espaço desapropriado para os moradores do bairro e para o rio, elaborou-se o projeto do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, com mais de 5,5km de extensão. Isto representa um trabalho coletivo realizado pelo Movimento em busca de melhor qualidade de vida para as famílias ribeirinhas. Após anos de problemas com enchentes e alagamentos, o ano de 2022 e 2023 foram um pouco mais calmos para os moradores do bairro Ribeiro de Abreu, no que diz respeito ao período de fortes chuvas, devido à retirada das famílias das áreas de alto risco e à construção autogestionada que já vem sendo realizada pelo Movimento e parceiros para implementação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça com a construção do campinho, parquinho, horta comunitária e agrofloresta.

Bartholl discorre sobre os núcleos e seus alcances como “movimentos sociais de base”:

Enquanto núcleos há uma relação de apoio mútuo com pessoas próximas (amigos, vizinhos, família, etc.) que não diretamente compõem o núcleo do movimento social de base, mas que o apoiam, colaboram e se identificam com os objetivos do grupo. Assim, a partir de sua inserção em “favelas em movimento” e pela sua articulação (intergrupos e favelas), o alcance de movimentos sociais de base, mesmo que os núcleos em si sejam pequenos, pode ser considerável.⁴⁵⁶

Contudo, vê-se que, apesar do Movimento ter um alcance notório em públicos específicos, como as famílias atingidas e moradores mais velhos do Baixo Onça (em geral, aquelas que em outra época conheceram o ribeirão limpo), é ainda necessário compreender o baixo alcance em outros públicos. São poucos os grupos de jovens

⁴⁵⁶ BARTHOLL, op. cit., p. 281.

do Baixo Onça que se interessam pelo COMUPRA e pelo Movimento ou até mesmo que os conhecem.⁴⁵⁷ Em outras regiões da cidade, é notável que poucos possuem conhecimento da pequena porção do Ribeirão Onça que corre em leito aberto, da existência de diversas nascentes e de uma cachoeira de mais de 30m de queda (localizada no bairro Novo Aarão Reis) a 7km do centro de Belo Horizonte. Sobre as vulnerabilidades da área, reconhecem o espaço apenas aqueles que se atentam às notícias trágicas divulgadas em período de fortes chuvas sobre a região. Apesar de ser um Movimento já divulgado em mídias sociais e televisivas, a tomada de consciência sobre sua existência parece limitada às instituições públicas e privadas de ensino que realizam uma abordagem social sobre o território. Me parece que, por ser uma luta articulada por bairros periféricos que se encontram no limite da regional norte e nordeste de Belo Horizonte, ou seja, afastados do centro e de acesso limitado (os bairros margeiam a MG-20 e são, em sua maioria, residenciais com comércios locais, o fluxo de pessoas é majoritariamente de moradores), aqueles que não moram nas redondeza não costumam acessá-lo. Embora haja uma divulgação aberta ao público das ações concretizadas pelo Movimento, realizadas por meio de ferramentas virtuais (*Instagram* e site do Movimento) e de projetos de pesquisa desenvolvidos no território, estes meios de divulgação se consolidaram de modo organizado em um momento recente, considerando os anos de atuação do Movimento.

As repercussões do Movimento no espaço físico - no sentido dos impactos de suas ações para a cidade como um todo - são significativos, pois a luta protagonizada pela população ribeirinha pela requalificação e pelo cuidado com um dos poucos cursos d'água que ainda corre em leito aberto, representa um enorme potencial no desenvolvimento de bairros e cidades alternativas mais resilientes e focadas no bem comum. No entanto, o alcance empírico pode ser considerado ainda baixo com relação a outros movimentos periféricos repercutidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo aqueles relacionados à moradia.

⁴⁵⁷ Essa é uma percepção individual consolidada quando realizei um trabalho de mobilização social pela Nascente Fundamental (idealizado pelo COMUPRA e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa em parceria com a URBEL, em 2021) em que tive a oportunidade de estabelecer conversas informais com diversos moradores/as sobre propostas de revitalização da Nascente e sobre a participação dos moradores/as da região de diversas faixas etárias em atividades comunitárias.

6.5. Minha experiência no Baixo Onça

*Mas se você quiser transformar
O Ribeirão em braço de mar
Você vai ter que encontrar
Onde nasce a fonte do ser*

*“Quem sabe isso quer dizer amor”
Lô Borges, Márcio Borges, Milton Nascimento, 2005*

Marcelo Lopes de Souza descreve a forma de escrita de sua dissertação como aquela que partiu da escolha de articulação entre o “Eu” e o “Nós”: “neste texto, passo do eu ao nós, do nós ao eu. O eu não é pretensão, é tomada de responsabilidade do discurso. O nós não é majestade, é companheirismo imaginário com o leitor.”⁴⁵⁸ Bartholl, ao falar sobre sua posição frente ao local de pesquisa, reflete questões relacionadas à sua nacionalidade e à classe que se identifica: “[...] no meu caso, sendo de outra classe social, de origem não popular, entendo que tem muito o que aprender com a luta e o movimento no qual se insere e que, em troca, pode somar com o que for possível e desejado”.⁴⁵⁹

Me baseio no posicionamento dos autores acima para estabelecer a devida autocrítica sobre o local que ocupo frente ao Movimento que analiso. Apesar de residir nas proximidades, nunca havia me atentado para a emergência das causas populares que *insurgiam* naquele território. Foi apenas em 2020, próximo a minha graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo que, a convite de uma amiga-irmã, conheci o bairro Ribeiro de Abreu e o COMUPRA, ao qual aquela amiga-militante sempre falava. Sua aproximação com o COMUPRA aconteceu em 2016, por meio de um estágio do curso de Psicologia da PUC Minas, e dali ela nunca havia se afastado.

Com a chegada da pandemia do coronavírus e as diversas limitações do encontro social, passar a frequentar qualquer ambiente que não o espaço da própria casa parecia arriscado e inseguro. Às margens do Ribeirão Onça, diante ao contexto de emergência da saúde pública e, por consequência, econômica e social, alguns moradores dão início a uma horta comunitária no espaço do COMUPRA, no intuito de promover assistência alimentar para a população da região que enfrentava

⁴⁵⁸ MORIN; SOUZA [1988] apud BARTHOLL, op. cit., p. 316.

⁴⁵⁹ BARTHOLL, op. cit., p. 145.

inúmeras adversidades com o aumento dos preços dos produtos alimentícios nos supermercados e sacolões. A horta comunitária do COMUPRA surge a partir do trabalho comunitário, organizado e coletivo dos moradores e moradoras do Baixo Onça, que acordaram entre si horários e dias diferentes para estarem no espaço, para não se submeterem aos riscos do convívio social naquele momento.

Essa história chega até mim por meio dessa mesma amiga-irmã, em um dia como qualquer outro do período de isolamento social. Aquilo me encantou. Como arquiteta e urbanista em formação, a minha primeira interpretação foi a de que ali emergia uma potência de projeto de bairro e de cidade que tanto estudávamos nos textos e livros do campo do planejamento urbano. Somado a isso, um sentimento de esperança, de quem há tanto tempo não atuava no campo prático devido mais uma vez às limitações do período pandêmico. Um sentimento de nostalgia da pesquisa em campo, da aproximação do pensar sobre a cidade com o território em si. Passamos então a discutir sobre as potencialidades daquele espaço, da horta, do conselho comunitário, do Baixo Onça como um todo.

Quando o COMUPRA optou por autogestionar o projeto CSA Bai Onça, a convite da minha amiga e junto aos moradores/as do Ribeiro de Abreu e integrantes do COMUPRA, demos início à sua implementação. Ao atuar enquanto pesquisadora e voluntária de um movimento socioambiental periférico, me questiono se estou formulando as perguntas corretas ou reparando nas minúcias das circunstâncias de minha atuação, principalmente no que diz respeito à situação de observação e ouvidoria. Para o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (1900-2002), um dos principais pensadores da filosofia hermenêutica, ao invés de uma lógica formal, dialética, é preciso ter uma lógica da pergunta, que só acontece quando colocamos vários pensamentos para conversar.⁴⁶⁰ Ser sensível à causa e destinar afeto à mesma por um período considerável de tempo muitas vezes nos estagna num local cômodo, de quem já estabeleceu certas proximidades e, no momento, se vê como parte de uma relação já consolidada. Faz-se necessário retomar constantemente estes questionamentos sobre o espaço que ocupo, a figura que represento, a forma como me porto, como me comunico, como escuto e como observo. Como colocado por Bartholl, “a experiência sugere como espaço e tempo nos propiciam sermos ‘muitos’, de ocuparmos diferentes lugares no tempo-espaço, cada momento seu

⁴⁶⁰ GADAMER, *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, 1997.

lugar, cada lugar seu momento, sujeitos em movimento.”⁴⁶¹ Ao tomar emprestado as palavras do autor, reflito sobre “[...] o que somos e fazemos, o que desejaríamos ser e fazer e o que é possível que sejamos e façamos. [...] Sejam rebeldes que pensam e pensadores que se rebelam: sujeitos em movimento”.⁴⁶²

7. A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Os espaços urbanos são atravessados por contradições, disputas e conflitos materiais e simbólicos entre diferentes agentes. Tais agentes atribuem valores de uso e troca distintos a determinados espaços, de modo a destinar à cidade oposições sociais objetiváveis no campo físico, devido ao caráter global e disperso do meio urbano e em nome da garantia da reprodução social, do lucro material e da acumulação de bens. Grupos e coletivos atribuem sentido ao território ao se apropriarem do meio público, ao transformarem os usos e os espaços e *esperançar* processos de transformação radical da sociedade, principalmente quando interligados às ideias de renovação da vida urbana em aproximação ao direito à cidade.

“Na atualidade, conflito social exige ser compreendido enquanto disputa encarnada no território, isto é, quando o espaço é apropriado e instituído pelos sujeitos e grupos sociais que, por meio dele, reivindicam suas demandas e desempenham sua constestação”.⁴⁶³

O capital, por outro lado, se apropria dos espaços urbanos comuns para garantir as condições necessárias de produção-reprodução das relações capitalistas. Neste sentido, o capitalismo precisa destruir e reconstruir o espaço para solucionar suas crises. Para criar um novo tipo de pensamento sobre o urbano é necessário construir um forte pensamento anticapitalista. Dialoga-se, portanto, a partir do pensamento urbanístico. *Se todo pensamento é uma crítica*, este trabalho se propõe a uma análise crítica sobre a vida cotidiana das populações ribeirinhas por meio do levantamento e aprofundamento (em que implico tanto o pensamento quanto o corpo) de suas lutas, demandas, reivindicações e conquistas, estabelecidas pelas práticas socioespaciais do COMUPRA e do Movimento Deixem

⁴⁶¹ BARTHOLL, op. cit., p. 315.

⁴⁶² Ibidem, p. 149.

⁴⁶³ VELLOSO, *Narrar por constelações: Pensar por extremos e agrupá-los ou problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*, 2002, p. 57.

o Onça Beber Água Limpa. A temática das águas aparece como arcabouço simbólico de um imaginário político sobre manifestações da natureza no contexto urbano. Ela trama as categorias para constituição de uma *constelação* de pensamentos e cria a possibilidade de se pensar em possíveis *identidades ribeirinhas*. Assim como o “*Sentipensamiento*” e o “*Sentipensar con la tierra*”, tais reflexões à beira-d’água se consolidam como um *pensar ribeirinho*, que tem em si suas inúmeras particularidades, sobretudo, a intenção da cabeça e do coração. *Andar pelo caminho das águas, porque em seu rumo não há fronteiras*⁴⁶⁴, expressa justamente esse sentimento de não-fragmentação do território, assim como do corpo e da mente, da razão e da emoção.⁴⁶⁵ Aqui estão as paixões alegres de Spinoza.⁴⁶⁶

Há também uma disputa presente no trabalho pelo *direito à cidade*, fundamentalmente por seu conceito. Segundo Marcelo Lopes de Souza, a terminologia do direito à cidade foi apropriada pelos mais diversos agentes, inclusive com o propósito de legitimação de intervenções e políticas de Estado. Nesse sentido, o autor problematiza se é uma bandeira que vale a pena ser disputada e, em seguida, afirma: “Apesar dos problemas (lacunas, obscuridades de sentido, etc) da obra de Lefebvre, sim, vale a pena continuar disputando essa ideia, que é largamente válida e ousada.”⁴⁶⁷

A forma dialética que adotei como ferramenta epistemológica e de produção do texto buscou afirmar as lacunas, o dissenso e a reunião das diferenças.⁴⁶⁸ O caminho da *revolução urbana* é aqui apresentado por uma forma específica de se abordar o *direito à cidade*, que foi por meio da participação e investigação do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. Dessa maneira, propõe-se conceber a natureza no pensamento urbano moderno, que é como compensação controlada, como ausência, como invisível e como resíduo⁴⁶⁹, mas, também, como resistência, como refúgio e como presença.

Este é um trabalho que busca o compromisso político em diversas esferas. Há uma busca pelo compromisso entre o pesquisador e os agentes de luta, de modo a

⁴⁶⁴ Frase proferida por Itamar Santos e apresentada como epígrafe desta dissertação.

⁴⁶⁵ Cf. nota de rodapé 18.

⁴⁶⁶ SPINOZA, *Ética segundo a ordem geométrica*, 2009.

⁴⁶⁷ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p. 198.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ “As periferias são o resíduo do urbano contemporâneo, essa força que a tudo envolve no planeta, mas que, como resultado, expulsa, exclui e produz restos, deixando sobras, resíduos.” (MERRIFIELD apud VELLOSO, *De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa*, [2020] 2022, p. 120-121).

assumir um papel político e social de militância. Há, por outro lado, o compromisso com as insurgências periféricas por meio do registro de *narrativas de luta*. Segundo Achille Mbembe, a política se encontra ameaçada pelo capital, mediante a transformação e apropriação das normas gerais pela universalidade dos negócios. Entende-se, assim como o autor, que a política só pode ser feita como um projeto de autonomia e de realização, de acordo em uma coletividade mediante a comunicação e o reconhecimento. Como sobrevivência, a política se converte na luta.⁴⁷⁰ Ailton Krenak afirma que as discussões sobre as questões sociais e ambientais representam uma denúncia do abandono, ao modo em que se expõe a negação dos direitos dos seres não-humanos e a marginalização dos grupos subalternos.⁴⁷¹ Dessa forma, é possível afirmar que o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e o COMUPRA atuam como práticas insurgentes enquanto uma distopia, ao adotar um caráter político que, integrado à vida social, vislumbra futuros desejáveis.⁴⁷² Como esclarecido por Zibechi, *a revolução não cria um mundo novo, mas apenas o faz nascer*.⁴⁷³

Após quatro anos de desmonte das políticas durante a gestão do Governo Bolsonaro, vivemos um cenário em que não basta apenas que a política institucional revogue os atos normativos deste governo, será necessário, de modo inclusivo e participativo, arquitetar uma reconstrução das políticas públicas ambientais brasileiras.⁴⁷⁴ Segundo a promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Andressa de Oliveira Lancellotti: “Enquanto prevalecer o discurso da flexibilização das leis ambientais, tratando o meio ambiente como entrave ao desenvolvimento, estaremos na contramão.”⁴⁷⁵ Sob a ótica deste trabalho, o fenômeno da luta urbana não se revela como eventualidade isolada. As experiências da produção de espaços urbanos comuns na cidade - fomentadas, sobretudo, por pequenos grupos organizados - correspondem a micro-revoluções no cotidiano. Sendo o urbano um dos meios mais passíveis para consolidação de uma revolução que vise ao alcance pleno de direitos, liberdade, representação e significado - ou seja, do direito à cidade - vê-se uma micropolítica sendo construída, capaz de afetar

⁴⁷⁰ MBEMBE, *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte*, 2019, p. 8-9.

⁴⁷¹ KRENAK, *Ideias para adiar o fim do mundo*, 2019.

⁴⁷² LIMONAD, *Planejar por quê?*, 2021.

⁴⁷³ ZIBECHI, op. cit., p. 172.

⁴⁷⁴ ANDRADE, *O revogaço não será suficiente*, 2023, p. 28.

⁴⁷⁵ Entrevista com Andressa de Oliveira Lanchotti realizada por Mariana Martins, publicada na Revista CHICO (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco) em maio de 2019.

uma macropolítica.⁴⁷⁶ A reivindicação do espaço representa a possibilidade da ação e da palavra livre, que conotam uma construção social e coletiva ampla capaz de aproximar a realidade às condições de igualdade a partir de um consenso de pluralidades.⁴⁷⁷

Procurei adentrar nos debates decoloniais para estabelecer um embasamento teórico de análise da repercussão das lutas urbanas no Brasil e prescrever um salto do ponto de vista da consciência sobre a colonialidade. Acredito que seja fundamental compreender o pensamento decolonial e os estudos pós-coloniais da década de 1970 para desenvolver pesquisas no campo do urbano comprometidas com o diálogo de saberes e com a prática social, de modo a aprofundar em referências inseridas no universo de possibilidades da América Latina⁴⁷⁸, empenhadas em desvendar seus conflitos e suas potencialidades. Incita-se, portanto, que as novidades do movimento decolonial ocorrem a partir da análise de disputas geopolíticas, bem como da compreensão de suas dimensões sociológicas. Deste modo, procurei circunscrever meu objeto de estudo em uma leitura geopolítica e histórica, tendo como base um método transdisciplinar, que atravessa os campos da Antropologia, Geografia, Filosofia e Urbanismo. Concomitante a este processo, busquei *reconhecer as diferenças ao nomear as totalidades*, assim como fez Castro-Gómez, de modo a adequar o giro decolonial ao debate sobre os movimentos sociais contemporâneos.⁴⁷⁹ Sobre esta *inflexão*:

Nada mais plural nesse planeta urbanizado do que todas as cidades que coexistem dentro de uma só; nada mais urgente ao urbano do que reconhecer as várias esferas públicas nas quais só a linguagem articula a experiência. Nada mais necessário à sociedade urbana do que um futuro em que a liberdade de dizer algo jamais exista sem a liberdade de fazer algo.⁴⁸⁰

Por isso, enquanto pesquisadores, “não esgotamos a realidade, nem temos toda a verdade na mão; somos [...] gente que duvida, que erra, que deturpa, mas

⁴⁷⁶ VELLOSO, *De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa*, [2020] 2022, p. 112.

⁴⁷⁷ ARENDT apud TELLES, *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*, [1989] 1990.

⁴⁷⁸ Melhor dizendo, da *Abya Ayala* dos povos originários ou da *América Ladina* de Lélia Gonzalez.

⁴⁷⁹ CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón, *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, 2007.

⁴⁸⁰ VELLOSO, “*Já não existe ágora*”: *Sobre a crítica situacionista à expropriação da comunicação como crítica de arquitetura*, 2022, p. 59.

que, sabendo disso, quer reduzir o desacerto.”⁴⁸¹ Para resistir às agressões do sistema, foi necessário que os movimentos sociais recriassem os espaços sob a sua própria lógica.⁴⁸² Para Espinosa, um movimento sempre está deslocando espaços e identidades herdadas.⁴⁸³ É possível dizer que tais afetos perpassam formas subitamente utópicas de pensar as cidades mas, no ano passado, em uma manhã de primavera, uma moradora da região do Baixo Onça chamada Rosilene presencia um testemunho de esperança, os primeiros sinais do que parecia ser um sonho distante: *um cardume de peixes nadando pelas águas do Ribeirão Onça*.⁴⁸⁴

*Os pés molhados sobre a terra enxuta
Chupando manga na beira do rio
Sou natural da gruta da mangabeira
Sou de barranco de beira de rio*

*Canto e assobio
Desabafo e desafio
A foz do rio, a minha voz
A minha vez, a vez de nós*

*Desabafo e Desafio
Moraes Moreira, 1975*

⁴⁸¹ DEMO, *Elementos metodológicos da pesquisa participante*, [1982] 1985.

⁴⁸² ZIBECHI, op. cit., p. 27.

⁴⁸³ Espinosa, *Ética segundo a ordem geométrica*, 2009.

⁴⁸⁴ “No vídeo que registra o evento, cerca de oito peixes de médio porte nadam juntos no encontro entre o Onça e um de seus maiores e mais poluídos afluentes, o Ribeirão Izidora. A presença do peixe contribui para avaliar a qualidade da água dos rios, por atestar a saúde e capacidade do ambiente de sustentar vida.” (RODRIGUES; ENAILE, 2023, p. 14).

Figura 51. S/ legenda.12 jul. 2023.





Fonte: Acervo COMUPRA

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Pedro. Insegurança alimentar: situação atual, retrocessos e enfrentamentos. **Revista Manuelzão**, Belo Horizonte, ano 24, n. 89, p. 18-19, ago. 2021.

ALMEIDA, Daniela; OLIVEIRA, Adil. **Agricultura urbana. Isto e Aquilo**. In: COSTA, G.M.; COSTA, H.S.M.; MONTE-MÓR, R. L. M. Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte, C/Arte, 2015. p. 419-447.

ALVES, Ana Paola da Silva. **Paradoxos em torno da educação urbana: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ANDRADE, Eduardo Barbosa de; XAVIER, Eveline; LIMA, Rafaela; CASTRO, Sheila; LISBOA, Vera Lúcia Monteiro (Orgs.). **Histórias do nordeste de BH: Rede de memória dos agentes culturais comunitários**. Belo Horizonte, 2018. 256 p.

ANDRADE, Pedro. O revogaço não será suficiente. **Revista Manuelzão**, Belo Horizonte, ano 26, n. 92, p. 28-29, fev. 2023.

ARANTES, Paulo. Por dentro e por fora. **Passa Palavra**, set. 2010. Seção Pensar - Ideias e debates. Disponível em: <https://passapalavra.info/2010/09/28701/>. Acesso em: 04 mai. 2023.

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de; FERNANDES Jr., Edésio. (1 ed.). **Entre o urbano, o social e o ambiental: a práxis em perspectiva**. Belo Horizonte: Gaia Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BAGGIO, Luiza. Triste filme que se repete: Após mais um período chuvoso com mortes e destruições em BH, Comitê cobra mudanças. **Revista Rio das Velhas**, Belo Horizonte, ano V, n. 9, p. 24-25, mar. 2019.

BAGGIO, Luiza. Porque o Onça ainda é poluído. **CBH Velhas**, jul. 2020. Notícias internas. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/noticias-internas/porque-o-onca-ainda-e-poluido/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **A luta pela terra urbana**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. p. 71-93.

BALLESTRIN, Luciana. A América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, pp. 89-117, mai./ago. 2013.

BARTHOLL, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2016.

BASCHET, Jérôme. **Podemos governarnos nosotros mismos: La autonomía, una política sin el Estado**. Chiapas: Ediciones Cideci, 2017. 150 p.

BEDÊ, Mônica Cadaval. **Plano Diretor da Fazenda Capitão Eduardo**. In: ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de; FERNANDES Jr., Edésio (Orgs.). *Entre o urbano, o social e o ambiental: a práxis em perspectiva*. Belo Horizonte: Gaia Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2015. p. 290-291.

BELLA CASA, María Puig de la. **Matters of care: Speculative ethics in more than human worlds**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

Belo Horizonte. Lei Municipal nº 7.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1996.

Belo Horizonte. Lei Municipal nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano. Belo Horizonte, 1996.

Belo Horizonte. Lei Municipal nº 9.689, de 14 de janeiro de 2009. Autoriza a municipalização do trecho da Rodovia MG-020 que passa dentro da capital. Belo Horizonte, 2009.

Belo Horizonte. Diário oficial do Município. Recurso previsto para a obra de implantação de uma ponte sobre o Ribeirão Onça, edição 4274, 20 de março de 2013. Belo Horizonte, 2013.

Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Projeto de Trabalho Social – PTS: Intervenções para redução do risco de inundações nas bacias dos córregos Cachoeirinhas, Pampulha e Onça. Belo Horizonte, 2015.

Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Secretaria de Política Urbana (SMAPU). Diagnóstico Propositivo do Parque do Onça. Belo Horizonte, 2014.

Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Secretaria de Política Urbana (SMAPU). Diretrizes para o Parque do Onça. Belo Horizonte, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. (1 ed.). Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BISPO DOS SANTOS. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, pp. 44-51, ago. 2018.

Bom dia Minas. **Ribeirão do Onça transborda e água invade casas no bairro Ribeiro de Abreu, em BH**. Globoplay. 08 fev. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9248643/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BONILLA, V. D.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O; LIBREROS, A. **Causa popular, ciência popular**: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. *In*: Repensando a pesquisa participante. (2 ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 131-157.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. CAVALCANTI, Mauro José (Org.). Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BORDA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombres/CLACSO, 2009.

Seminário online. 14º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa: “Famílias Ribeirinhas...Ribeirão.” 1 vídeo (111 min). Canal do Youtube do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xfz7F3nnv2I>. Acesso em: 05 jul. 2023.

Seminário online. Orlando Fals Borda - Sentipensante. 1 vídeo. (8min). Canal do youtube de RicoBassilon. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LbJWqetRuMo>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 81 p.

BORSAGLI, A. **Arraial de Belo Horizonte**: A ruralidade da nova capital de Minas. Belo Horizonte: Clube de Autores, 2019. 132 p.

BORSAGLI, A. **Rios Invisíveis da Metrópole Mineira**. Belo Horizonte: Clube de Autores, 2016. 430 p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atelier Editorial, 2003. 224 p.

BOURDIEU, Pierre. **La miseria del mundo**. Buenos Aires: FCE, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: Crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisar-participar**. *In*: BRANDÃO, C. R. (Org.) Repensando a pesquisa participante. (2 ed). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 7-14.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. (2 ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 256 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 126. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Contrato SC 071/2014 - SCO 078/13. Processo: 01-155.724/13-20, de 22 de junho de 2015. Aviso de homologação tomada de preços No 7/2015. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Diário Oficial da União, seção 3, Minas Gerais.

BRASIL. Lei nº 14.048 de 24 de agosto de 2020. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2020. PL 735/2020.

BRENNER, Neil. **Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**, Jovis Verlag: Berlin, 2014. 576 p.

BUTLER, Judith. **Cuerpos aliados y lucha política hacia una teoría performativa de la asamblea**. Tradução de Maria José Viejo. Barcelona: Ediciones Paidós, 2017. 256 p.

CACCIA BAVA, Silvio. [Entrevista a Francisco de Oliveira]. **O que é formação para a cidadania?** DHNET, dez. 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>. Acesso em: 20 out. 2022.

CAMPELLO, Filipe. **Crítica dos Afetos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

Capítulo 4, Versículo 3. Intérprete: RACIONAIS MC'S. Compositores: Edi Rock, Ice Blue, Mano Brown. In: Sobrevivendo no inferno. Intérprete: RACIONAIS MC'S. Gravadora Cosa Nostra, 1997. 1 CD, faixa 3.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 45, pp. 152-166, jul. 1996.

CASTELLS, Manuel. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. London: Edward Arnold, 1983.

CASTELLS, Manuel. **La ciudad e las massas**. Madrid: Alianza, 1986.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982. 418 p.

CASTORIADIS, Cornelius; OSBORNE, Peter; DEWS, Peter. Cornelius Castoriadis. **Radical Philosophy**, 056, 1990.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

CBH Rio das Velhas. Valorização de Nascentes Urbanas – Onça – 2ª fase. **CBH Rio das Velhas**. Disponível em:

<https://cbhvelhas.org.br/valorizacao-de-nascentes-urbanas-onca-2a-fase/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CBH Rio das Velhas. Evento “Deixem o Onça beber água limpa” celebra mais um ano de conquistas. **CBH Rio das Velhas**. 14 jun. 2022. Disponível em:

<https://cbhvelhas.org.br/noticias/evento-deixem-o-onca-beber-agua-limpa-celebra-mais-um-ano-de-conquistas/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CHAMPS, José Roberto Borges. Inundações urbanas em Belo Horizonte: ocorrências, controle e medidas de proteção. **Revista Aqua-Lac**, Monteverso, v. 4, n.2, , pp.1-6, set. 2012.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Desafios do planejamento urbano e regional em tempos de pandemia**. In: D’OTTAVIANO, Camila; MEDEIROS, Sara Raquel F. Q. Planejamento urbano e regional: ensino pesquisa e extensão. Belo Horizonte: ANPUR, 2021. p. 123-139.

COLECTIVO SITUACIONES. **Sobre el militante investigador**. set. 2003. Disponível em: <https://transversal.at/transversal/0406/colectivo-situaciones/es>.

COLETIVO ANARQUISTA LUTA LIBERTÁRIA. Luta libertária – militância e ativismo. Primeiro publicado **Combate Anarquista**, n.37 e n.38, jul./ago. 2004. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/lutalibertaria-militancia-e-ativismo/>.

COLLINS, P. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, pp. 99-127, jan.-abr. 2016.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, v. 9, n. 01, pp. 83-99, mai. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. (2 ed.) Bertrand: Rio de Janeiro, 2000. p. 15-48.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Regulação ambiental no espaço urbano**. In: ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de; FERNANDES Jr., Edésio. (Orgs.). Entre o Urbano, o Social e o Ambiental: a Práxis em perspectiva. Belo Horizonte: Gaia Cultural, 2015. p. 97-109.

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araujo (Orgs.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. (1. ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** In: Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 103-115.

D'ANDREA, Pablo Tiaraju. **40 Ideias de Periferia: história, conjuntura e pós-pandemia.** São Paulo: Dandara Editora, 2021. 92p.

D'ANDREA, Pablo Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Revista Novos estudos**, Dossiê Subjetividades periféricas, CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 01, pp. 19-36, jan./abr. 2020.

D'ANDREA, Pablo Tiaraju. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** São Paulo: Dandara Editora, 2022. 288p.

D'ANDREA, Pablo Tiaraju. **Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas.** Centro de Estudos Periféricos, São Paulo: Editora Dandara, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI.** Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** (1. ed.). Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** (2. ed.) Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DEMO, Pedro. **Elementos metodológicos da pesquisa participante.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 104-130.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** (5 ed.). São Paulo: Cortez, 2001.

DIAMOND, Sara. **Mapping the Collective.** In: VESNA, Victoria. Context Creators. Cambridge: Intelligence Press, 2010.

DIÉGUEZ, Carla. **O que é classe social?** Portogente, jun. 2008. Disponível em: <https://portogente.com.br/colunistas/carla-dieguez/o-que-e-classe-social-18332>. Acesso em: 22 ju. 2023.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 1, v.1, São Paulo, Anpocs, pp. 84-99, 1986.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la liberación.** México, D.F.: Nueva América, 1977.

DUSSEL, Enrique. **The Invention of the Americas.** Nova Iorque: Continuum, 1995.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESPINOSA, Baruch. **Ética segundo a ordem geométrica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. **Trama Verde e Azul e Agroecologia Urbana**: Aproximações a partir da experiência de planejamento participativo na RMBH. *In*: 3rd. International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society, Porto Alegre, pp. 1-10, 2018.

FALCI, Carlos. **Um rio transborda**. *In*: ETEL, Reis. Tres Ranchos: más allá del fin del mundo. Barcelona: 2021. Disponível em: <https://www.pipaprize.com/wp-content/uploads/2023/04/TEXTOS-CR%C3%8DTICO-S-Maria-Vaz.docx.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Cadernos de campo, n.13, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2005.

FEDERICI, Silvia. **O feminismo e a política dos comuns**. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 393-410.

FEDERICI, Silvia. Uma análise feminista de guerra. **Outras palavras**, jul. 2023. Feminismos. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/federici-uma-analise-feminista-da-guerra/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FERREIRA, Leda Leal. À propos de l'enquête ouvrière: Sobre a enquête operária de 1880, de Karl Marx. **Travailler**, v. 12, n. 2, pp. 11-14, 2004.

FERREIRA, Teresa. Entrevista a Arjun Appadurai. **Comunicação & Cultura**, Rio de Janeiro, n. 7, pp. 133-140, jan. 2009. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/479>. Acesso em 10 ago. 2022.

FESTIVAL FLUVIAL SERES-RIOS, 2021, Belo Horizonte. Mesa – DESEXTINÇÃO: Como renascem os rios? Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (8 ed.). Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo; ILLICH, Ivan. **Diálogo Freire-Illich**. Buenos Aires: Búsqueda, 1975.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa**: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *Repensando a Pesquisa participante*. Editora Brasiliense, 1984. p. 34-41.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Ana Maria de Araújo Freire (Org.). **Política e educação**. (6 ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais. Belo Horizonte. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. versão *online*. Disponível em: https://ipead.face.ufmg.br/_site/wp-content/uploads/2018/11/Classes_Bairros_BH_com_mapa.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Galeno de Freitas. (39 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

GALIZONI, Flávia Maria. Água, Terra e Família: Uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, pp. 68-93, jul./dez. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, pp. 439-455, set./dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo. Editora Cortez, 2013. 253 p.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: Territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 01, n. 02, jul./dez. 2013.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, pp. 133-141, 1988.

GROSGOUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, n. 8, pp. 243-282, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios

do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, pp. 25-49, jan./abr. 2016.

GROSSI, Francisco Vio. Socio-political implications of participatory research. **Convergence**, v. 14, n.3, pp. 43-51, 1981.

Grupo AUÊ UFMG e Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). **Saberes populares**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, mar. 2016. versão *impressa*.

GUARANI, Jera. Tornar-se selvagem. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 14, pp.12-19, jul. 2020.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

GUERRA, Rodrigo de Moraes. Autonomia, espacialidades e novas sociabilidades no Tempo Presente: a experiência zapatista. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, pp. 534 - 539. set/dez. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, pp. 575-599, 1988.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly**. Oxford University Press. Oxford: Sheridan Books, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-Estar Comum**. Tradução Clóvis Marques. São Paulo: São Paulo Record, 2016.

HARVEY, David. **The right to the city**. New Left Review, v. 53, n. 5, 2008.

HOLSTON, James. **Insurgent citizenship: disjunction of democracy and modernity in Brazil**. Princeton University Press. New Jersey: 2008.

HOU, Jeffrey, **Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of the contemporary cities**. Nova Iorque: Routledge, Library of Congress, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Petrópolis: Vozes, 1999.

JENSEN, Karl. Os Limites do “Autonomismo”. **Revista Ruptura**, ano 08, n. 07, ago. 2001.

- KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano**. In: KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. (Orgs). *Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: Grupo MOM, 2021. p.
- KAPP, Silke. **O paradoxo da participação**. In: *Arquitetura como exercício crítico*. Belo Horizonte: Grupo MOM, 2016.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOPENAWA, David, ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KORDA, Martin. *Grundlagen und Verfahren*. In: KORDA, Martin (Org.). **Stadtebau**. (4 ed.). Stuttgart e Leipzig: B. G. Teubner, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KRAHÔ. Creuza. Mulheres-cabaças. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 11, pp. 110-117, nov. 2017.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- MARTINS, Mariana. Entrevista com Andressa de Oliveira Lanchotti. **Revista CHICO**, Belo Horizonte, n. 5, p. 20-21, mai. 2019.
- LE BOTERF, Guy. **Pesquisa participante**: Propostas e reflexões metodológicas. In: Brandão, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 51-81.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1947. xxp
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: O direito à cidade II**. Tradução Margarida Maria de Andrade; Pedro Henrique Denski; Sérgio Martins. (2. ed). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. (5. ed.). São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- Lei.a. Ribeirão Onça: uma história para repensar os rios urbanos. **Lei.a**. 19 fev. 2020. Disponível em: <https://leia.org.br/ribeirao-do-onca/>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- LIMONAD, Ester. **Planejar por quê?** In: LIMONAD,E.; MONTEIRO, J.C.; MANSILLA,P. (Orgs.). *Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas*, v. 1. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 16-44.

LOMELI, Jafte Dilean Robles; RAPPAPORT, Joanne. **Imaginando ciências sociais latinoamericanas do Sul Global**: Orlando Fals Borda e a pesquisa-ação participativa. *In*: JIMENO, M. et al. VERDUM, Ricardo; RAMOS, Ana Margarita (Orgs.) Memórias, violências e investigação colaborativa com povos indígenas: contribuições teóricas, metodológicas, éticas e políticas ao fazer etnográfico. (1. ed.). Rio de Janeiro: E-papers; Brasília, DF: ABA Publicações, 2020. p. 145-176.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. (Coords.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 127-168.

Manuelzão UFMG. Deixem o Onça Beber Água Limpa levou conhecimento, lazer e cultura a cerca de 1000 moradores do Baixo Onça. **Manuelzão UFMG**. 12 jun. 2018. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/deixem-o-onca-beber-agua-limpa-levou-conhecimento-lazer-e-cultura-a-cerca-de-1000-moradores-do-baixo-onca/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Manuelzão UFMG. Famílias ribeirinhas... ribeirão: 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa é realizado nesta semana. **Manuelzão UFMG**. 07 jun. 2022. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/familias-ribeirinhas-ribeirao-14o-deixem-o-onca-beber-agua-limpa-e-realizado-nesta-semana/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nem o centro e nem a periferia**: sobre cores, calendários e geografias. Ehrasto Felício e Alex Hilsenbeck (Orgs.). Tradução Coletivo Protopia S.A. e Danilo Ornelas Ribeiro. Porto Alegre: Deriva, 2008.

MARICATO, Ermínia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARQUES, Elisa Porto. **Da miragem à morada**: A ideia de natureza confrontada pela crítica da vida cotidiana. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2022.

MARQUEZ, Renata. Quase-etnógrafa-etc. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 9, p. 209-233, 2020.

MARX, K. Enquêtes Ouvrières. **Revista Socialista**, n. 4, p. 194-199, abr. 1880.

MATUS, C. **Estratégias políticas**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. (3. ed.). Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. São Paulo: Global Editora, 1975.

MELLO, Daniel. Urbanização de favelas é prioridade de secretário de Periferias. **Agência Brasil**. 06 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/urbanizacao-de-favelas-e-prioridade-de-secretario-de-periferias>. Acesso em: 07 fev. 2023.

MENDONÇA, A. & ADAMS, T. **Economia solidária**: um espaço peculiar de educação popular. *In*: STRECK, D. & ESTEBAN, M. Educação Popular, lugar de construção social. Petrópolis: Vozes, 2013.

MERRIFIELD, A. Intervention: Towards a metaphilosophy of the urban. **Antipode online**, v. 4, 2015. Disponível em: <https://antipodeonline.org/2015/12/04/towards-a-metaphilosophy-of-the-urban/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MESQUITA, André. **Insurgências Poéticas**: Arte Ativista e Ação Coletiva. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

MG1. **Ribeirão do Onça invade casas em Belo Horizonte**: 'As coisas da gente viram lixo'. Globoplay. 08 fev. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9249271/>.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. **The Subsistence Perspective**: Beyond the Globalized Economy, Londres: Zed Books, 1999.

MIGNOLO, Walter. **El pensamiento decolonial**: desprendimiento y apertura. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar. p. 25-47.

Ministério das Cidades. Portaria nº 317 de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Brasília, 2013.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v.8, n. 1, 2009.

MOTTA, Sara. **Epistemologies of the Opressed**. Conferência Social Movements in the Post-Colonial (CSSGJ), Universidade de Nottingham, jun. 2008.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. New York: Verso, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais: dez contos indígenas**. São Paulo: FTD, 2016.

NASCIMENTO, Cláudio. **Ensaio sobre autogestão e educação popular**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. 419 p.

NASCIMENTO, Cláudio. **Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: autonomia e autogestão**. Marília: Lutas Anticapital, 2021. 151 p.

PADILHA, Ohana. Um rio para chamar de meu. **Revista Velhas**, n. 12, 2021.

Disponível em:

<https://cbhvelhas.org.br/novidades/revista-velhas-no-12-um-rio-para-chamar-de-meu/>

PALHARES, Taisa. Organizar o pessimismo: a exposição “Levantes” de Georges Didi-Huberman. **MODOS** (Revista de História da Arte), Campinas, v. 2, n.3, pp. 221-232, set. 2018.

PILE, Steve. **Introduction: opposition, political identities and spaces of resistance**. In: PILE, Steve; Keith, Pile (Orgs.). *Geographies of Resistance*. Londres e Nova York: Routledge, 1997.

PINHEIRO, Cristiane Borda. **Crônicas da drenagem urbana em Belo Horizonte: novos caminhos em meio a velhas práticas**. Belo Horizonte: Coleção NPGAU, 2022. 216 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias: Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo Veintiuno, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. (Orgs.). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas**. In: Santos, Milton; Becker, Bertha K. (Orgs.). *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. pp. 377-411.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. In: CECEÑA, Ana Esther. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. *GEOgrafia*, ano 8, n. 16, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SILVA, Rodrigo Torquato da. **Da lógica do favor à lógica do pavor: um ensaio sobre a Geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro**. *Polis*, São Paulo, n. 28, pp. 1-28, 2011.

POWER, Emma R.; WILLIAMS, Miriam J. **Cities of Care: a platform for urban geographical care research**. *Geography Compass*, Sidney, out. 2019.

Prefeitura de Belo Horizonte. Inundações dão lugar à agrofloresta e à academia em espaço revitalizado de BH. Prefeitura de Belo Horizonte. 10 nov. 2022.

Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/inundacoes-dao-lugar-agrofloresta-e-academia-em-espaco-revitalizado-de-bh>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Prefeitura de Belo Horizonte. Acordo de cooperação entre Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte. 01 jul. 2022. Disponível em:

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/01.07.2022_%20ACORDO%20DE%20COOP_ON%C3%87A.pdf. Acesso em 25 jul. 2023.

Quijano, Aníbal. **América, el capitalismo y la modernidad nacieron el mismo día.** ILLA, Lima, jan.1991.

Quijano, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 107-130, 2005.

Quijano, Aníbal. **La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina.** In: CASTELLS, M. (Org.). Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona: Gustavo Gili, (1971) 1973. p. 141-166.

RAMOS, Leonardo. Evento “Deixem o Onça beber água limpa” celebra mais um ano de conquistas. CBH Rio das Velhas. 14 jun. 2022. Disponível em:

<https://cbhvelhas.org.br/noticias/evento-deixem-o-onca-beber-agua-limpa-celebra-mais-um-ano-de-conquistas/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RAMNATH, Maia. **Decolonizing anarchism.** Oakland-Edinburgh/Washington, D.C.: AK Press/Institute for Anarchist Studies, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e Política.** São Paulo: Editora 34: EXO experimental org., 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra capital, 2014.

RODRIGUES, Márcia; ALMEIDA, Enaile. A volta do peixe ao Baixo Ribeirão do Onça. **Revista Manuelzão**, ano 26, p. 14, fev. 2023.

SAMIS, Alexandre. **Prefácio.** In: MATEUS, João Gabriel da Fonseca; ATAIDES, Marcos Augusto Marques (Orgs.). A destruição do leviatã: críticas anarquistas ao estado. São Paulo: Faísca, 2014. pp. 11-20.

SANTANA, Andréa Vieira. **Formação do Urbanista para a participação comunitária.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. (10. ed.). Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Urban common space, heterotopia and the right to the city: reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. **Urbe** (Revista Brasileira de Gestão Urbana), Curitiba, v. 6, n. 2, p. 146-157, ago. 2014.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639/03 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Tamoios**, Ano 7, n. 1, p. 4-23, 2011.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Programa FICAVIVO! Dez. 2023. Atualizado em jun. 2022. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/programas-e-acoas>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Seminário online. 14º evento do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa: “Famílias Ribeirinhas...Ribeirão.” 1 vídeo (111 min). Canal do Youtube do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xfz7F3nnv2I>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SHUKATIS, Stevphen; GRAEBER, David. **How to Use This Book?** In: Shukatis, Stevphen; Graeber, David (Orgs.). *Constituent Imagination: Militant Investigation/Collective Theorization*. Oakland/Edinburgh/West Virginia: AK Press, 2007. p. 9.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. Aos destituídos, as cabeceiras. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, pp. 95-123, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Eternizada**. Estadão. São Paulo, 05 de julho de 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Agora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 412-430.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – E a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, v. 6, n. 9, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades** (Formas espaciais e políticas urbanas), São Paulo, v. 7, n. 11, pp. 13-47, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: seu papel, seus desafios**. In: Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017.

STAVRIDES, Stavros. **Common Space: The City as Commons**. London: Zed Books Ltd, 2016.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac & Naify, 2015. 160 p.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social Revista Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 23-48, jun. 1990.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. **Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'**. In: SILVA, Sérgio (Org.). As peculiaridades dos Ingleses. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 269-281.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos Metrópole**, v.19. n. 39, pp. 433-454, mai./ago. 2017.

TRONTO, Joan C. Creating Caring Institutions: Politics, Plurality, and Purpose. **Ethics and social welfare**, v. 4, n. 2, pp. 158-171, 2010.

ULBURGHS, Jef. **Pour une Pédagogie de l'Autogestion**. Editions ouvrières, Community leadership, 1980. 231 p.

UNESCO. Belo Horizonte - Quilombo Mangueiras. **ipatrimônio**. Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em:

<https://www.ipatrimonio.org/belo-horizonte-quilombo-mangueiras/#!/map=38329&loc=-20.001633270452,-44.107225541068004,17>. Acesso em: 10 mai. 2023.

VALE, João Henrique do. **Nível do Ribeirão do Onça atinge ponte na Região Nordeste de BH durante a chuva**. Estado de Minas. 05 dez. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/12/05/interna_gerais,830019/nivel-do-ribeirao-do-onca-atinge-ponte-na-regiao-nordeste-de-bh-durant.shtml. Acesso em: 23 jul. 2023.

VANEK, Jaroslav. **Relatório da 2ª Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação na América Latina e Caribe**. Lima, Peru, 1980.

VARGAS, Ana Laura Souza; RENA, Laura Diniz. **Educação e Participação Popular: experiências do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa**. Anais [Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo]. ANPUR: XX ENANPUR, 2023.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofía de la praxis**. Fundo de Cultura Económica, México, 1980.

VELLOSO, Rita. **A Singular arquitetura de uma insurreição na periferia**. In: CORSINI, L. (ed). Democracia X Regimes De Pacificação. A insistente recusa do controle exercido em nome da segurança. São Paulo: Annablume, 2015.

VELLOSO, Rita. “Já não existe ágora”: Sobre a crítica situacionista à expropriação da comunicação como crítica de arquitetura. **Revista RISCO** (Edição Temática “Situacionistas”), v. 20, 2022.

VELLOSO, Rita. **Urbano-Constelação**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022. 483 p.

VELLOSO, Rita; LISITA, Helena Greco; ALBUQUERQUE, Bruna Simões. **Virtualidade como práxis: quando o urbano é reconfigurado por subjetividades em movimento e práticas espaciais dissidentes**. In: GRILLO, Cristiane de Freitas Cunha; CUNHA; Eleonora Schettini M.; MASSA, Elisa de Santa Cecília; ALBUQUERQUE, Bruna Simões (Orgs.). SUAS Conexões: A integralidade da proteção da assistência social. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, UFMG, 2020.

VERÍSSIMO, Rafael da Silva. **Espaço público e segurança pública: Duas abordagens teóricas de prevenção do crime e da violência**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2012.

VIANNA, Hermano. Paradas do sucesso periférico. **Revista Sexta Feira** (Periferia), São Paulo, n. 8, p. 19-29, 2006.

VIANNA, Nildo. **Manifesto Autogestionário**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.8 n. 1, abr. 2002.

WACQUANT, Loic. **Parias urbanos**. Buenos Aires: Manantial, 2007.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico? *In: Observatório Social de América Latina*, ano 3, n. 9, pp. 179-185, jan. 2003.

WALSH, Catherine. Pedagogías Decoloniales. **Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir**. Série Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala, 2017.

WORKSHOP [virtual]. AGRICULTURA URBANA, PARTILHA E SENSIBILIDADE: Análises Contemporâneas. Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), 05 nov. 2020.

WSTANE, Carla. **Parque Ciliar do Ribeirão Onça**: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória/Espírito Santo, 2021.

WSTANE, Carla; LEMOS, Rodrigo. Em defesa de um território. **Revista Manuelzão**, n. 80, p. 3-4, ago. 2017.

YIFTACHEL, Oren. **O lado sombrio do planejamento**. *In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J.C.; MANSILLA, P. (Orgs.). Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas* São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. pp. 62-89.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em Resistência**: Cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Figura 52. Placa "O Onça", espaço vitrine, jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

9. APÊNDICES

APÊNDICE A

Proposta de diretrizes para a Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça.

Fonte: Acervo COMUPRA.



Proposta de diretrizes para a Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2021.

O presente documento apresenta as diretrizes que foram discutidas e elaboradas por integrantes do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, bem como moradores da região do Baixo Onça, as quais deverão ser consideradas para se alcançar a Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça.

1. As famílias que serão removidas de suas casas, deverão ser realocadas nas proximidades da área, respeitando o limite máximo de 5km de distância do local de origem, conforme previsto na política de reassentamento da prefeitura de Belo Horizonte. Este processo deverá ser transparente e as famílias devem estar conscientes do local de relocação. As famílias que ainda se encontram nas áreas de risco de inundação, prevendo já as próximas chuvas e a demora até terminar o processo de desapropriação/relocação, a prefeitura deve retirá-las imediatamente, ou apresentar outras possibilidades, como a bolsa aluguel, já que pode demorar para iniciar este processo;

Subitem:

Criar mecanismos de inibição, monitoramento e controle das crescentes ocupações de área verde nas proximidades do Parque Ciliar do Ribeirão Onça. Este fenômeno descontrolado de crescimento urbano tem degradado a fauna e flora da região, alterando o microclima local. Tem também impermeabilizado o solo, impedindo que a área de recarga de pequenos córregos que alimentam o Ribeirão Onça possa cumprir com o seu papel. Além disso, o descarte irregular do esgoto destas moradias normalmente tem estes córregos como destino, poluindo assim indiretamente o Ribeirão Onça;

2. Permitir a interação da comunidade com o Parque o respeitando e conscientizando, e por parte da Prefeitura de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais a responsabilidade da preservação e manutenção dele, enquadrando na categoria de área de conservação;

3. Inserir as regionais Nordeste e Norte nas discussões sobre o Parque, tornando-as co-responsáveis por ele;
4. Implementar estruturas de lazer, esportes e convivência, como quadras, ciclovia, pista de caminhada, iluminação sustentável (fotovoltaica), parquinho, academia aberta, campo de futebol e área para apresentações culturais que contenham a infraestrutura e iluminação adequada, com a participação direta da comunidade, escolas e demais órgãos públicos que estão próximos e fazem parte da área do Parque Ciliar do Ribeirão Onça, na elaboração e execução de todos os projetos relativos a ele, junto aos órgãos competentes da PBH;
5. Municipalizar a rodovia MG-20: concluir o processo de municipalização, de acordo com o DOM, edição 3260, lei 9.689 de 14/01/2009, que autoriza o poder executivo a municipalizar a Rodovia MG-20 (classificar a via como avenida). Para que isso seja possível é necessário o término da obra de duplicação e iluminação da rodovia;
6. Construção do novo acesso para o bairro Ribeiro de Abreu e adjacências de acordo com projeto já apresentado, podendo em conjunto revê-lo e melhorá-lo sempre visando o bem estar da comunidade;
7. Implantar interceptores em toda a área de intervenção e garantir a interligação de todo o sistema de redes não só na área do parque, mas também nos bairros do entorno e toda a Bacia Hidrográfica do Ribeirão. Tal medida visa a qualidade das águas e da vida dos ribeirinhos. A Meta 2025 tem como objetivo despoluir o Ribeirão Onça, garantindo melhor saúde para todos e todas, criando a oportunidade de atrair turistas do Brasil e de outros países, gerando renda, possibilitando a criação de novas empresas voltadas para o turismo e novas oportunidades de negócios para a região;
8. Incorporar o conceito de Parque Equestre, reservando áreas destinadas à instalação de baias, tratamento dos animais e hípica. Tal demanda foi identificada em virtude do grande número de animais existentes na região;

Subitem:

Criar estratégias de treinamento para os carroceiros, cuidando e equipando os animais para servirem de transporte para os turistas nas margens do Ribeirão Onça, gerando mais uma fonte de renda para os carroceiros através de um trabalho mais saudável;

9. Incorporar o conceito do “Parque Ciliar”, com trilhas suspensas para a contemplação da natureza, com o objetivo de aproximar a população e o meio ambiente, promovendo o ecoturismo e a educação ambiental;
 - 9.1 Valorizar e conservar as belezas naturais da região, composta de corredeiras, praias, ilhas e cachoeiras.



**Cachoeira de 31m de altura, localizada a 10km da Praça Sete/Centro de Belo Horizonte, no bairro Novo Aarão Reis.
Referência hídrica e turística para a Grande BH.**



Praia “ilha” localizada no bairro Ribeiro de Abreu, no encontro do Ribeirão Izidora com o Ribeirão Onça

10. Implantar edificações que “abracem” o conceito do Bairro Parque, tal qual o Conjunto Ribeiro de Abreu, que está implantado em meio a uma área de grande arborização;
11. Implementar um Centro de Referência Socioambiental e Cultural na Sede do COMUPRA (parceria COMUPRA, PBH e COPASA) que tenha como foco de atuação as questões colocadas para a região. O Centro de Referência deverá ter uma agenda de atividades compartilhada entre a prefeitura, e as organizações comunitárias e da sociedade civil que atuam na região, valorizando e dando espaço para as ações que estão em curso. Este Centro deverá contar com instalações pedagógicas sobre Educação Ambiental, Social, Étnico-Racial, Patrimonial e de Agricultura Urbana, para realização de atividades de formação sobre esses temas, como oficinas e cursos, que servirão como ferramentas de aprendizado para estudantes de todos os níveis e para que os moradores/as qualifiquem suas hortas e quintais;
12. Respeitar a vocação agrícola da área, provocando a implantação de projetos de agricultura urbana/ agroecológicos, e espaços terapêuticos (plantas medicinais);
13. Criar corredores ecológicos, conectando o parque do Ribeirão Onça a outros fragmentos vegetais e parques da região, como a Comunidade Quilombola de Mangueiras, a Mata do BG, o Parque Escola Jardim Belmonte, Parque Guilherme Lage, Parque Nossa Senhora da Piedade, Mata dos Werneck;
14. Potencializar as matas ciliares do Ribeirão Onça, de forma diversificada, sob os princípios da agroecologia existente na região; Utilizar sistemas agroflorestais no projeto paisagístico do Parque Ciliar.
15. Manutenção, limpeza, capina e monitoramento da Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Ribeirão Onça;
 - 15.1 Mapear, proteger e monitorar as nascentes existentes na área de abrangência e redondezas do Parque, pelo poder público;
 - 15.2 Criar projeto de Adoção de Nascentes e cursos d’água por parte das Escolas e Comunidade;
16. Utilizar tecnologias ecológicas tais como: captação de água de chuva e permeabilização do solo e de tratamento da água do Ribeirão Onça dentro do território do Parque;

17. Implantação e construção de uma central de energia fotovoltaica na Sede do COMUPRA, para iluminação de todo o território do Parque Ciliar do Ribeirão Onça e demais praças ecológicas e trilhas que podem ser criadas, beneficiando centros de saúde, escolas e os centros comunitários e de educação já existentes na área do Parque Ciliar, proporcionando economia de energia e seguindo um projeto ecologicamente correto;
18. Construção do Memorial, narrando as histórias de lutas, conquistas e desafios do COMUPRA, Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, da população Ribeirinha e população quilombola.

Subitem:

Criar um museu sustentável, como forma de assegurar a memória local, além do memorial.

19. Criação de diretrizes para construção de unidades de conservação municipal que visem não apenas a proteção de nascentes e seus córregos que abastecem o Ribeirão Onça, como também à biodiversidade local.

Figura 53. Arraiá do Onça, espaço vitrine,
jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

APÊNDICE B

Tabela de referência para fornecimento de produtos agroecológicos.

Fonte: Equipe AJURI. Acervo COMUPRA.



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Abacate	kg	Em ponto de amadurecimento, sem perfurações ou danos	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 6,00
Abacaxi	unidade	Em ponto de amadurecimento, sem perfurações ou danos	Não necessita de embalagem	R\$ 7,50
Abóbora caipira	kg	Apresentar casca sem brilho, sem furos de brocas, e sem danos na casca	Fracionadas em 1kg, se partida embaladas com plástico filme	R\$ 6,00
Abóbora do Campo	kg	Apresentar casca sem brilho, sem furos de brocas, e sem danos na casca	Fracionadas em 1kg, se partida embaladas com plástico filme	R\$ 6,00
Abóbora Japonesa	kg	Apresentar casca sem brilho, sem furos de brocas, e sem danos na casca	Fracionadas em 1kg, se partida embaladas com plástico filme	R\$ 6,00
Abóbora marimba / d'água	kg	Apresentar casca sem brilho, sem furos de brocas, e sem danos na casca	Fracionadas em 1kg, se partida embaladas com plástico filme	R\$ 6,00
Abóbora menina madura	kg	Apresentar casca sem brilho, sem furos de brocas, e sem danos na casca	Fracionadas em 1kg, se partida embaladas com plástico filme	R\$ 6,00
Abóbora Moranga	kg	Apresentar casca sem brilho, sem furos de brocas, e sem danos na casca	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 6,00
Abobrinha Italiana	kg	Frutos firmes, casca com cor brilhante, sem partes escuras ou amadurecidas	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 6,00
Abobrinha menina	kg	Frutos firmes, casca com cor brilhante, sem partes escuras ou amadurecidas	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 6,00
Acelga / Couve chinesa	unidade	Folhas verdes, sem sinais de amarelecimento	Não necessita de embalagem	R\$ 4,00
Acerola	500g	Lavar e secar em uma peneira	Sacos plasticos transparentes ou embalagens de plástico	R\$ 6,00
Agrião d'água / agrião do Líbano molho	120g	Lavar, retirar folhas velhas, amareladas e furadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Agrião d'água folha larga molho	120g	Lavar, retirar folhas velhas, amareladas e furadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Agrião de seca / agrião da terra	120g	Lavar, retirar folhas velhas, amareladas e furadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Aipo / Salsão molho	200g	Lavar, com os talos completos e sem broca, estar crocantes e suculentos	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 3,00
Alecrim molho	50g	Fresco e vistoso	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 3,00
Alface americana unid.	mínimo de 180g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Não necessita de embalagem	R\$ 3,00
Alface crespa unid.	mínimo de 180g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Alface lisa unid.	mínimo de 180g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Alface roxa unid.	mínimo de 180g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Alfavaca fresca	70g	Fresca e vistosa	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Alho	200g	Bulbos firmes, bem curados, haste seca	Redinha ou saco plástico transparente	R\$ 5,50
Alho	kg	Bulbos firmes, bem curados, haste seca	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 25,00
Alho poró unid.	mínimo de 250g	Com espessura grossa colhida no tempo certo	Caso haja necessidade de duplicação, amarrar juntos	R\$ 2,50



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Almeirão língua de vaca molho	200g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Almeirão roxo	200g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Almeirão unid.	200g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Ameixa Nêspera	500g	Lavadas e maduras (amarelas)	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 4,00
Ameixa Nêspera	kg	Lavadas e maduras (amarelas)	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 7,30
Artemisia	70g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Assa peixe	150g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Azedinha molho	120g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Babosa folha	unidade	Sem danos nas folhas, colhidas no dia	Sacos de papel ou plasticos, ou sem embalagem	R\$ 2,00
Bálsamo	70g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas, folhas com aspecto de produto fresco	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Banana da Terra	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,50
Banana maçã	Kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,50
Banana Marmelo	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Banana Nanica (Caturra)	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Banana Nanicão Verde	kg	Deve está realmente verde	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Banana Ouro da Mata	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Banana Prata de Vez	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Banana Princesa	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Banana Saquarema madura	kg	Devem estar de vez (bananas muito maduras apodrecem)	Oferecida em pencas de 1kg	R\$ 5,00
Batata Doce Amarela	500g	Retirar a terra, com boa aparencia e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Batata Doce Amarela	kg	Retirar a terra, com boa aparencia e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 9,50
Batata doce branca	500g	Retirar a terra, com boa aparencia e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Batata doce branca	kg	Retirar a terra, com boa aparencia e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 9,50
Batata doce roxa	500g	Retirar a terra, com boa aparencia e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Batata doce roxa	kg	Retirar a terra, com boa aparencia e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 9,50



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Batata Yacon	500g	Retirar a terra, com boa aparência e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Batata Yacon	kg	Retirar a terra, com boa aparência e sem necrose, evitar raízes com início de brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 9,50
Beldroega molho	200g	Colher a planta nova e sem flor	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Berinjela	500g	Casca brilhante, cor uniforme, sem manchas ou áreas amassadas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Berinjela	kg	Casca brilhante, cor uniforme, sem manchas ou áreas amassadas	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 7,00
Bertalha	150g	Fresca e vistosa	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Beterraba com folhas	500g	Raízes firmes, cor vermelho intenso, sem rachaduras, folhas vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 4,50
Beterraba com folhas	Kg	Raízes firmes, cor vermelho intenso, sem rachaduras, folhas vistosas	Fracionado em kg, molhos, ou embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 8,00
Beterraba sem folhas	500g	Raízes firmes, cor vermelho intenso, sem rachaduras	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Beterraba sem folhas	Kg	Raízes firmes, cor vermelho intenso, sem rachaduras	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,50
Boldinho	70g	Colher as melhores folhas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Boldo	70g	Colher as melhores folhas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Brocolis Japonês	mínimo de 300g	Verde, novos, de qualidade, não podem estar amarelados	Unidade solta, caso necessite, duplicado para alcançar o peso	R\$ 4,50
Brocolis Ramoso	300g	Verde, novos, de qualidade, não podem estar amarelados	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 4,50
Bucha vegetal unidade	25 a 30 cm	Limpa, sem sementes e bem apresentável	Se necessário colocar em saco de papael ou plástico	R\$ 3,00
Bulbo de erva doce	mínimo de 200g	Lavados	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Caja-manga	500g	Limpos, com boa aparência, em ponto de amadurecimento	Redinha ou saco plástico transparente	R\$ 5,00
Caja-manga	kg	Limpos, com boa aparência, em ponto de amadurecimento	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 9,00
Cana (pedaço com casca)	mínimo de 500g	Lavada e cortadas em pedaços com 50 cm	Gomos cortados com a casca, tamanho cortados	R\$ 2,00
Capeba	50g	fresca e vistosa	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Capim limao/cidreira fresca	70g	Verde, vistoso, sem folhas amareladas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Capim-limão cidreirinha molho	70g	Limpos, tamanho uniforme das folhas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Capuchinha buquê	15 a 20 unidade de flor	Flores com boa aparência	Potes transparentes ou folha de bananeira	R\$ 3,00
Caqui	500g	Limpos, sem está amassados	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 5,50
Caqui	1 kg	Limpos, sem está amassados	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 10,00



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Cará moela	500g	Com boa aparência.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,50
Carambola	500g	Limpos, sem está amassados e maduras	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,50
Carambola	kg	Limpos, sem está amassados e maduras	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 8,00
Carqueja	50g	fresca e vistosa	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Cavalinha	150g	fresca e vistosa	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Cebola branca C/ folha	500g	Sem podridão e com as folhas verdes	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 5,00
Cebola branca S/ folha	300g	Cebolas secas e em bom estado (sem partes podres).	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,50
Cebolinha molho	100g	Folhas verdes, sem pontas amarelas, não amassar	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,20
Cenoura C/ Folhas	500g	Lavadas e com folhas em boas condições para consumo	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 4,50
Cenoura C/ Folhas	kg	Lavadas e com folhas em boas condições para consumo	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 8,00
Cenoura s/ Folhas	500g	Lavadas e em condições para consumo	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Cenoura s/ Folhas	kg	Lavadas e em condições para consumo	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,50
Chicória unid.	mínimo de 180g	Lavadas e retirar as folhas queimadas e furadas	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Chuchu	500g	Verde e novo (não mandar ele passado e duro)	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 4,50
Chuchu branco	500g	Novinho sem perfurações ou danos	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,50
Chuchu	kg	Verde e novo (não mandar ele passado e duro)	Fracionado em kg, embalado em redinhas ou sacos plásticos transparente	R\$ 7,50
Chuchu mini	500g	Verde e novo (não mandar ele passado e duro)	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Citronela molho	70g	Verde, vistoso, sem folhas amareladas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Coentrão molho	30g	Folhas verdes, sem pintas amarelas ou queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Coentro molho	70g	Folhas verdes, sem pintas amarelas ou queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Couve molho	200g	Folhas com aspecto de produto fresco, sem manchas escuras ou amarelas, talos firmes	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Couve-Flor unid.	mínimo de 300g	Cabeças compactas, de cor branca ou creme, sem manchas escuras	Não necessita de embalagem	R\$ 4,50
Curcuma in natura	100g	Firmes, suculentas, limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Curcuma in natura	kg	Firmes, suculentas, limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 30,00
Elevante	70g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Erva asteca (adoçante)	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Erva baleira	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Erva Cidreira de rama	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Ervilha	250g	Verdinhas, sem danos, e frescas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,50
Espinafre molho	300g	Folhas limpas, sem apresentar verde-amarelado, e sem pontos escuros	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Feijão Andu	kg	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado, com data de embalagem	R\$ 12,00
Feijão Azuqui	kg	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado, com data de embalagem	R\$ 12,00
Feijão Cariquinha	kg	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado, com data de embalagem	R\$ 10,00
Feijão preto	kg	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado, com data de embalagem	R\$ 11,50
Feijão Rapé	kg	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado, com data de embalagem	R\$ 10,00
Feijão roxo	kg	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado, com data de embalagem	R\$ 10,00
Figo	500g	Feijão catado e sem broca	Saco plástico transparente fechado ou redinha; fruto delicado atenção!	R\$ 6,50
Folha de Amora	150g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Folha de louro	10g	Folhas limpas, com aroma, sem danos	Sacos de papel ou sacos plásticos	R\$ 2,50
Folha de Vinagreira molho	120g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Folhas de batata doce molho	400g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Fruta do Conde	kg	Limpos, sem estar amassados, em ponto de amadurecimento	Unidade de 1kg ou peso aproximado	R\$ 5,50
Funcho – folha molho	100g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Gengibre in natura	150g	Frescos, suculentos, limpos	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,50
Gengibre in natura	kg	Frescos, suculentos, limpos	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 19,00
Goiaba branca	500g	Limpos, sem estar amassadas, sem brocas e bichos	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 4,00
Goiaba branca	kg	Limpos, sem estar amassadas, sem brocas e bichos	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 6,50
Goiaba vermelha	500g	Limpos, sem estar amassadas, sem brocas e bichos	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 4,00
Goiaba vermelha	kg	Limpos, sem estar amassadas, sem brocas e bichos	Sacos plasticos ou embalagem de plástico transparente	R\$ 6,50
Guaco pct.	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Sacos plásticos transparentes ou amarrados em folha de bananeira, eslásticos	R\$ 2,00



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Hortelã menta molho	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Hortelã molho	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Hortelã pimenta molho	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Ingá de metro	unidade	Unidade com qualidade e aparência legal	Não necessita de embalagem	R\$ 2,50
Inhame	500g	Firmes, limpos, sem brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Inhame	kg	Firmes, limpos, sem brotação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,50
Jaboticaba	500g	Fruta sem lesões, maduras e sem cheiro de fermentação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Jaboticaba	kg	Fruta sem lesões, maduras e sem cheiro de fermentação	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 8,50
Jaca madura	kg	Fruta sem lesões, maduras e sem cheiro de fermentação	Unidade de 1kg ou peso aproximado	R\$ 6,00
Jaca Verde	kg	Fruta sem lesões e verde	Unidade de 1kg ou peso aproximado	R\$ 6,00
Jambo Amarelo	500g	Fruta sem lesões e maduras	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,50
Jambu molho	70g	Folhas boas condições para consumo e com flores.	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Jatoba	300g	Fruta sem lesões	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,00
Jiló	500g	Fruto verdes, sem lesões e sem broca	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,00
Laranja Bahia	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Laranja Campista	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Laranja da Terra	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50
Laranja Franca	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Laranja Lima	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Laranja Perão para suco	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Laranja Sanguinea	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,30
Laranja seleta	KG	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Laranja Serra D'água	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Lima da Pérsia	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50
Limão doce / Tanjo	Kg	Fruto sem lesões, cor verde brilhante	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Limão Galego	kg	Fruto sem lesões, cor verde brilhante	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,50
Limão rosa / capeta / cravo	kg	Fruto sem lesões, cor vistosa e brilhante	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Limão Siciliano	kg	Fruto sem lesões, cor verde brilhante	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Limão Taiti	kg	Fruto sem lesões, cor verde brilhante	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Mamão Caipira	kg	Fruta sem lesões, maduras, limpas e sem necroses	Embalados com papel para evitar lesões	R\$ 4,50
Mamão verde Caipira	kg	Fruta bem verde. Usado para doce. Sem necrose	Não necessita de embalagem	R\$ 4,00
Mandioca Amarela com casca	Kg	Limpa, boa aparência, ponto de cozimento	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Mandioca Branca com casca	kg	Limpa, boa aparência, ponto de cozimento	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Manga Adém	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 6,00
Manga comum	500g	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,50
Manga coquinho	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Manga Doce de Leite	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50
Manga espada	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Manga Palmer	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,00
Manga Sapatinho	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Manga Tommy	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,00
Manga Ubá	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50
Mangustão	kg	Fruta sem lesões, sem bicho, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,50
Manjeriço Basilíco molho	70g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Manjeriço limão	70g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Manjeriço molho	70g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Manjeriço roxo molho	70g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Maracujá comum	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,00
Maracujá do cerrado	500g	Fruta sem lesões, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,50
Maxixe	kg	Fruto verdes, sem lesões e sem broca.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Melissa	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Mexerica Carioca	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Mexerica cravo	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,00
Mexerica Kinkan	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,00
Mexerica Ponkan	kg	Fruta sem lesões, maduras e limpas.	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 6,50
Mil folhas	70g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Milho verde	unidade	Espigas completas de grãos, com grãos bem desenvolvidos, macios e leitosos	Palha com aspecto de produto fresco e cor verde vivo	R\$ 1,30
Mirra	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Mostarda molho	300g	Folhas frescas, verdes, vistosas, crocantes	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Mostarda roxa molho	300g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,50
Nabo branco	unidade	Casca lisa, firme, sem danos, sem áreas escuras e sem brotações	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 3,00
Nirá molho/ Alho de folha	30g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Ovo Caipira duzia	dúzia	Retirados de preferencias na semana da entrega, armazenados em locais frescos e arejado	Embalagens transparentes ou de papelão, em bom estado	R\$ 10,00
Pariri	70g	Folhas frescas e vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,00
Peixinho da Horta – molho	50g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Pepino Caipira	500g	Fruto verdes, firmes, sem lesões e sem broca	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Pepino Caipira	Kg	Fruto verdes, firmes, sem lesões e sem broca	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 6,50
Pepino Japonês	500g	Fruto verdes, firmes, sem lesões e sem broca	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50
Pepino Japonês	Kg	Fruto verdes, firmes, sem lesões e sem broca	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 10,50
Pimentão Verde	250g	Frutos firmes, casca com cor brilhante, sem partes escuras ou amadurecidas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 2,50
Pimentão Verde	Kg	Frutos firmes, casca com cor brilhante, sem partes escuras ou amadurecidas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 9,50
Quiabo inteiro	500g	Frutos verdes e macios, não fibrosos, com a ponta facil para ser quebrada com os dedos, comprimento menor do que 12 cm	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,50
Quiabo inteiro	Kg	Frutos verdes e macios, não fibrosos, com a ponta facil para ser quebrada com os dedos, comprimento menor do que 12 cm	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 7,50
Rabanete	320g	Casca de cor uniforme, firmes e lisas, sem pontos escuros ou rachaduras	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 3,30



TABELA DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

PRODUTO	PESO INDICADO	APRESENTAÇÃO	EMBALAGEM SUGERIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO	PREÇO PARA VENDA
Repolho verde unid.	mínimo de 400g	Unidade em boas condições de consumo, sem folhas velhas, sem lesmas	Não necessita de embalagem	R\$ 3,60
Rúcula molho	160g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas ou manchas brancas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 3,30
Salsinha molho	100g	Folhas lavadas e com verde vivo, sem partes queimadas ou manchas brancas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,20
Sálvia molho	30g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Serralha molho	150g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Taioba molho	300g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 3,00
Tomatinho cereja	500g	Frutos limpos e em ponto de amadurecimento, sem manchas, brocas ou lesões	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,80
Tomatinho siriguela	500g	Frutos limpos e em ponto de amadurecimento, sem manchas, brocas ou lesões	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,80
Tomate Andrea	500g	Frutos limpos e em ponto de amadurecimento, sem manchas, brocas ou lesões	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 6,00
Tomate Italiano	kg	Frutos limpos e em ponto de amadurecimento, sem manchas, brocas ou lesões	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 6,00
Tomate Mini Italiano	500g	Frutos limpos e em ponto de amadurecimento, sem manchas, brocas ou lesões	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 5,50
Tomilho molho	30g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,30
Tansagem molho	70g	Folhas frescas, verdes, vistosas	Molhos amarrados com fibra de bananeira, barbantes ou elástico	R\$ 2,20
Umbigo de Bananeira unidade	mínimo de 250g	Vistosos, e em boas condições	Não necessita de embalagem	R\$ 2,30
Vagem	300g	Verdes e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 4,00
Vagem	Kg	Verdes e limpas	Redinhas preferencialmente ou sacos plásticos transparentes	R\$ 10,00

Figura 54 e 55. Oficina de construção de placas educativas e informativas em madeira com moradoras do Baixo Onça, COMUPRA, jul. 2022.



Fotografia e edição:
André Massahud.

APÊNDICE C

Tabela de precificação das cestas do CSA Bai Onça por região.

Fonte: Acervo COMUPRA.

TABELA DE PREÇOS CSA BAI ONÇA						
BAIRRO	CLASSIFICAÇÃO*	CESTA INDIVIDUAL	CESTA FAMÍLIA	ENTREGA	TOTAL CESTA INDIVIDUAL	TOTAL CESTA FAMÍLIA
AARÃO REIS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ALTO DOS PINHEIROS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ALTO PARAÍSO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ALVARO CAMARGOS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ALVORADA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ANA LUCIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
APARECIDA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
APARECIDA 7ª SEÇÃO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BAIRRO DAS INDUSTRIAS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BARREIRO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BARREIRO DE CIMA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BETANIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BOA VISTA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BOM JESUS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BOM SUCESSO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BONFIM		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
BRASIL INDUSTRIAL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CAETANO FURQUIM		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CALIFORNIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CAMARGOS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CAMPO ALEGRE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CANAA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CANDELARIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CAPITAO EDUARDO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CARDOSO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CASA BRANCA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CEU AZUL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CONFISCO - CONJ. HAB.		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CONJ. ATILA DE PAIVA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CONJ. JOAO PAULO II		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
COPACABANA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00

COQUEIROS	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
DIAMENTE	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
DOM BOSCO	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
DODM JOAQUIM	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
DURVAL DE BARROS	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ENGENHO NOGUEIRA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ERMELINDA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ESTRELA DALVA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ETELVINA CARNEIRO	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
EYMARD	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
FERNÃO DIAS	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
FLAVIO MARQUES LISBOA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
FLORAMAR	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
FREI EUSTAQUI	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
FREI LEOPOLDO	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GAMELEIRA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GLALIJA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GLORIA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GOIANIA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GORDURAS	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GOV. BENEDITO VALADARES	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
GUARANI	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
HAVAI	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
HELIOPOLIS	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
IAPI	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
INCONFIDENCIA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
INDEPENDENCIA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
INDUSTRIAL RODRIGUES	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
CUNHA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
IPANEMA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
IPIRANGA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JAQUELINE	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM ALVORADA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00

JARDIM COMERCARIOS	POPULAR	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM EUROPA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM FELICIDADE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM FILADELFIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM GUANABARA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM MONTANHES		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDIM VITORIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JARDINOPOLIS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JATOBA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
JULIANA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
LAGOA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
LEBLON		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
LETICIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
LINDEIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
LADRE GERTRUDES		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MAGNESITA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MANTIQUEIRA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MARAJÓ		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MARIA GORETI		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MARIA HELENA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MARIA VIRGINIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MARIZE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MILIONARIOS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MINAS CAIXA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MINASLANDIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
MORRO DO PAPAGAIO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NAZARÉ		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NOVA AMERICA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NOVA BARROCA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NOVA CACHEIRINHA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NOVA CINTRA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NOVA ESPERANÇA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
NOVA GAMELEIRA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00	
NOVA PAMPULHA	R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00	

NOVA VISTA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
OLARIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
OLHOS D'ÁGUA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PALMEIRAS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PARAISO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PARQUE RIACHUELO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PATROCINIO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PAULO VI		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PEDREIRA PRADO LOPES		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PINDORAMA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PIRAJA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PIRATININGA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PONGELUPE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PRAÇA XII		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PRIMAVERA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PRIMEIRO DE MAIO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
PROVIDENCIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
REGINA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
RIBEIRO DE ABREU		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
RIO BRANCO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
S.J. BATISTA VN		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SALGADO FILHO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SANTA CRUZ		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SANTA HELENA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SANTA MONICA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SANTA TEREZINHA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SANTO ANDRE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO BERNARDO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO CRISTOVÃO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO GABRIEL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO GERALDO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO JOÃO BATISTA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO MARCOS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO PAULO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00

SÃO PEDRO VN		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO SALVADOR		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SÃO THOMAS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SARAMENHA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SARANDI		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SAUDADE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SERRA DO CURRAL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SERRA VERDE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SERRANO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SINIMBU		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SOLIMÕES		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SUMARÉ		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
SUZANA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
TAQUARIL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
TEIXEIRA DIAS		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
TIROL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
TREVO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
TUPI		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
UNIAO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
UNIVERSITARIO		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
URUCUIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VALE DO JATOBA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VERA CRUZ		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VILA BRASILIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VILA CAFEZAL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VILA CEMIG		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VILA MAGNESITA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VILA OESTE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VILA VIRGINIA		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
VISTA ALEGRE		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
WASHINGTON PIRES		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
XANGRILÁ		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00
ZONA RURAL		R\$ 80,00	R\$ 110,00	R\$ 15,00	R\$ 95,00	R\$ 125,00

ALIPIO DE MELO	MÉDIO	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
BAIRRO DA GRAÇA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
BAREIRO DE BAIXO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
BETANIA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
BRAUNAS		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CAIÇARA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CAIÇARA ADELAIDE		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CALAFATE		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CARLOS PRATES		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CONCORDIA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CONJUNTO CALIFORNIA I		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CONJUNTO CALIFORNIA II		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CONJUNTO CELSO MACHADO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
CONJUNTO ITACOLMI		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
DOM CABRAL		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
ESPLANADA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
GARÇAS		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
HORTO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
INSTITUTO AGRONOMICO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
JARDIM AMERICA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
JOAO PINHEIRO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
LAGOINHA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
MINAS BRASIL		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
MONSENHOR MESSIAS		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
NOVA FLORESTA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
NOVA GRANADA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
NOVA SUIÇA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
PADRE EUSTÁQUI		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
PALMARES		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
PAQUETÁ		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
PEDRO II		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
PLANALTO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
POMPEIA	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00	
RENASCENÇA	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00	

SAGRADA FAMÍLIA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
SANTA EFIGÊNIA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
SANTA INES		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
SANTA MARIA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
SÃO FRANCISCO		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
SILVEIRA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
UFMG		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
VENDA NOVA		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
VILA CLORIS		R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 45,00	R\$ 145,00	R\$ 175,00
AEROPORTO		ALTO	R\$ 120,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00
ALTO BARROCA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
ALTO DO CAIÇARAS	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
BAIRRO DAS MANSÕES	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
BARRO PRETO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
BARROCA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
BURITIS	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
CASTELO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
CENTRO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
CIDADE NOVA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
COLÉGIO BATISTA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
CORAÇÃO EUCARÍSTICO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
DONA CLARA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
ESTORIL	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
FLORESTA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
GRAJAÚ	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
ITAPOÃ	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
JARAGUÁ	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
JARDIM ATLÂNTICO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
LIBERDADE	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
NOVO SÃO LUCAS	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
OURO PRETO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
PAMPULHA	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
PRADO	R\$ 120,00		R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00

SANTAAMELIA		R\$ 120,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
SANTA BRANCA		R\$ 120,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
SANTA ROSA		R\$ 120,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
SANTA TEREZA		R\$ 120,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
SAO LUCAS		R\$ 120,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	R\$ 165,00	R\$ 195,00
ANCHIETA	LUXO	R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
BANDEIRANTES		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
BELVEDERE		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
CARMO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
CIDADE JARDIM		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
CORAÇÃO DE JESUS		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
CRUZEIRO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
FUNCIONÁRIOS		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
GUTIERREZ		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
JARDIM ATLÂNTICO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
LOURDES		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
LUXEMBURGO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
MANGABEIRAS		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
PARQUE DAS MANGABEIRAS		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SANTA LUCIA		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SANTO AGOSTINHO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SANTO ANTONIO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SÃO BENTO		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SÃO JOSE PAMPULHA		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SÃO LUIS		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SÃO PEDRO VN		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SAVASSI		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SERRA		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
SION		R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00
VILA PARIS	R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 45,00	R\$ 185,00	R\$ 215,00	

* Classificação dos grupos de bairros de Belo Horizonte de acordo com pesquisa elaborada pelo IPEAD FACE UFMG (2000). https://ipead.face.ufmg.br/_site/wp-content/uploads/2018/11/Classes_Bairros_BH_com_mapa.pdf

Figura 56. Placa produzida durante oficina instalada no espaço vitrine, jun. 2022.



Fotografia e edição: André Massahud.

10. ANEXOS

ANEXO 1

Prêmio ONU-Habitat 2019: “Comunidade no vale: novos usos para as margens do Ribeirão Onça”

Fonte: URBEL. Acervo COMUPRA.



UN HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE

COMUNIDADE DO VALE:

NOVOS USOS PARA AS MARGENS DO RIBEIRÃO DO ONÇA

Onça Creek: Belo Horizonte, Brazil
Prefeitura de Belo Horizonte

PROJETO/PROGRAMA STATUS: **NOVO**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Título Projeto	Comunidade do vale: Novos usos para as margens do Ribeirão do Onça
Objetivo	O principal objetivo deste projeto é reestruturar espaços públicos vazios criados a partir de remoções numa área de risco
Orçamento total	USD 78,094
Data planejamento inicial	Dezembro 2021
Data planejamento final	Dezembro 2022

2. VISÃO GERAL DO PROJETO

Descrição do Projeto

A temática do projeto é concentrada na ocupação dos assentamentos precários irregulares presentes ao longo dos 6km das margens do Ribeirão do Onça. No Brasil, as margens dos cursos de água são consideradas áreas de proteção ambiental e de especial interesse para a preservação devido à instabilidade do solo e à baixa capacidade para a recuperação, sendo marcadas como áreas não edificantes pela legislação federal.

A ocupação dessas áreas pode implicar em vários problemas relacionados com a segurança e a saúde pública: (i) o risco de inundação e fragilidade estrutural dos edifícios instalados; (ii) a descarga irregular recorrente de esgotos no curso de água; e (iii) a eliminação de lixo e entulho nas margens do rio.

Essa temática ganhou visibilidade, para o desenvolvimento de Belo Horizonte, sobretudo, a partir do projeto de macrodrenagem estruturante. Neste projeto está previsto o redirecionamento das águas para o Ribeirão do Onça, o que acarreta na expansão da planície de inundação. Nesse contexto, a Prefeitura começou o processo de remoção e reassentamento de 1300 famílias nas áreas inundáveis das margens do Ribeirão. Esse processo está em andamento e a maior parte das remoções já foram concluídas. As remoções que estão nos territórios contemplados nesse projeto, já foram concluídas e estão de acordo com o documento PROJETO PARA O TRABALHO SOCIAL- intervenções para a redução de riscos nas áreas inundáveis à margem do Ribeirão da Cachoeirinha, Pampulha e Onça, datado de Setembro de 2015, desenvolvido pela URBEL- PBH. Segue um trecho:

"No presente caso, o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias será implementado com 1.300 famílias residentes na área diretamente afetada pelas obras e serviços de engenharia, a maioria das quais residindo na área onde o parque linear será implementado, nas margens do Ribeirão do Onça. As famílias devem escolher, respeitando as orientações determinadas no arcabouço legal do Município, três tipos de políticas de remoção adotadas: a) 576 deverão ser reassentadas em unidades habitacionais a serem construídas através do Programa Minha Casa, Minha Vida; b) outras serão reassentadas por meio das unidades habitacionais adquiridas através do

Programa de Reassentamento Monitorado em função de obras Públicas - PROAS e c) serão compensadas pelas benfeitorias e terrenos, em caso de desapropriação.

O Plano apresentado foi orientado pela Portaria n.º 317/2013 do Ministério das Cidades e apresenta como diretrizes: a promoção da participação e gestão compartilhada com a população envolvida; o desenvolvimento de ações destinadas a mitigar os impactos negativos resultantes da reassentamento involuntário; restaurar ou melhorar as condições sociais, de vida e de trabalho das famílias afetadas; prestar atenção aos mecanismos de mediação de conflitos e promover a inclusão das famílias em situações de vulnerabilidade social nas políticas públicas e programas sociais. Da mesma forma, o objetivo era atender ao quadro legal do Município, expresso na Política Municipal de Habitação, cujas orientações gerais estão articuladas em vários planos, que representam instrumentos de planejamento de intervenções estruturais, entre os quais o Programa de Reassentamento em Situação de Risco Devido ou Obras Públicas (PROAS), o Programa Bolsa Moradia e outros regulamentos que definem o processo de remoção e reassentamento.

Vale destacar também que as alterações climáticas têm uma influência importante nos padrões de precipitação e as chuvas estão se tornando cada vez mais fortes e mais concentradas em períodos curtos. No período de janeiro de 2020, Belo Horizonte recebeu 776,77 milímetros de chuva, isso representa 136% mais do que a média histórica de chuva na cidade. O reassentamento contínuo, ação presente nessa área, tem evitado tragédias, e isto, reforça a importância de assegurar uma utilização segura às margens do Ribeirão do Onça para evitar mais ocupação irregular.





Figura 01: Área da intervenção e da nova mancha de inundação
Fonte: Urbel

É crucial que sejam atribuídos novos usos às áreas resultantes das remoções, evitando assim a reocupação e a manutenção dos riscos para a população.

As áreas escolhidas para receber a proposta apresentada são estratégicas para que sejam reconhecidas como piloto para a transformação de outras áreas, eventualmente formando um parque linear. A demarcação considerou a localização estratégica e o envolvimento já existente da população vizinha com os cuidados da região. No processo de implementação do novo espaço público, alguns desafios se colocam: (i) a pouca capacidade do trabalho da comunidade que já está sendo feito para ocupar os espaços vazios; (ii) a falta de recursos para renovar a área e assegurar que esta sirva como objectivo de construção pública e comunitária.

Abordagem do Projeto

A partir de uma abordagem ampla, a intervenção proposta segue os conceitos delineados no novo Plano Diretor Municipal (Lei Municipal n.º 11.181/2019), que procura conciliar o uso coletivo e a preservação ambiental.

Na abordagem mais específica do bairro, ressaltamos alguns princípios orientadores que

inspiram este projeto: presença de hortas comunitárias e iniciativas relacionadas com a agricultura urbana e economia sustentável; potencial turístico; presença de grupos culturais e desportivos; existência de um campo de futebol na região; presença de vegetação nativa residual; presença de paradas de ônibus, escolas, centros de saúde e supermercados que qualificam a vizinhança e dão maior acessibilidade à área, permitindo diversas utilizações, tais como recreação e desporto, lazer e descanso, preservação e educação ambiental.

O projeto e as ações serão desenvolvidos em colaboração numa parceria público-social com a comunidade. Dito isto, uma parte fundamental para a proposta de intervenção já foi iniciada, compreendendo um conjunto de audições públicas e oficinas com a comunidade, os quais catalisam a formação de uma rede de pessoas empenhadas no desenvolvimento de soluções para estes espaços e na discussão das principais demandas para a área. Os seminários preliminares visavam identificar as exigências e as principais aspirações da comunidade e da diversidade dos grupos, independentemente do sexo e da idade.



Figura 2 - Reuniões preliminares de mobilização e reunião do Grupo de Mulheres do Concelho de Novo Aarão Reis (set/2019)).

Fonte: Urbel

As oficinas realizadas destinaram-se a dar o pontapé de saída ao projeto. O projeto aqui proposto pretende ser um passo em frente, assegurando o cumprimento dos objetivos, sensibilizando para os riscos de reocupação destas áreas e especialmente delineando a capacidade dos envolvidos em agir como agentes de transformação do espaço, auto-construção e auto-gestão de qualquer origem de projeto como resultado do processo. Como resultado preliminar dessas oficinas, foi realizado um levantamento das exigências de espaços públicos e equipamentos de lazer, considerando as fragilidades ambientais da área.



Figura 3 - Imagens de uma oficina de jardinagem em grupo numa área recentemente desocupada (06/2019).

Fonte: Urbel

Com base nas lições aprendidas de experiências anteriores, o envolvimento da comunidade e o processo de tomada de decisões conjuntas são fundamentais antes de qualquer intervenção de modernização. As oficinas são espaços para ouvir as pessoas e levantar as suas vozes e formar uma rede de pessoas empenhadas para propor soluções inovadoras para melhorar os seus ambientes. Desde 19 de Novembro, foram realizadas uma série de reuniões e atividades com as comunidades para preparar um diagnóstico e uma lista de potenciais ações sociais e ambientais a serem realizadas na área. A inclusão social e a representação justa de diferentes grupos comunitários foi destacada como um ponto crucial para alcançar a inclusão. A comunidade acabou por construir um sentido de pertencimento e um apego mais forte ao território, uma vez incluídos no processo de planeamento. As reuniões foram divididas em 5 fases:

Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV	Fase V
Reunião Ampliada	Oficinas para desenvolver propostas	Análise interna das propostas	Seleção das propostas	Seminários para a interação dos envolvidos e avaliação do processo

A Fase I consistiu numa reunião ampliada com moradores locais que focou no planeamento de ações, na organização de agendas dos envolvidos, bem como na logística e recursos. Todo o território foi reconhecido através da identificação coletiva. As comunidades foram convidadas e desafiadas a pensar em propostas de usos coletivos para as áreas desocupadas, as quais famílias foram retiradas das áreas inundadas. Um Mapa Social foi resultado das oficinas: consiste num mapa amigável onde os residentes podem localizar e identificar seus principais pontos de interesse.



Figura 4 - Fase I (30/11/2019).

Fonte: Urbel

A Fase II consistiu em estratégias para a realização de um Oficina de Mapa dinâmico (Biomapa) para a construção de propostas reais e viáveis para a utilização coletiva das áreas. O mesmo conteúdo foi fornecido para todos os seis bairros da região, e cada um deles elaborou propostas de uso coletivo baseadas na sua própria realidade. As comunidades identificaram áreas de intervenção, possibilidades e apropriação no Mapa Social construído na Fase I, assim como reconheceram funcionalidades e potencialidades. O Biomapa permitiu uma melhor compreensão das características, usos e funções do ambiente que os moradores fazem parte, bem como das propostas de intervenção.



Figura 5 -- Fase II (07/12/2019).

Fonte: Urbel

A Fase III foi conduzida pela Urbel e teve como objetivo analisar tecnicamente as propostas, considerando a sua viabilidade urbana, ambiental, política e financeira. Consistiu em filtrar as propostas de ações no território utilizando o Biomapa desenvolvido nas fases anteriores. O produto final foi a sistematização das propostas definidas pelos participantes, por área, e a forma de execução de cada uma delas.

Na Fase IV, a Urbel apresentou as possibilidades de implementação das propostas por meio de oficinas com a comunidade. Este foi o momento em que as comunidades, após

a análise técnica de Urbel, escolheram as alternativas. O produto final desta fase foi a sistematização das propostas selecionadas pelos participantes, por área, para além da construção de um plano para as oficinas.



Figura 6 - Fase 4 (18/01/2020).
Fonte: Urbel

A Fase V consistiu em um seminário de retorno às comunidades do processo desenvolvido até aquele momento, com a divulgação dos resultados dos seminários, apresentação do Biomapa e a priorização das ações definidas pelos participantes. Foi também, o momento da avaliação do trabalho realizado até aquele momento, dos resultados obtidos e do cumprimento da metodologia proposta: autogestão, identidades, representatividade e usos coletivos. Os participantes listaram as seguintes ações como desejáveis:

Novo Aarão Reis	Ribeiro de Abreu
trilhas com observatórios nas margens do Ribeirão	trilhas com observatórios nas margens do Ribeirão
Esforço conjunto para a autoconstrução: canteiros, mobiliário e outros; paisagismo; recuperação das vegetações presente nas margens e manutenção.	Revitalização do campo de futebol existente
Suporte para agricultura	Monumento da Onça
	Novo parquinho para as crianças

Um ponto central da proposta é a ligação dos moradores entre si e com este novo espaço público, considerando que na base desta relação entre comunidade local e este novo espaço está o reconhecimento do sentimento de pertencimento já existente. Este é um passo importante para assegurar que a área não será novamente ocupada

nem degradada. Outro objetivo destas reuniões é identificar colaboradores e possíveis líderes para a concepção, construção e gestão do espaço. Espera-se que cada pessoa contribua da forma que puder, quer realizando trabalho pesado, plantando, na manutenção dos jardins ou ajudando com ideias. Serão necessários esforços práticos para preparar a área de intervenção, tais como: remoção de destroços e fundações remanescentes das casas removidas, limpeza de terrenos, plantação para restauração de matas ciliares, e intervenções estruturantes, chave para a contenção de encostas.

A formatação do projeto, a sua equipe de gestão, o calendário das oficinas e a definição das possibilidades de intervenção tendo em conta os recursos disponíveis, são fundamentais para garantir que o acompanhamento e a execução da proposta possam ser efetuados dentro do orçamento e do calendário a apresentar.

Principais Realizações Esperadas

E.A1: Envolvimento e sensibilização da comunidade

Através do trabalho colaborativo baseado em princípios de sustentabilidade e soluções baseadas na natureza, o que se espera - para além da criação de um espaço de lazer público em si - é o processo participativo e a sensibilização da população envolvida. Não só porque é uma área de risco, mas também para materializar o poder de ações de menor escala e auto-geridas no complexo do ecossistema que é a cidade.

Para o projeto será feita uma avaliação específica do local, a partir de uma metodologia desenvolvida pela UN-Habitat, juntamente com a comunidade para recolher os dados necessários para medir a qualidade e o impacto numa fase posterior. O projeto irá também introduzir uma participação digital inovadora com um grupo selecionado da comunidade (crianças, jovens, mulheres ou um grupo misto a ser decidido numa fase posterior), para co-criar os espaços públicos e pensar espacialmente nas suas necessidades e exigências.

O grupo utilizará o Minecraft como um instrumento de participação comunitária na concepção dos espaços públicos urbanos. Após a conclusão da oficina de minecraft, será partilhada uma lista de prioridades com os peritos/arquitetos que irão traduzir as ideias em desenho arquitetónico. Os arquitetos/designers enviarão à UN-Habitat o desenho elaborado antes da oficina de validação e, assim que aprovado pela UN-

Habitat, será apresentado o desenho para a comunidade.

E.A2. Requalificação do espaço público

O projeto irá analisar a incorporação das necessidades da comunidade na concepção final proposta. Serão fornecidas soluções de concepção inteligentes para mitigar os riscos ambientais; especialmente em termos de erosão e riscos relacionados com a água. O projeto será validado com a comunidade antes da sua implementação.

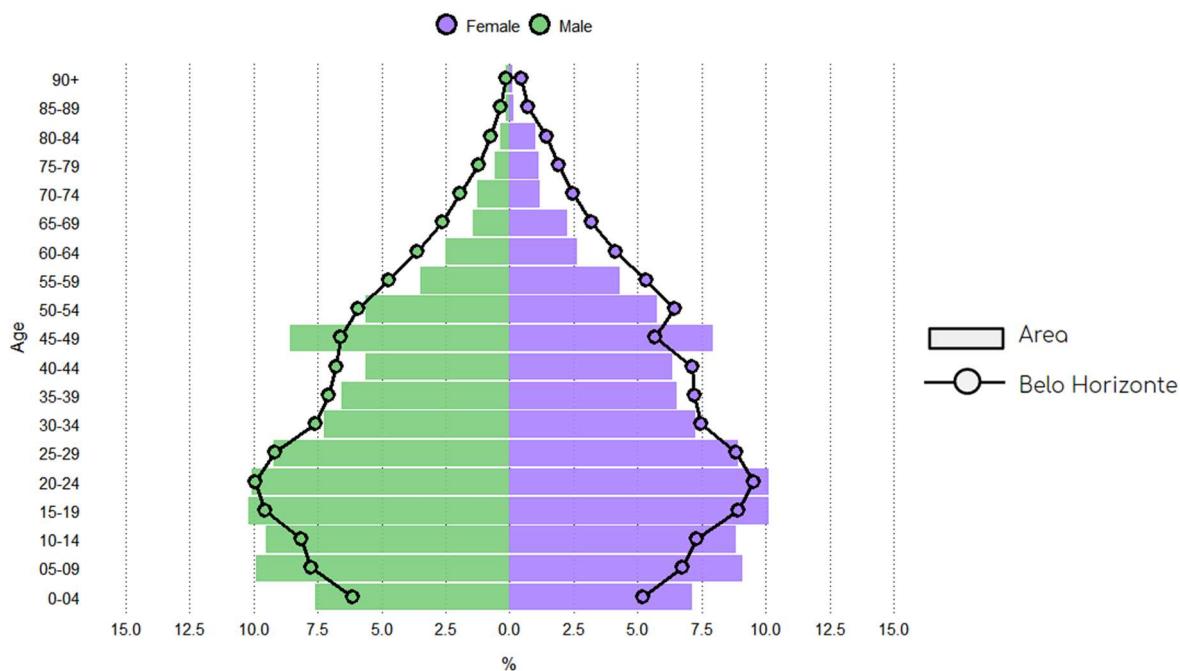
E.A3. Avaliação, monitoramento e partilha de conhecimentos

Quanto à apropriação pela comunidade do espaço a desenvolver, é possível delinear e monitorizar indicadores que avaliam: (i) a frequência de utilização da população; (ii) a diversidade de utilizadores por faixa etária (iii) os tipos de eventos realizados no local; (iv) o estado geral de conservação do espaço; (v) os níveis de satisfação entre residentes e utilizadores; e (vi) o acompanhamento de ocupações irregulares

Quanto ao processo de aprendizagem, planejamos medir a intensidade com que a comunidade envolvida atua como agentes multiplicadores e a capacidade de propagação dos métodos utilizados, neste caso, para áreas com situações semelhantes na cidade.

Grupo alvo da população

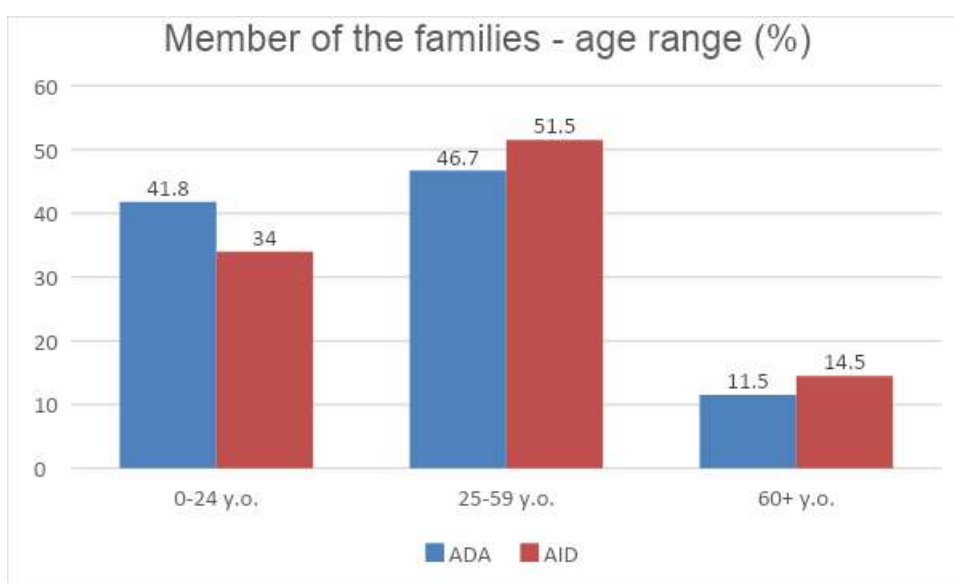
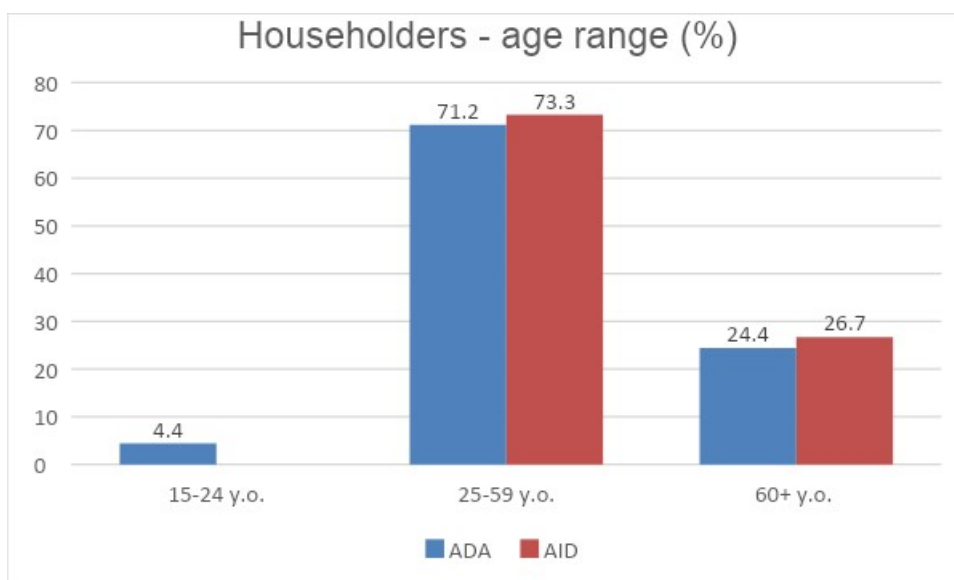
Estima-se um total de 11.418 pessoas a serem beneficiadas pela intervenção.



Fonte:: Censo da População Brasileira, IBGE (2010).

Os principais beneficiários da implementação deste projeto são as comunidades do entorno, especialmente a comunidade do Ribeiro de Abreu e a Comunidade do Novo Aarão Reis. O número de famílias diretamente envolvidas e afetadas pelo projeto de macrodrenagem em curso é de 36.250 famílias, das quais 1.500 famílias estão a ser retiradas das zonas de inundação e risco. Trata-se de famílias de baixos rendimentos, famílias lideradas por mulheres, idosos, jovens e crianças, que estão empenhadas nos processos participativos e estimulada suas representatividades nos processos decisórios.

A proporção de pessoas por sexo e faixa etária é mostrada nos gráficos abaixo, com a população a viver nas Áreas Directamente Afectadas - ADA (residentes nas margens do Ribeirão do Onça, que serão removidas pelo Projeto) e nas Áreas de Influência Directa - AID (residentes dos bairros limítrofes das três bacias - Pampulha, Cachoeirinha e Onça). A amostra da pesquisa foi calculada de acordo com o número de agregados familiares na ADA (6.851) e na AID (34.612):



3. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO

Proposta e justificativa.

(i) Plano Diretor de Belo Horizonte

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte aprovou, em Agosto passado, o seu novo Plano Diretor (Lei Municipal 11.181/19), no qual para além dos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo e orientações para o planeamento territorial da cidade, fixou instrumentos urbanísticos que procuram dar materialidade territorial aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos quais o Plano Diretor se baseia fortemente. Neste sentido, temos um capítulo dedicado à relação entre a política urbana municipal e o cumprimento dos objetivos da Nova Agenda Urbana, de modo a construir uma cidade mais resiliente e sustentável. Neste Plano Diretor, a área de intervenção, para além de um zoneamento de proteção ambiental que restringe a ocupação, é classificada como uma zona de Conexão de fundo de Vale, para a qual são determinadas as seguintes estratégias: (i) qualificação ambiental para a proteção de cursos de água e nascentes, e prevenção da erosão; (ii) disponibilização de áreas e espaços vegetativos e permeáveis adequados à prática de atividades desportivas e de lazer; e (iii) criação e restauração de atributos naturais, a fim de mitigar os impactos derivados da perda de áreas permeáveis, falta de vegetação e interferência nociva nos cursos de água, entre outras consequências da urbanização, ocupação do solo.

(ii) Otimização do Sistema de Macrodrenagem da Bacia do Córrego Onça (Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP)

O plano principal para a região, que resultou na necessidade de remoções e, conseqüentemente, na criação de alternativas para a ocupação de áreas residuais nas margens do Ribeirão, é o estudo intitulado como "Otimização do Sistema de Macrodrenagem da Bacia do Córrego Onça", estabelecido pelo Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte - PDDU. Este estudo reconhece a ampliação das seções de drenagem do Ribeirão a montante, o que significa que os seus caudais tendem a aumentar.

(iii) Realização de intervenções de redução dos riscos de inundação nas bacias hidrográficas de Cachoeirinha, Pampulha e Córrego do Onça (Empresa de Urbanização e Habitação de Belo Horizonte - URBEL)

Juntamente com a otimização do Sistema de Macrodrenagem da Bacia do Córrego do Onça, existe, em curso, um projeto de intervenções para reduzir o risco de inundação das Bacias da Cachoeirinha e Ribeirões Pampulha e Onça. O empreendimento está ligado a um processo participativo e de iniciativa popular (COMUPRA - Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu) para ocupação e qualificação de espaços públicos nas margens do Ribeirão da Onça.

Para assegurar a eficácia das intervenções do sistema de drenagem e os esforços de redução dos riscos de inundação, está em curso a remoção de aproximadamente 1.200 famílias que vivem nas margens do Ribeirão do Onça e dentro da mancha configurada como potencial risco de inundação. O processo de reassentamento das famílias segue o Plano de Repovoamento e Medidas Compensatórias, que delineia um conjunto de ações específicas para as famílias diretamente afetadas, a fim de reduzir os impactos e integrá-las no novo esquema habitacional.

Para além dos planos acima descritos, foi realizado um trabalho com a população direta e indiretamente afetada, com o objetivo de desenvolver a compreensão e uma atitude mais coletiva em relação ao espaço aberto/público, estimulando a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam a sua qualidade de vida. Este projeto chama-se Plano de Trabalho Social (URBEL). Este plano visa estimular a representatividade e o reforço da participação comunitária, a fim de desenvolver a atitude destas comunidades em relação à utilização dos espaços recentemente abertos, e garantir a apropriação e sustentabilidade dos bens e serviços gerados através das intervenções físicas e sociais na região. Tais ações visam redefinir a experiência das pessoas no território onde ocorrem as mudanças, permitindo a reconstrução da relação dos residentes com os novos espaços e águas urbanas, num contexto típico das grandes cidades brasileiras onde os cursos de água têm sido historicamente considerados como uma mera obstrução urbana.

Foram realizados vários cursos, oficinas e esforços conjuntos com a comunidade e os organismos públicos para assegurar uma nova percepção dos residentes relativamente à utilização dos espaços abertos pelas mudanças, como por exemplo: (i) esforço comunitário conjunto para a limpeza das margens do ribeirão; (ii) oficinas de

manipulação e utilização de bambu (amplamente disponíveis na região) para a construção de vedações, bancos e brinquedos; (iii) oficinas de jardinagem que proporcionaram a plantação de plântulas na região; e (iv) oficinas sobre a utilização de material reciclado que contribuíram para a instalação de brinquedos, mesas e bancos em todas as áreas recentemente abertas. É de salientar que a proposta aqui apresentada visa reforçar estas ações que, embora potentes, ainda são insuficientes e carecem de recursos.

Outra iniciativa digna de nota é o primeiro sistema agroflorestal urbano comunitário em Belo Horizonte, desenvolvido nas margens do Ribeirão do Onça, numa área de aproximadamente 10.000 m². Uma vez preenchido com habitações irregulares numa Área de Preservação Permanente, o local começa a tomar forma como um espaço protegido e produtivo para os residentes da região. Preparado pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal do Ambiente (SMMA) e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), o projeto intersectorial define a implementação de um sistema agroflorestal em áreas degradadas e socialmente vulneráveis. As florestas nativas e as culturas agrícolas são plantadas para contribuir para a segurança alimentar das populações locais.



Figura 8 - Intervenções já realizadas na região pela COMUPRA.
Fonte: COMUPRA: SUPLAN/URBEL (29/10/2019)

Teoria da Mudança

O problema tratado é o das habitações precárias para uma parte substancial da população de Belo Horizonte e os efeitos experimentados na cidade por intensos acontecimentos pluviométricos, agravados pelas alterações climáticas. Cerca de 25%

da população de Belo Horizonte vive num dos 328 assentamentos informais espalhados pelo seu território. Para esta parcela da população, isto significa habitações precárias, ocupação das margens dos cursos de água, áreas de risco geológico e condições precárias de urbanização e infra-estruturas. Esta situação é agravada pelo fim das políticas habitacionais federais e por todo um contexto nacional de desmantelamento das políticas sociais nos últimos anos, a que se segue uma expansão acelerada da ocupação irregular. É um contexto de adversidade para as políticas habitacionais e para a prestação de serviços públicos, tais como saneamento básico e outras infraestruturas. Belo Horizonte tem vivido um modelo de desenvolvimento urbano que resultou numa ocupação do solo que é muitas vezes incompatível com a capacidade de suporte do seu meio urbano. Este modelo levou a uma sobrecarga em várias partes da cidade e, quando associado às alterações climáticas, já mostra consequências em todo o território. De acordo com o estudo de vulnerabilidade às alterações climáticas realizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, estima-se que até 2030 o número de bairros com elevada vulnerabilidade em eventos climáticos que sofrem um aumento de 60%. Outro ponto crítico é o agravamento das inundações: em Janeiro de 2020, ocorreu uma situação de calamidade em Belo Horizonte, devido a chuvas extremas que excederam em 136% a precipitação média do mês. Famílias sem abrigo, crateras nas principais avenidas e inundações dos eixos estruturais da cidade, para além de mortes e perdas de materiais trazidos para a cidade à beira do colapso. As áreas mais frágeis da cidade acabam por ser as mais afetadas, e as margens do Ribeirão do Onça são uma dessas áreas em Belo Horizonte. As remoções e reassentamentos têm como objetivo tornar este lugar mais seguro, reduzindo o número de pessoas afetadas por catástrofes. Neste contexto, este projeto tem a importância não só de entregar um novo espaço público às comunidades circundantes, mas principalmente de manter as pessoas a salvo dos próximos eventos meteorológicos.

A causa subjacente ao problema é que, segundo o trabalho da Urbel, o município acumula um défice quantitativo de habitação de 56.000 famílias. Existe também um elevado défice qualitativo, estimado em 150.000 habitações. Um dos grandes desafios das políticas de redução do risco é a manutenção dos vazios nestas zonas devido à forte pressão para a ocupação pela população de baixos rendimentos que não tem acesso a alternativas habitacionais.

O impacto que queremos alcançar é a oportunidade de criar um modelo replicável de baixo custo de apropriação pela comunidade de vazios criados após a remoção de famílias de zonas de risco de inundação. Assim, através da ODS 11.7 do "[...] proporcionando acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, idosos e pessoas com deficiência", avançaremos no âmbito do ODS 11.5 que "até 2030, reduzirá significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuirá substancialmente as perdas econômicas diretas por elas causadas em relação ao produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, com enfoque na proteção dos pobres e das pessoas em situações vulneráveis".

Overall Objective

REFRAME AN EMPTY PUBLIC SPACE CREATED FROM REMOVALS IN A RISK AREA

SPECIFIC OBJECTIVE 1

Support the engagement of the community, reinforcing their identity with the region, in order to ensure their role in preventing new irregular occupations

SPECIFIC OBJECTIVE 2

Deliver a new public space to the surrounding communities

CONTEXTUAL ASSUMPTIONS

- Rapid unplanned urbanization
- Aggravation of climate events
- Connection with other governmental and non governmental existing projects ongoing on the area

PLANNED INTERVENTIONS

- workshops for technical training
- Participatory design of the public space
- Community as a key stakeholder in the decision making processes
- Task force for the preparation of the land and construction of the sites

RE-CONDITIONS

- High level of community engagement
- Complementary of other public policies

DESIRED CHANGE

create a replicable low-cost model of appropriation by the community of voids created after removal of families from risk of flooding areas



Lições Aprendidas

Considerando as experiências passadas de trabalho social, podemos contar as seguintes lições relevantes:

- O trabalho com a Força Tarefa - quando a comunidade está envolvida no planejamento e execução do projeto - ajudou tanto na criação e produção de bens, como na socialização e orquestração das relações sociais nas áreas de operação. Este resultado é claramente notado no trabalho já desenvolvido no Ribeiro de Abreu e Conselho do Novo Aarão Reis;
- A utilização da metodologia Biomapas revelou-se positiva: foi o pano de fundo da participação popular e do envolvimento da comunidade em todas as etapas, fases, dimensões e frentes de trabalho; contribuiu para o envolvimento das pessoas com o local onde vivem e para as noções de pertencimento, identidade e co-responsabilidade;
- É essencial garantir uma equipe envolvida e empenhada com as estratégias de desenvolvimento das comunidades; permite realizar uma tarefa mais coesa e um trabalho mais qualificado;
- A estratégia de manter sistematicamente a mesma equipe técnica social, bem como ter um escritório físico na região da intervenção, permitiu uma maior aproximação com a comunidade e uma melhor execução do processo. Este modelo permitiu que as pessoas se sentissem confortáveis para abordar os técnicos sociais e ter as suas questões esclarecidas, procurar apoio, etc;
- A integração com a comunidade e a sua compreensão é facilitada pela utilização de uma comunicação mais contextualizada e clara/simples, permitindo uma aproximação e interação;
- Uma interação "cara a cara" pode ser uma referência para as famílias relativamente às questões envolvidas no projeto em desenvolvimento;
- Os técnicos governamentais devem estar empenhados em salvaguardar os princípios de uma iniciativa social que envolva pessoas; especialmente pessoas em vulnerabilidade social e com uma história de negação de direitos básicos;
- O Trabalho Social deve fazer parte da Política Municipal de Habitação, e não apenas como um elemento técnico;
- É necessário trazer a discussão sobre o Direito à Cidade e fazer com que as famílias compreendam que fazem parte desse direito;
- É necessário envolver o interesse das famílias nas questões relacionadas com o

projeto e no contexto de todo o desenvolvimento;

- É importante mobilizar e articular parcerias para uma maior eficiência e eficácia de planejamento. Aprendemos esta lição com as iniciativas realizadas com escolas, departamentos municipais, centros de referência para a assistência social (CRAS), centros de saúde, etc;
- Os pactos e parcerias com organizações comunitárias, movimentos de moradores, lideranças, etc. devem ser constantemente renovados, e é fundamental continuar a procurar nestas iniciativas locais novas possibilidades e vontade de mudança.
- O trabalho que foi feito deu às comunidades uma nova relação com o Ribeirão do Onça. As iniciativas de cuidar da vida das pessoas e da vida do Ribeirão facilitaram novas perspectivas na sua relação com o ambiente de uma forma geral: pode-se reparar com mais frequência as pessoas cuidando, limpando e protegendo o Ribeirão, as suas margens e o seu leito.

Vale destacar também situações mais desafiantes, como por exemplo:

- É necessário alinhar as necessidades e urgências das comunidades com a burocracia e o calendário do serviço público;
- Há uma dificuldade em promover uma mobilização comunitária mais ampla. É muito importante garantir a diversidade a fim de subscrever o compromisso com os assuntos coletivos, para além dos benefícios individuais e imediatos;
- É importante evitar influências baseadas em interesses políticos que possam interferir nos resultados da mobilização e das atividades;
- Os bancos do Ribeirão do Onça devem ser mantidos desocupados tanto para a questão ambiental como para a situação de risco de inundação. No entanto, há constantes tentativas de reocupação das áreas por especuladores e famílias em situações de extrema vulnerabilidade;
- O projeto deve ser feito em coexistência com a violência, o crime e a sua influência na área.

4. ESCOPO GEOGRÁFICO

País/Cidade

Brasil/Belo Horizonte

GPS Localização

	Latitude	Longitude
Site 1	-19.833465	-43.904022
Site 2	-19.843090	-43.908682

5. PARTICIPANTES

PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS

Entre os principais parceiros externos estão o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), a Comunidade de Novo Aarão Reis e a Empresa de Urbanização e Habitação de Belo Horizonte (URBEL). A parceria com o COMUPRA e com a Comunidade de Novo Aarão Reis é essencial para a mobilização comunitária no nível local, pois articula os habitantes do Ribeiro de Abreu e do bairro de Novo Aarão Reis, onde o projeto está sediado.

(i) Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA: criado desde os anos 80, contribui para melhorar a qualidade de vida da comunidade do Baixo Onça através de ações coletivas nas áreas da educação, saúde, trabalho, lazer, geração de rendimentos, ecologia e consciência de cidadania_ site: <http://comupraonline.blogspot.com>)

(ii) A Comunidade Novo Aarão Reis é uma organização informal, mas ainda assim um parceiro muito importante neste processo, uma vez que uma parte do projeto terá lugar no bairro de Aarão Reis.

(iii) Município de Belo Horizonte, representado especialmente pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas (SMPU) e pela Empresa de Urbanização e Habitação de Belo Horizonte (URBEL,)

A SMPU foi criada com o objetivo de articular a definição e implementação de políticas públicas relativas à organização da capital mineira, observando a legislação urbana e ambiental em vigor. O objetivo da SMPU é fazer de Belo Horizonte uma cidade ordenada, acessível e sustentável, para garantir a segurança e qualidade de vida da população. Para alcançar o planejamento urbano, a SMPU é composta pelas subsecretarias de Fiscalização (SUFIS), Planejamento Urbano (SUPLAN) e Regulação Urbana (SUREG). Esta articulação permite à Administração Municipal desenvolver estratégias integradas para lidar com questões que refletem diretamente sobre o bem-estar dos residentes de Belo Horizonte. A SMPU é responsável pelo primeiro plano diretor no Brasil que estabelece objetivos para o cumprimento da Nova Agenda Urbana, dando materialidade aos ODS

11 através de instrumentos de planejamento urbano.

A URBEL foi criada em 1993, é a empresa pública responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação. Desde então, a Prefeitura Municipal de Belo começou a realizar intervenções nestes locais de forma planejada e organizada, com o objetivo de integrar vilas e favelas na chamada "cidade formal". O Sistema Municipal de Habitação foi criado nos anos 90 e representa um avanço na luta pela habitação popular na nossa cidade. Esta conquista foi o resultado da pressão e mobilização dos movimentos sociais e populares para lutar pela habitação e pela reforma urbana, em parceria com gestores públicos, técnicos, urbanistas e especialistas no assunto.

Outros parceiros externos

Entre outros colaboradores no projeto proposto estão o Movimento "Deixe a Onça beber água limpa", o Projeto Manuelzão, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

O Movimento "Deixe a Onça beber água Limpa" também incorpora atores de mobilização comunitária envolvidos nos temas sociais e ambientais e tem uma ampla agenda para a limpeza e revitalização do Ribeirão do Onça. O projeto Manuelzão complementa estas ações, defendendo a qualidade ambiental e protegendo os recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio das Velhas. O projeto tem parcerias com outros municípios e com o Estado de Minas Gerais, trabalhando ao longo do Movimento "Deixe a Onça beber água limpa".

As duas maiores universidades do Estado de Minas Gerais representam a parceria técnica e acadêmica: A PUC Minas trabalha em conjunto com o "Deixe a Onça beber água limpa" movimento e a UFMG trabalha em conjunto com o COMUPRA no tratamento de zonas fronteiriças ao longo do Ribeirão.

Mobilização comunitária das questões sociais e ambientais:

(i) Movimento "Deixe a Onça beber água limpa": Criado em 2007 pelo COMUPRA é composto por vários atores da sociedade civil e das autoridades públicas.

(ii) Projeto Manuelzão: O Projeto Manuelzão foi criado em Janeiro de 1997 pelos professores da Escola de Medicina da UFMG. Baseado na noção de que a saúde não deve ser apenas uma questão médica, o horizonte de trabalho do projeto foi delineado:

lutar por melhorias nas condições ambientais para promover a qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente reativa. (<https://manuelzao.ufmg.br/>)

Análise dos Parceiros

Categoria Parceiros (Tomada de decisão, Responsável pelo projeto programa/ entrega/ beneficiário)	Descrição Parceiros	Papel no projeto/ programa	Requisitos dos parceiros	Qual é a importância do parceiro para o projeto/ programa? (Alto, Médio, Baixo)	Em que fase está envolvido o parceiro no projeto/ programa? (Planejamento Implantação, Monitoramento, Avaliação)
Tomada de decisão/ Beneficiário	COMUPRA	participação	Ser um membro de uma das comunidades beneficiadas	Alto	Planejamento Implantação, Monitoramento Avaliação
Tomada de decisão/ Beneficiário	Comunidade Novo Aarão Reis	participação	Ser um membro de uma das comunidades beneficiadas	Alto	Planejamento Implantação, Monitoramento Avaliação
Responsável pela entrega do projeto/progrma	PBH	participação	Gerir o projeto e desenvolver políticas complementares	Alto	Planejamento Implantação, Monitoramento Avaliação

Beneficiários	Movimento "Deixe a Onça beber água"	participação	Suporte técnico para atividades	Médio	Planejamento Implantação,
Beneficiários	Projeto Manuelzão	participação	Suporte técnico para atividades	Médio	Planejamento Implantação,

6. IMPLANTAÇÃO

Pressupostos chaves

Os principais pressupostos para o projeto são:

- Os membros da comunidade estão dispostos e aptos a participar nos processos participativos.
- Que o acesso à área de trabalho do projeto não seja impedido por ações de protesto ou violência.
- A comunidade compreende o verdadeiro valor agregado ao projeto e a necessidade da sua deslocalização de áreas de risco

A urbanização rápida não planeada é considerada um risco que pode causar a reocupação de áreas vazias e não utilizadas. Além disso, a falta de utilização dos espaços e do equipamento irá causar a sua degradação. Por outro lado, acredita-se que as comunidades se envolverão neste projeto e as pessoas participarão nas oficinas e juntar-se-ão aos grupos de trabalho para a construção do espaço. Este será um passo importante na apropriação do espaço público e no aumento do sentimento de pertencimento das pessoas. Da mesma forma, acredita-se que os oficinas terão diversidade de género e de faixa etária e que isto irá refletir sobre a diversidade dos espaços públicos, tais como agricultura urbana, parques infantis, espaços para práticas desportivas e espaços de contemplação.

Estratégia para a titularidade e sustentabilidade

Devido à sua classificação como área de risco, a área de intervenção foi declarada de utilidade pública pelo Decreto Municipal 15.470/2014, que legitima o processo de domínio iminente das habitações irregulares e dos seus terrenos e a transferência da propriedade para a Prefeitura. Existe coerência, consenso e interesse do Poder Executivo Municipal na implementação desta proposta. O Decreto não foi seguido de qualquer tipo de litígio e o reassentamento da população residente na área foi feito.

Estratégia de Advocacia e Gestão da Comunicação

Para iniciar um projeto num novo território, a estratégia geralmente utilizada pela Prefeitura é contactar primeiro as lideranças locais para apresentar as ideias. Neste primeiro passo, é importante descobrir os principais problemas existentes e prospectar espaços para desenvolver as oficinas. Depois disso, está agendada a primeira reunião - convocada para o evento de lançamento - com ampla divulgação porta-a-porta - as reuniões realizam-se normalmente nas escolas locais. Neste evento de lançamento, o projeto e os seus passos são explicados e é formado um Grupo de Referência, frequentemente com lideranças locais ou outras lideranças relacionadas com a comunidade (por exemplo, o diretor da escola). O Grupo de Referência é alcançado antes de acontecer e uma nova atividade.

Para o território deste projeto, esta mobilização já está feita, uma vez que Urbel já está atuando no local. Para este projeto, a intenção é manter a qualidade das reuniões, consolidando o envolvimento das comunidades, e expandir a participação dos mais jovens, dos mais velhos e das mulheres. A comunidade do Ribeiro de Abreu tem uma reunião pré-agendada uma vez por mês mas, se necessário, poderão ser agendadas outras reuniões. Mapas, modelos físicos, recursos audiovisuais e oficinas dinâmicas com objetos interativos serão utilizados nas atividades.

Outros vários métodos de comunicação serão utilizados para o efeito:

- Redes Sociais - Facebook, Instagram, contas no Twitter
- Participação e apresentação em conferências e eventos da indústria
- Exposição pública dos processos, trabalhos de cartografia e desenhos - durante o evento de inauguração do espaço público

Estratégia de monitoramento e informação

Como anteriormente referido, Belo Horizonte tem um sólido histórico em medidas de mitigação de riscos. As ações preventivas são realizadas não só durante a estação chuvosa, mas ao longo de todo o ano. A atenção nestas áreas é reforçada através de levantamentos técnicos e monitoramento constante. Durante os meses de seca, a URBEL intensifica a execução de pequenas e médias obras a fim de reparar ou eliminar

situações de alto ou muito alto risco, prevenindo assim acidentes e perturbações durante a estação chuvosa. Outro tipo de trabalho de prevenção para prevenir problemas gerados por chuvas excessivas são as intervenções realizadas em parceria com a comunidade. A URBEL doa material de construção e fornece assistência técnica, enquanto que os residentes são responsáveis pela mão-de-obra. As intervenções são pequenas, tais como pequenos muros de contenção, canais de drenagem, lajes de impermeabilização, pavimentação de becos, etc

Existem também Centros de Defesa Civil (NUDEC), que são compostos por comunidades de cidadãos que, através de trabalho voluntário e de apoio, contribuem com ações preventivas em áreas de risco, bem como orientam e proporcionam ajuda imediata em situações de catástrofe e emergência. Ao longo do ano participam em várias atividades de formação oferecidas pela URBEL, tais como o curso básico PEAR, visitas a zonas de risco de deslizamento de terras onde são instruídos para identificar os tipos de risco geológico e agentes (lixo, corte impróprio de barrancos, libertação de águas residuais em encostas, etc.), oficinas de criação de jardins comunitários em zonas residuais, bem como formação e reciclagem dada pelo Corpo de Bombeiros. Aprendem também a agir e orientar os residentes em períodos de chuvas fortes e prolongadas, a identificar riscos estruturais em habitações, movimentação de terrenos e subida dos níveis de água dos cursos de água. Os voluntários também recebem alertas de chuva e transmitem-nas à comunidade. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) trabalha atualmente com aproximadamente 460 voluntários, cobrindo mais de 52 comunidades de todas as regiões da cidade.

Nos meses que antecedem a estação das chuvas, o PBH intensifica o trabalho de prevenção para alertar e sensibilizar os residentes para as áreas de risco geológico das vilas e favelas, bem como para as áreas de inundação da cidade. A operação "Aqui vem a chuva" é uma destas ações. Durante este período, são distribuídos folhetos educativos à população, são instalados cartazes nas comunidades, são afixados cartazes nas escolas, jardins de infância, centros de saúde, e uma moto equipada com auto falantes percorre dezenas de vilas e favelas, promovendo orientações de prevenção. Além disso, os técnicos da URBEL realizam atividades de prevenção de riscos para os alunos das escolas.

Durante a estação chuvosa, o programa PEAR monitora os dados de precipitação e envia alertas aos voluntários. O programa também monitora as casas em comunidades ameaçadas, instala lonas em encostas, faz obras de emergência e remoções

preventivas, temporárias e permanentes.

Belo Horizonte, na sequência de experiências anteriores na implementação e manutenção de espaços públicos, está promovendo mais ações de produção e gestão compartilhada nas suas políticas centrais. É um caminho que coloca a sociedade como um colaborador ativo, beneficiando de uma perspectiva local e de uma presença diária em áreas relevantes. As ações que incorporam a população no processo tendem a ser melhor aceitas, reforçam a mobilização local e resultam numa melhor utilização dos recursos públicos, resultando numa maior capacidade de intervenção do espaço público.

A proposta aqui apresentada compreende um âmbito de gestão compartilhada que requer acompanhamento através de instrumentos de monitoramento, avaliação e revisão da estratégia, mesmo após a sua conclusão. O acompanhamento do projeto deve ser realizado através de ações que envolvam todos os funcionários na coleta de dados e informações numa base anual para produzir uma avaliação da utilização do espaço produzido nos seguintes temas:

(i) indicadores de apropriação de espaço: contagem total de utilizadores e contagem de grupos vulneráveis; frequência de utilização do espaço público por utilizadores gerais e grupos vulneráveis; licença para feiras, comércio de rua e eventos; ações e reuniões comunitárias com o número total de intervenientes, número de grupos vulneráveis e relatórios comunitários;

(ii) indicadores de conflito e depredação: dados das ferramentas de denúncia de problemas da cidade, notícias de jornais, relatórios comunitários, e registos fotográficos do Google Street View;

(iii) indicadores dos tipos e quantidade de alimentos produzidos;

(iv) Índice de Vegetação de Diferença Normalizada (NDVI)

(v) indicadores do nível do rio no Ribeirão do Onça na estação seca e chuvosa.

A avaliação dos dados de monitorização pode ser realizada por instituições parceiras (em particular a PUC e a UFMG, as duas maiores universidades da cidade) para processamento de dados, relatórios e debates sobre os resultados obtidos do COMUPRA e do Movimento "Deixe a Onça Beber Água Limpa".

Após a avaliação, os colaboradores devem delinear estratégias para melhorar as boas práticas e mitigar os conflitos identificados. Vale também a pena mencionar os instrumentos de política pública existentes no município que podem ser utilizados para a atenuação de conflitos. Entre eles podemos mencionar: (i) a inclusão das rotinas de inspeção da Prefeitura, visando assegurar a boa manutenção do espaço e os sinais de invasão ou utilização indevida; e (ii) a inclusão das áreas verdes no programa "Adote o Verde", tal como anteriormente mencionado.

Plano de implantação

(Ver modelo do Plano de Implantação como anexo ao documento do projeto)

7. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

Equipe de Gestão de Projetos/Programas

Title	Name
Gestor do programa	
Gestor do projeto	
Administrador do projeto	
Projeto Administrativo	
Outros Membros da Equipe (Peritos Técnicos/Especialistas)	

8. RISCOS DO PROJETO

Riscos do Projeto/Programa de Alto Nível

O projeto tem alguns riscos, também potenciais ameaças e oportunidades. Contudo, o projeto está pensado em conjunto com as propostas de mitigação de seus riscos na área, com isso, apresenta mais oportunidades do que ameaças. É importante lembrar que a intervenção do projeto faz parte de um programa para toda a área e já está em curso. Por conseguinte, a solução de intervenção já está em discussão e traz algumas reflexões a esta proposta.

Em primeiro lugar, (1) é importante salientar que este projeto é um projeto-piloto para a transformação de outras áreas, quer para o processo de envolvimento das pessoas, quer para a concepção de um parque linear; (2) outra oportunidade é aplicar os conceitos descritos no novo Plano Diretor Municipal (Lei Municipal n.º 11.181 / 2019), que procura conciliar o uso colectivo e a preservação ambiental; (3) outra iniciativa com valor é o primeiro sistema agroflorestral urbano comunitário em Belo Horizonte, desenvolvido nas margens do Ribeirão do Onça, numa área de aproximadamente 10.000 m; (4) o projeto encontra-se numa localização estratégica, onde a população vizinha já está envolvida nos cuidados da região, o que favorece uma participação mais eficaz e duradoura; (5) é uma oportunidade de melhorar as ações desenvolvidas em colaboração em parceria público-social com a comunidade; (6) assegura a utilização adequada e coletiva da área, evitando novas oportunidades de reocupação em locais inadequados; (7) a utilização do local proposto no projeto garante a utilização adequada e coletiva da área, evitando novas oportunidades de reocupação em locais inadequados e, finalmente (8) é a oportunidade de utilizar as áreas de risco como forma de mitigar e prevenir riscos.

Sobre áreas de risco, é importante dizer que Belo Horizonte é uma cidade montanhosa que foi planejada no final do século XIX para ser a capital do estado de Minas Gerais. Na sua construção, foram desenhadas ruas e avenidas largas, delineando os blocos urbanos da cidade. O plano urbano da cidade desenhou as suas avenidas no fundo do vale, canalizando com aterros de concreto vários ribeirões existentes na região e destruindo áreas de relevância ambiental. Os problemas de drenagem urbana estão se agravando desde então. Com apenas 120 anos de idade, o município passou de uma área urbana

de aproximadamente 9 km² em 1918 para cerca de 272 km² em 2018. A expansão descontrolada e a rápida densificação urbana reduziram os espaços verdes da cidade e o património natural, gerando graves consequências como a desflorestação, o assoreamento de ribeiros e nascentes; e a ocupação de áreas de risco ambiental e geológico. Como resultado, os deslizamentos de terras, inundações e mortes associadas têm sido frequentes.

Dado o agravamento deste cenário, em 1993 a URBEL fez o primeiro diagnóstico de risco geológico nas Vilas e Favelas do Município e identificou 14.856 edifícios em situação de alto e muito alto risco. Após a consolidação do diagnóstico, foi criado o Programa Estrutural em Áreas Perigosas (PEAR) para prevenir, monitorar e minimizar situações de risco geológico e prestar assistência técnica, social e ambiental às famílias que vivem nessas áreas. Após 26 anos de funcionamento do PEAR, há uma redução de 91% no número de edifícios em situação de alto e muito alto risco. Apesar dos resultados positivos de todas estas ações, permanece o desafio de evitar a formação de novas áreas de risco, bem como de evitar a expansão das áreas existentes e a reocupação dos locais já tratados ou onde as famílias em situações de risco foram removidas. Fatos como estes requerem o controle efetivo do uso e ocupação do solo através de ações públicas, juntamente com o estabelecimento de diretrizes técnicas que permitam a ocupação adequada de áreas susceptíveis a diferentes eventos geológicos. Por conseguinte, esta proposta tem no seu cerne a atenuação dos riscos.

Relativamente às ameaças, o projeto foi concebido pensando em formas de ser monitorado e estratégias de adaptação, bem como para evitar e mitigar os riscos. (1) A primeira consideração sobre isto é se as populações vizinhas não se apropriarem da área de intervenção. (2) Esta ameaça está ligada à ameaça de reocupação da área, sem uso devido à área é vulnerável a novas ocupações. Para estas ameaças, a estratégia baseia-se na autonomia das comunidades no processo de tomada de decisão, o que tem uma ligação direta com a apropriação bem sucedida do local. Como já foi mencionado, o programa de implantação do projeto contém um delineamento e um acompanhamento de indicadores que avaliam: (i) a frequência de utilização da população; (ii) a diversidade de utilizadores por faixa etária (iii) tipos de eventos realizados no local; (iv) estado geral de conservação do espaço; (v) níveis de satisfação entre residentes e utilizadores; e (vi) monitoramento de ocupações irregulares. A proposta aqui apresentada compreende um âmbito de gestão compartilhada que requer acompanhamento através de instrumentos de monitoramento, avaliação e revisão da estratégia, mesmo após a sua conclusão. O constante monitoramento e a melhoria dos

instrumentos de participação e adaptação do espaço são estratégias para promover a apropriação das pessoas no espaço.

(3) Existem também riscos relacionados com a gestão de projetos. Na implantação, além da elaboração cuidadosa do orçamento das intervenções, serão adotadas estratégias para reduzir os custos. Para este efeito, os viveiros públicos municipais de plantas serão utilizados para o fornecimento de mudas para restaurar a mata ciliar e expandir o cultivo agroflorestal; reutilização do solo das obras públicas e manutenção dos parques municipais para plantação; bem como a utilização de madeiras de poda dos Parques Municipais e de mobiliário desativado de diferentes tipos para a fabricação de mobiliário urbano.

(4) O risco de falta de manutenção será mitigado através da parceria entre a Prefeitura e o COMUPRA na gestão compartilhada do espaço público. Do ponto de vista dos recursos humanos, a Prefeitura Municipal designará funcionários públicos para o acompanhamento contínuo do projeto e para a formação de agentes comunitários para ajudar no planejamento e execução de ações de manutenção. Esta medida contribuirá também para a redução das despesas de manutenção, uma vez que os funcionários públicos constituem o quadro técnico e orçamental do governo municipal e as ações do COMUPRA serão voluntárias, com a possibilidade de contratação de trabalhadores comunitários como política de criação de emprego e rendimento para grupos vulneráveis. O papel da comunidade na manutenção do local, para além de reduzir os custos, reforçará o sentimento de pertencimento do espaço aos cidadãos, o que fomentará o cuidado permanente dos equipamentos públicos.

(5) Relativamente ao risco de não cumprimento dos prazos, as medidas de mitigação serão a preparação de um planejamento adequado e realista; o anúncio claro e preciso dos prazos; a implementação do projeto em etapas parciais, a fim de diluir as intervenções ao longo dos doze meses e permitir correções; o acompanhamento e avaliação bimestrais da execução e do cumprimento dos prazos; bem como uma política de transparência da implementação do projeto com o COMUPRA, a comunidade envolvente e a UN-Habitat.

Análise de Riscos

Tipo de risco (Parceiros, Estabilidade Política, Económico/Social/Cultural, Condições Ambientais, ESSS, Outros)	Descrição do risco (incluir o que pode desencadear o risco)	Probabilidade de risco (Alta, Média, Baixa)	Probabilidade de risco (Alta, Média, Baixa)	Estratégia de Mitigação de Riscos
Parceiro / Social	as populações vizinhas não se apropriam da intervenção	Baixo	Médio	autonomia das comunidades no processo de tomada de decisões
Parceiro / Social	novas ocupações na área	Baixo	Alto	monitoramento constante da área e garantia da possibilidade de utilização
Económico	gestão de projetos	Baixo	Alto	elaboração cuidadosa do orçamento das intervenções, estratégias para a redução dos custos
Estabilidade política/ Parceiros	manutenção do projeto	Baixo	Alto	parceria entre a Prefeitura e o COMUPRA na gestão compartilhada do espaço público.
Estabilidade política/ Parceiros	não cumprimento de prazos	Baixo	Médio	planejamento apropriado e realista; a implementação do projeto em etapas parciais, monitoramento, política de transparência da implementação do projeto com COMUPRA, a comunidade envolvente e UN-Habitat.

Restrições

Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, está localizada na região sudeste do Brasil. Com apenas 120 anos, tem uma população de 2,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 25% vivem num dos mais de 300 aglomerados de interesse social do município. Desde os anos 80, BH tem sido uma referência na América Latina em políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais e urbanas, especialmente nos temas da habitação e do planejamento urbano. No entanto, apesar desta tradição, tem havido, nos últimos anos, o aparecimento e a expansão acelerada de ocupações informais no seu território, configurando um contexto de adversidades a enfrentar na resposta à procura de habitação e na promoção de serviços públicos.

Este projeto destina-se a integrar a comunidade e depende do seu envolvimento e da sua consciência da importância da causa. No entanto, a pobreza e os sem-abrigo são um desafio permanente. Desocupar, preparar e limpar a terra pode trazer novas oportunidades de ocupação à atenção daqueles que se encontram em situações críticas. Portanto, é muito importante que este projeto envolva a comunidade: se não se ocuparem da utilização dos novos espaços, pode permitir novas ocupações irregulares das margens do ribeirão e das áreas de risco, colocando novas famílias em perigo.

9. QUESTÕES TRANSVERSAIS

Alterações Climáticas

O Plano Diretor é uma lei municipal que define as regras básicas para o uso e ocupação da cidade, controlando o seu crescimento e funcionamento. Fornece orientações estratégicas para o desenvolvimento urbano e o ambiente, habitação, patrimônio histórico e cultural, mobilidade, bem como o tratamento e relação dos espaços públicos e privados. O Novo Plano Diretor de Belo Horizonte, a Lei Municipal n.º 11.181/2019, considerou a necessidade de mudança cultural e também a necessidade de superar modelos ultrapassados de planejamento urbano. Como resultado do trabalho conjunto entre muitos setores da sociedade civil e o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Política Urbana, este novo Plano traz instrumentos urbanos inovadores para construir uma cidade mais inclusiva, segura e resiliente.

Neste novo plano, 189 novas porções de áreas foram zoneadas como áreas de interesse ambiental, aumentando as áreas de proteção ambiental em 12%. Estas áreas garantem uma maior taxa de permeabilidade do solo. Agora, 35% da cidade está zoneada como áreas de preservação ambiental e áreas de recuperação, o que é um passo importante para conter as cheias e arrefecer o aumento da temperatura na cidade. No total, houve um aumento de 40 km² nas áreas de proteção ambiental.

A fim de reforçar uma rede ambiental em Belo Horizonte, este plano propõe ligações verdes que formarão uma rede de 930 km de corredores florestados ao longo das estradas da cidade. A preservação dos cursos de água naturais será feita através da demarcação de Áreas de Ligações de Fundo de Vale - este zoneamento visa a recuperação dos leitos dos rios, a criação de zonas tampão de água e a qualificação ambiental. O novo Plano também estabelece áreas permeáveis obrigatórias em cada lote. Esta medida visa aumentar a infiltração de água no solo, reduzindo as cheias repentinas durante as chuvas. Além disso, os lotes podem necessitar de outros sistemas de construção de drenagem, tais como caixas de drenagem, jardins de drenagem ou telhados verdes, que servirão como contentores de água da chuva e como mecanismo de retenção de fluxo durante as horas de ponta de chuva.

No contexto deste projeto, o Ribeirão do Onça situa-se na bacia hidrográfica de mesmo nome (bacia do Ribeirão do Onça), na parte norte do município de Belo Horizonte, e é um afluente do Rio das Velhas, que por sua vez é um afluente do Rio São Francisco. O curso de água principal da bacia da Onça começa em Contagem (cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte) e atravessa Belo Horizonte, cobrindo cerca de 38,7 quilômetros até à sua descarga no Rio das Velhas, na fronteira entre as cidades de Belo Horizonte e Santa Luzia. A área de intervenção do programa é classificada pelo Plano Diretor Municipal como uma Área de Ligação ao Fundo do Vale. Para a preservação do ambiente ecológico durante e após o projeto, obedecerá aos parâmetros municipais e federais estabelecidos para a construção e utilização das margens dos cursos de água, que incluem intervenções físicas limitadas e reflorestamento da área.

A remoção das famílias dos assentamentos precários das margens do Ribeirão do Onça é já uma estratégia para proteger essas comunidades de catástrofes que se intensificarão devido às alterações climáticas, bem como para preservar o ribeirão e as suas margens. A manutenção da vegetação da margem ajudará a manter a temperatura mais fria naquela região da cidade - este fator já foi identificado como um provável impacto na região. O projeto ajudará a reestruturar a relação da população circundante com o Ribeirão do Onça e as suas margens, e é uma oportunidade para evitar novas ocupações irregulares - prevenindo catástrofes -, para criar um novo espaço público e ajudar na despoluição da bacia.

Estratégia de gênero

As cidades têm sido historicamente construídas por homens e para homens. Dar prioridade à diversidade dos grupos sociais é fundamental para a criação de espaços equitativos na procura de cidades mais justas. Assegurar a participação de múltiplos intervenientes que trazem as suas especificidades à concepção do projeto é uma prioridade na concepção da proposta.

O projeto será construído coletivamente, com a maior diversidade possível de pessoas, assegurando a participação de mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência na sua construção, seja qual for a forma em que possam ajudar. Haverá momentos de escuta e de facilitação de intercâmbios sobre as necessidades de cada grupo, com base na premissa de que a construção deste novo espaço deve ter em consideração

as limitações e dificuldades de cada pessoa, seja por gênero, idade ou dificuldades de mobilidade. Para assegurar a eficácia deste intercâmbio, serão contratados profissionais sociais formados, e serão adotados métodos que tragam uma linguagem universal e apropriada, bem como a realização de atividades leves e informais que todos se sintam à vontade em torno de todos os outros.

É importante salientar que, no processo participativo, as questões de gênero e idade já estão sendo abordadas nas oficinas, na diversidade proposta para as atividades de participação e construção do programa. É igualmente importante salientar que esta comunidade se caracteriza por uma forte organização social e sobretudo por uma liderança feminina. Há ainda uma predominância de mulheres e crianças na organização de todas as frentes de diálogo e mobilização já implementadas pelo Município na região, o que coloca a questão do gênero como um dos aspectos extremamente importantes que exige, também neste campo, o exercício da inovação das políticas públicas.

Os espaços públicos causam impactos negativos nas mulheres quando não são seguros para elas. Muitas vezes, os espaços físicos também não são apropriados, com falta ou até mesmo ausências de iluminação pública, banheiros e água potável - estes dois últimos aspectos são especialmente importantes quando as mulheres estão com os seus filhos. Há também um desafio cultural, já que muitos homens desaprovam a permanência das mulheres nos espaços públicos. Acredita-se, em grande parte, que as mulheres pertencem a grupos vinculados a assuntos domésticos ou a espaços religiosos. Assim, para além das adaptações físicas dos espaços públicos, é também necessária uma mudança cultural: não só a presença das mulheres para assegurar o seu papel no planejamento é necessária, mas também atividades de educação para toda a comunidade para ajudar a promover este entendimento sobre as mulheres nos espaços públicos.

Outra forma de garantir a participação das mulheres nas atividades é proporcionar também atividades para os seus filhos: muitas vezes, não têm ninguém para cuidar das crianças durante esse tempo e, ao oferecer isto, tornará a sua participação viável

Estratégia dos Direitos Humanos

O direito à habitação é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem como parte do direito a um nível de vida adequado. Afirma que "todo ser humano tem

direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.". Considerando esta afirmação, a criação de um novo espaço público aumenta a qualidade de vida das comunidades circundantes, melhorando o seu direito à habitação.

Além disso, este projeto foca também a consciência da população sobre a questão ambiental, aumentando o cuidado e a segurança das famílias na prevenção dos riscos das áreas inundadas, a inclusão de todos e dos grupos mais vulneráveis como protagonistas na construção da proposta e a qualificação urbana da área de intervenção, enfatizando o acesso das comunidades aos serviços básicos. No caso da remoção de famílias de áreas em risco, estas ações fazem parte de um programa em que são conduzidas com base em parâmetros de respeito, preservando os seus direitos e bens.

Para avaliar a garantia dos direitos humanos, serão utilizados indicadores e índices sociais, tais como a esperança de vida, taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, rendimento per capita, saúde, alimentação, condições médicas e sanitárias (acesso a esgotos, água tratada, pavimentação, etc.) e qualidade de vida e acesso ao consumo.

Estratégia para a Juventude

Para assegurar o empenho de jovens mulheres e homens na participação neste projeto, a equipe de mobilização tentará envolver as escolas locais em atividades educativas e oficinas, tentando encorajar a sua reflexão e trabalhar a sua noção de pertencimento a esse novo espaço.

Além disso, a equipe de mobilização estabelecerá uma ligação com o Programa de Controle de Homicídios "Fica Vivo!". Este programa tem um escritório no Conselho do Ribeiro de Abreu e trabalha com ações preventivas para evitar a fuga dos jovens para a criminalidade.

Finalmente, outra possibilidade é criar espaços online em redes sociais, permitindo e estimulando discussões e interações online.

